

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO **Palmas**

Tecnologia em Segurança Pública



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

“Câmpus de Palmas”

Palmas – TO

2024



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE
GRADUAÇÃO**

Reitor da UNITINS

Augusto de Rezende Campos

Vice-Reitora da UNITINS

Darlene Teixeira Castro

Pró-Reitora de Graduação

Alessandra Ruíta dos Santos Szapski

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Ana Flávia Gouveia de Faria

Pró-Reitora de Extensão

Kyldes Batista Vicente

Diretora de Ensino

Jeany Castro dos Santos

Diretora de Administração Acadêmica

Leomara Maurício Lustosa

Coordenador Pedagógico Geral

Taís Bogo Monteiro da Silva

Diretor do Câmpus

Ulisses Franklin Carvalho da Cunha

Coordenadora do Curso

Sonia Maria Moreira de Sousa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	9
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
1.2 IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS.....	9
1.3. HISTÓRICO INSTITUCIONAL – IES.....	10
1.4 MISSÃO DA INSTITUIÇÃO.....	15
1.5 VISÃO DA UNITINS	15
1.6 PRINCÍPIOS E VALORES.....	15
1.7 BASE LEGAL DA INSTITUIÇÃO	16
2 CONTEXTO DA REGIÃO	18
2.1 ÁREA DE INFLUÊNCIA	18
3 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO	19
3.1 CENÁRIO DA SAÚDE.....	20
3.2 CENÁRIO EDUCACIONAL.....	21
3.3 EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS EMERGENTES.....	23
4 CONTEXTO DO CURSO	25
4.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	28
4.2 JUSTIFICATIVA DO CURSO	30
4.3 OBJETIVOS DO CURSO.....	31
4.3.1 Objetivo geral	31
4.3.2 Objetivos específicos.....	31
4.4 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO.....	32
4.5 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO - COORDENAÇÃO DE CURSO.....	32
4.6 LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO.....	32
4.7 ATOS LEGAIS DO CURSO	32
4.8 FORMA DE ACESSO AO CURSO E CONDIÇÕES DE OFERTA.....	33
5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	33
5.1 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	33
5.2 DIFERENCIAIS COMPETITIVOS DO CURSO	34
5.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E SUA CORRELAÇÃO COM O CURSO.....	35
5.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	35

5.5 ESTRUTURA CURRICULAR.....	36
5.5.1 Matriz Curricular III – Vigência – 2024/1	37
5.5.2 Conteúdos curriculares.....	40
5.5.3. Conteúdos curriculares – Optativas.....	88
5.6 ENSINO A DISTÂNCIA.....	93
5.6.1 Oferta de Componentes Curriculares em EaD	93
5.6.2 Metodologia.....	94
5.6.3 Equipe da disciplina	95
5.6.4 Equipe Multidisciplinar	96
5.6.5 Aulas no ambiente virtual de aprendizagem Educ@.....	97
5.6.6 Critérios de avaliação	98
5.6.7 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS.....	98
5.6.8 Conteúdos Curriculares	101
5.7 DISCIPLINAS COM AULAS PRESENCIAIS.....	102
5.8 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	105
5.8.1 Adequação normativa da proposta de curricularização.....	106
5.8.2 Metodologia da curricularização	107
5.8.3 Etapas do processo de curricularização.....	109
5.8.4 Critérios para definição dos componentes curriculares.....	110
5.8.5 Metodologia das disciplinas curriculares	112
5.9 INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.....	113
6 COOPERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA	114
7 PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	116
7.1 METODOLOGIA DE ENSINO	117
7.2 PRINCÍPIOS ESTRUTURADORES.....	119
7.3 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA	120
8 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL	120
8.1 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO.....	121
8.2 PROGRAMAS OU PROJETOS DE EXTENSÃO	122
9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	122
9.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	122
9.2 SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	123
9.3 AVALIAÇÕES OFICIAIS DO CURSO.....	123

9.4	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA	124
9.5	EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES	127
10	CORPO DISCENTE	128
10.1	ATENÇÃO AOS DISCENTES	128
10.2	PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	129
10.3	INCLUSÃO E CIDADANIA	130
10.4	ASSISTÊNCIA PRIORITÁRIA	132
10.5	PROMOÇÃO E PREVENÇÃO	132
10.6	NÚCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL E EDUCACIONAL – NAPE	132
10.7	NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS (NEDIH)	134
10.8	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)	136
10.9	OUVIDORIA	136
10.10	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	136
10.11	REGISTROS ACADÊMICOS	137
10.12	ACESSO DOS ALUNOS A TIC	138
10.13	NÚCLEOS ACADÊMICOS	139
10.13.1	DCE – Diretório central dos estudantes	139
10.13.2	DA – Diretório Acadêmico	139
10.13.3	CA – Centro Acadêmico	139
11	GESTÃO DO CURSO	139
11.1	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	142
11.2	COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	143
11.3	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE - NDE	144
11.4	COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO COLEGIADO DE CURSO	144
12	INFRAESTRUTURA	145
12.1	ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	145
12.2	ESTRUTURA GERAL DO CÂMPUS	145
12.3	INSTALAÇÕES FÍSICAS	145
12.4	EQUIPAMENTOS	146
12.5	BIBLIOTECA	147
12.6	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVO	148

12.7 ESTRUTURA FÍSICA	148
12.7.1 Estrutura Organizacional	149
12.7.2 Equipe Técnico-Administrativa.....	149
12.8 SECRETARIA ACADÊMICA.....	149
12.9 REGISTROS ACADÊMICOS.....	149
APÊNDICE I – RESOLUÇÃO/CONSUNI.....	158
APÊNDICE II – INSTRUÇÃO NORMATIVA.....	159
APÊNDICE III – PERFIL DA COORDENAÇÃO DE CURSO	168
APÊNDICE IV – PERFIL DO CORPO DOCENTE.....	169
APÊNDICE V – EXPERIÊNCIA DOCENTE E PROFISSIONAL.....	173
APÊNDICE VI - DEMOSTRATIVO - REGIME DE TRABALHO.....	182
APÊNDICE VII – EXPERIÊNCIA EM EAD	185
APÊNDICE VIII – PRODUÇÕES DO CORPO DOCENTE	194
APÊNDICE IX – MATRIZES I E II.....	211
ANEXO 1 – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	215

APRESENTAÇÃO

A história institucional da Universidade Estadual do Tocantins passa pela demanda da população de todas as regiões do estado. Nesse sentido, considerando a demanda por formação em Segurança Pública, em todo Estado é que a UNITINS se lança ao desafio de formar profissionais liberais que atuam na segurança pública, bem como servidores da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, visto que este público está presente em todos os Estados da Federação.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Tecnologia em Segurança Pública, atende às necessidades tanto de servidores públicos quanto de particulares, neste sentido, a elaboração do Projeto Pedagógico é resultado da participação de professores experientes nas áreas correspondentes ao curso, os quais articularam as bases legais à concepção de formação profissional de modo a favorecer ao estudante, o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, tendo em vista o desempenho profissional responsável, consciente e crítico.

Coerente com o que é preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Pedagógico Institucional, o PPC explicita o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais tais como: objetivos, perfil do egresso, metodologia, estrutura curricular, programas de aprendizagem, sistema de avaliação, estrutura física a ser utilizada pelo curso, dentre outros aspectos.

Cônsncia de sua responsabilidade com a sociedade e com o desenvolvimento regional, a UNITINS enfatiza a importância da construção dos conhecimentos mediante políticas e planejamentos educacionais, capazes de garantir o padrão de qualidade no ensino, flexibilizando a ação educativa, valorizando a experiência do estudante, respeitando o pluralismo de ideias e princípios básicos da democracia. Desse modo, apresenta um currículo inovador que sistematiza teorias, reflexões e práticas acerca do processo de formação profissional, além de traduzir a filosofia organizacional e pedagógica da unidade acadêmica, as diretrizes e estratégias de seu desenvolvimento e atuação a curto, médio e longo prazo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 Identificação da instituição

DADOS DA MANTENEDORA	
Razão Social:	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS
CNPJ:	01.637.536/0001-85
Categoria Administrativa:	Pessoa Jurídica de Direito Público Estadual
Endereço:	Quadra - 108 sul, Alameda 11 - lote -03, Centro. Palmas – TO. CEP: 77.020-122
Telefone(s):	(63) 39014031
E-mail:	reitoria@unitins.br
Página (site):	www.unitins.br
Norma de Criação:	Lei n. 3.124, de 14 /07/2016.
Recredenciamento:	Decreto nº. 6.482, publicado no Diário Oficial nº 6.128, dia 14 de julho de 2022.
REPRESENTANTE LEGAL	
Nome:	Augusto de Rezende Campos
CPF:	793.***.***.30
RG:	01*.***4 (2ª Via) /SSP/TO
Telefone:	(63) 39014032
E-mail:	reitoria@unitins.br

1.2 Identificação do câmpus

Nome:	Câmpus Graciosa
Endereço:	Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, Lote 09 Plano Diretor Norte
CEP:	77001-090
Telefone:	(63) 3901 - 4074/4029

1.3. Histórico institucional – IES

A Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) tem sua história vinculada à criação do Estado. A necessidade de infraestrutura dos serviços públicos à população se tornou um fator importante de desenvolvimento para o Tocantins demandando, desta forma, a formação profissional de nível superior.

A história da UNITINS está entrelaçada com o processo de desenvolvimento do Estado desde sua criação como primeira Universidade Pública, que, além disso, estabeleceu um vigoroso suporte na formação educativa e profissional das pessoas.

A época da criação do Estado funcionava na região duas instituições de ensino superior mantidas pelo estado de Goiás: a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano - FAFING, com oferta de cursos de licenciatura em História, Geografia, Letras e Ciências no ano de 1985, na cidade de Porto Nacional; e a Faculdade de educação, Ciências e Letras de Araguaína – FACILA, Lei Est. n. 9.470/84, Decreto n. 2.413/84 e Resolução n. 030, de 21 de fevereiro de 1985, com os cursos de Geografia, História, Letras e Matemática; e ainda, em 1985, teve início a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi – FAFICH, em 15 de fevereiro de 1985, mantida pela Fundação Educacional de Gurupi – FEG, com os cursos de Direito, Ciências Contábeis, Administração e Letras, mantida com recursos municipais.

Essas recém-criadas instituições de ensino representaram a primeira oportunidade de formação superior na região, principalmente para professores que, na sua quase totalidade, exerciam uma docência ancorada na formação de nível médio. Criado o estado do Tocantins, tornou-se visível a necessidade de formação destas pessoas para atender os quadros e suas operacionalidades, gestão e desenvolvimento de políticas públicas.

A criação de uma Universidade, portanto, apresentou-se como uma necessidade para qualificação de recursos humanos, produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, principalmente voltadas às questões do desenvolvimento regional. Desse modo, a Universidade do Tocantins (UNITINS), instituída pela Lei n. 136/90 e efetivada via Decreto

n.252/90, foi autorizada a funcionar por meio do Decreto Estadual n. 2.021/90, incorporando as Faculdades de Filosofia do norte Goiano de Porto Nacional e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína.

A UNITINS foi concebida como uma instituição que, além de formadora, deveria ser crítica, comprometida com o encargo de atuar de forma efetiva na transformação da realidade do Estado, conforme proposto em seu Projeto Pedagógico, após estudo realizado sobre o contexto socioeconômico, cultural, educacional e financeiro do estado do Tocantins. O propósito do Projeto Pedagógico da recém-criada UNITINS foi à de estruturação de uma Universidade democrática e acessível às populações das diferentes regiões do Estado, bem

como a superação de mazelas presentes em outras Universidades brasileiras, como a dependência ilimitada de recursos públicos (Preto; Pereira, 2008).

A UNITINS foi pensada para ter a cara do Tocantins (Cassimiro, 1996), pensada e organizada para atender às demandas do Estado e da região norte do país. Em janeiro de 1991 foi criada uma comissão com o fim de realizar uma ampla consulta à sociedade. As consultas, estudos e informações dos setores de planejamento estratégico do Estado foram os subsídios que indicaram como prioridade para a Universidade a oferta de cursos tecnológicos para interferir na realidade do estado, formação profissional e melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, de modo a favorecer o desenvolvimento socioeconômico da região (Preto; Pereira, 2008).

Com a Lei Estadual n. 326, de 24 de outubro de 1991, a UNITINS foi transformada em autarquia e passou a integrar o Sistema Estadual de Ensino. Para melhor atendimento à população, implantou Centros de Extensão, incorporou as faculdades existentes e estabeleceu o sistema multicampi, destacando-se como instituição de ensino superior em localizações estratégicas para o desenvolvimento regional, com as seguintes áreas de formação:

- Arraias – Pedagogia e Matemática.
- Araguaína – Geografia, História, Letras, Matemática, Medicina veterinária.
- Colinas – Direito.
- Guaráí – Pedagogia.
- Miracema do Tocantins – Matemática, Administração (com habilitação em Adm. Rural, Adm. Pública e Adm. de Empresas).
- Palmas – Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Direito, Comunicação Social, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis.
- Paraíso do Tocantins – Engenharia de Alimentos, Processamento de Dados.
- Porto Nacional – História, Geografia, Letras, Ciências Biológicas.
- Tocantinópolis – Pedagogia, Matemática.

A personalidade jurídica da instituição era de direito público, com autonomia didático-científica, disciplinar, financeira e patrimonial, pautada pelo art. 207 da Constituição Federal de 1988. Em 1996, novas mudanças com a aplicação da Lei n. 872 de novembro de 1996 remodelaram a Universidade, transformando-a em Fundação Universidade do Tocantins (Pereira, 2007).

No ano 2000, a UNITINS retornou a seu caráter de Universidade pública e gratuita, pela Lei n. 1.160 de junho de 2000, uma mudança que resultou na aplicação da Lei Federal n. 10.032, de 23 de outubro de 2000, determinando a doação de todos os *campi* da UNITINS à

recém-criada Universidade Federal do Tocantins (UFT). Com a transferência de patrimônio, estudantes e cursos regulares à UFT, a UNITINS esteve diante de uma nova realidade acadêmica e física. O Decreto n. 1.672/2002 e a Lei n. 1.478/2004 atribuíram novos rumos à instituição, além de outras modalidades de cursos superiores.

Embora compelida pelas circunstâncias a voltar ao ponto de partida e traçar uma nova trajetória em seu papel de instituição estadual de ensino superior, a UNITINS assumiu lugar de destaque no processo de desenvolvimento do estado, realizando atividades relevantes de caráter formativo, científico, tecnológico, cultural. Entre os papéis desempenhados pela instituição nessa fase de recomeço é importante destacar:

- oferta em regime especial em períodos de férias dos cursos de Letras, Geografia, História, Pedagogia, Normal Superior, Ciências Biológicas e Ciências com habilitação em Matemática, Química e Física, para a formação de aproximadamente 12.000 professores das redes estadual e municipal de ensino. Com esse esforço, garantiu que o estado do Tocantins atendesse o cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96 no tocante à qualificação de professores, efetivação de uma educação de qualidade, como um dos quesitos essenciais para efetivação de uma educação de qualidade;
- coordenação Estadual da Pesquisa Agropecuária – OEPA, por meio da Lei n. 1.478/2004, de 25 de junho de 2004, com o objetivo de desenvolver pesquisa agropecuária, gerar tecnologias e inovações que propiciem soluções competitivas para o desenvolvimento rural e territorial sustentável do Tocantins;
- estruturação do Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) e inserção do Núcleo Estadual de Meteorologia e Recursos Hídricos da UNITINS (NEMET-RH) no Programa do Ministério de Ciência e Tecnologia de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos – PMTCRH;
- Instituição da modalidade EaD na UNITINS com o curso Normal Superior para atender à demanda de formação superior de professores para os anos iniciais da Educação Básica.

Os passos seguintes nessa trajetória levaram à oferta exclusiva de cursos de graduação na modalidade telepresencial (Pretto; Aires, 2008), com a criação dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Serviço Social em EaD, conforme Parecer CNE/CES n. 140/2004, com a disponibilização de seis mil vagas para o estado do Tocantins. Pela Portaria n. 2.145, de 16 de julho de 2004, do Ministério da Educação, a UNITINS foi credenciada para a oferta de cursos em EaD a nível nacional.

A fase EaD da UNITINS representou um período de notável expansão de conhecimento, de inovação e de aprendizado institucional, tanto para docentes quanto para

técnicos e gestores. Ao lidar com um novo modo de formação superior foi necessário à Universidade operacionalizar metodologias apropriadas ao ensino à distância, elaborar e disponibilizar materiais pedagógicos de apoio à aprendizagem do aluno e apreender novos gestos para a docência em espaços virtuais. Todos esses processos resultaram em uma expertise técnica e pedagógica da UNITINS sobre o formato EaD.

Este período EaD da Universidade alcançou ascensão no Tocantins e no Brasil, não obstante ter sido posteriormente descredenciada. Novamente foi necessário elaborar rotas próprias de atuação, cujo processo foi iniciado com a formação em 2010 de uma Comissão Multilateral composta por membros de órgãos do Estado (UNITINS, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Gabinete do Governador e Assembleia Legislativa), com o propósito de subsidiar a UNITINS na elaboração de um projeto de reestruturação institucional. A partir desse esforço conjunto entre a Instituição e instâncias da sociedade, a UNITINS foi autorizada a ofertar cursos presenciais, os conselhos (Consepe e Consuni) foram rearticulados, os regimentos institucionais foram revisados, novas políticas e planos de ação das pró-reitorias foram realinhadas. O plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Universidade do Tocantins – Lei n. 2.317 – foi aprovado pela Assembleia Legislativa Estadual e publicado no Diário Oficial n. 3.107, de 31 de março de 2010.

Por aprovação unânime nas instâncias do Consepe, do Consuni e do Conselho Curador (Resolução n. 003/2010/Conselho Curador), concretizou-se o primeiro concurso vestibular em julho de 2010 para os cursos presenciais em Engenharia Agrônoma, Direito, Sistemas de Informação e Serviço Social. A UNITINS foi credenciada junto ao Sistema UAB por meio da Portaria MEC n. 837/2010, de 24 de junho de 2010, para oferta dos cursos de licenciaturas em Letras e Pedagogia, a partir de 2011.

Ações, como o Programa de Correção de Fluxo e o Projeto de Reingresso, foram implementadas no mesmo período, para finalização dos oito cursos de graduação na modalidade EaD (Administração, Ciências Contábeis, Fundamentos e Práticas Jurídicas, Letras Português-Espanhol, Matemática, Pedagogia, Serviço Social, Tecnologia e Análise de Sistemas).

Em 26 de março de 2014, por meio da Lei Estadual n. 2.829, a UNITINS voltou ao modelo multicampi: em Araguatins, com os cursos de Letras e Pedagogia; em Augustinópolis, com os cursos de Ciências Contábeis, Direito e Enfermagem; em Dianópolis, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito e em Palmas com os cursos de Direito, Engenharia Agrônoma, Serviço Social e Sistemas de Informação.

Em julho de 2014 foi lançado o edital para provimento do quadro de docentes da UNITINS. Um momento importante para a história da Universidade, uma vez que seu primeiro e único concurso foi realizado em 1991, a partir do Decreto n. 2.044, tendo ocorrido pela Lei n.

326 (Gomes; Schier; Magro, 2013). Os docentes aprovados representaram o início de oportunidades que faltavam à Universidade, como a de estabelecer novos cursos, de desenvolver pesquisas na graduação, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

O ano de 2016 assinalou mais uma mudança no regime jurídico da UNITINS por meio da Lei n. 3.124, que a tornou uma autarquia de regime especial, com gestão administrativa, financeira, patrimonial, didática e científica, vinculada à Secretaria da Educação, Juventude e Esporte. Com essa mudança, voltou a ser intitulada “Universidade Estadual do Tocantins”. A alteração estruturou um novo perfil para a Universidade, devido ao quadro pequeno de docentes concursados para pleno exercício de suas atividades. Algo necessário para constituir o viés teórico e epistemológico dedicado ao enriquecimento intelectual voltado à produção de pesquisas e publicações e para uma formação profissional e intelectual mais ampla e capacitada voltada a atuação social e ao mercado de trabalho. Outras mudanças decorreram desse foco, dentre elas a eleição para reitor e vice-reitor, a partir de 2020, com mandato de três anos, e a reserva de 50% das vagas na Universidade para alunos provenientes da rede pública. No que tange a Revista Humanidades e Inovação, criada em 2014, alcançou estrato A2 na avaliação em 2019, tornando-se referência como periódico de publicações científicas na área das humanidades no estado e região.

A UNITINS conta com órgãos vinculados ao ensino, pesquisa e extensão dentre os quais se destacam: Complexo de Ciências Agrárias e seus Núcleos: NEMETH/RH (Núcleo Estadual de Meteorologia e Recursos Hídricos), NUDAM (Núcleo de Desenvolvimento e Avaliação do Desempenho Ambiental), NUTA (Núcleo Tocantinense de Arqueologia), NZT (Núcleo de Zoologia e Taxidermia), NIT (Núcleo de Integração Tecnológica), com forte intento na pesquisa agropecuária.

Diante dessa trajetória história de mudanças e de luta para proporcionar uma educação de qualidade na região norte do Brasil, a UNITINS investiu em seu quadro de professores concursados, buscou o pleno exercício de atividades de pesquisa propondo a criação do curso *stricto sensu* com o título Educação, Estado e Conflitos Sociais, de natureza interdisciplinar, o curso pretende investir em pesquisas sobre instituições sociais e questões sobre violência, as relações entre a contribuição das tecnologias na contemporaneidade e expressões sociais envolvidas, conflitos e penalizações sociais.

Por fim, objetiva criar caminhos multirreferenciais na produção do conhecimento que se destinam a desenvolver pesquisas capazes de envolver questões relacionadas à região e à sociedade que a constitui. Em face à carência de programas *stricto sensu* no norte do país, em especial, cursos de mestrados interdisciplinares em sociedade e humanidades, a proposta aqui

pleiteada pretende contribuir para o desenvolvimento da UNITINS e comunidade acadêmica da região.

A proposta da IES destina-se a atender com relevância social, política e educacional a demanda reprimida de oportunidades de estudos e formação profissional no estado do Tocantins e regiões circunvizinhas como, sul do Maranhão, sul do Piauí, sudeste do Pará, norte de Goiás, nordeste do Mato Grosso, sudoeste da Bahia. Como também, atender aos estudantes da UNITINS, egressos de seus cursos de graduação em bacharelados e licenciaturas ofertados pela IES.

1.4 Missão da instituição

Promover a formação integral inovadora no ensino superior para contribuir com o desenvolvimento regional do estado do Tocantins.

1.5 Visão da Unitins

Consolidar-se, até 2027, como instituição pública do estado do Tocantins, promovendo o desenvolvimento regional, por meio de práticas acadêmicas e tecnologias inovadoras integradas às demandas da sociedade.

1.6 Princípios e valores

A UNITINS pauta-se sobre os principais pilares conceituais da responsabilidade social: Respeito aos diversos sujeitos envolvidos (colaboradores internos, acadêmicos, fornecedores e parceiros institucionais), responsabilidade ambiental e cooperação para a minimização dos impactos sociais trazidos pela atividade humana.

Sob o olhar da ética, a Universidade vem oferecendo uma educação de qualidade, voltada para o avanço da ciência e da tecnologia, que carrega especial destaque no aspecto inclusivo da modalidade presencial e a distância permitindo assim, a todo cidadão a oportunidade de uma graduação.

No que se refere aos valores da instituição, os mesmos são pautados:

- Inclusão Social;
- Ética;
- Transparência;
- Comprometimento e engajamento com a sociedade;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Respeito à diversidade;
- Cordialidade no ambiente de trabalho;
- Democracia participativa.

1.7 Base legal da instituição

A Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, foi criada por meio da Lei nº 3.124, de 14 de julho de 2016 e por meio do Decreto nº 6.482, de 14 de julho de 2022, foi recredenciada e seus Campi de Araguatins, Augustinópolis, Dianópolis e Palmas.

Com base nos princípios legais e no cumprimento de sua função social, a UNITINS procura sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de acordo com Constituição da República Federativa do Brasil (1988, Art.207); Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 e seu estatuto entre outras.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, foi desenvolvido, considerando o embasamento legal a seguir.

- Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Portaria n. 413, de 11 de maio de 2016. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- Portaria n. 514, de 4 de Junho de 2024. Aprova em extrato, a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST.
- Parecer CNE/CES n. 436/2001. Trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.
- Parecer CNE/CP n. 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.
- Parecer CNE/CES nº 239/2008, aprovado em 6 de novembro de 2008. Trata da Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.
- Parecer CNE/CES n. 277, de 7 de dezembro de 2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- Parecer CNE/CP nº 3/2024, aprovado em 23 de janeiro de 2024 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 19, de 11 de abril de 2023, que reexaminou o Parecer CNE/CP nº 30, de 8 de novembro de 2022, que tratou da proposta de estruturação dos Catálogos Nacionais de cursos de Educação Profissional e Tecnológica em áreas tecnológicas, Eixos

Tecnológicos e as Áreas Tecnológicas Organizadoras do Catálogo de Cursos Técnicos e Tecnológicos.

- Parecer CNE/CP n. 17/2020, aprovado em 10 de novembro de 2020 – Reanálise do Parecer CNE/CP n. 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei n. 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 4 de abril de 2024 - Dispõe sobre a incorporação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT) e de Cursos Superiores de Tecnologia (CST), de Áreas Tecnológicas aos respectivos Eixos Tecnológicos.
- Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010 que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade.
- Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES.
- Resolução nº 143, de 25 de outubro de 2022, que dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.

O Projeto Pedagógico é resultado de um trabalho em conjunto, organizado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) – juntamente com a coordenação do curso. Todo corpo docente também foi convidado a participar, revisando o programa de suas disciplinas, atualizando a bibliografia e adequando a metodologia de ensino e o sistema

de avaliação de forma a estruturar o curso conforme as Diretrizes Curriculares e as recomendações do MEC.

2 CONTEXTO DA REGIÃO

Situada da região central do Estado e também da cidade de Palmas, a UNITINS se mostra promissora em relação a oferta de curso superior na área de Segurança Pública pelo fato de contar com servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Guarda Metropolitana, visto que o curso é de natureza exclusiva, sendo ofertado para um grupo específico de profissionais.

De modo geral, a finalidade do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é atender a demanda dos governos Municipais, Estaduais e Federais e de instituições particulares em relação a formação superior de seus servidores e de prestadores de serviços a estas instituições, quando for o caso, que atuam na área de Segurança Pública. O curso deve proporcionar ao tecnólogo em Segurança Pública o trabalho interdisciplinar com professores de outras áreas, as quais poderão integrar as Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de aprendizagem dos objetos de conhecimento inerentes ao curso. O ensino seja oferecido de forma a equilibrar os objetos de conhecimento das áreas do conhecimento associadas à Segurança Pública de forma a capacitá-los para o exercício profissional e para participação como cidadãos responsáveis e transformadores da sociedade.

Os princípios que norteiam o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública contêm em sua proposta o desenvolvimento de habilidades e competências que visa o exercício da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz, em relação às atividades de prevenção e enfrentamento das conflitualidades contemporâneas. O exercício profissional exige visão sistêmica, identificação das características, necessidades e desafios da sociedade na formulação das políticas públicas voltadas para compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e das relações entre as pessoas. Envolve o domínio de dispositivos administrativos, penais e processuais penais referentes às ações de segurança pública; conhecimentos que possibilitem a compreensão das teorias e abordagens sociopsicológicas; técnicas, tecnologias e estratégias relacionadas às áreas de atuação; habilidades pessoais para lidar com a complexidade das situações, o risco e a incerteza. O curso deve enfatizar, considerando as diversas possibilidades de atuação profissional, uma ou mais atividades da área de segurança pública relacionadas a: segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa.

Todos esses princípios devem servir como referência para a formação de profissionais com competências para atuar na área de segurança pública.

2.1 Área de influência

O curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) do Câmpus Palmas/Graciosa, busca o atendimento de uma demanda exclusiva dos servidores públicos e prestadores de serviços a esta instituição na área de segurança pública em busca de formação acadêmica superior. No primeiro semestre de 2022 serão ofertadas, de forma simultânea, duas turmas de 50 alunos para atender a demanda repesada do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. Para as demais turmas serão ofertadas, semestralmente 50 vagas, em conformidade com os termos constante da cooperação técnica entre as duas instituições.

O caráter heterogêneo da população do estado do Tocantins coloca para a UNITINS o desafio de promover práticas educativas que possibilitem o desenvolvimento do ser humano e que elevem o nível de vida de sua população.

A oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é significativa porque poderá atender boa parte dos cidadãos de Palmas e de municípios próximos, tais como: Miracema, Paraíso, Porto Nacional, bem como dos distritos de Taquaruçu e Luzimangues.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública ofertado pela UNITINS em Palmas é gratuito e sua relevância é constatada em decorrência da área de abrangência de suas características e de seu caráter de excelência em qualidade que certamente impacta no desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado do Tocantins e suas áreas de influência.

3 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

O município de Palmas está localizado na região central do estado do Tocantins. Segundo dados atualizados do IBGE em 2022, a população está estimada em 334.454 pessoas, oriundas de várias regiões do país.

Com a criação do estado do Tocantins e, conseqüentemente de Palmas, houve o crescimento populacional não só de Palmas, mas também das demais cidades tocantinenses, este aspecto desencadeou um aumento da demanda por profissionais na área da segurança pública em todo o Estado e com isto a necessidade de ampliação do quadro de servidores para atender esta demanda.

O perfil socioeconômico das pessoas que poderão ingressar no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) é de servidores públicos da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e profissionais que prestam serviços a instituições públicas dos governos municipal, estadual e federal.

Para a escolha do Campus Palmas para a oferta do curso de Tecnologia em Segurança Pública, observou-se as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, na esfera pública ou

no setor privado, dos profissionais na região central, bem como nas demais regiões do Estado; considerando a demanda existente no mercado de trabalho, conforme destaca a ocupação econômica das regiões administrativas. Atualmente o campus oferta os cursos superior de Bacharelado em Direito, Engenharia Agônômica, Serviço Social, Sistema de Informação e o curso de Licenciatura em Pedagogia.

3.1 Cenário da saúde

Ocorreu na década de 90 e início do ano 2000 uma forte adesão dos municípios à descentralização da gestão da atenção básica e vigilância com as Normas Operacionais Básicas – NOBs, mais por imposição do financiamento das políticas públicas do que por aceitação de responsabilidade sanitária. Por sua vez, a descentralização de ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar ainda é lenta e desafiadora no Estado. No que se refere à descentralização pela NOB, 96, apenas 8 municípios aderiram a alguma forma de habilitação da Gestão Plena do Sistema Municipal; na Norma Operacional de Assistência à Saúde NOAS/01 apenas Palmas, que depois retrocedeu, e o Estado foi um dos últimos da federação a se habilitar, no ano de 2004. Em compensação, no Pacto pela Saúde o Estado foi o primeiro a aderir no País – em setembro de 2006, seguido no decorrer dos anos, por 84 dos seus 139 municípios, sendo que a maioria só possuía atenção básica.

Os profissionais de Vigilância em Saúde, no período de 1997 a 2005, em 8 municípios foram descentralizados na Média Complexidade pela NOB (Almas, Formoso do Araguaia, Gurupi, Itacajá, Nazaré, Palmas, Palmeirópolis e Paranã) e passaram a ser gestores e gerentes das unidades de saúde de seu território, sendo que o município de Almas perdeu a habilitação, ficando apenas 7. Atualmente 87 municípios solicitaram a descentralização de ações e serviços de saúde enquanto modalidade de gestão e gerência de serviços seja pelo Pacto pela Saúde ou pelo Decreto n. 7.508/11 – envolvendo a atenção básica, a vigilância em saúde e serviços de média complexidade. Hoje há uma forte pressão dos gestores municipais nos espaços das Comissões Intergestores, numa tentativa de (des)responsabilização sanitária, com um discurso de “devolver” ao Estado os poucos serviços e unidades de baixa e média complexidade ambulatorial e hospitalar sobre responsabilidade destes entes (gestão e/ou gerências), principalmente Hospitais de Pequeno Porte (HPP), Hospitais Municipais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), com a justificativa de que “não suportam mais o alto custo para manter estes serviços, denotando um retrocesso na operacionalização do PLANO ESTADUAL DE SAÚDE – TOCANTINS – 2016/ 2019.

No que tange a regionalização, atualmente o Estado possui 8 (oito) Regiões de Saúde com conformações distintas de serviços e interdependência das regiões onde estão situados os maiores municípios que agregam mais serviços de média e alta complexidade. Com alto custo

para implantação e manutenção de ações e serviços de saúde e de recursos humanos, o Estado é o segundo da federação na aplicação de receita própria em saúde: em 2014 com 21,47% e no segundo quadrimestre de 2015 passou de 22% (22,12%, sendo: 18,78% Pessoal, 3,31% Custeio e apenas 0,03% para Investimentos). A Rede de Atenção à Saúde vem se estruturando de forma fragmentada por meio de Redes Temáticas que não se integram, subfinanciada, além do desafio de consolidação da governança regional no âmbito do SUS.

Nos termos do Decreto Federal n. 7.508/11, a região tem a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. Desta forma, foram estabelecidos vários estudos nas reuniões da Câmara Técnica de Gestão da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, em articulação com gestores municipais e técnicos do estado, que compuseram o 3º redesenho de Regionalização definindo as novas regiões de saúde passando de 15 para 8, aprovadas consoante a Resolução CIB – TO n. 161/2012. Por meio de critérios específicos definiram o recorte regional, de ações e serviços de saúde mínimos para composição da Região em 5 eixos: atenção primária: 80% de cobertura ESF e suficiência da AB na região; urgência e emergência: 1 Pronto Socorro funcionando 24h todos os dias da semana com cirurgião geral e atendimento obstétrico de risco habitual (cesárea) na região; atenção psicossocial: pelo menos 1 CAPS I na região; atenção ambulatorial especializada e hospitalar: atendimento ambulatorial em clínica médica e cirurgia geral e hospitalar nas clínicas médicas, cirúrgicas e obstétricas; Vigilância em saúde: equipe de vigilância constituída legalmente no município.

3.2 Cenário educacional

O Governo do Tocantins assumiu o compromisso de garantir a Educação – direito de todos – como fator de desenvolvimento social e econômico e como instrumento de inclusão social, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária nos termos das legislações federal e estadual.

A educação superior visa ao desenvolvimento do ser humano, à difusão da ciência e da tecnologia e ao preparo do cidadão para o desempenho de suas funções no mercado de trabalho. Assim, a educação superior tem compromisso com o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população.

A educação superior estadual organiza-se, academicamente, na forma de universidades, centros universitários, faculdades integradas e institutos que, quando criados ou incorporados, mantidos pelo poder público estadual ou municipal, podem organizar-se em fundações ou autarquias especiais.

O acesso ao ensino superior, no contexto brasileiro, apresenta um dos mais baixos índices da América Latina. No Tocantins, a realidade não é diferente, apesar de existirem onze

instituições de ensino pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino como Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS que vem oferecendo a educação gratuita e de qualidade que é direito de todos e dever do Estado e da família, vem sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) considera as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) no que diz respeito a qualidade da oferta e de atendimento na educação superior, ao desenvolvimento econômico e à política institucional de expansão para a área tecnológica, de maneira plenamente adequada.

Compreender que a aprendizagem ocorre em espaços e tempos diferentes do formal, além de observar as exigências da vida em sociedade e as necessidades regionais é buscar desenvolver profissionais com autonomia acadêmica, capacidade de adaptação e controle de habilidades socioemocionais.

É notório que o mercado de trabalho exige profissionais com alta capacidade de inovar e criar frente às situações/problema apresentadas. Capazes de gerir o tempo, tomar decisões acertadas, ser flexíveis e proativos, que busquem colaborativamente a solução de conflitos, além de possuir habilidades tecnológicas desenvolvidas.

Diante dessa exigência, é responsabilidade da academia desenvolver tais habilidades, preparando seus acadêmicos para uma atuação fundamentada em tanto em pressupostos teóricos quanto operacionais. Para tanto, o PPC do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), a exemplo dos demais, incorpora as metodologias ativas de ensino como parte das práticas dos docentes, visando proporcionar aos acadêmicos uma aprendizagem mais abrangente e significativa.

A exemplo do que se discute no país, o Ensino Híbrido passa a compor a forma metodológica da Instituição que busca, constantemente, o aperfeiçoamento dos profissionais de seu quadro docente, visando oportunizar discussões e reflexões sobre os processos de ensinar e aprender.

No contexto da conjuntura educacional da região norte do Brasil, dados do Censo da Educação de 2010 (MEC/Inep, 2012), informa que esta região lidera o crescimento do acesso ao Ensino Superior no País, com uma evolução de 148,3% na última década, acima da média nacional que foi de 110,1%. OMEC/Inep (2012) indicam também que a região norte registrou, entre 2001 e 2010, o maior crescimento do País quanto ao índice de acesso à graduação e pós-graduação. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(2010) o Censo da Educação Superior, registrou 352.358 estudantes matriculados em cursos presenciais na região Norte. Em 2001, eram apenas 141.892 alunos.

Para o Ministério da Educação, o crescimento das vagas na região Norte é explicado pelo aumento da oferta de cursos tecnológicos e à distância. Palmas, no que tange à educação superior é uma referência estadual. A cidade conta com importantes Instituições de Ensino Superior. Segundo o Cadastro Nacional de Cursos e instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC, a cidade possui duas Universidades: Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e Universidade Federal do Tocantins (UFT), um Instituto Federal do Tocantins (IFTO), três centros universitários: Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP) e Centro Universitário Católica do Tocantins (UNICATÓLICA) e Centro Universitário ITOP (UNITOP). Até o ano de 2008 pertenciam ao sistema estadual do Tocantins 12 (doze) instituições de ensino superior.

O curso de Tecnologia em Segurança Pública da Unitins, representa para o Estado do Tocantins, a possibilidade de mudança da realidade socioeconômica da sociedade tocantinense, além de proporcionar o aumento da oferta dos mais variados serviços de segurança, o que reforça a importância da oferta do curso que tem no seu arcabouço teórico-técnico-metodológico a formação do profissional hábil nas atividades da segurança pública.

3.3 Empreendedorismo, inovação e tecnologias emergentes

Disseminar a cultura do empreendedorismo constitui uma das funções precípua da Universidade no intuito de incentivar e apoiar a elaboração de projetos inovadores. Uma Universidade empreendedora desenvolve ações que estimulam a inovação, a proatividade, as parcerias e os riscos organizacionais.

O empreendedorismo proporciona uma mudança no ambiente acadêmico conservador no sentido de valorizar o conhecimento por meio de aplicações práticas de pesquisa e ensino, gerando um aumento no desenvolvimento econômico, cultural e social. Ele estimula a inovação, o estímulo à criatividade, protege a propriedade intelectual, a transferência de tecnologia, além de formar pessoas qualificadas para o mercado.

A Universidade com o viés empreendedor fomenta a utilização dos benefícios da tecnologia para descentralizar o poder, redefinir valores, criar novas alianças e reformular o status quo, buscando disseminar o conhecimento entre Universidade/instituições públicas: Universidade produzindo pesquisa e tecnologia e as empresas, apropriando-se dos conhecimentos, transferindo-os a sociedade e beneficiando-a.

As atividades de empreendedorismo entre os estudantes, por meio da pesquisa, tornam-se uma maneira de disseminar a cultura empreendedora no meio acadêmico. O desenvolvimento das atividades acadêmicas, associadas às pesquisas, contribuirá para o atendimento das

demandas do estado do Tocantins no que se refere ao desenvolvimento econômico e social na comunidade, além de proporcionar à atual geração, um novo perfil profissional adaptado a realidade social contemporânea.

Para ser considerada como uma Universidade empreendedora, Etzkowitz (2003) define como sendo aquela que é capaz de gerar uma direção estratégica, formulando objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na Universidade em um valor econômico e social. Considera a Universidade um ambiente propício à inovação, pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, onde os estudantes constituem uma fonte de potencial empreendedora.

A Universidade Estadual do Tocantins, ciente do seu papel na formação do cidadão empreendedor estabelece que, caberá aos colegiados de cursos e seus respectivos NDEs definirem quais competências empreendedoras e tecnológicas pretendem desenvolver nos cursos e por meio de quais métodos. Para tanto, adotará as competências empreendedoras definidas pela ONU em 2011, e disseminadas no Brasil por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Essas competências estão divididas em: busca de oportunidade, iniciativa, persistência, comprometimento, exigência de qualidade, eficiência, estabelecer metas, busca de informações, planejamento, monitoramento contínuo, persuasão, independência, autoconfiança, rede de contatos e o assumir riscos calculados (Sebrae, 2021).

O desenvolvimento das competências empreendedoras e tecnológicas, a critério do NDE e Colegiado de Curso, poderá ocorrer em componentes curriculares específicos em que o objeto de estudo seja Empreendedorismo, Inovação e Tecnologias, e/ou em outras competências no decorrer do curso. Tais competências a serem trabalhadas consta no PPC do curso, por meio dos componentes curriculares específicos (ementas e respectivas bibliografias) ou, de forma transversal em outras disciplinas, de maneira a contemplar e contextualizar a área de atuação do referido curso.

O sistema educativo é responsável por desenvolver as competências digitais básicas, preparando os discentes para as exigências da sociedade digital. Não mais se duvida que a alfabetização digital deve ser um dos objetivos curriculares. Atualmente, as pessoas esperam poder trabalhar, aprender e estudar em qualquer lugar e a qualquer hora, porque as tecnologias móveis, que se usam diariamente, são cada vez mais “*cloudbased*” (sediadas em nuvens), aumentando as possibilidades de acesso à informação independentemente do dispositivo ou do local.

A tecnologia por si só não resolverá os problemas educacionais numa sociedade em constante transformação. Por isso, a tecnologia deve ser encarada como um meio significativo

capaz de ajudar a superar as necessidades dos discentes e as exigências da sociedade de que faz parte.

Nesta perspectiva e atenta às tendências tecnológicas apresentadas na publicação *Tendências na educação digital: as previsões do Horizon Report (2020)*, a UNITINS atribui ao Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública a incumbência de incluir em suas rotinas pedagógicas as tecnologias emergentes a seguir.

- *Augmented and virtual reality* – realidade virtual e aumentada: a realidade virtual cria ambientes gerados por computação gráfica que simulam a presença da pessoa. Já a realidade aumentada sobrepõe uma camada de informação digital ao mundo físico por meio de uma tela.

- *Makerspaces* – espaços maker: ambientes que aliam robótica com impressora 3D e outros recursos em espaços para explorar a criatividade e aprender com as mãos na massa.

- *Affective computing* – computação afetiva: propõe que humanos podem programar máquinas para reconhecer, interpretar e simular emoções humanas.

- *Mobile Learning* – aprendizagem móvel: o foco já não está nos aplicativos, mas sim na conectividade e conveniência. Questões como a responsividade, ubiquidade (acesso a qualquer hora, em qualquer lugar) e personalização de conteúdo;

- *Mixed reality* – realidade mista: trata de um espaço híbrido que integra tecnologias digitais com o mundo físico, criando simulações de ambientes que misturam os dois mundos. São exemplos a holografia e realidade aumentada interativa, com possibilidade de interação com os objetos virtuais.

- A aprendizagem baseada em jogos educativos – gamificação: nas últimas décadas tem aumentado o interesse em saber como podem os computadores e os videojogos aumentar as experiências de aprendizagem. Os jogos estão a ganhar cada vez mais credibilidade como ferramentas educacionais.

4 CONTEXTO DO CURSO

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) está fundamentada na matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública de 2014, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394/96; no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017; na Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021 e no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia de 2016.

No que se refere a Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, em seu Capítulo II, estabelece os seguintes princípios a serem observados na Educação Profissional e Tecnológica:

- I. articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;
- II. respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- III. respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- IV. centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino-aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;
- V. estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;
- VI. a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;
- VII. indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino-aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;
- VIII. interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;
- IX. utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino-aprendizagem;
- X. articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;
- XI. observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de

participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

XII. observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho; reconhecimento das identidades de gêneros, étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

XIII. reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;

XIV. autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;

XV. identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI. autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;

XVII. fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e

XVIII. promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

Toda a lógica de formação da nova educação profissional está centrada no modelo do currículo por competências. A necessidade de se garantir, nos processos formativos da educação profissional, a flexibilidade, interdisciplinaridade e a contextualização curricular estão continuamente reiteradas nos principais documentos normativos, desde o Decreto n. 21.208/97 até o Parecer CNE/CP n. 29/02 e Resolução CNE/CP n. 03/02.

A interdisciplinaridade integra o saber, propiciando a compreensão da relevância e do significado dos problemas estudados, favorecendo, conseqüentemente, os processos de intervenção e busca de soluções. Expressa ainda a necessidade de reconstruir o pensamento em

novas bases, recuperando dimensões como a criatividade, a imaginação e a capacidade de lidar com a incerteza. A interdisciplinaridade não significa uma justaposição de saberes, nem implica uma comunicação reduzida entre as disciplinas. Envolve a elaboração de um contexto mais geral, no qual as disciplinas em contato são modificadas, passando a depender claramente uma das outras. Promove, portanto, intercâmbios mútuos e recíprocas integrações entre as disciplinas.

O ensino baseado na interdisciplinaridade tem grande poder estruturador, pois as definições, os contextos e os procedimentos que são estudados pelos alunos são organizados em torno de unidades mais globais, que agregam estruturas de conceitos e metodologias compartilhadas por várias disciplinas, capacitando os alunos para enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar novas questões. Além disso, a interdisciplinaridade favorece a realização de transferências das aprendizagens já adquiridas em outros contextos e amplia a motivação para aprender.

A estrutura curricular estabelecida busca assegurar o conhecimento da profissão, visando também conhecimentos complementares que possibilitam preparo para lidar com os desafios da vida em sociedade, além de permitir articulação do ensino com atividades de pesquisa e extensão. O Tecnólogo em Segurança Pública, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2024, p. 310), será habilitado para

Atuar nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais no âmbito do sistema de segurança pública; Prever e enfrentar conflitos contemporâneos, preservando os princípios da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz; Formular políticas públicas voltadas para compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e nas relações entre as pessoas.

No que se refere a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2010, p. 48), a descrição sumária dos Cabos e Soldados do Corpo de bombeiros militar são:

Realizam resgates e salvamentos; combatem incêndios; previnem acidentes e sinistros; preparam-se para ocorrências. Atendem ocorrências com produtos perigosos. Trabalham conforme normas e procedimentos técnicos, de segurança e preservação do meio ambiente. Estabelecem comunicação, triando e transmitindo informações, transmitindo e recebendo mensagens.

Quanto ao prosseguimento de estudos na Pós-graduação, o tecnólogo em Segurança Pública poderá se dar de forma interdisciplinar na área de ciências sociais e humanidades, além de outras.

4.1 Identificação do curso

Nome do curso	Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública
Habilitação	Tecnólogo em Segurança Pública
Eixo ou área	Eixo Tecnológico: Segurança

Modalidade	Cooperação Técnica n. 13/2021, processo n. 2021.20321.000
Carga horária	1.710 horas 60 (minutos) - horas-relógio
Vagas ofertadas	50 alunos por turma
Regime de matrícula	Semestral
Turno de oferta	Integral
Duração do curso	Mínimo de 1 ano e 6 meses, máximo de 2 anos.

O curso de tecnólogo é diferente do bacharelado pela sua ênfase na formação e atuação profissional, pelo foco no conhecimento tecnológico e suas aplicações, e, principalmente, pelo objetivo de atender, no caso do tecnólogo em Segurança Pública, exclusividade os servidores de carreira de segurança pública. O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS é um curso de graduação plena tecnólogo, que tem por finalidade formar profissionais com o título de Tecnólogo em Segurança Pública, com capacidade para atuar na área de segurança pública do estado do Tocantins e de outros Estados da Federação.

Para atingir o seu propósito, o curso apresenta uma proposta exequível, conteúdo de formação que integra, por um lado, conhecimentos teórico, que visam o desenvolvimento e compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos voltados para a formação do profissional que desenvolverá suas atividades na manutenção da ordem pública, segurança comunitária e defesa civil, desenvolvendo raciocínio abstrato, lógico e analítico, capacitando o futuro tecnólogo como tomador de decisões objetivas e racionais. Por outro lado, os objetos de conhecimento de formação técnica e humanístico visam proporcionar o desenvolvimento de habilidades de negociação, postura empática e dialógica, facilitando o tratamento e o convívio, a motivação e a liderança do profissional.

Assim, tendo como referência o Projeto Pedagógico Institucional (PDI, 2023-2027), o compromisso da UNITINS com a formação profissional dos acadêmicos de graduação implica na apropriação dos objetos de conhecimento e habilidades mínimas referentes ao exercício da profissão, articulação dos conhecimentos com as demandas cotidianas da vida profissional e a capacidade de responder com competência, os desafios inerentes à prática profissional.

Todo esse esforço educativo visa contribuir para a formação de profissionais capazes de, no exercício da profissão, agir como agentes de transformação e construção da sociedade, dotado de competências para, não só preservar o conhecimento acumulado historicamente, mas, também, construir novos conhecimentos por meio da pesquisa e da prática reflexiva, não se

limitando ao ambiente da Universidade, tampouco aos objetos de conhecimento programáticos dos componentes curriculares.

A Universidade, como o próprio nome sugere, deve propiciar uma universalidade de ideias, ações, posicionamentos, a fim de que o estudante forme sua convicção a respeito de determinados temas. Para tanto, a UNITINS se coloca aberta para a comunidade na medida em que participa das discussões da sociedade, propõe projetos sociais, empresariais e comunitários, integrando conhecimento científico, técnico e popular de forma dialética.

4.2 Justificativa do curso

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS resulta do Acordo de Cooperação Técnica nº 13/2021 (ANEXO 1), firmado com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO). O referido acordo tem como objeto estabelecer a cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e tecnológico, para oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação, em nível de especialização, cursos de aprimoramento, bem como de atividades de pesquisa e publicações científicas de interesses comuns, objetivando o aperfeiçoamento e a qualificação dos servidores estaduais pertencentes ao quadro do CBMTO.

Conforme determina a Lei nº 2.665 de 18 de dezembro de 2012, os servidores concursados do CBMTO devem realizar o Curso de Formação de Praças (CFP), que visa capacitar o servidor para à promoção Graduação de Soldado 2º Classe, Soldado 1º Classe e Cabo. Em 2021 o CBMTO realizou concurso público para para o provimento de vagas do quadro de oficiais bombeiro militar, 15 vagas para cadete, e do quadro de praças bombeiro militar (100 vagas para aluno-soldado), conforme Edital nº 1 – CBMTO, de 08 de fevereiro de 2021 (Disponível em:

https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/cbm_to_21/arquivos/ED_1_2021_CBMTO_ABERTURA.PDF.

Neste contexto, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública foi criado para capacitar os candidatos aprovados para o quadro de praças bombeiro militar (aluno-soldado) no referido certame, com vistas à promoção Graduação de Soldado 2º Classe, Soldado 1º Classe e Cabo. Por isso, foram ofertadas 100 vagas, previstas para funcionar com 2 turmas de no máximo 50 alunos, nos turnos matutino e vespertino.

É importante ressaltar que a finalidade do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é atender a demanda de instituições Municipais, Estaduais e Federais e de instituições particulares em relação a formação superior de seus servidores e de prestadores de serviços, quando for o caso, que atuam na área de Segurança Pública. Por isso, a oferta de novas turmas fica condicionada à necessidade destas instituições.

4.3 Objetivos do curso

4.3.1 Objetivo geral

Preparar profissionais do Corpo de Bombeiros Militar para compreender o exercício das atividades de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política em um Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção e repúdio a qualquer forma de intolerância com foco nos direitos humanos.

4.3.2 Objetivos específicos

- Capacitar profissionais a posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões.
- Contribuir na formação de agentes transformadores da realidade social e histórica do país, identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social e as interações entre elas, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual.
- Capacitar profissionais (agentes públicos) que valorizem a diversidade brasileira, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crença, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais.
- Desenvolver competências conceituais, atitudinais e procedimentais para atuação em atividades de Bombeiro Militar referente a coordenação e execução de ações de defesa civil; prevenção e o combate aos incêndios; proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens.
- Capacitar os profissionais no domínio de diversas técnicas e procedimentos, inclusive os relativos ao uso da força, e aos equipamentos e às armas de menor potencial ofensivo para o desempenho da atividade de segurança pública, utilizando-os de acordo com os preceitos legais.
- Fomentar a utilização de diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade em situações que requerem a atuação das instituições e dos profissionais de segurança pública.
- Desenvolver habilidades voltadas a segurança das pessoas e de seu patrimônio, contra incêndio e catástrofes ou pânico; perícia de incêndios; resgate de vítimas de acidentes e sinistros.

- Capacitar profissionais aptos a analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

4.4 Endereço de funcionamento

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) será ofertado no Câmpus Palmas, situado à Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, Lote 09, CEP: 77001-090, Plano Diretor Norte, Palmas -TO.

4.5 Endereço de funcionamento - Coordenação de curso

Coordenadora do Curso				
Nome:	Sonia Maria Moreira de Sousa			
End.:	108 Sul, Alameda 11, Lote 03			
Cidade:	Palmas	UF	TO	CEP: 77020-122
Fones:	(63) 3901- 4104/4105			
E-mail:	sonia.mm@untins.br			

4.6 Legislação que regulamenta a profissão

A profissão de tecnólogo baseia-se na observância dos dispositivos legais e regimentais institucionais: Constituição da República Federativa do Brasil (1988, Art.207); Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014; Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Resolução CNE/CP n. 2, de 22/12/2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

A profissão de tecnólogo baseia-se na organização da educação profissional e tecnológica de graduação no Ministério da Educação, publicada no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia em 2024, orienta por meio de eixos tecnológicos os cursos superiores de tecnólogos. O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública está incluso no eixo tecnológico de segurança.

Ressalta-se ainda, que o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública está pautado na observância aos dispositivos legais e regimentares institucionais, entre eles: LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20.12.1996); SINAES – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; (Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004).

4.7 Atos legais do curso

Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS alicerça-se na legislação em vigor, especificamente na Constituição da República Federativa do Brasil – CF/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394/96, no Plano

Nacional de Educação – Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014 e nos Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (Resolução CNE-CP n.1, de 5 de janeiro de 2021).

Autorização/reconhecimento/renovação de reconhecimento

- **Ato de Criação:** Resolução/Consuni nº 002, de 16 de fevereiro de 2022.

CEE/TO: _____

4.8 Forma de acesso ao curso e condições de oferta

Conforme o regimento acadêmico da instituição o ingresso nos cursos de graduação da UNITINS dar-se-á nas seguintes modalidades:

- I. vestibular;
- II. transferência interna;
- III. mudança de turno;
- IV. reingresso;
- V. transferência externa, nas seguintes formas:
 - a) transferência facultativa;
 - b) transferência ex-officio.
- VI. admissão de portador de diploma;
- VII. admissão de acadêmicos estrangeiros;
- VIII. outras modalidades de ingresso aprovadas pelo Consepe, ou emanadas de legislação superior, homologadas pelo Consuni.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública está previsto para funcionar com 2 turmas de no máximo 50 alunos nos turnos matutino e vespertino.

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.1 Perfil profissional do egresso

O perfil do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS – Câmpus Palmas atende ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, 2024. Sendo assim, o egresso atua nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais no âmbito do sistema de segurança pública; Prever e enfrenta conflitos contemporâneos, preservando os princípios da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz; Formula políticas públicas voltadas para compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e nas relações entre as pessoas.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública forma o profissional tecnicamente habilitado e consciente da sua relevante função, portanto, apto a contribuir com a redução da violência social, assim o egresso estará apto a:

- planejar, gerenciar e implementar ações e políticas públicas, compreendendo as necessidades da sociedade contemporânea no âmbito da segurança pública, com base em fundamentos técnicos, científicos e sociais;
- demonstrar capacidade técnica e emocional para atuar em situações de risco e incerteza, preservando vidas, bens, alinhados aos princípios de cidadania e direitos humanos;
- analisar e compreender as características da violência e seus impactos sociais, propondo soluções fundamentadas para políticas públicas, baseadas no conhecimento teórico e prático;
- identificar desafios, fatores de risco e vulnerabilidades no sistema de segurança pública, utilizando estratégias e tecnologias adequadas para enfrentá-los;
- aplicar conhecimentos em gestão administrativa, penal e processual, garantindo a eficiência de recursos humanos, financeiros e operacionais no âmbito da segurança pública;
- contribuir com a elaboração, planejamento, implantação e avaliação dos resultados das políticas públicas e segurança pública;
- desenvolver e executar ações de proteção ambiental, com ênfase na prevenção e no combate a incêndios florestais, aplicando tecnologias e técnicas específicas de segurança pública;
- capacitar a sociedade na utilização de sistemas de segurança contra incêndios e pânico, promovendo a conscientização sobre prevenção de riscos e desastres;
- atuar com técnicas de atendimento pré-hospitalar, garantindo assistência adequada a vítimas de emergências clínicas, traumas e situações críticas.
- Identificar novas demandas e propor inovações na área de segurança pública, utilizando conhecimentos técnicos e sociopsicológicos adquiridos durante a formação.

5.2 Diferenciais competitivos do curso

Considerando as exigências por formação superior dos Policiais Militares e do Corpo de Bombeiro Militar, presentes no art. 68 da Lei n. 2.578, de 20 de abril de 2012, Publicada no Diário Oficial n. 3.612, de 20/alínea “m”; combinado com o art. 26, inciso I, alínea “a”, itens 2 e 3 da Lei Complementar n. 131, de 30 de setembro de 2021, que dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS viabilizará a permanência e continuação do egresso que poderá integrar o quadro de docentes da instituição, logo que preencher os requisitos necessários

para colaborar com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do curso em tela, na condição de convidado.

5.3 Políticas institucionais e sua correlação com o curso

As políticas de ensino de graduação são efetivadas pela PROGRAD, que atua no desenvolvimento constante de mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico institucional e dos seus cursos, dos talentos humanos (docentes, discentes, técnico-administrativos) e da gestão acadêmica. Essas ações são exercidas de forma colaborativa entre os diversos setores órgãos que a compõem e com as demais unidades administrativas da UNITINS, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação – MEC.

As ações são pautadas nos princípios democráticos de responsabilidade e de inclusão voltados à promoção da cidadania, bem como na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de proporcionar aos alunos a inserção e comprometimento com as demandas locais e regionais, promovendo a melhoria da qualidade de vida em prol da coletividade.

5.4 Organização curricular

Os professores não devem simplesmente repassar objetos de conhecimento conteúdos previamente programados e massificados sem analisar sua importância e necessidade no contexto social em que os egressos estarão inseridos. Pelo contrário, a seleção e a organização dos objetos de conhecimento conteúdos devem ser feitas a partir do pressuposto de que teoria e prática se constituem numa unidade.

Deve-se dar ao estudante a oportunidade de redescobrir o conhecimento existente a partir de sua exposição aos objetos de conhecimento, conteúdos selecionados. A seleção dos conteúdos, portanto, leva em consideração: a superação linear e hierarquizada dos saberes; enfoques multirreferencializados com a ciência e a tecnologia; respeito aos conhecimentos prévios de todos os estudantes alunos e articulação com novos conhecimentos construídos no processo de formação; busca de interfaces entre ensino, pesquisa e extensão; sinalizações teóricas e práticas sobre os entrelaçamentos entre habilidades técnicas e humanísticas; predominância da formação sobre a informação e o comprometimento com os valores éticos e humanísticos.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS contempla, ainda, as Políticas de Educação Ambiental, conforme a determinação da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

5.5 Estrutura curricular

A estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS é fruto de estudos e discussões realizados por uma equipe multidisciplinar da PROGRAD, o que contribuiu para um rico debate a respeito da formação do profissional de Segurança Pública.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS – Câmpus Palmas formará o profissional para atuar na Segurança Pública dos Estados. Nesse sentido, a estrutura curricular está baseada na oferta dos componentes curriculares e nos princípios que norteiam a formação do tecnólogo referente a dinâmica do setor produtivo e das demandas da sociedade.

Nesse sentido, o tecnólogo em Segurança Pública deverá possuir um repertório de informações e habilidades constituídas pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, decorrente do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado, assim como da consolidação posterior da atuação profissional, conforme os princípios que norteiam o profissional de Segurança Pública que diz respeito a manutenção da ordem pública e defesa civil da sociedade.

Assim, a prática pedagógica prevista neste PPC a intencionalidade de promover a reflexão crítica das práticas de Segurança Pública. Desse modo, busca promover a compreensão dos sentidos e significados da atuação profissional.

O currículo está organizado em semestres, sendo que, para efetivação das disciplinas, cursam-se disciplinas presenciais e EaD, distribuídas em cada um dos semestres . Entre elas, constam as que dão suporte conceitual às atividades práticas.

5.5.1 Matriz Curricular III – Vigência – 2024/1

MATRIZ CURRICULAR III		MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA							
Disciplina		Carga Horária	Crédito	CH Presencial		CH a Distância	CH Extensão	Hora-Relógio	Hora-Aula
				Teórica	Prática				
1º SEMESTRE									
1	Atendimento Pré-Hospitalar I	90	6	30	60	-	-	90	112,5
2	Anatomia Aplicada ao Atendimento Pré-Hospitalar	60	4	30	30	-	-	60	75
3	Combate a Incêndio Urbano	90	6	40	50	-	-	90	112,5
4	Legislação Institucional e Ética Profissional	30	2	30	-	-	-	30	37,5
5	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	60	4	30	30	-	-	60	75
6	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	60	4	60	-	-	-	60	75
7	Salvamento Terrestre I	30	2	30	-	-	-	30	37,5
8	Salvamento em Altura	90	6	50	40	-	-	90	112,5
9	Sistema de Comando de Incidentes	30	2	30	-	-	-	30	37,5
10	Sistema de Proteção e Defesa Civil	30	2	30	-	-	-	30	37,5
11	Sistemas e Informática do CBMTO	60	4	60	-	-	-	60	75
SUBTOTAL		630	-	420	210	-	-	630	787,5
2º SEMESTRE									
12	Atendimento Pré-Hospitalar II	60	4	30	30	-	-	60	75
13	Atendimento a Tentativas de Suicídio	60	4	60	-	-	-	60	75
14	Direito Penal Militar	30	2	30	-	-	-	30	37,5
15	Metodologia da Pesquisa Científica I	60	4	-	-	60	-	60	75
16	Noções de Operações com Produtos Perigosos	60	4	-	-	60	-	60	75
17	Optativa I	60	4	-	-	60	-	60	75
18	Projeto Integrador I – Atividade de Extensão	60	4	-	-	-	60	60	75
19	Salvamento Terrestre II	90	6	50	40	-	-	90	112,5
20	Segurança Contra Incêndio e Emergência	90	6	70	20	-	-	90	112,5
21	Segurança Aplicada ao Trabalho	60	4	60	-	-	-	60	75

SUBTOTAL		630	-	300	90	180	60	630	787,5
3º SEMESTRE									
22	Didática de Ensino	30	2	-	-	30	-	30	37,5
23	Filosofia dos Direitos Humanos	30	2	-	-	30	-	30	37,5
24	Fundamentos da Gestão Pública	30	2	-	-	30	-	30	37,5
25	Metodologia da Pesquisa Científica II	30	2	-	-	30	-	30	37,5
26	Noções de Direito Constitucional e Administrativo	60	4	-	-	60	-	60	75
27	Noções de Direito Processual Penal Militar	30	2	-	-	30	-	30	37,5
28	Optativa II	60	4	-	-	60	-	60	75
29	Projeto Integrador II – Atividade de Extensão	120	8	-	-	-	120	120	150
30	Políticas de Educação Ambiental	30	2	-	-	30	-	30	37,5
31	Política das Relações Étnico- raciais, Afro-brasileira, e Indígena	30	2	-	-	30	-	30	37,5
SUBTOTAL		450	-	-	-	330	120	450	562,5
CARGA HORÁRIA TOTAL TEÓRICA									720
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PRÁTICA									300
CARGA HORÁRIA TOTAL - EXTENSÃO									180
CARGA HORÁRIA TOTAL PRESENCIAL									1.200
CARGA HORÁRIA EaD									510
CARGA HORÁRIA TOTAL - OPTATIVA									120
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO									1.710

DISCIPLINAS OPTATIVAS	
DISCIPLINAS	CH TOTAL
Empreendedorismo Organizacional	60hs
Língua Brasileira de Sinais - Libras	60hs
Inglês para fins acadêmicos	60hs
TOTAL	180

DISCIPLINAS EXTENSIONISTAS	
DISCIPLINAS	CH TOTAL
Projeto Integrador I – Atividade de Extensão	60
Projeto Integrador II – Atividade de Extensão	120
TOTAL	180

DISCIPLINAS EM EAD		
DISCIPLINAS		CH TOTAL
1	Metodologia da Pesquisa Científica I	60
2	Noções de Operações com Produtos Perigosos	60
3	Optativa I	60
4	Didática de Ensino	30
5	Filosofia dos Direitos Humanos	30
6	Fundamentos da Gestão Pública	30
7	Metodologia da Pesquisa Científica II	30
8	Noções de Direito Constitucional e Administrativo	60
9	Noções de Direito Processual Penal Militar	30
10	Optativa II	60
11	Políticas de Educação Ambiental	30
12	Política das Relações Étnico- raciais, Afro-brasileira, e Indígena	30
TOTAL		510

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, obedece ao mínimo de carga horária definido para os cursos dessa área, que é de 1600h, conforme define nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos Superiores de Tecnologia, conforme Resolução

CP/CNE no 03, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia e a Portaria n. 514, de 4 de Junho de 2024, que aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

A carga horária dos componentes curriculares constantes na matriz curricular do curso está organizada em horas-relógio de 60 minutos (conforme Resolução n.3, de 2 de julho de 2007). Considerando que a UNITINS no Curso de Tecnologia em Segurança Pública, adota a hora aula de 50 minutos, obtém-se a carga horária total do curso também em horas aula, por meio da seguinte fórmula:

Cálculo do quantitativo de horas-aula:

- $HA = (HR \times 60) / 50$
- Onde
 - HA = número de horas-aula
 - HR = número de horas-relógio

Cálculo do quantitativo de horas-relógio:

- $HR = (HA \times 50) / 60$
- Onde:
 - HR: número de horas-relógio
 - HA: número de horas-aula.

A primeira fórmula calcula o número de aulas necessários no semestre para a disciplina, já a segunda fórmula calcula a carga horária total do curso em horas relógio, ambas tendo em vista a hora aula de 50min adotada pela IES no Curso de Tecnologia em Segurança Pública.

Cada turno (manhã, tarde e noite) é composto por quatro aulas, com duração de 50 minutos cada, e um intervalo de 10 min a cada duas aulas. Conforme o Calendário Acadêmico, o semestre letivo possui duração de 18 semanas e 108 dias letivos semestrais.

5.5.2 Conteúdos curriculares

Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar I	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 90 horas	Créditos: 6 créditos

Ementa: Capacitação para entender e aplicar na prática os seguintes conceitos: Sistema de Emergências Médicas (SEM). A Ocorrência. O Corpo Humano. Biomecânica do Trauma. Avaliação Geral do Paciente. Ressuscitação Cardiopulmonar. Aspiração e Oxigenioterapia. Hemorragias e Choque. Ferimentos em Tecidos Moles. Esqueleto Humano. Esqueleto Axial. Manipulação e Transporte de Paciente.

Objetivo Geral: Capacitar o discente para atuar em atendimentos de socorro a pessoas em situação de traumas e emergências clínicas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar às Urgências. **Protocolos de Suporte Básico de Vida**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_basico_vida.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Manual de Atendimento Pré-hospitalar**. Palmas: CBMTO, 2021. Disponível em: <https://intranet.bombeiros.to.gov.br/files/bole/BOS1377-2021-08-02.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Protocolo de Suporte Básico de Vida. Goiânia: CBMGO, 2020. Disponível em: https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/PROTOCOLO_DE_SUORTE_BASICO_DE_VIDA_DO_CBMGO___2020_v2.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.

COPPOLA, Damon P. **Communicating Emergency Preparedness**. 2017.

FREIRE, Thays Araújo. **Manual de atendimento Pré-Hospitalar**. 2. ed. Salvador, BA: Editora Sanar, 2021. 1.072 p.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS: **Prehospital Trauma Life Support, Military Edition**: Prehospital Trauma Life Support, Military Edition. 9th ed. [S. l.]: Jones & Bartlett Publishers, 2019.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS: **PHTLS: Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado**. 9. ed. Editora: Artmed, 2020. 786 p.

OLASVEENGEN, Theresa M. *et al.* Adult basic life support: 2020 international consensus on cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care science with treatment recommendations. **Circulation**, v. 142, n. 16_suppl_1, p. S41-S91, 2020. Disponível em: <https://www.ahajournals.org/doi/pdf/10.1161/CIR.0000000000000892>. Acesso em: 09 fev. 2022.

OLIVEIRA, Beatriz Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiuza; TEIXEIRA JÚNIOR, Edison Vale. **Trauma atendimento pré-hospitalar**. 4. ed. S. 1: Atheneu, 2021. 640p. ISBN 9786555861600. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Bibliografia Complementar:

HARGREAVES, Luiz Henrique Horta; DANTAS, Rodrigo Assis Neves. **Atendimento pré-hospitalar e múltiplas vítimas/ catástrofes: desastres, enchentes, deslizamentos, tornado, furacão, terrorismo**. 2016, 720p. ISBN 978-8588656680

MARLIÉR, Márcio L. R. **O Suprasumo do Atendimento Pré-Hospitalar (APH)**. 1. ed. Editora: Sparta, 2016. 384 p.

MORAES, Márcia Vilma G. de. **Atendimento Pré-Hospitalar - Treinamento da Brigada de Emergência do Suporte Básico ao Avançado**. 1. ed. Editora: Iátria, 2010. 160 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788576140849/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

OLIVEIRA, Norival Santolin de. **Atendimento Pré-Hospitalar Traumático e Clínico – APHTC**. 1. ed. 580 p.

SANTOS, Daniel de Carvalho Oliveira. **Prevenção aquática: uma análise das ações do CBMDF voltadas à redução dos casos de afogamento no Distrito Federal**. 2020.

SHAH, Ashfaq Ahmad *et al.* Disaster risk management insight on school emergency preparedness – a case study of Khyber Pakhtunkhwa, Pakistan. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 51, p. 101805, 2020.

SANTANA, Júlio César Batista; DUTRA, Bianca Santana; MELO, Clayton Lima. **Atendimento pré-hospitalar: procedimentos básicos e específicos**. S. 1: CRV, 2018. 726p. ISBN 978-85-444-678-5.

Disciplina: Anatomia Aplicada ao Atendimento Pré-Hospitalar	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos

Ementa: Introdução ao estudo da anatomia e da fisiologia: conceito, divisão, métodos de estudos, terminologia anatômica, conceitos gerais, variação anatômica, fatores gerais de variação, conformação e divisão do corpo humano; posição anatômica, planos de delimitação e de secção, e eixos do corpo humano; termos de posição e de direção; princípios gerais de construção corpórea. Mensuração do gasto energético. Avaliação funcional. Recuperação após exercício. Influência do ambiente no exercício. Exercício no adulto e no envelhecimento. Conceitos sobre a fisiologia e construção geral do corpo humano: anatomia e fisiologia do sistema ósseo, articular, muscular, circulatório e respiratório, explorando fundamentalmente as noções de forma e relações entre estruturas principais estruturas anatômicas do corpo humano, reconhecimento da nomenclatura e posição anatômica. Introdução à Fisiologia. Homeostase celular e sistêmica. Fisiologia e fisiopatologia muscular esquelética, lisa e cardíaca. Fisiologia do sistema nervoso autônomo. Fisiologia e fisiopatologia cardiovascular, respiratória, renal, hidroeletrolítica e acidobásica.

Objetivo Geral: Instrumentalizar o PSP sobre uma visão panorâmica, didática e objetiva dos aspectos morfológicos relevantes do sistema orgânico do homem, proporcionando informações sobre anatomia macroscópica e, ao mesmo tempo, salientando a importância da relação entre a estrutura e a função no sentido de preparar o PSP para atuação profissional com base nos conhecimentos sobre o funcionamento e a estrutura geral de ossos, articulações, músculos esqueléticos e sistema nervoso periférico do corpo humano e integrar a anatomia com outras ciências biológicas e médicas.

Bibliografia Básica:

DÂNGELO, G. J. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3.ed. São Paulo: Atheneu. 2000.

MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne MR. **Anatomia Orientada para a Clínica**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. Traduzido por Giuseppe Taranto. 8 ed. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, v. 83, 2016.

SOBOTTA, Johannes. PAUSEN, Friedrich; WASCHKE, Jens. **Atlas de anatomia humana**. 24. ed. S. 1: Guanabara Koogan, 2018. 1164p. ISBN 9788527732376 (3 volumes: v.1 Anatomia geral e sistema muscular; v. 2 órgãos internos; v. 3 cabeça, pescoço e neuroanatomia; quadros de músculos, articulações e nervos).

Bibliografia Complementar:

DA CRUZ CARVALHO, Leandro Paim *et al.* Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v. 19, n. 1, p. 16-23, 2020.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. Porto Alegre: ARTMED. 1996.

PEREIRA, Catarina; BRAVO, Jorge. **Fisiologia e Exercício-Testes laboratoriais para avaliação do rendimento em diferentes condições de esforço**. 2018.

Disciplina: Combate a Incêndio Urbano**Período Letivo: 1º****Carga Horária: 90 horas****Créditos: 6 créditos**

Ementa: Teoria geral do fogo. Estudo das técnicas e táticas utilizadas no combate a incêndio urbano. Apresentação e uso dos equipamentos para combate a incêndio urbano.

Objetivo Geral: Preparar o discente para atuar em combate a incêndio urbano, por meio da adoção de técnicas e táticas de combate com empregos de recursos, por meio da aplicação de procedimento operacional padrão.

Bibliografia Básica:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, **Manual Básico de Combate a Incêndios**. Módulo 3 – Técnicas de Combate a Incêndio. 2. ed. 2009. Disponível em: https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/combate_incendio_modulo_3.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual Básico de Combate a Incêndios**. Módulo 4 – Técnicas de Combate a Incêndio. 2. ed. 2009. Disponível em: https://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/bitstream/123456789/335/4/incendio_modulo_4_tatica_combate.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

DUTRA, Alexandre Correa. **Operações de Resgate em Espaço Confinado**. Santa Catarina. 2007.

FREITAS, Rodrigo Almeida. **Prevenção e Combate a Sinistro**. 1. ed. **Editora: IESDE BRASIL S.A.**, 2019. 140 p.

GOMES, Arthur. **Salvamento e Desencarceramento**. Vol XI. 2005. Escola Nacional de Bombeiros. Sintra-Portugal.

JÚNIOR, Abel Batista Camillo. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios**. 15. ed.

Editora: Senac São Paulo, 1999. 247 p.

RODRIGUES, Jose Eduardo; SANTOS, Rosangela Helena Pereira dos; BARROS, Benjamin Ferreira de. **NR-33 Guia Prático de Análise e Aplicações: Norma Regulamentadora de Segurança em Espaços Confinados**. 1. ed. Editora: Érica, 2012. 192 p.

SEITO. Alexandre Itiu, *et. al.* **A Segurança contra Incêndios no Brasil**. São Paulo: Projeto editora, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Francisco B. **Manual de instruções Técnico-profissional - Salvamento**. Brasília: [s.n.], 2006.

ANTÔNIO, Antônio dos Santos. **Manual do Fundamento do Corpo de Bombeiros**. 2 ed. São Paulo. 2006.

DE OLIVEIRA, Marcos. **Comando e Controle em Operações de Combate a Incêndios**. Santa Catarina, 2007.

Disciplina: Legislação Institucional e Ética Profissional

Período Letivo: 1º

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2 créditos

Ementa: Legislação institucional: Organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - Lei Complementar nº 131/2021. Norma estatutária dos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Tocantins - Lei 2.578/2012. Aspectos gerais das promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - Lei 2.665/2012. Ética: Conceitos de Deontologia; Teoria e aplicações no CBMTO; Distinção entre ética e moral; Normas sociais, morais e jurídicas; Homem e a consciência reflexiva; A ética e as diferentes concepções; A crítica, a liberdade e o livre arbítrio; Declaração Universal dos Direitos do Homem; Moralidade técnico-administrativa.

Objetivo Geral: Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; Compreender a Organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – Lei Complementar nº

131/2021. Inferir e examinar as informações concretas sobre a Norma estatutária dos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Tocantins - Lei 2.578/2012. Compreender os aspectos gerais das promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – Lei 2.665/2012. Compreender conceitos de Deontologia; Teoria e aplicações no CBMTO. Fazer distinção entre ética e moral; Normas sociais, morais e jurídicas; A ética e as diferentes concepções.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de Ética Geral e Profissional**. 13. ed. Editora: Vozes, 2014. 112 p.

DE SÁ, Antônio Lopes. **Ética Profissional**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. *E-book*. pi ISBN 9788597021653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021653/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NALINI, José Renato. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 13 ed. Editora: Vozes, 2014.

REIS, Luciano Gomes dos.; *et.al.* **Ética e legislação profissional**. S. l.: Pearson, 2013. 176p.

TOCANTINS. **Lei Complementar nº 131, de 31 de setembro de 2021**. Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência. Palmas, TO: [s. n.], 2021. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_131-2021_56556.PDF. Acesso em: 11 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei n. 2.665, de 18 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre as promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, e adota outras providências. Palmas, TO: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/291675>. Acesso em: 11 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012**. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Palmas, TO: [s. n.], 2012. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_2578-2012_66938.PDF. Acesso em: 11 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

DE SÁ, Antonio Lopes. **Ética profissional**. Atlas, 1996.

KIPPER, Délio José. **Ética e prática: uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NJAINE, Kathie *et al.* **Impactos da violência na saúde**. Editora Fiocruz, 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 34a ed. São Paulo:Atlas, 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 35a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 35a ed. São Paulo:Malheiros, 2022.

Disciplina: Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
Ementa: Teoria do fogo. Técnicas e táticas de combate. Equipamentos.	
Objetivo Geral: Preparar os discentes por meio de conhecimentos teóricos e práticos, para atuar em atividades de combate a incêndios florestais, apresentando conceitos, materiais, equipamentos e comunicações concernentes às operações de combate a incêndios florestais.	
Bibliografia Básica:	
BRIANEZI, Daniel, <i>et al.</i> Incêndio Florestal: princípios, manejo e impacto. Viçosa, MG: Editora UFV, 2018.	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Manual Operacional de Bombeiros: Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Goiânia, 2017. 260 p. : il. Disponível em: https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/MOB-FLORESTAL.pdf . Acesso em: 20 jan. 2022.	
SOARES, Ronaldo Viana; BATISTA, Antonio Carlos; TETTO, Alexandre França. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. 2. ed. Editora: Produção Independente, 2017.	
Bibliografia Complementar:	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO. Manual de Combate a Incêndio Florestal. Cuiabá, 2021. 126 p. Disponível em: http://www.cbm.mt.gov.br/arquivos/File/MANUAIS/MANUAL%20DE%20COMBATE%20A%20INCENDIO%20FLORESTAL.pdf . Acesso em: 20 jan. 2022.	
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Manual de Prevenção e Combate de Incêndios Florestais. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2020. 179 p. Disponível em: https://www.cemig.com.br/wp-content/uploads/2021/03/manual-prevencao-combate-incendios-florestais.pdf . Acesso em: 20 jan. 2022.	

Disciplina: Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
Ementa: O Trabalho do bombeiro militar e a saúde ocupacional do bombeiro militar. Saúde mental	

e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública. O processo saúde doença relacionado ao trabalho do Profissional de Segurança Pública. Transtornos mentais mais comuns que afetam a vida e o trabalho do Profissional de Segurança Pública, tais como transtorno de ansiedade, distúrbios do sono e distúrbios psicossomáticos, estresse psíquico, desajustamento psicossocial, depressão, o transtorno bipolar e o abuso de substâncias, desejo de morte e suicídio, desconfiança no próprio desempenho.

Objetivo Geral: Identificar as especificidades do trabalho do bombeiro no que se refere à sua exposição ao risco. Desenvolver conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia no intuito de promoção do autocuidado e de prevenção ao adoecimento psíquico. Desenvolver nos Profissionais de Segurança Pública, a percepção dos riscos psicossociais inerentes a profissão e implementar medidas de prevenção ao longo da vida e do trabalho e aplicabilidade de habilidades sociais e emocionais em situações de estresse e/ou vulnerabilidades emocionais.

Bibliografia Básica:

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4th ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015.

BARBOSA, Jessica Silva de Siqueira; SANTANA, Márcia Gracielly Râbello; MACÊDO, Shirley. **Sintomas Psicossomáticos e estresse no trabalho de bombeiros militares: tecendo relações**. LUMEN, Recife, v. 29, n. 1, p. 09-26, jan./jun., 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Estresseembombeirosmilitares%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Estresseembombeirosmilitares%20(3).pdf) . Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia**. Florianópolis: CEPED, 2010. 156 p. Disponível em: https://www.cepud.ufsc.br/wp-content/uploads/2009/01/EaD-Psicologia-Livro_Psicologia-completo1.pdf . Acesso em: 14 fev. 2022.

BREDA, Karine Trarbach de Oliveira; MORAES, Thiago Drumond Moraes. **A profissão de bombeiro militar: sofrimento e prazer, riscos e proteção**. Estudos Contemporâneos da Subjetividade [online]. 2020, v. 10, n. 1, p. 34-46. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2994>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRUCK, Ney Roberto Vátimo. **Primeiros Auxílios Psicológicos**. Porto Alegre: Gênese Artes Gráficas e Editora, 2009.

DAL FORNO, Cristiano. **Especificidades da experiência profissional de bombeiros**. Porto

Alegre, 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Faculdade de Psicologia, PUCRS. Porto Alegre, 2015. Disponível em:<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6029/2/468944%20-%20Texto%20Parcial.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2011.

MIRANDA, Dayse. **Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do estado do Rio de Janeiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

BRASIL. **Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública**. Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (SEGEN). Universidade Federal de Santa Catarina. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2020.

DA SILVA, Liliane Neris; SEHNEM, Scheila Beatriz. Avaliação da Saúde Mental de Policiais Militares. **Pesquisa em Psicologia** - anais eletrônicos, p. 43-60, 2018.

MURTA, Sheila Giardini. e (Org.) et al. **Prevenção e Promoção em Saúde Mental**. 1. ed. Editora: Sinopsys, 2015. 864.

PEREIRA, Marília. SOUGEY, EVERTON. **Padrões Cognitivos No Comportamento Suicida**. Editora: Appris, 2021. 99 p.

SERSON, Breno. **Transtornos de ansiedade, estresse e depressões: conhecer e tratar**. 1. ed. Editora: MG Editores, 2016. 200 p.

Bibliografia Complementar:

DAL FORNO, Cristiano; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Do Protocolo aos Desafios Cotidianos: a Experiência Profissional de Bombeiros Militares. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2019, v. 39, e184306. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184306>. Epub 29 Jul 2019. ISSN 1982-3703. Acesso em: 14 fev. 2022.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez-Obore, 2015.

DINIZ, Denise Pará. **Qualidade de vida**: Saúde e trabalho. 2. ed. Editora: Editora Manole, 2013. 284 p.

GIGLIO-JACQUEMONT A. **Urgências e Emergências em saúde**: perspectivas de profissionais e usuários. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

GOULART JÚNIOR, Edward *et. al.* Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 110-122, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/135156>. Acesso em: 15 fev. 2022.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 4, p. 757-763, 2007.

LIMA, Eduardo de Paula; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; BARRETO, Sandhi Maria. Prevalência de depressão em bombeiros. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2015, v. 31, n. 4, p. 733-743. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053414>. ISSN 1678-4464. Acesso em: 15 fev. 2022.

LIMA, Eduardo de Paula; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; BARRETO, Sandhi Maria. Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em Bombeiros de Belo Horizonte, Brasil: Prevalência e Fatores Ocupacionais Associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. 2015, v. 31, n. 2, p. 279-288. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-37722015022234279288>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MENDONÇA, Leonardo Teixeira. **Saúde ocupacional dos Bombeiros Militar de Minas Gerais no município de Uberlândia**. 2020. 76 f. Dissertação do (Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31441/1/SaudeOcupacionalBombeiros.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE; CONSTANTINO, P. (EDS.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2008.

OLIVEIRA, Karine Trarbach de; MORAES, Thiago Drumond. Saúde mental e trabalho em profissionais do corpo de bombeiros militar. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 1388-1397, mar. 2021. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572021000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 fev. 2022.

OLIVEIRA, Marisa Augusta de; OLIVEIRA, Simone Santos. A face humana do herói: análise do processo saúde-doença de bombeiros a partir de comunidades virtuais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2020, v. 24, e190252. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SgPr4HRvR6xx3V3Hxp3cpJH/?format=pdf&lang=pt>. Epub 24 Out 2019. ISSN 1807-5762. Acesso em: 09 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Primeiros Cuidados Psicológicos**: guia para trabalhadores de campo. Brasília, DF: OPAS, 2015.

RAFALOSKI, Alessandra Rossoni *et al.* Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. **Saúde em Debate** [online]. 2020, v. 44, n. spe2, p. 230-241. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E216>. Epub 05 Jul 2021. ISSN 2358-2898. Acesso em: 09 fev. 2022.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BORGES, Kelvia Maria Oliveira *et al.* **Abordagem na tentativa de suicídio**: manual teórico-prático para profissionais da segurança pública. Editora FAMPER, 2018.

COSTA, Samuel. **Psicologia Militar - Sob Tensão - Estresse e Emoção**. Editora: Silva Costa, 2018.

GONÇALVES, Thaís. **Estresse, depressão e ansiedade**: um enfoque sobre a saúde mental do policial militar. 2018.

NJAINE, Kathie *et al.* **Impactos da Violência na Saúde**. Editora Fiocruz, 2020.

THORNICROFT, Graham; TANSELLA, Michele. **Boas Práticas em Saúde Mental Comunitária**. 1. ed. Editora Manole, 2009. 196 p.

Disciplina: Salvamento Terrestre I

Período Letivo: 1º

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2 créditos

Ementa: Conceituação e generalidades. Materiais e equipamentos empregados no salvamento terrestre. Salvamento com macas e escadas. Salvamento em poço ou fosso. Salvamento em elevadores. Noções de busca e resgate em áreas colapsadas. Corte de árvore. Contenção mecânica de animais e insetos. Outros salvamentos.

Objetivo Geral: Capacitar os discentes com competências e habilidades para executar as ações de Salvamento Terrestre empregando, de forma correta, as técnicas e os equipamentos necessários ao cumprimento da missão, bem como utilização das tecnologias, inerente a área, disponíveis no CBMTO.

Bibliografia Básica:

CHAGAS, Sergio Luiz. **Resgate em Espaço Confinados**. 1. ed. Editora: Fontenele.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Manual Operacional de Bombeiros: **salvamento terrestre**. Goiânia, 2018. 390 p.: il. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/MOB-Completo.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

FIGUEIRÔA, Walker Gomes. **Cavernas - Técnicas Verticais e Auto-Resgate**. 2007.

VASCONCELLOS, Vasco. **Bombeiros: homens fantásticos**. S. l: 2019. 160p.

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE. **Manual de Resgate Veicular**. 1. ed. Sergipe, 2012. Disponível em: <https://cbm.se.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Manual-de-Resgate-Veicular.pdf>. Acesso: 14 fev. 2022.

NETTO, Sérgio de Oliveira. **A influência do comportamento da vítima nas Operações de Busca e Salvamento Terrestre**: (procurando nos lugares certos). 2. ed. Editora: Marumby, 2021. 97 p.

OLIVEIRA NETTO, Sérgio de. **Busca e salvamento terrestre**: para que outros possam viver. S. l.: S. n., 2018. 125p.

Disciplina: Salvamento em Altura**Período Letivo: 1º****Carga Horária: 90 horas****Créditos: 6 créditos**

Ementa: Conceituação e generalidades. Técnica de Administração da Segurança – Cuidados, tipos e importância. Relação de nós e amarrações mais utilizados. Multiplicação de força - Teoria, emprego de materiais, tipos de sistemas, tipo de vantagem mecânica, captura e progresso. Atividades em altura - Aplicações práticas com cabos, voltas e nós – Técnicas de rapel. Técnicas de auto-resgate. Técnicas de resgate – Içamentos, Tirolesa, plano inclinado, plano vertical, etc. Técnicas de Ascensão – Formas e meios de se escalar. Salvamento em altura/resgate em altura. Resgate com utilização de pranchas e sistemas de multiplicação de forças.

Objetivo Geral: Preparar os bombeiros militares em formação para correta execução das técnicas de Salvamento em Altura, além da utilização dos equipamentos e tecnologias associados às mesmas.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, Eduardo José Slomp. **Resgate Vertical**. 2. ed. Editora: Associação da Vila Militar, 2016. 298 p.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Salvamento em Altura – MSA. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros**, v. 26, 2006. Disponível em: <https://www.bombeiros.com.br/imagens/manuais/manual-26.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PERES, Ricardo. **OARC – Operações de acesso e resgate por cordas**: NBR 16.710 – Líder. 8.

ed. São Paulo: W1 Perez Segurança do Trabalho, 2021. 249p.

SUEOKA, Júnia Shizue; FREIXO, José Alexander de Albuquerque; TAVERNA, Michelle. **Transporte e resgate aeromédico**. Gen; Guanabara Koogan, 2021. 208p. ISBN 978-8595157774

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros: salvamento em altura**. Goiânia, 2017. 334 p. : il. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/MOB-SALVAMENTO-EM-ALTURA-1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

MARINHO, Ricardo. Nr35. **Segurança no Trabalho em Altura. Procedimentos e Práticas**. 1. ed. Editora:Viena, 2016. 256 p.

SOUZA, Fábio. **Acima**: Coletânea técnica sobre segurança nos trabalhos em altura, espaços confinados, acesso por cordas, resgate industrial e afins. 1. ed. 206 p.

Disciplina: Sistema de Comando de Incidentes

Período Letivo: 1º

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2 créditos

Ementa: Conceito de Sistemas de Comando de Incidentes; Estruturas do SCI; Aspectos operacionais do Sistema de Comando de Incidentes.

Objetivo Geral: Criar condições para que o soldado do CBMTO possa atuar, dentro do seu nível de responsabilidade, em situações que envolvam comando, controle e a coordenação, em resposta a situações de emergência e eventos de grande concentração de público.

Bibliografia Básica

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI**. Brasília, DF: CBMDF, 2011. Disponível em: https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/manual_sci_livro6.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPIRITO SANTO . **Sistema de Comando em Operações (SCO)**. Disponível em:

<https://defesacivil.es.gov.br/Media/defesacivil/Capacitacao/Apostila%20de%20SCO.pdf>. Acesso

em: 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, Marcos de. **Sistema de Comando em Operações–Guia de Campo**. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. Disponível em: <https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Guia-Sistema-de-Comando-em-Opera%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PEREZ, Rubens César. **Formulários do sistema de comando de incidentes**. S. l: s. n., s. d.

PEREZ, Rubens César. **Emergências tecnológicas**. 2. ed. S. l: s. n., s. d.

SOUZA, Wanderley Mascarenhas de; COUTO, Márcio Santiago Higashi; RACORTI, Valmor Saraiva; AGUILAR, Paulo Augusto. **Sistema de gerenciamento de incidentes e crises**. S. l: Cone. 2021, 210p. ISBN 978-6586179033.

Bibliografia Complementar

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Sistema de Comando de Operações em Emergência – MSICOE. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros**, v. 37, 2006. Disponível em: <https://wandersonmonteiro.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/07/mtb-37-sistema-de-comando-e-operac3a7c3b5es-emergenciais1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Disciplina: Sistema de Proteção e Defesa Civil

Período Letivo: 1º

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2 créditos

Ementa: Aspectos Legais da Defesa Civil. Ações práticas do Sistema de Defesa Civil. A Situação de emergência. O estado de calamidade pública. FIDE: Formulário de Informações do Desastre. A Defesa Civil no Tocantins. Comitê do Fogo. Formação de Brigadas.

Objetivo Geral: Capacitar os alunos no exercício da atividade de Proteção e Defesa Civil, através de conhecimentos práticos e teóricos sobre o tema, ajudando a desenvolver habilidades e competências para ações de prevenção e uma postura reativa quanto à resposta aos desastres.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.

Brasília, DF, Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil dentre outros. Brasília, DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10593.htm. Acesso em: 21 dez. 2021.

CASARIM, Alexandre Humia. **Gestão em rede para redução e resposta de acidentes e desastres por meio da expansão dos Corpos de Bombeiros**. 1. ed. Editora: Appris Editora, 2019. 171 p.

FALCÃO, Luiz Fernando dos Reis. **Suporte avançado no atendimento a desastres**. 1. ed. Editora: Manole, 2012. 110 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Instrução Normativa nº 36 de 04 de dezembro de 2020. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos. **Diário Oficial da União**: edição 233: seção 1. Brasília, DF, 2020, p. 16, 07 dez. 2020.

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Portaria nº 04 de 23 de fevereiro de 2021. Estabelece os requisitos e prazos para a solicitação e realização do curso de brigada para os municípios no âmbito da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: nº 5794. Palmas, TO, 2021, p. 21, 23 jan. 2021.

LINO, Antonio Geraldo Hiller. **Proteção e Defesa Civil** [livro eletrônico]. Curitiba: nter Saberes, 2018. ISBN 978-85-5972-805-7. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/160328>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SAUSEN, Maria; LACRUZ, Maria Sílvia Pardi (org.). **Sensoriamento remoto para desastres**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. *E-book*. ISBN: 9788579751752. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/181533>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Disciplina: Sistemas e Informática do CBMTO	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
Ementa: Sistemas Administrativos e Operacionais. Sistema de Gestão de Documentos. Noções básicas de intranet. Sistema de vistorias de projeto. Redação Técnica e procedimentais.	
Objetivo Geral: Desenvolver habilidade para operar todos os sistemas de informática utilizado no CBMTO.	
Bibliografia Básica:	
MARTINELLI, Dante Pinheiro; VENTURA, Carla Aparecida Arena; LIBONI, Lara Bertocci; MARTINS, Talita Mauad (Orgs.). Teoria geral dos sistemas . São Paulo: Saraiva, 2012. 215 p. ISBN 9788502180390. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502180390/ . Acesso em: 11 nov. 2024.	
STAIR, Ralph; Reynolds, George. Princípios de Sistemas de Informação . 3. ed. Editora: Cengage Learning, 2015. 752 p.	
TOCANTINS. CBMTO - AVA (bombeiros.to.gov.br) – Ambiente Virtual de Aprendizado do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Chamilo – Chamilo.org – Site da plataforma Chamilo. Acesso em: 15 de fev. de 2022.	
TOCANTINS. CBMTO (bombeiros.to.gov.br) – Intranet do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Acesso em; 15 de fev. de 2022.	
VELLOSO, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos . 11ª edição. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2022. <i>E-book</i> . p.iv. ISBN 9788595159099. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595159099/ . Acesso em: 11 nov.	
Bibliografia Complementar:	
ALVES, William Pereira. Informática Fundamental: Introdução ao Processamento de Dados . Editora Érica: São Paulo, 2010.	

FERREIRA, Maria Cecília. **Informática Aplicada**. 3. ed. Editora Érica, 2017. 184 p.

KROENKE, David M. **Sistemas de informação gerenciais**. 1. ed. Editora: Saraiva Uni.

TOCANTINS. Prevenir (bombeiros.to.gov.br) – Sistema Prevenir do Corpo De Bombeiros Militar do Tocantins. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

TOCANTINS. SIOCB (bombeiros.to.gov.br) – Sistema de Ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

TOCANTINS. SGD (sgd-treina.to.gov.br) – Sistema de Gestão de documentos. Governo do Tocantins. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar II	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
Ementa: Capacitação para entender e aplicar na prática os seguintes conceitos: Queimaduras e Emergências Ambientais. Emergência Médica Circulatória. Emergências Médicas Respiratórias (EMR). Convulsão, Diabete e Abdômen Agudo. Parto Emergencial. Intoxicação. Relatórios, Comunicações e Preparativos para outras Chamadas. Triage. Pacientes com Necessidades Especiais. Emergências Pediátricas. Afogamento e Acidentes de Mergulho.	
Objetivo Geral: Capacitar o discente para atuar em atendimentos e socorro a pessoas em situação de traumas e emergências clínicas.	
Bibliografia Básica:	
BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde – SAS. Departamento de Atenção Hospitalar às Urgências – DAHU. Coordenação Geral da Força Nacional do SUS – CGFNS. Protocolos de Suporte Avançado de Vida . Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf . Acesso em: 11 fev. 2022.	
BROUGHTON, William. AMLS: Advanced Medical Life Support . 2018.	
COSTA, Fernanda Ariane Mendes; GUIMARÃES, Helio Penna. Primeiros Socorros - Guia	

para Profissionais. 1. ed. Editora: Editora dos Editores, 2018. 199 p.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **PHTLS:** Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado. 9. ed. Editora: Jones & Bartlett, 2016. 709 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO. **Pré- Hospitalar.** 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. ISBN 978- 85- 204- 4131-2.

TEUBEN, Michel *et al.* Improved pre-hospital care efficiency due to the implementation of pre-hospital trauma life support (PHTLS®) algorithms. **European Journal of Trauma and Emergency Surgery**, v. 46, n. 6, p. 1321-1325, 2020.

Bibliografia Complementar:

AEHLERT, Barbara. **ACLS Suporte Avançado de Vida em Cardiologia.** 5. ed. Editora: ELSEVIER EDITORA LTDA BRASIL, 2017.

NUNES, TARCIZO, Afonso; MELO, Maria do Carmo Barros de; SOUZA, Cláudio de. **Urgência e Emergência Pré-hospitalar.** ISBN: 9788588361324

SANTOS, Daniel de Carvalho Oliveira. **Prevenção aquática:** uma análise das ações do CBMDF voltadas à redução dos casos de afogamento no Distrito Federal. 2020.

SHAH, Ashfaq Ahmad *et al.* Disaster risk management insight on school emergency preparedness—a case study of Khyber Pakhtunkhwa, Pakistan. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 51, p. 101805, 2020.

Disciplina: Atendimento a Tentativas de Suicídio

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 60

Créditos: 4 créditos

Ementa: Teoria do Suicídio (Suicidologia): Conceito, histórico, fases do suicídio, tipos gerais de pensamentos suicidas, efeito werther, efeito papageno, fatores de risco, fatores de proteção, gatilhos e âncoras, fenômeno de inversão de fator. Teoria do Triângulo da Vida. Características das Vítimas em Tentativa de Suicídio. Intervenção à Tentativa de Suicídio. Gerenciamento Operacional em Ocorrências de Tentativa de Suicídio. Sistema de Comando de Incidentes aplicada à tentativa de suicídio. Intervenção Baseada em Escuta e Diálogo (IBED) em tentativa

de suicídio. (Escuta Ativa e Empática, Comunicação Assertiva e Comunicação Não Violenta e Busca de Sentido na fala da Vítima). Intervenção em linhas paralelas: comunicação e o plano B da utilização da intervenção de contenção física (também chamada de intervenção tática). Simulados operacionais em tentativas de suicídio: fazer para aprender.

Objetivo Geral: Apresentar conhecimentos básicos em Atenção e Atendimento a Tentativa de Suicídio. Técnicas, ferramentas e procedimentos adequados para a atuação em ocorrências desta natureza, bem como o gerenciamento destas, nas dimensões operacional do CBMTO.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Francisco Gledson et al. **OTS, Orientações em Tentativas de Suicídio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará**. Publicado no boletim 059 do comando geral do CBMCE, março de 2022.

BERTOLETE, José Manoel. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: São Paulo, 2017.

CASSORLA, R. M S. **Estudos sobre suicídio**: Psicanálise e saúde mental. Editora Blucher, 2021. E-book. ISBN 9786555062908. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555062908/>. Acesso em: 15 de maio, 2024.

COUTO, Márcio Santiago Higashi; OLIVEIRA, Onivan Elias de; PAIXÃO SOUSA, José Edir. **Suicide by Cop**. Editora Ideia. João Pessoa: Paraíba, 2021.

DAMIANO, Rodolfo F.; LUCIANO, Alan C.; CRUZ, Isabella D'Andrea Garcia da; e outros. **Compreendendo o suicídio**. Editora Manole, 2021. E-book. ISBN 9786555765847. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555765847/>. Acesso em: 15 de maio, 2024.

D'ASSUMPÇÃO, E. A. **Suicídio**: como entender e lidar com essa trágica realidade. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MIRANDA, Dayse Assunção et al. (SOUSA, José Edir Paixão de, SILVA, Alexandra Valéria Vicente da) in: **Cartilha de Prevenção de Suicídio na Segurança Pública, Secretária de Segurança Pública do Distrito Federal**, Brasília, 2020. Páginas 65-69.

McMAINS, J C; MULIINS, W C. **Crisis Negotiations: Managing Critical Incidents and Hostage Situations in Law Enforcement and Correction**. 5th edition. Routledge: New York, 2015. Capítulo 07.

NUNEZ, Diego Oscar et al. (SOUSA, José Edir Paixão de) in: **Psicologia de La Emergencia**. Paginas 233-239 e 241-246.

PAIXÃO SOUSA, José Edir et al. **Abordagem na tentativa de suicídio: manual teórico prático para profissionais da segurança pública**. Inesp, Ceará: Fortaleza, 2018.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Alan. **A matriz curricular nacional de bombeiros militares: uma abordagem sobre a intervenção em crises suicidas**. TCC. Academia Estadual da Segurança Pública do Ceará. Fortaleza/CE, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Suicídio: informando para prevenir**. Brasília: CFM/ABP, 2014.

BARBAGLI, M. **O suicídio no Ocidente e no Oriente**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BERTOLETE, J. M. **O suicídio e a sua prevenção**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CAMUS, A. **O mito de Sísifo** / Albert Camus; tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. – Rio de Janeiro: Record, 2010. 138p.

CHAVES, Elaine. **Terapia cognitivo-comportamental para comportamentos suicidas**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. Ebook. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2024.

CASSORLA, R. M S. **Suicídio: Fatores Inconscientes e Aspectos Socioculturais: uma introdução**. Editora Blucher, 2017. E-book. ISBN 9788521212539. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521212539/>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

Dantas AP, Azevedo UN, Nunes AD, Amador AE, Marques MV, Barbosa IR. **Analysis of suicide mortality in Brazil: spatial distribution and socioeconomic context.** Braz J Psychiatry. 2018;40(1):12-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/BzsX5pVhv8pqTsGdh3r8pmH/>. Acesso em: 09 de abr. de 2024.

DURKHEIM, E. (1897). **O suicídio: um estudo sociológico.** Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

EM Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, OMS ressalta importância de parcerias e ações de combate. ONU News, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1725792>. Acesso em: 09 de abr. de 2024.

GEORGES, M. **História do Suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária.** Traduzido por Fernando Santos. – São Paulo: Editora Unesp, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICIDIO. Boletim IPPE 2023: Notificações de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre profissionais de segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro, 2023.

KLONSKY, E. D. et al. **Nonsuicidal Self-Injury: Advances in Psychotherapy Evidence-Based Practice.** Hogrefe. 2011.

LIMA, M A S. **O Programa de Metas da Segurança Pública do Estado do Ceará e a Participação do Corpo de Bombeiros Militar – uma análise qualitativa (2014 - 2019).** Revista científica segurança em foco / Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. – Vol. 2, n. 2 (Nov. 2019) - p95-108– Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, INESP, 2019-v.; 26 cm.

MARTINS, R. H. **Prevenção de Suicídios por Precipitação à Luz das Normas Técnicas de Segurança contra Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (CBMCE).** Trabalho de Conclusão de Curso. Academia Estadual da Segurança Pública do Ceará. Fortaleza/CE, 2019.

McMAINS, J C; MULIINS, W C. **Crisis Negotiations: Managing Critical Incidents and Hostage Situations in Law Enforcement and Correction.** 5th edition. Routledge: New York, 2015.

O'CONNOR R. **Wen it is Darkest: Why People Die by Suicide and What We Can Do to**

Prevente It. Vermilion: London, 2021.

SOUSA, José Edir Paixão de. PAIXAO, Evna America de Aquino Leitaó. **Saúde e Trabalho na segurança pública**: reflexoes científicas e experiencias práticas. Inesp, Fortaleza, 2022.

SHNEIDMAN, E S. **The Suicidal Mind**. Oxford Univsersity Press, Oxford, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Preventing Suicide a Global Imperative**: myths. 2014. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/myths.pdf?ua=1. Acesso em: 02 abr. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). (2021) Suicide Worldwide in 2019: **World Health Estimates**. Publicado em 16 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>. Acesso em: 15 ago. 2021.

Disciplina: Direito Penal Militar	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 2 créditos
<p>Ementa: Da aplicação da Lei Penal Militar aos militares federais, estaduais e civis. Princípios penais. A ação, a omissão e a relação de causalidade. Tipo e tipicidade. O dolo e a culpa. Erro de tipo e de proibição. Da ilicitude e as causas de sua exclusão. Da imputabilidade penal. Da culpabilidade e causas de exclusão da culpabilidade. Coação irresistível e obediência hierárquica. Concurso de pessoas e concurso de crimes. Do crime consumado e tentado. Das excludentes do crime e das excludentes da culpa. Das penas principais e das penas acessórias. Da ação penal militar e da extinção da punibilidade. Dos crimes militares em tempo de paz. Dos crimes militares em tempo de guerra.</p>	
<p>Objetivo Geral: Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; Conhecer o conceito de Crime militar e os tipos penais em espécie.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FARIA, Marcelo Uzeda de. Direito Penal Militar. 5. ed. S. l: Juspodivm, 2017. 432p. ISBN 978-8544216583</p> <p>LAZZARINI, Álvaro. Militar. Coleção Mini Códigos. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p>	

NEVES, Cícero Robson Coimbra. STREIFINGER, Marcelo. **Manual de Direito Penal Militar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROSSETO, Ênio Luiz. **Código Penal Militar Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 012.

Bibliografia Complementar:

ASSIS, Jorge Cesar de. **Comentários ao Código Penal Militar: Comentários, Doutrina, Jurisprudência dos Tribunais Militares e Tribunais Superiores**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

ASSIS, Jorge Cesar de.; NEVES, Cícero Robson Coimbra.; CUNHA, Fernando Luiz. **Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

ASSIS, Jorge Cesar de. **Direito Militar - Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos**. 4. ed. Editora: Juruá, 2021. 324 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Militar Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SIMÕES, Mayke Medeiros. **Aspectos Polêmicos do Direito Penal Militar**. [S. l.: s. n.], 2015.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica I	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 60	Créditos: 4 créditos
Ementa: A ciência e os diferentes tipos de conhecimentos. Epistemologia da ciência. Conhecimento e métodos científicos: Tipos de pesquisa. Estrutura do projeto de pesquisa. Técnicas de estruturação e elaboração de projetos de pesquisa. Normas e Técnicas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos segundo a ABNT.	
Objetivo Geral: Capacitar o acadêmico no conhecimento das técnicas de estruturação e elaboração de trabalhos científicos e incentiva-lo para o processo de iniciação científica na Universidade.	

Bibliografia Básica:

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. *E-book*. ISBN: 9788576050476. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/341>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia científica**. 1. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017. *E-book*. ISBN: 9788564574595. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3063>. Acesso em: 12 nov. 2024.

TOMAINO, Bianca *et. al.* **Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2016. *E-book*. ISBN: 9788579872518. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37837>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2021. *E-book*. ISBN: 9786555062236 Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194651>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CASARIN, Helen de Castro Silva.; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012. *E-book*. ISBN: 9788582123942. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5992>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GASTRO, Glaudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Editora Pearson, 2006. *E-book*. ISBN: 8576050854. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/358>. Acesso em: 12 nov. 2024.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016. *E-book*. ISBN: 9788532618047. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54223>.

SANTOS, João A.; FILHO, Domingos P. **METODOLOGIA CIENTÍFICA** . 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. *E-book*. ISBN 9788522112661. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522112661/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Disciplina: Noções de Operações com Produtos Perigosos	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
<p>Ementa: Conceituação e histórico. Identificação dos produtos perigosos. Classes e subclasses de produtos. Simbologia e Descrição. Conceitos e Metodologia de uso do Manual ABIQUIM. EPI, Ferramentas e outros equipamentos. Órgãos de Ações. Operacionalidade. Utilização de softwares no atendimento de emergências com produtos perigosos.</p>	
<p>Objetivo Geral: Propor experiências de aprendizagem que propiciem ao aluno: Compreender o que são produtos perigosos e seus efeitos, noção básica; Conhecer os equipamentos de proteção individual necessários para atuação numa emergência com produtos perigosos; Desenvolver um dispositivo de segurança mínima para o atendimento às emergências; Saber se comportar e agir em uma emergência envolvendo produtos perigosos/emergências químicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARAÚJO, Giovanni Moraes. Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos. Gerenciamento de Emergência Química. 2. ed. Editora: Gerenciamento Verde (GVC), 2006. 948 p.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. Departamento Técnico, Comissão de Transportes. Manual para atendimento a emergências com Produtos Perigosos. 5. ed. São Paulo: ABIQUIM, 2016. Disponível em: www.abiquim.org.br. Acesso em: 10 fev. 2022.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. Departamento Técnico, Comissão de Transportes. Manual para atendimento a emergências com Produtos Perigosos. 7. ed. São Paulo: ABIQUIM.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 5.098, de 3 de junho de 2004. Dispõe sobre a criação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2, e dá outras providências. Brasília, 3 jun. 2004.</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Manual operacional: produtos perigosos. Goiânia: [s. n.], 2017. Disponível em: https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/01-MOB-Produtos-Perigosos-CBMGO-2017-Corrigido.pdf. Acesso em:</p>	

10 fev. 2022.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. **Manual de produtos perigosos**. São Paulo: [s. n.], 2020. Disponível em:

<http://200.144.30.103/siipp/arquivos/manuais/Manual%20de%20Produtos%20Perigosos.pdf>.

Acesso em: 10 fev. 2022.

LOZOVEY, João Carlos do Amaral. **Saúde em Contingência com Produtos Químicos: Estudo de Caso e Modelo de Gestão**. 1. ed. Editora: Saraiva, 2009. 256 p.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Giovanni Moraes. **Regulamentação do transporte terrestre de produtos perigosos comentada**: manual de MOPP, legislação de segurança, saúde e meio ambiente. 1º Ed. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 2001. 810p.

ALBUQUERQUE, Ana Gabriele Santos. **Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos: Studio e valutazione del trasporto stradale di merci pericolose in Brasile**. Italian Edition. Edizioni Sapienza, 2024. 56p.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. **Aloha software manual**. National Oceanic and Atmospheric Administration, Seattle, Washington, 2016.

Disponível em:

https://response.restoration.noaa.gov/sites/default/files/ALOHA_Examples.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

RESTANHO, Nilson. **Produtos perigosos: transporte de produtos perigosos (resolução ANTT 5848/19) comentada**. 1º Ed. Goiânia: Kelps, 2020.

SCHNEPP, Rob Hazardous. **Materials Awareness and Operations**. 3º Ed. Jones & Bartlett Learning. 2017. 482p.

Disciplina: Projeto Integrador I – Atividade de Extensão	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
Ementa: conceitos básicos e orientações, sobre temas relacionados a prática em combate a incêndio urbano e florestal, atividades de primeiros socorros, resposta a situações de emergência,	

saúde ocupacional do bombeiro militar, aspectos sobre proteção e defesa civil, relativos a ações de prevenção e postura reativa quanto à resposta aos desastres, técnicas de Salvamento em Altura e emprego das técnicas para executar as ações de Salvamento Terrestre, junto ao público alvo: comunidade, crianças e adolescentes oriundos de escolas públicas e privadas, Instituições de apoio social, Organizações sociais, Organizações privadas e crianças e adolescentes com idade entre 12 a 14 anos vinculados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM.

Objetivo Geral: integrar um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes, dos acadêmicos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública, obtidos nos componentes curriculares do primeiro semestre do Curso (Atendimento Pré-Hospitalar I, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, Sistema de Comando de Incidentes, Combate a Incêndio Urbano, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Sistema de Proteção e Defesa Civil, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre), para atuação no projeto – PROEBOM, a ser desenvolvido no município de Palmas – TO, visando auxiliar na assistência às crianças e aos adolescentes, que vivem em situação de vulnerabilidade e no trabalho informal.

Bibliografia Básica:

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4th ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar às Urgências. **Protocolos de Suporte Básico de Vida**. Brasília, DF, 2014.

BRIANEZI, Daniel, et al. **Incêndio Florestal: princípios, manejo e impacto**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC. Brasília, DF, Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI**. Brasília, DF: CBMDF, 2011. Disponível em: https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/manual_sci_1ivro_v6.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, Manual Básico de Combate a Incêndios. Módulo 3 – Técnicas de Combate a Incêndio. 2. ed. 2009. Disponível em: https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/combate_incendio_modulo_3.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Salvamento em Altura – MSA. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros**, v. 26, 2006. Disponível em: <https://www.bombeiros.com.br/imagens/manuais/manual-26.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CHAGAS, Sergio Luiz. **Resgate em Espaço Confinados**. 1. ed. Editora: Fontenele.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Manual Operacional de Bombeiros: salvamento terrestre. Goiânia, 2018. 390 p. : il. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/MOB-Completo.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Manual de Atendimento Pré-hospitalar. Palmas: CBMTO, 2021. Disponível em: <https://intranet.bombeiros.to.gov.br/files/bole/BOS1377-2021-08-02.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Manual de Combate a Incêndio Florestal**. Cuiabá, 2021. 126 p. Disponível em: <http://www.cbm.mt.gov.br/arquivos/File/MANUAIS/MANUAL%20DE%20COMBATE%20A%20INCENDIO%20FLORESTAL.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Sistema de Comando de Operações em Emergência – MSICOE. Coletânea de manuais técnicos de bombeiros, v. 37, 2006. Disponível em: <https://wandersonmonteiro.files.wordpress.com/2015/07/mtb-37-sistema-de-comando-eoperac3a7c3b5es-emergenciais1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Portaria nº 04 de 23 de fevereiro de 2021. Estabelece os requisitos e prazos para a solicitação e realização do curso de brigada para os municípios no âmbito da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: nº 5794. Palmas, TO, 2021, p. 21, 23 jan. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros: salvamento em altura.** Goiânia, 2017. 334 p.:il. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/MOB-SALVAMENTO-EM-ALTURA-1.pdf> . Acesso em: 14 fev. 2022.

DINIZ, Denise Pará. **Qualidade de vida: Saúde e trabalho.** 2. ed. Editora: Editora Manole, 2013.

DE OLIVEIRA, Marcos. **Comando e Controle em Operações de Combate a Incêndios.** Santa Catarina, 2007.

OLIVEIRA NETTO, Sérgio de. **Busca e salvamento terrestre: para que outros possam viver.** S. l.: S. n., 2018. 125p.

Disciplina: Salvamento Terrestre II	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 90 horas	Créditos: 6 créditos
Ementa: Salvamento com utilização de macas e escadas. Salvamento em elevadores. Salvamento em poço ou fosso. Salvamento em espaços confinados. Salvamento em silos. Noções de operações de deslizamentos. Noções de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas – BREC. Outros salvamentos.	
Objetivo Geral: Proporcionar uma compreensão teórica e prática das operações envolvendo o salvamento terrestre em sua diversidade de cenários, de operações e naturezas diversas de ocorrências envolvidas nesse contexto, empregando corretamente as técnicas e os equipamentos necessários ao cumprimento da missão, bem como utilização das tecnologias, inerente a área, disponíveis no CBMTO.	

Bibliografia Básica:

AGUIAR, Eduardo José Slomp. **Resgate Vertical**. Curitiba, Editora AVM. 2016;

CHAGAS, S.L. **Resgate em Espaços Confinados**. 1 ed. Fontenele Produções, São Paulo, 2018.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual operacional de bombeiros: salvamento terrestre**. Goiânia: 2017. 390 p.: il.

ESPÍRITO SANTO. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ES. **Manual de Resgate em Espaço Confinado**. Vitória, 2022.

NR 33. **Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados**. Portaria MTE n.º 1.690, de 15 de junho de 2022.

NBR 16.710-1: **Resgate técnico industrial em altura e/ou em espaço confinado**. Parte 1: Diretrizes para qualificação do profissional. Rio de Janeiro, 2020.

NBR 16.710-2: **Resgate técnico industrial em altura e/ou em espaço confinado**. Parte 2: Diretrizes para provedores de treinamento e instrutores para a qualificação do profissional. Rio de Janeiro, 2020.

SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros: Manual de Salvamento Terrestre**. 1ª ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.

Bibliografia Complementar:

DELFIN, Delgado. **Rescate Urbano em Altura**. Madrid. Editora Beata Rozga. 2000.

MANUAL DO ESPELEORESISTISTA - Spéléo Secours Français. Tradução de Bernardo Menegale Bianchetti, Carla Rizzo e Rodrigo Severo. 1. ed. – Brasília (DF): Spéléo Secours Français, 2017.

MANUAL TÉCNICO DE ESPELEOLOGIA - Escola Francesa de Espeleologia. Tradução de Bernardo Menegale Bianchetti e Rodrigo Severo. 1. ed. – Brasília (DF): 2019.

OARC. **Operações de Acesso e Resgate por Cordas**. NBR 16710 – Lider. 8ª ed. Task Academy: 2021.

STIHL. **Manual de instruções stihl:** Motosserras. Disponível em: [Manuaihttp://www.stihl.com.br/manuais-de-instrucoes.aspx](http://www.stihl.com.br/manuais-de-instrucoes.aspx). Acesso em: 19 jun. 2024.

Disciplina: Segurança Contra Incêndio e Emergência	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 90 horas	Créditos: 6 créditos
Ementa: Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência. Normas Técnicas de Segurança Contra Incêndio e Emergência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.	
Objetivo Geral: Preparar os discentes para atuarem na execução dos serviços técnicos de segurança contra incêndio e emergência aos níveis de vistorias e procedimentos administrativos à luz da legislação vigente no Estado do Tocantins, preparando os alunos para gerir as situações concretas com as quais irá deparar-se frente a esses serviços.	
Bibliografia Básica:	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Portaria nº13/2021/DISTEC, de 18 de agosto de 2021. Institui o relatório de vistoria e os checklists de vistoria técnica no âmbito dos serviços técnicos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências. Palmas, 18 ago. 2021. Disponível em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/port/nova/portaria_13_2021_distec_implementac%CC%83o_dos_checklists.pdf?v=1.0.63 . Acesso em: 02 fev. 2022.	
PEREIRA, Áderson Guimarães. Segurança contra incêndios: sistemas de hidrantes e mangotinhos. S. l: LTR, 2013. 136p.	
SEITO, Alexandre Itiu; GILL, Alfonso Antonio; PANNONI, Fabio Domingos; ONO, Rosaria; SILVA, Silvio Bento da; DEL CARLO, Ualfrido; SILVA, Valdir Pignatta e (Orgs.). A segurança contra incêndio no Brasil. 1. ed. São Paulo, SP: Brasil, Projeto Editora, 2008.	
SILVA, Valdir Pugnatta. Projeto de estruturas de concreto em situações de incêndio: conforme ABNT NBR 15200:2012. S. l: Blucher, s. d.	
TOCANTINS. Lei nº 3.798, de 13 de julho de 2021. Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência em edificações e áreas de risco no Estado, e adota outras providências. Palmas, 13 jul. 2021. Disponível em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/leis/lei_3798-2021_55359.pdf?v=1.0.64 . Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.	

Bibliografia Complementar

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 01.**

Procedimentos Administrativos. Palmas. [s. n.]. Disponível em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_01.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 08.**

Saída de Emergência em Edificações. Palmas. [s. n.]. Disponível em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_08.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev. de 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 12**

Brigada de Incêndio. Palmas. [s. n.]. Disponível em:

https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_12.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 13**

Iluminação de Emergência. Palmas. [s. n.]. Disponível em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_13.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 14**

Sistemas de detecção e alarme de incêndios. Palmas. [s. n.]. Disponível em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_14.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 15**

Sinalização de Emergência. Palmas. [s. n.]. Disponível em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_15.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 16**

Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio. Palmas. [s. n.]. Disponível em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_16.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 17**
Sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndios. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_17.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev.
2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 22**
Segurança Contra Incêndio para Líquidos Inflamáveis e Combustíveis. Palmas. [s. n.]. Disponível
em: https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_22_parte_1.pdf?v=1.0.46. Acesso
em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 23**
Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP.
Palmas. [s. n.]. Disponível em:
https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_23.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev.
2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 32**
Processo técnico simplificado. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_32.pdf?v=1.0.64. Acesso em: 02 fev.
2022.

PEREIRA, Áderson Guimarães. **Segurança contra incêndios**. São Paulo: LTR, 2009. 179p. ISBN
9788536114552.

RODRIGUES, João Paulo Correia; OLIVEIRA, Rafael Luiz Galvão de. **Dimensionamento de
estruturas em situação de incêndio**: segundo as normas brasileiras. S. l: Oficina de textos, s. d.

SILVA, Valdir Pignatta. **Segurança contra incêndio em edifícios**: considerações para o projeto de
arquitetura. São Paulo, SP: Blucher, 2018. *E-book*. ISBN: 9788521207818. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/215797>. Acesso em: 05 nov. 2024.

Disciplina: Segurança Aplicada ao Trabalho

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: O Trabalho do bombeiro militar e a saúde ocupacional do bombeiro militar.

Objetivo Geral: Identificar as especificidades do trabalho do bombeiro no que se refere à sua exposição ao risco. Compreender os conceitos fundamentais de saúde ocupacional e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Identificar os fatores que influenciam a saúde física e mental. Desenvolver estratégias para promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

Bibliografia Básica:

PAOLESCHI, Bruno. **CIPA - Guia Prático de Segurança do Trabalho**. São Paulo: Érica, 2009. E-book. ISBN 9788536517988. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517988/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

CHIRMICI, Anderson; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Rocha de. **Introdução à Segurança e Saúde no Trabalho**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. E-book. ISBN 9788527730600. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527730600/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ZOCCHIO, Álvaro. **Prática da prevenção de acidentes: ABC da segurança do trabalho**. São Paulo : Atlas, 2002. E-book. ISBN 9788522472994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522472994/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Bibliografia Complementar:

BARSANO, Paulo R.; BARBOSA, Rildo P.; SOARES, Suerlane Pereira da S. **Equipamentos de Segurança**. São Paulo : Érica, 2014. E-book. ISBN 9788536518008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518008/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MATTOS, Ubirajara. **Higiene e Segurança do Trabalho**. Rio de Janeiro : Elsevier. Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788595150959. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150959/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

SARAIVA. **Segurança e medicina do trabalho**. São Paulo : Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786555595635. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595635/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BARSANO, Paulo R.; BARBOSA, Rildo P. **Higiene e Segurança do Trabalho**. São Paulo : Érica, 2014. E-book. ISBN 9788536514154. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536514154/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ROJAS, Pablo R A. **Técnico em segurança do trabalho**. (Tekne). Porto Alegre : Bookman, 2015. E-book. ISBN 9788582602805. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602805/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Disciplina: Didática de Ensino	
Período Letivo: 3º	
Carga Horária: 30	Créditos: 2 créditos
<p>Ementa: A Didática e as questões epistemológicas: conceito e sentido da didática, objeto, relação didática e Segurança Pública. O processo interdisciplinar para produção do conhecimento. Metodologias ativas como favorecedora do processo ensino aprendizagem. Abordar estratégias, ferramentas de ensino-aprendizagem, que visam o desenvolvimento e o domínio necessário das práticas pedagógicas, capazes de motivar o aluno, no processo ensino- aprendizagem.</p>	
<p>Objetivo Geral: Capacitar o profissional de segurança pública no processo formativo voltado ao aperfeiçoamento contínuo do quadro de servidores internos, bem como de outros profissionais em assuntos de sua especialidade.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). Didática: Embates contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2010.</p> <p>FARIAS, Isabel Maria Sabino de. et al. Didática e docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2008.</p> <p>FREITAS, Luis Caros de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CRUZ, Giseli Barreto da; OLIVEIRA, Ana Teresa de C C de; NASCIMENTO, Maria das G C de A. Ensino de didática: entre ressignificações e possibilidades. 1. ed. Editora: CRV, 2017. 276 p.</p> <p>LIBLIK, Ana Maria Petraitis. Aprender didática – ensinar didática. 1. ed. Editora: InterSaberes, 2012. 144 p. ISBN: 9788582122846.</p> <p>LIBLIK, Ana Maria Petraitis. Aprender Didática, ensinar Didática. Curitiba PR IBPEX, 2019 Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5959. Acesso em: 19 nov. 2019.</p> <p>LIBLIK, Ana Maria PETRAITIS; Rosa Artini; REGINA, Laima Irene Liblik. Contextos Educacionais por uma educação integral e integradora de saberes. 1. ed. Curitiba:</p>	

Intersaberes, 2012. *E-book*. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5994>. Acesso em: 2 fev. 2022.

MIRANDA, Simão de. **Estratégias didáticas para aulas criativas**. 6. ed. Editora: Papyrus Editora, 2016. 128 p.

TOLEDO, José Carlos de. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. KAPUZINIAC, Célia. **DOCÊNCIA: Uma construção ético-profissional**. Campinas SP. Papyrus 2015. *E-book*. ISBN: 9788544902417. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205756>. Acesso em: 19 nov. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2011. *E-book*. ISBN: 8530800699. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2816>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Disciplina: Filosofia dos Direitos Humanos

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2 créditos

Ementa: Evolução e construção histórica dos direitos humanos, bem como sua conceituação e fundamentação. Compreensão dos direitos humanos como direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Direitos fundamentais, características e análise do artigo 5º da Constituição Federal. Os Mecanismos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos.

Objetivo Geral: Compreender os conteúdos ministrados a partir de uma análise sistemática, das normas constitucionais, conceitos doutrinários, jurisprudenciais e legais pertinentes a temática abordada. Contextualizar os acontecimentos jurídicos e sociais que gerem reflexos das regras constitucionais de forma multidisciplinar, reflexiva e crítica. Possuir capacidade e domínio jurídicos que sirvam como técnica, estratégia, articulação, para aplicação de conhecimentos com o propósito de dominar os princípios, conceitos e normas atinentes aos Direitos Humanos e suas implicações na sociedade.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier: Câmpus, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional** - 22ª Edição 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. ISBN 9788553622771. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622771/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 12 ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. ISBN 9786555599619. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599619/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 22ª Edição 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. ISBN 9788553621248. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621248/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Bibliografia Complementar:

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MOLINARO, Carlos Alberto; SARLET, Ingo Wolfgang; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária**. 13. ed. Belo Horizonte: Fórum, v.1, 2004.

PAIVA, Caio; ARAGON HEEMANN, Thimotie. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: CEI, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 10ª ed. 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. ISBN 9788553623365. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623365/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SILVA, Reinaldo Pereira. **Novos Direitos, Conquistas e Desafios**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2019.

Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública	
Período Letivo: 3º	
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 2 créditos
Ementa: Gestão Pública: aspectos conceituais, princípios; Planejamento do setor público; ferramentas gerenciais/ modernização do setor público; noções de orçamento público.	
Objetivo Geral: compreender, interpretar conceitos que regem a Administração Pública, suas especificidades; criar condições para que o profissional adquira visão crítica sobre formas de gestão pública, nas diversas esferas de governo; compreender o modelo de administração, voltados ao desempenho das funções técnico-administrativas; desenvolver habilidades para atuarem no planejamento, implementação de instrumentos de gestão, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados.	
Bibliografia Básica:	
<p>COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2010. <i>E-book</i>. ISBN 9788595152281. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152281/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>CURY, Antonio. Organização e Métodos - Uma Visão Holística, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. <i>E-book</i>. ISBN 9788597010039. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010039/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da Administração Pública: São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. <i>E-book</i>. ISBN 9788522126699. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126699/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Gestão Pública - Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização. São Paulo: Grupo GEN, 2017. <i>E-book</i>. ISBN 9788597013382. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013382/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio F.; FERREIRA, Maria das G. Gestão pública: Grupo GEN, 2012. <i>E-book</i>. ISBN 9788522475131. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475131/. Acesso em: 19 mai. 2023.</p> <p>OLIVEIRA, Saulo Barbará de. Instrumentos de gestão pública. Editora Saraiva, 2015. <i>E-book</i>. ISBN 9788502635975. Disponível em:</p>	

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635975/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução a gestão pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. *E-book*. ISBN 9788502617629. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502617629/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração – Vol. 2**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9786559770625. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770625/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

GONÇALVES, Guilherme C.; SILVA, Jorge Vieira da; SILVA, Vanessa F.; et al. **Planejamento e Orçamento Público**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9786581492557. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492557/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

LACOMBE, Francisco. **Teoria geral da administração**. Editora Saraiva, 2009. *E-book*. ISBN 9788502089181. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089181/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788597024753. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos: Uma Abordagem Gerencial**. Grupo GEN, 2013. *E-book*. ISBN 9788522482115. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522482115/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Gestão para resultados: atuação, conhecimentos, habilidades**. Grupo GEN, 2010. *E-book*. ISBN 9788522473083. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522473083/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica II

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 30

Créditos: 2 créditos

Ementa: Organização, sistematização e análise dos dados. Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de artigo científico. Submissão a um periódico científico.
Objetivo Geral: Capacitar os alunos na organização, sistematização e análise de dados de forma crítica e científica, com vistas a promoção do desenvolvimento de habilidades acadêmicas para a prática investigativa e a produção científica no âmbito das suas respectivas linhas de pesquisa.
Bibliografia Básica: Conforme cada linha de pesquisa.
Bibliografia Complementar: Conforme cada linha de pesquisa.

Disciplina: Noções de Direito Constitucional e Administrativo	
Período Letivo: 3º	
Carga Horária: 60	Créditos: 4 créditos
Ementa: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Conceitos e princípios. Estrutura Administrativa do Estado. Atos Administrativos. Dos Poderes Administrativos. Agentes Públicos. Responsabilidade civil. Licitações e contratos.	
Objetivo Geral: Criar condições para que o futuro bombeiro militar possa adquirir e ampliar conhecimentos jurídicos quanto ao Direito Administrativo e Constitucional, necessários à atuação profissional na Corporação, o que inclui compreender os que são direitos constitucionais, Administração Pública, princípios administrativos, normas pertinentes aos servidores públicos, entre tantos outros, bem como possa utilizar tais conhecimentos em seu dia a dia.	
Bibliografia Básica:	
BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . São Paulo: Malheiros, 2016.	
CARVALHO, Matheus. Direito Administrativo . Coleção Exame de Ordem. 2. ed. Salvador: Cers, 2012.	
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2003.	
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.	
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005.	
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.	

Bibliografia Complementar:

HIGA, Alberto Shinji; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Rideel, 2018. 568 p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182335>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MESSA, Ana Flávia. **Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2018. 576 p. ISBN 978-85-339-5157-0. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182492>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RÔMULO, Quenehen. **Direito Administrativo no Setor Público** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020. 68 p. ISBN 978-65-5745-132-8. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184696>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Editora: Saraiva Jur, 2020. 1552 p.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2012.

Disciplina: Noções de Direito Processual Penal Militar	
Período Letivo: 3º	
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 2 créditos
Ementa: Conceitos, fontes e princípios, aplicação subsidiária do Processo Penal Comum, Jurisdição e Competência: Justiça Militar da União, Justiça Militar Estadual, distinções; Polícia Judiciária Militar (exercício e competências), Medidas Preliminares; Inquérito Policial Militar; Auto de Prisão em Flagrante Delito e Processo de Deserção, prisões e liberdade provisória.	
Objetivo Geral: Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; Conhecer e aplicar os conceitos, fontes e princípios, aplicação subsidiária do Processo Penal Comum, Jurisdição e Competência: Justiça Militar da União, Justiça Militar Estadual, distinções; Polícia Judiciária Militar (exercício e competências), Medidas Preliminares; Inquérito Policial Militar; Auto de Prisão em Flagrante Delito e Processo de Deserção, prisões e	

liberdade provisória.

Bibliografia Básica:

ASSIS, Jorge Cesar de. **Código de Processo Penal Militar Anotado**. 4. ed. rev. e atual Curitiba: Juruá, 2012. v. 1. (artigos 1º ao 383).

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de direito processual penal militar**. 6. ed. volume único, S. l: Podivm, 2022. 1264p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Militar Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

LAZZARINI, Álvaro. Militar. **Coleção Mini Códigos**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia Complementar:

ASSIS, Jorge Cesar de.; NEVES, Cícero Robson Coimbra.; UNHA, Fernando Luiz. **Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

CARVALHO, Alexandre Reis de. COSTA, Amauri da F. **Direito Processual Penal Militar. (Coleção Método Essencial)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. pág.4. ISBN 9786559646074. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646074/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

ASSIS, Jorge Cesar de. **Direito Militar, Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

LOBÃO, Célio. **Direito processual penal militar**. Justiça Militar Federal / Justiça Militar Estadual. São Paulo: Método, 2009.

NUCCI, Guimarães de Souza. **Código de processo penal militar comentado**. S. l: Forense, 2021. 688p.

Disciplina: Projeto Integrador II – Atividade de Extensão	
Período Letivo: 3º	
Carga Horária: 120 horas	Créditos: créditos: 8
<p>Ementa: conceitos básicos e orientações, sobre temas relacionados a Técnicas de Segurança Contra Incêndio e Emergência, Salvamento Terrestre, aspectos sobre o que são produtos perigosos e seus efeitos, atendimentos e socorro, junto ao público alvo: comunidade, crianças e adolescentes oriundos de escolas públicas e privadas, Instituições de apoio social, Organizações sociais, Organizações privadas e crianças e adolescentes com idade entre 12 a 14 anos vinculados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM.</p>	
<p>Objetivo Geral: integrar um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes, dos acadêmicos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública, obtidos nos componentes curriculares do segundo semestre do Curso (Atendimento Pré-Hospitalar II, Noções de Operações com Produtos Perigosos, Segurança Contra Incêndio e Emergência, Salvamento Terrestre II), para atuação no desenvolvimento das atividades de extensão junto as Escolas públicas, Instituições de apoio social, Organizações privadas e também em conjunto com o Proebom (Programa Educacional Bombeiro Mirim), podendo ser desenvolvido no município de Palmas, além de outros municípios do Estado do Tocantins, visando auxiliar na assistência às crianças e aos adolescentes, que vivem em situação de vulnerabilidade e no trabalho informal.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. Departamento Técnico, Comissão de Transportes. Manual para atendimento a emergências com Produtos Perigosos. 5. ed. São Paulo: ABIQUIM, 2006.</p> <p>CHAGAS, S.L. Resgate em Espaços Confinados. 1 ed. Fontenele Produções, São Paulo, 2018.</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Portaria n°13/2021/DISTEC, de 18 de agosto de 2021. Institui o relatório de vistoria e os checklists de vistoria técnica no âmbito dos serviços técnicos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências. Palmas, 18 ago. 2021. Disponível em: https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/port/nova/portaria-13-2021-distec-implementac%CC%A7a%CC%83o-dos-checklists.pdf?v=1.0.16. Acesso em: 02 fev. 2022.</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Manual de Atendimento Pré-hospitalar. 1. ed. 2021.</p>	

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 01.** Procedimentos Administrativos. Palmas. [s. n.]. Disponível em: <https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt01.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.

DELFIN, Delgado. **Rescate Urbano em Altura.** Madrid. Editora Beata Rozga. 2000.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. **Aloha software manual.** National Oceanic and Atmospheric Administration, Seattle, Washington, 2016. Disponível em: https://response.restoration.noaa.gov/sites/default/files/ALOHA_Examples.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

NUNES, TARCIZO, Afonso; MELO, Maria do Carmo Barros de; SOUZA, Cláudio de. **Urgência e Emergência Pré-hospitalar.** ISBN: 9788588361324.

Disciplina: Políticas de Educação Ambiental**Período Letivo: 3º****Carga Horária: 30 horas****Créditos: 2 créditos**

Ementa: Educação ambiental e cidadania. Teoria e prática da educação ambiental. Educação ambiental – rumos e perspectivas. Políticas ambiental e educacional no Brasil. Princípios da sustentabilidade. Relação educação ambiental e qualidade de vida. Abordagens interdisciplinares, transdisciplinares. A temática ambiental e a educação - o papel dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Objetivo Geral: Despertar a conscientização e a compreensão dos conceitos relacionados ao meio ambiente, bem como a motivação para a tomada de ações de melhoria e preservação do sistema ambiental, no qual estamos inseridos.

Bibliografia Básica:

CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental:** princípios, história e formação de professores. São Paulo: Sonac, 2003.

GUIMARÃES, Mauro (org.). **Caminhos da Educação Ambiental:** Da forma à ação [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papirus, 2020. (Coleção Papirus Educação) 1.622 kb. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182437> . Acesso em: 08 fev. 2022.

LIMA, gustavo ferreira da costa. **educação ambiental no brasil**: Formação identidade e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2015. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22543> . Acesso em: 03 fev. 2022.

OLIVEIRA, Fernanda Borges. **Educação ambiental e interdisciplinaridade**. 1. ed. Curitiba: Contentus, 2020. 96 p. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186404> . Acesso em: 03 fev. 2022.

PINOTTI, Rafael. **Educação Ambiental para o século XXI no Brasil e no mundo**. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158551>. Acesso em: 03 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, I. C. De M. **Educação Ambiental**: a Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

FANTIN, Maria Eneida; OLIVEIRA, Edinalva. **Educação Ambiental, saúde e qualidade de vida** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. (Série Educação Ambiental). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6446> . Acesso em: 08 fev. 2022.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**: Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PAIVA, Caio; HEEMANN, Thimotie Aragon. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: CEI, 2017.

PENTEADO, Heloisa D. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 2003.

Disciplina: Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, e Indígena

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2 créditos

Ementa: Aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. A multiplicidade como essência da formação sócio-histórica do povo brasileiro. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani.

Objetivo Geral: Compreender as questões étnico-raciais e cultural da sociedade brasileira, contemplar estudos sobre a história, características dos diferentes grupos sociais, afro-brasileira e indígena, visando a conscientização, respeito e valorização da diversidade, étnico racial.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (coautor). **Políticas da raça**. São Paulo: Selo Negro edições, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42371/epub> . Acesso em: 04 fev. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2004.

KABENGELE, Munanga. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura Afro-Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. 226 p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1467> . Acesso em: 03 dez.2019.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **A construção social da cidadania em uma sociedade intercultural** [livro eletrônico]: o ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira em sala de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186582> . Acesso em: 03 fev. 2022.

RUY, Karine dos Santos; SIFUENTES, Lírian. **Imaginário, sociedade e cultura** [recurso eletrônico]: diálogos transversais em comunicação. Porto Alegre, RS: EDIPUC, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52875/epub>. Acesso em: 04 fev. 2022.

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; TEIXEIRA, Lezilda Maria. **Práticas educativas e cultura de paz: articulando saberes e fazeres**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/155310/pdf> . Acesso em: 03 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2004.

FREIRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4.ed. São Paulo: Global, 2008.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: Passado, Presente e Futuro**. 1. ed. Editora: Editora Contexto, 2012. 304 p.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

5.5.3. Conteúdos curriculares – Optativas

Disciplina: Empreendedorismo Organizacional	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: créditos: 4
<p>Ementa: empreendedorismo no setor público: conceitos e características; empreendedorismo público e privado: abordagens teóricas no Brasil e no mundo; perfil do empreendedor na área pública: características, comportamento e habilidades inatas ou aprendidas. empreendedor e intraempreendedor.</p>	
<p>Objetivo Geral: desenvolver competências, compreender conceitos e características gerais sobre empreendedorismo, que permitam o desenvolvimento de características e atitudes empreendedoras aos acadêmicos, de modo que possibilitem oportunizar soluções de problemas; proporcionar uma visão geral do empreendedorismo organizacional e sua importância no cenário regional e nacional.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Thomson, 2007. Disponível em:</p>	

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522109388/pageid/3> . Acesso em: 19 mai. 2023.

DORNELAS, José. **Introdução ao Empreendedorismo: Desenvolvendo Habilidades para Fazer Acontecer**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. *E-book*. ISBN 9786559774470. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774470/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

SALIM, Cesar. **Introdução ao Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2009. *E-book*. ISBN 9788595154414. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154414/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

SILVA, Paulo C. **Empreendedorismo e capacidade inovadora no setor público**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188313/pdf/0> . Acesso em 19 mai. 2023.

Bibliografia Complementar:

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788582605189. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597028089. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028089/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

DORNELAS, José Carlos A. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2866-8/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/20/8/1:83%5Btul%2Co.%5D> . Acesso em: 19 mai. 2023.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**, 3ª edição. Editora Saraiva, 2013. *E-book*. ISBN 9788502210363. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502210363/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

NETO, João Pinheiro de B. **Administração - Fundamentos da Administração -**

Empreendedora e Competitiva.São Paulo: Grupo GEN, 2018. *E-book*. ISBN 9788597016284. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016284/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

Disciplina: Inglês para fins acadêmicos

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: Introdução aos princípios básicos da comunicação oral e escrita em âmbito acadêmico (língua inglesa); Identificação dos diferentes gêneros textuais (ex. Resumos, e-mails, carta de motivação, artigos científicos, entre outros) e as expectativas de cada um em âmbito acadêmico e profissional; Métodos de leitura: “Skimming e Scanning”; Estudo das quatro habilidades da língua, escuta, fala, leitura, escrita relevantes à situações reais e aplicáveis em âmbito acadêmico e profissional: práticas discursivas; uso de tom apropriado para maior credibilidade; gramática; coesão e coerência; apresentação oral de trabalhos científicos em língua inglesa; Aquisição de habilidades para revisão, auto-edição, reescrita de texto acadêmico-científico, tom, vocabulário e como evitar o plágio.

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento das competências e habilidades em Língua Inglesa aplicadas ao contexto acadêmico, com propósito de apoiar, fortalecer e ampliar as iniciativas de internacionalização da Universidade, contribuindo para a formação de profissionais preparados para atuar em ambientes multiculturais e interdisciplinares.

Bibliografia básica

SWALES, John M. & FEAK, Christine B. **Academic Writing for Graduate Students. Essential Tasks and Skills.** 3^a ed. An Arbor: Michigan, ELT, 2017.

MCCARTHY, M.; O'DELL, F. **Academic Vocabulary in Use.** Edition with Answers. 2^a ed. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2016.

O'CONNEL, S. **Focus on IELTS.** 1^a ed. Londres: Pearson, 2010.

Bibliografia complementar

GEAR, J.; GEAR, R. **Cambridge Preparation for TOEFL test.** 4^a ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2014.

GERSHON, S. **Present Yourself 2.** View Points. Teacher's Manual. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

GUSE, J. **Communicative Activities for EAP**. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2011.

LEWIS, M.; O'NEILL, R. **Prism Reading Level 1**. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2018.

SERPA, Oswaldo Ferreira. **Dicionário escolar inglês - português**. 8. ed. [S.l.: s.n.]. 1990.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	
Carga Horária: 60	Créditos: 4 créditos
<p>Ementa: Língua brasileira de Sinais: conceitos importantes; Parâmetros básicos da Libras; Estrutura linguística; Cultura, comunidade e Identidade surdas; Alfabeto; comunicação básica com solicitantes, vítimas, testemunhas, suspeitos envolvidos em ocorrências policiais.</p>	
<p>Objetivo Geral: Conhecer os aspectos da Língua brasileira de Sinais. Compreender conceitos importantes. Parâmetros básicos da Libras. Estrutura linguística; Cultura, comunidade e Identidade surdas. Realizar comunicação básica com solicitantes, vítimas, testemunhas, suspeitos envolvidos em ocorrências policiais.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>AZEVEDO, Douglas Rosendo Nunes <i>et al.</i> Curso de Libras na Formação de Soldado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – Reflexo no Desempenho do Policial Militar. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 18, n. 1, 2018.</p> <p>BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. Libras. Curitiba: InterSaberes, 2017. 142 p.</p> <p>FERRAZ, Rafael A. O mundo surdo: passeata dos surdos – luta e comemoração. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial: Estudos Surdos). Faculdade Santa Helena, Recife, 2009. Disponível em: http://www.suvag.org.br/arquivos/raf.pdf. Acesso em: 31 dez 2011.</p> <p>FREITAS, O.C.R. Efeitos de pistas contextuais em língua de sinais sobre recordação livre e compreensão de texto narrativo. 2009. 69 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências do Comportamento) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.</p> <p>HONORA, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais. 2. ed. Editora: Ciranda Cultural, 2021. 352 p.</p>	

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: [s. n.], 2008.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Melquisedeque Oliveira Silva. **Ferramenta Didática e Lúdica Para Intensificar o Aprendizado da Língua Brasileira de Sinais**. Editus - Editora da UESC, 2016. 128 p.

ARANHA, M. S. F. (org.). **Desenvolvendo competência para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de. **Libras em Diálogo: interfaces com Tradução e Interpretação**. 1. ed. Editora: Pontes, 2017. 220 p.

CORRÊA, YGOR; CRUZ, Carina Rebello. **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. 1. ed. Editora: Penso, 2019. 200 p.

DA SILVA, Ricardo Tomas. Surdos e Segurança Pública: A necessidade da comunicação. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 6, n. 1, 2014.

DIAS, Rafael (org.). **Língua Brasileira de Sinais: Libras**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FELIPE, Tânia. **Libras em contexto**. Rio de Janeiro. MEC, 2007.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Série Inclusão Escolar - Livro Eletrônico).

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **A língua brasileira de sinais**. Série Atualidades pedagógicas. V. III, fasc. 7. Disponível em: www.ines.org.br/ines_livros/livro.html. Acesso em: 02 fev. 2022.

PALMA, Hugo Alexandre de Jesus. **Por uma nova proximidade**. Polícia, Comunicação e Redes Sociais. 2017.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. Editora: Penso, 2017. 264 P.

ROCHA, Walas de Souza. **Segurança Pública e a Lei 10.826/03**. 2019.

5.6 Ensino a distância

O Ensino à distância - EaD é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação entre estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Brasil, 2005). Essa modalidade é regulamentada pela legislação específica (Portaria nº 2.177, 2019), que disciplina a oferta de componentes curriculares com metodologia à distância com o percentual de até o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total.

5.6.1 Oferta de Componentes Curriculares em EaD

Na Unitins a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD nos cursos de graduação presencial é regulamentada pela Instrução Normativa Nº 009, de 19 de dezembro de 2022, aprovada pela Resolução/Consuni/n.033/2022 (Apêndices I e II, respectivamente).

Na matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, constante nas páginas 35 e 36, foi devidamente especificado os componentes curriculares nessa modalidade, totalizando um percentual de 29,82%. Essa carga horária e os componentes curriculares especificados para oferta em EaD foram propostos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovados pelo Colegiado de Curso.

Para o planejamento e execução dos componentes curriculares em EaD, professores titular e tutor, contam com o apoio da equipe multidisciplinar do Câmpus de Palmas, composta pela Coordenação do Curso, Assessoria Pedagógica e Supervisor de Tecnologia da Informação; e do Núcleo de Ensino à Distância institucional, composto pela Diretoria de Ensino, Coordenação Pedagógica e Supervisão de Tecnologias de Informação.

Os métodos e práticas de ensino e aprendizagem, incorporam o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), para a realização dos objetivos pedagógicos, para a disponibilização do material didático; bem como, para a orientação dos docentes para a metodologia de educação à distância. Os objetos de aprendizagem são

selecionados de modo que atendam a necessidade do meio tecnológico e a mediação entre docente e discente.

5.6.2 Metodologia

Para oferta dos componentes curriculares à distância, além das aulas no ambiente Educ@ (ambiente virtual de aprendizagem da Unitins), poderão ser realizados encontros presenciais para aplicação das avaliações A1, A2 e Exame Final (quando couber) e encontros presenciais para atividades de tutoria; apresentação de trabalhos acadêmicos, avaliações e demais atividades didáticas-pedagógicas que se fizeram necessárias, conforme a programação/necessidade identificadas pelo professor titular da disciplina, ao qual o acadêmico esteja vinculado. Além disso, poderão ser realizados alguns encontros pré-agendados, via Google Meet, que deverão ser gravados e postados no ambiente Educ@, para acesso em qualquer tempo pelos acadêmicos.

As aulas dos componentes curriculares ofertados em EaD são planejadas com antecedência, sendo que no plano de ensino são identificados os momentos presenciais e em EaD, e descritos os conteúdos desenvolvidos, os materiais didáticos e atividades. Todas as aulas e seus conteúdos são disponibilizados em Rota de Aprendizagem no ambiente Educ@, onde são distribuídos os materiais didáticos selecionados/curados/elaborados pelo Professor Titular.

As aulas são trabalhadas em ciclos semanais, em tempo e quantidade que atendam a carga horária e a ementa do componente curricular, distribuindo o conteúdo programático em cada semana, por meio dos materiais didáticos, das atividades e das avaliações. O número de ciclos semanais é definido conforme o Calendário Acadêmico Institucional vigente, inclusive, seguindo os dias previstos para aplicação das avaliações A1, A2 e Exame Final (quando couber).

O cômputo da frequência se dá com a participação nas atividades realizadas no ambiente de aprendizagem Educ@ (participações em fóruns, realização dos exercícios e atividades propostas), e ainda, na realização das atividades avaliativas e encontros presenciais.

O processo de planejamento é tratado com o mesmo rigor dos componentes ministrados presencialmente, tendo em vista que o professor nesse momento considera a qualidade dos conteúdos, materiais disponíveis, a promoção do uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o estímulo à inserção e interação dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem, além do acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

5.6.3 Equipe da disciplina

No Câmpus de Palmas a oferta de componente curriculares na modalidade à distância é realizada pelo Professor Titular e pelo Professor Tutor, cujas responsabilidades estão disciplinadas na Instrução Normativa Nº 009, de 19 de dezembro de 2022.

Em suma, Professor Titular é responsável pelo planejamento e pela organização didático-pedagógica da disciplina, por meio dos instrumentos, tais como: Plano de Ensino, Plano de Aula e Roteiro Norteador (planejamento das aulas), prevendo a organização do material didático, em conformidade com a ementa da disciplina, tendo por referência o PPC do curso. O professor estabelece também, atividades acadêmicas; escolhe recursos e objetos de aprendizagem; e, elabora e corrige as avaliações. Cabe ao Professor Titular a seleção/curadoria/elaboração do material didático que será disponibilizado em diferentes mídias, utilizando linguagem apropriada para a modalidade de ensino. Tal material é elaborado pelo professor titular e validado pela equipe da disciplina e Coordenador do Curso.

O professor titular poderá exercer as atividades de tutoria da disciplina sob sua responsabilidade, conforme Instrução Normativa Nº 009, de 19 de dezembro de 2022.

Em suma, o professor tutor é responsável pela configuração, organização e alimentação do ambiente virtual de aprendizagem e pela mediação nos fóruns, chats e outras atividades de interação que se fizerem necessárias; pelo acompanhamento da frequência e divulgação de notas; e, pela orientação sobre atividades e prazos de postagem.

Para atuar nas disciplinas EADs, os professores e tutores precisam alcançar habilidades e competências comportamentais; bem como, atitudes que auxiliam no desenvolvimento de um bom trabalho, como por exemplo: ter organização e planejamento; ser proativo e criativo, trazer e sugerir soluções e ideias inovadoras na resolução de problemas; ter automotivação; ter capacidade para tratar as pessoas de acordo com suas reações emocionais e perceber as necessidades e especificidades dos acadêmicos; ter equilíbrio emocional; ser flexível, adaptando-se a variações na realização ou surgimento de novas atividades; ser assíduo e comprometido com suas atribuições.

Também são necessárias competências da área técnica, como: conhecer as rotinas de trabalho na IES; ter conhecimento em informática básica e dominar o ambiente virtual de ensino-aprendizagem; ter conhecimento da disciplina ministrada; saber sobre as políticas, fundamentos e metodologias da educação a distância e sobre o curso que integra o corpo docente; estabelecer relacionamento interpessoal na administração e na criação de redes de contatos; ter boa comunicação oral e escrita; saber trabalhar em equipe.

Os professores titular e tutor são profissionais da educação com formação na área do curso, qualificados em nível compatível ao previsto no PPC, com experiência profissional na

docência no Ensino Superior, conforme estudo do perfil do corpo docente acostado (Apêndices: III, IV, V, VI, VII).

A fim de capacitar o seu quadro de docentes e tutores, a instituição planeja e executa seu Programa de Formação Continuada.

5.6.4 Equipe Multidisciplinar

O Câmpus de Palmas conta com uma equipe multidisciplinar, composta pela Coordenação do Curso, pela Assessoria Pedagógica e pelo Supervisor de Tecnologia da Informação, cujas responsabilidades estão disciplinadas na Instrução Normativa N° 009, de 19 de dezembro de 2022.

A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública conta com o auxílio de Assessoria Pedagógica do Câmpus no acompanhamento do trabalho da equipe da disciplina, principalmente no que tange ao ambiente Educ@ e emissão de relatórios necessários. Assessoria Pedagógica deve ainda organizar junto com a coordenação o acesso à infraestrutura e esclarecimentos de dúvidas técnicas sobre o ambiente de aprendizagem e demais assuntos administrativos.

O Supervisor de Tecnologia da Informação do Câmpus é responsável pela supervisão e pela manutenção dos laboratórios de informática e apoio às atividades acadêmicas do Câmpus. Deverá ainda atender usuários, orientando-os na utilização de hardware e software; receber e orientar os acadêmicos na correta utilização dos equipamentos e dos sistemas de informática; orientar e acompanhar os acadêmicos na utilização da plataforma.

A equipe multidisciplinar do Câmpus, deve manter permanente contato e articulação com o Núcleo de Ensino à Distância institucional, composto pela Diretoria de Ensino, Coordenação Pedagógica e Supervisão de Tecnologias da Informação, durante os processos de planejamento, produção e oferta dos componentes curriculares à distância, conforme suas atribuições institucionais.

Em linhas gerais, a Diretoria de Ensino é responsável por acompanhar e monitorar o planejamento, produção e oferta dos componentes curriculares à distância. A Coordenação Pedagógica é responsável por coordenar e executar as atividades acadêmicas de ensino, auxiliando a equipe multidisciplinar em suas atividades. A Supervisão de Tecnologia da Informação é responsável pela manutenção, suporte, segurança e pelo desenvolvimento de inovação tecnológica para o ambiente virtual de aprendizagem.

5.6.5 Aulas no ambiente virtual de aprendizagem Educ@

No conteúdo de cada aula a ser disponibilizada no Educ@ deverá estar imbuído todo o planejamento elaborado anteriormente, constando os elementos mencionados, como período, recurso, conteúdo, objetivos, descrição, atividade, referência, critério da avaliação, nota. Conforme especificado a seguir:

1) O ambiente Educ@ da disciplina deverá conter:

- Mensagem inicial: escrever uma mensagem de boas-vindas, contextualizando a disciplina, ressaltando sua relevância para o curso, o que os acadêmicos deverão esperar da disciplina e o que se esperará deles para a finalizem de forma exitosa. Incluir horários e meios da tutoria. Poderá ser inclusa uma imagem que remeta à disciplina.
- Descrição do curso: incluir o Plano de Ensino.
- Fórum Geral: deverá ser disponibilizado na página inicial do componente curricular no Educ@, a fim de esclarecimentos de dúvidas e troca de informações.
- Fórum temático: poderão ser configurados e disponibilizados conforme a necessidade identificada pela equipe da disciplina, disponibilizados na Rota de Aprendizagem da aula.
- Rota de Aprendizagem: deverá estar disponível, semanalmente, tendo em vista que os ciclos de aula são semanais. Disponibilizar uma Rota de Aprendizagem para cada aula, em que deverão ser configurados e postados os materiais base e complementares, as atividades e os fóruns temáticos.
- Anúncio: essa ferramenta deverá ser utilizada para qualquer informação e/ou comunicação com os acadêmicos. Orienta-se que a cada aula seja encaminhado um anúncio informando a disponibilização da aula e orientações.

2) Materiais que irão compor os ciclos semanais dos encontros:

- Roteiro Norteador contendo o tema da aula; indicação do texto base e conteúdo comentado;
- Slides da aula contendo os apontamentos e os conceitos com os pontos principais do conteúdo do ciclo semanal;
- Material complementar contendo textos, vídeos, notícias e/ou podcasts, entre outros recursos;
- Atividades contendo exercícios objetivos e discursivos que poderão ser alternados com fórum temático.

Os materiais podem ser complementados com vídeos gravados para esclarecer partes específicas do conteúdo.

5.6.6 Critérios de avaliação

Busca-se realizar um processo de avaliação contínua, com variados métodos e recursos possibilitados no EaD. Para cada aula há possibilidade de avaliação a partir da entrega e resposta dos alunos por meio dos recursos do ambiente virtual de aprendizagem Educ@, como por exemplo:

- O tempo dedicado ao acesso às leituras, exercícios e outros recursos do ambiente;
- O desempenho nos espaços de interação e resposta as atividades dentro dos prazos estipulados;
- A interação com o professor e participação durante o levantamento de questionamentos.

5.6.7 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS

A Unitins, por meio de formações continuadas, incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, estimulando o uso de ferramentas informatizadas que permitam a disponibilização do material didático das aulas de diversas formas. Nas formações, são trabalhadas ferramentas que permitem a integração de dados, imagens e sons; o rápido acesso à informação; e a comunicação, reduzindo as barreiras de espaço/tempo, possibilitando um espaço propício à aprendizagem.

Na gestão tecnológico-pedagógica a UNITINS utilizará aplicativos, programas e demais mediações necessárias integradas e disponibilizadas por meio do Portal dos Professores (uso docente - Fig. 1) e Portal do Aluno (uso discente - Fig. 2), ambos acessíveis por meio do Portal da Unitins www.unitins.br. As ferramentas disponibilizadas aos docentes e discentes possuem acesso restrito e centralizado no Portal do Professor (<https://www.unitins.br/apps/portaldoprofessor>) e no Portal do Aluno (<https://www.unitins.br/PortalAluno>), contemplando funcionalidades que permitem acompanhar a vida acadêmica e manter interatividade com os membros da comunidade acadêmica.

Figura 1. Acesso ao Portal do Professor

Portal do Professor


Apresentação

O Portal do Professor, desenvolvido pela DTI em parceria com o corpo docente da UNITINS, tem por objetivo socializar informações de interesse dos nossos docentes e subsidiar as ações de gestão acadêmica com ferramentas tecnológicas, de acesso restrito. Este é o seu espaço, Professor da UNITINS.

A seguir, orientações de como acessar seus aplicativos.

Orientações para o acesso


- Para acessar a sua central de aplicativos utilize o mesmo usuário e senha da Rede Unitins.
Ex.: Usuário: **joe.pe** - Senha: **xxxxx**
- Não sei o meu usuário/senha, e agora?


 [Clique aqui para acessar seus aplicativos](#)


Mais links

 [Central de Aplicativos Unitins](#)

 [Links Relacionados](#)

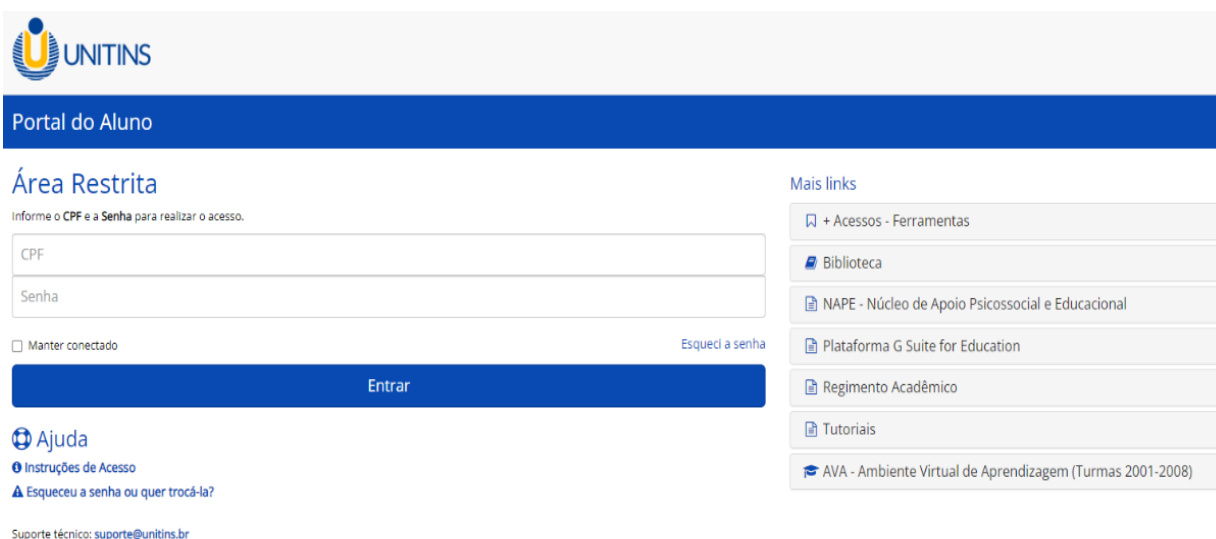
 [Regimento Acadêmico](#)

 [Biblioteca](#)

 [Tutoriais](#)

Dentre os aplicativos disponíveis aos docentes estão as Bibliotecas Online e Virtual; o AVA Educ@; o SAP - Sistema de Auxílio ao Professor e Pacote Google Workspace for Education Plus (E-mail, Drive, Meet, Classroom, Jamboard, Cloud Search), e ainda, os tutoriais para utilização dos apps das bibliotecas, das ferramentas do Educ@ e do SAP, dentre outras.

Figura 2. Acesso ao Portal do Aluno



Área Restrita

Informe o **CPF** e a **Senha** para realizar o acesso.

CPF

Senha

Manter conectado [Esqueci a senha](#)

Entrar

Ajuda

- [Instruções de Acesso](#)
- [Esqueceu a senha ou quer trocá-la?](#)

Suporte técnico: suporte@unitins.br

Mais links

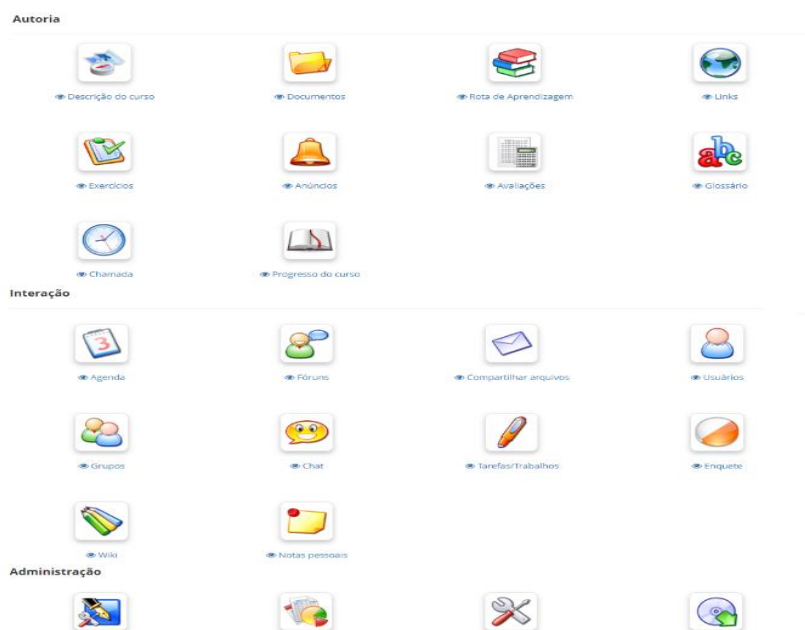
- [+ Acessos - Ferramentas](#)
- [Biblioteca](#)
- [NAPE - Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional](#)
- [Plataforma G Suite for Education](#)
- [Regimento Acadêmico](#)
- [Tutoriais](#)
- [AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem \(Turmas 2001-2008\)](#)

Aos discentes estão disponíveis as Bibliotecas Virtuais; o AVA Educ@; a Secretaria (boletim, grade curricular, matrícula e situação acadêmica), o I-Protocolo, e-mail institucional, e ainda, os tutoriais para utilização dos apps das bibliotecas, das ferramentas do Educ@ e do SAP, dentre outras. As ferramentas disponibilizadas aos acadêmicos possuem acesso restrito e centralizado no Portal do Aluno, contemplando funcionalidades que permitem acompanhar sua vida acadêmica e manter interatividade com os membros da comunidade acadêmica. Forma de acesso: <https://www.unitins.br/PortalAluno>.

A IES adota o ambiente virtual de aprendizagem Educ@, com foco na interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, para a oferta de disciplinas em EAD, e ainda, em apoio aos processos de ensino-aprendizagem. O Educ@ está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto pela IES em seu PDI (item 4.3.1.6.3 - Das ofertas de componentes curriculares e cursos de graduação).

O Educ@ tem uma arquitetura que permite um espaço próprio para cada disciplina, com ferramentas que garantem a inclusão de conteúdos nos mais diferentes formatos, além da interação entre aluno-tutor-professor. É um ambiente de fácil utilização e permite flexibilização em sua organização, necessária para tornar o conteúdo variado, motivador e adaptado aos mais diferentes estilos de aprendizagem, fator extremamente importante para a modalidade de EaD. Dentre as funcionalidades e/ou ferramentas que podem ser utilizadas estão: Chat, Fórum, Rota de Aprendizagem, Exercícios, Tarefas/Trabalhos, Agenda, Rede Social, Anúncios, entre outras (Figura 3).

Figura 3. Ferramentas disponíveis na plataforma Educ@



Os câmpus possuem sistema WIFI, para acesso aos recursos computacionais nas unidades da Unitins, com controle de segurança vinculado às contas institucionais @unitins.br (Figura 4).

Figura 4. Autenticador WIFI



A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI da Unitins – TO planeja e gerencia recursos de hardware e software que permitam o alcance das diretrizes estratégicas da Instituição, em consonância com o prescrito na Política de Tecnologia da Informação.

O suporte aos sistemas, aplicativos e ferramentas disponibilizados pela Unitins, ao usuário, é realizado de forma centralizada na Unitins, por email (suporte@unitins.br) e por telefone (3901-4200/4201/4202), e de forma descentralizada nos câmpus, que contam com salas técnicas coordenadas por Supervisores locais de TI.

5.6.8 Conteúdos Curriculares

O conjunto de temas transversais e o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direitos das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica previstos na BNCC integram o currículo do Curso Superior em Segurança Pública, considerando o princípio de sólida formação teórica e interdisciplinar, unidade teoria-prática, trabalho coletivo, entre outros. O restante das dúvidas que a operacionalização dos princípios no contexto da prática docente, defendidos nesta proposta, requer reflexão crítica e ética, tendo em vista que envolve posicionamentos e concepções a respeito das causas e efeitos, de sua dimensão histórica e política. Esses conteúdos favorecem o princípio de interdisciplinaridade perspectivado na DCN (2024) e corroborado na BNCC (2017).

Essa ênfase à interdisciplinaridade não pretende negar as especificidades de cada disciplina e tampouco desconsiderar seus respectivos pressupostos epistemológicos e abordagens metodológicas. Ela traduz, antes, a preocupação de garantir que o profissional formado seja capaz de processar sua prática pedagógica, articulando e integrando os olhares

sobre a realidade e, especialmente, sobre a Educação, produzidos pelos diferentes campos de conhecimento.

5.7 Disciplinas com aulas presenciais

Para flexibilização do processo de ensino aprendizagem, as aulas presenciais do Curso de Tecnologia em Segurança Pública ocorrem no Câmpus Graciosa - Palmas e na Academia de Formação de Bombeiros Militares (AFBM), com estrutura de apoio para atividades teóricas e práticas. Os recursos e metodologias aplicadas devem atender às particularidades das turmas, apresentando o conjunto de estratégias pedagógicas para facilitar o processo de aprendizagem, considerandado que os(as) estudantes são diferentes em suas referências e contextos social, cultural e biológico, portanto, o aprendizado também ocorrerá de forma diferenciada. Dessa forma, é necessário utilizar diferentes metodologias e recursos ao longo do período letivo, sempre procurando adequá-las à realidade da turma.

Nesse sentido alguns métodos são considerados como instrumentos de avaliação contínuo:

aulas expositivas, portfólios, mapas conceituais, seminários, trabalhos em grupo, trabalho de campo, visita técnica, artigos científicos, problematização, teste escrito e/ou oral, aulas demonstrativas, aulas em laboratório, interação em tempo real, jogos colaborativos, construção de modelos tridimensionais, elaboração de questões pelos(as) estudantes, discussão de filmes, debates, práticas, exposições, estudos de caso, estudos dirigidos, entre outras atividades que cumpram com a proposta de verificar as relações de ensino aprendizagem.

Considerando a diversidade de métodos disponíveis, cada professor após selecionar os materiais que serão utilizados, é necessário especificar os recursos que serão utilizados tais como: quadro branco, lousa interativa, aparelho multimídia, softwares, celulares, tablets, vídeos, entre outros, sempre levando em conta o formato da aula.

Além disso os professores participam de discussões pedagógicas e trocas de experiências no colegiado do curso, para compartilhamento de estratégias e resultados para melhoria das avaliações.

Diante do exposto, considera-se que o rendimento acadêmico é acompanhado por meio de avaliações contínuas, incluindo provas escritas e práticas, exercícios, bem como outras atividades incluindo provas parciais e exame final se necessário e cada professor é responsável pela definição dos procedimentos de avaliação no plano de ensino. Em cada período é realizado duas avaliações bimestrais sendo:

Avaliação A1: será composta de uma avaliação descritiva objetiva e trabalhos complementares, totalizando juntos 10,0 pontos.

Avaliação Bimestral: 6,0 pontos

Trabalhos: 4,0 pontos

Total: 10 pontos

Avaliação A2; será composta de uma avaliação descritiva objetiva, trabalhos complementares, totalizando juntos 10,0 pontos.

Avaliação Bimestral: 6,0 pontos

Trabalhos: 4,0 pontos

Total: 10 pontos

O desempenho acadêmico dos estudantes será avaliado segundo as normas do Regimento Acadêmico e das demais normas internas e do sistema de ensino vigente da Unitins. Conforme Art. 96 do Regimento Acadêmico, a verificação do rendimento acadêmico será realizada ao longo do período letivo, em cada disciplina, compreendendo:

I – apuração de frequência às atividades didáticas;

II – avaliação do aproveitamento acadêmico.

§1º Entende-se por frequência o comparecimento do acadêmico às atividades acadêmicas previstas e realizadas na programação da disciplina.

§2º A avaliação de que trata o inciso II deste artigo deve considerar o acompanhamento contínuo de desempenho das atividades didáticas do acadêmico e o resultado final do processo ensino-aprendizagem avaliado conforme as peculiaridades da disciplina.

§3º O aproveitamento acadêmico será expresso por nota compreendida entre 0 (zero) e 10 (dez) pontos, atribuída a cada verificação parcial.

Art. 97. Será considerado aprovado na disciplina, com dispensa de exame final, o acadêmico que:

I – Cumprir o mínimo de 75% (setenta e cinco) da frequência nas atividades didáticas programadas para o período letivo, sendo vedado o abono de faltas, salvo nos casos previsto em lei.

II – Obter Média Parcial (MP) nas notas das atividades didáticas, igual ou superior a 6 (seis) pontos, obtida através da equação:

$$MP = (A1+A2)/2$$

A1 = nota de avaliação do primeiro bimestre e

A2 = nota de avaliação do segundo bimestre.

Parágrafo único. Quando a Média Parcial (MP) for maior ou igual a 6 (seis) pontos a Média Final (MF) será igual à MP.

Art. 98. Terá direito ao Exame Final (EF) o acadêmico que cumprir com a frequência obrigatória exigida nas atividades didáticas e que obtiver no mínimo 4 (quatro) pontos na Média Parcial (MP) das atividades didáticas.

§1º O EF constará de prova, após o encerramento do período letivo, abrangendo o conjunto do conteúdo programático da disciplina.

§ 2º. Para aprovação nas condições previstas no *caput* deste artigo, exige-se que a média aritmética entre a média parcial semestral e a nota do exame final seja igual ou superior a 6 (seis), conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Média Final (MF)} = \frac{(MP+EF)}{2}$$

§ 3º Ao acadêmico que não realizar o Exame Final (EF) na data marcada, salvo os motivos previstos em lei e neste regimento, não será atribuída nota.

Art. 99. Terá direito a uma segunda chamada o acadêmico que, não tendo comparecido a uma das avaliações, apresentar documento comprobatório de:

- I - impedimento legal;
- II- doença ou afastamento, justificado mediante apresentação de atestado médico;
- II- apresentação ao Serviço Militar;
- III-convocação Judicial, mediante apresentação da intimação;
- IV - luto (parentesco direto), mediante apresentação do atestado de óbito;
- V- representações oficiais da Unitins;
- VI-participação em eventos de caráter científico e cultural.

§1º Compreende-se por impedimento legal as ausências decorrentes da relação de trabalho/emprego, vínculo funcional, quando devidamente justificadas mediante a apresentação de declaração do empregador, chefia, autoridade judicial ou administrativa à Coordenação do Curso.

§2º O candidato à avaliação de segunda chamada deverá requerê-la junto à secretaria acadêmica, no sistema de protocolo de solicitações acadêmicas, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a data da aplicação da avaliação não realizada pelo acadêmico.

§3º A análise do requerimento de segunda chamada compete à coordenação do curso, que em caso de deferimento, marcará a data da avaliação e comunicará ao acadêmico e ao professor responsável pela disciplina.

§4º No caso de indeferimento do requerimento de segunda chamada caberá recurso, para o colegiado do curso, no prazo de 03 (dias) a partir da notificação da coordenação do curso.

§5º Se aceito o recurso em face do resultado do requerimento de segunda chamada, a coordenação do curso, juntamente com o professor responsável pela disciplina, marcará a data da avaliação.

Art. 100. Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes situações:

I – não cumprir o mínimo da frequência exigida nas atividades didáticas;

II – não obtiver, no cômputo geral das notas, a Média Parcial (MP) mínima 6 (seis) pontos e, cumprindo os requisitos para a realização do Exame Final(EF), deixe de fazê-lo;

III – não obtiver, no Exame Final (EF), a nota mínima 6 (seis).

5.8 Curricularização da extensão

Os Núcleos de Pesquisa e Geradores de Extensão são apresentados institucionalmente e convergem para a consecução da missão da Universidade e de seus princípios, gerando os respectivos produtos de interação de ensino – uma vez que são desenvolvidos no âmbito dos componentes curriculares de forma complementar; de **pesquisa** – na medida em que promove a aquisição de competências inerentes ao ato investigativo no processo de ensino, identificando a necessidade de geração de novos conhecimentos; e de **extensão** – que possibilita a associação direta dos objetos de conhecimento e metodologias desenvolvidas no ensino e nas práticas investigativas com as ações de interação e intervenção social. Na Universidade Estadual do Tocantins, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é concebida como princípio institucional e pedagógico indispensáveis para a formação profissional.

O desenvolvimento das atividades acadêmicas associadas tem por objetivo possibilitar ao estudante os meios adequados para ampliar os conhecimentos indispensáveis à sua formação, além de despertar e fomentar suas habilidades e aptidões para a produção de cultura. Apresentando com princípio nortear a Instrução Normativa/Consepe/n. 001/2023, que

objetiva e estabelece os procedimentos para institucionalização das ações de extensão no âmbito da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

As atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz Curricular, distribuídas ao longo do processo de formação e serão realizadas de modo indissociável com as atividades de ensino, nos componentes curriculares obrigatórias e por meio dos programas, projetos institucionalizados e utilização de pesquisa-ação.

A proposta atende à necessidade de adequação à Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, que parte da concepção de que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula atividades de ensino e pesquisa promovendo, assim, o vínculo e aproximação necessária para estabelecer a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

5.8.1 Adequação normativa da proposta de curricularização

A proposta atende ainda à Política Nacional de Extensão e ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNITINS (2023-2027), no item 4.2.9 Curricularização da Extensão, no qual consta a meta “Curricularização (creditação da Extensão)”, bem como à Instrução Normativa n.001, de 24 de fevereiro de 2023.

Nesse caso, ao integrar a prática extensionista na estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública busca-se desenvolver uma ação-resposta a estas demandas e mais ainda, como forma de consolidar o caráter transformador da relação Universidade e seu entorno. A extensão universitária é pensada aqui na mesma perspectiva sinalizada por Padilha (2001) não é um processo impositivo da lógica universitária para a comunidade; não se trata de uma comunicação de um núcleo intelectual que objetifica o sujeito ao cenário social, mas trata-se de um verdadeiro diálogo, que se propõe sistemático, porém sempre aberto à multiplicidade de representações de mundo.

A perspectiva da Universidade será sempre a de compreensão e acolhimento das diferentes lógicas culturais e visões sobre comportamento social, organização e desenvolvimento cultural e humano e os diversos significados e subjetividades que constitui as comunidades que estarão vinculadas à prática extensionista definida no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. A opção metodológica que orientará essas ações é a metodologia participativa que é entendida como um conjunto de procedimentos por meio dos

quais os sujeitos (internos ou externos à Universidade), envolvidos no projeto estão interligados em dispositivos de consulta, diagnósticos, ensino, pesquisa, capacitação, diálogos efetivamente elaborados para alcançar objetivos em comum.

Do mesmo modo, utilizaremos a pesquisa-ação como fundamental para o desenvolvimento de uma visão e uma prática educativa que permite aos estudantes e professores a compreensão das singularidades do cotidiano comunitário e a participação dele. Essas ações contribuirão para consolidar o sentido de práxis extensionista em uma visão aberta do trabalho intelectual, possibilitando que a extensão se constitua em seu compromisso social, fonte de conhecimento e de capacitação para todos os envolvidos, uma vez que ela propicia às comunidades externas à Universidade acesso a informações científicas e tecnológicas em áreas diversas de atuação, bem como a formas de expressão artística ou cultural, cooperando, de certo modo, na construção de novos conhecimentos.

Nessa perspectiva, a extensão torna-se um importante veículo de informação para o mundo acadêmico, já que institui-se como uma riqueza de contatos; estimula a vida cultural nos Câmpus e de seu entorno e revigoram-se ações transformadoras na sociedade. A extensão universitária pode ser conduzida através de metodologias diversas, no entanto, a metodologia participativa e a pesquisa-ação conquistam um lugar importante em projetos de extensão que mobilizam as comunidades externas.

As Ações Curriculares de Extensão do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública se estruturam em três áreas temáticas de extensão: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

Por fim, As ações de extensão (ACEs) do curso de Tecnologias em Segurança Pública serão contempladas dentro do prazo estipulado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

5.8.2 Metodologia da curricularização

No Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins, Campus Palmas, a curricularização da extensão atenderá, devidamente, as normas aplicáveis e organizar-se-á por meio da distribuição de componentes curriculares de extensão, no primeiro e segundo semestre do curso, ao longo do processo de formação, atendendo-a por meio da formação em componentes curriculares vinculados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM. Este programa foi desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO e tem como objetivo geral, auxiliar na assistência às crianças e aos adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade e no trabalho

informal, levando formação e orientação, implantando valores éticos e morais, além do sentimento de cidadania e civismo. E seus objetivos específicos são:

- Proporcionar aos jovens condições que o auxiliem a abandonar maus hábitos e substituí-los por uma maneira de agir saudável e melhor;
- Ensinar às crianças e adolescentes a base da organização militar: a hierarquia e a disciplina, bem como sua prática no cotidiano das atividades;
- Desenvolver o desejo de aprimorar os conhecimentos sobre temas importantes da sua vida cotidiana, como: noção de primeiros socorros, saúde, doenças infecta-contagiosas, acidentes domésticos, meio ambientes, cidadania, educação no trânsito, etc.;
- Socializar informações sobre os interesses das crianças e adolescentes e suas famílias;
- Articular com entidades executoras de ações sociais, a fim de alcançar a integralidade no atendimento às famílias;
- Desenvolver a habilidade de trabalhar em equipe e o respeito aos limites alheios;
- Fortalecer a iniciativa, a criatividade e autonomia das famílias das crianças e adolescentes atendidos, levando em conta a promoção da auto-estima de todos os componentes familiares;
- Incentivar a todos os participantes do projeto a permanecerem na escola através do acompanhamento e a motivação escolar;
- Desenvolver ações que possam contribuir para inserção no mercado de trabalho quando atingirem a fase adulta;
- Desenvolver respeito aos bens públicos e privados;
- Estabelecer parcerias para a constituição e manutenção do projeto, firmando assim, termo de cooperação mútua.

O PROEBOM atende crianças e adolescentes com idade entre 12 a 14 anos, oriundos de: Escolas públicas e privadas; Instituições de apoio social; Organizações privadas. As atividades de extensão serão realizadas ainda junto as Escolas públicas e/ou privadas, Instituições de apoio social, Organizações privadas.

O curso é oferecido em regime semestral nas Unidades Bombeiro Militar (UBM), dos seguintes municípios: Palmas, Araguaína, Araguatins, Porto Nacional e Gurupi, sob a responsabilidade dos seus respectivos comandantes.

Atividades de Extensão: para integrar as atividades executadas pelos estudantes dos componentes curriculares de extensão, os acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, atuarão no projeto que está sendo desenvolvido em Palmas. Compartilharão com o público alvo: comunidade, crianças e adolescentes oriundos de escolas públicas e privadas, Instituições de apoio social, Organizações sociais, Organizações privadas e crianças e adolescentes com idade entre 12 a 14 anos, vinculados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim –

PROEBOM, por meio de aulas teóricas e práticas, os conhecimentos obtidos nos seguintes componentes curriculares: Atendimento Pré-Hospitalar I, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, Sistema de Comando de Incidentes, Combate a Incêndio Urbano, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Sistema de Proteção e Defesa Civil, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre I, Atendimento Pré-Hospitalar II, Noções de Operações com Produtos Perigosos, Segurança Contra Incêndio e Emergência, Salvamento Terrestre II. As atividades de extensão serão desenvolvidas por meio de etapas, descritas a seguir:

5.8.3 Etapas do processo de curricularização

Para alcançar os objetivos da curricularização da extensão, a metodologia adotada consiste na execução de 07 (sete) etapas a seguir:

(1) Definição do público-alvo: comunidade, crianças e adolescentes oriundos de escolas públicas e privadas, Instituições de apoio social, Organizações sociais, Organizações privadas e crianças e adolescentes com idade entre 12 a 14 anos, vinculados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM;

(2) Planejamento: será realizado semestralmente sob a responsabilidade do professor de Projeto Integrador I e II, compartilhando conhecimento obtidos nas seguintes componentes curriculares: Atendimento Pré-Hospitalar I, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, Sistema de Comando de Incidentes, Combate a Incêndio Urbano, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Sistema de Proteção e Defesa Civil, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre I; Atendimento Pré-Hospitalar II, Noções de Operações com Produtos Perigosos, Segurança Contra Incêndio e Emergência, Salvamento Terrestre II;

(3) Envolvimento da comunidade: Antes do início da atuação prática dos acadêmicos no PROEBOM, deverá haver reunião com os pais do público atendido para informar as finalidades do programa e da parceria firmada entre CBMTO/UNITINS para execução do mesmo. Além disso, haverá o envolvimento da comunidade nas atividades a serem desenvolvidas junto as Escolas públicas e/ou privadas, Instituições de apoio social, Organizações privadas.

(4) Formação de parcerias: Como o projeto PROEBOM já está formatado pelo CBMTO, não haverá a necessidade de atuação da Curricularização para a buscar outras parcerias neste projeto, entretanto será formado parcerias para desenvolvimento de atividades junto as Escolas públicas e/ou privadas, Instituições de apoio social, Organizações privadas, além do que está proposto aqui;

(5) Execução: Os professores dos Projetos Integradores I e II atuarão como mediadores, guiando os acadêmicos para um papel ativo e protagonista nas atividades de

extensão. Dessa forma, eles terão a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e contribuir para solucionar problemas da comunidade. Isso permitirá aos acadêmicos enriquecer sua formação acadêmica, desenvolver habilidades importantes, como trabalho em equipe, liderança e comunicação, e ter um impacto positivo na sociedade.

Além disso, a incorporação dessas atividades no currículo aproxima os acadêmicos da realidade profissional e os prepara para o exercício das atividades de segurança pública com uma visão mais ampla e humanizada.

(6) Avaliação: a coordenação do Projeto promoverá meios de avaliação dos processos e ações a serem realizadas pelos sujeitos envolvidos no projeto cujos resultados servirão de base para revisão e planejamento dos semestres subsequentes;

(7) Prestação de contas: os resultados alcançados devem ser demonstrados por meio de relatórios e encaminhados aos parceiros e grupo social envolvidos. Também devem ser compartilhados em sites oficiais, mídias sociais e jornais locais.

Dessa forma, as portas permanecerão abertas para novas ações. Além disso, os professores prestarão relatórios semestrais que serão encaminhados em anexo ao relatório geral do Projeto para avaliação da Proex.

5.8.4 Critérios para definição dos componentes curriculares

A seleção dos componentes curriculares deu-se a partir da análise do objeto e dos objetivos informados nas respectivas ementas observando-se os seguintes critérios:

1. **Relevância para a área de atuação:** os componentes curriculares devem estar relacionados ao campo de atuação da Segurança Pública, em especial às atividades do Bombeiro Militar e fornecer aos estudantes as habilidades e conhecimentos necessários para a prática profissional.

2. **Atualidade:** os componentes curriculares devem abordar questões e tendências atuais no campo da segurança pública, de modo a preparar os estudantes para as demandas da sociedade.

3. **Enfoque prático:** os componentes curriculares devem ter um enfoque prático, de modo a permitir aos acadêmicos a aplicação do conhecimento adquirido em situações reais.

4. **Interação com a comunidade:** os componentes curriculares devem incluir ações de extensão que permitam aos acadêmicos interagir com a comunidade e aplicar o conhecimento adquirido em situações práticas.

5. **Alinhamento com os objetivos do programa:** os componentes curriculares devem estar alinhados com os objetivos do programa de extensão e permitir que os acadêmicos desenvolvam habilidades e conhecimentos específicos para a prática da Segurança Pública.

6. Envolvimento de professores e especialistas: os componentes curriculares devem ser ministrados por professores e especialistas experientes no campo da Segurança Pública, de modo a garantir a qualidade do ensino.

Partindo da metodologia adotada e dos critérios supracitados, o quadro a seguir informa os componentes curriculares selecionados com os respectivos créditos e cargas horárias:

Quadro 1: Curricularização da Extensão

Conteúdos	Disciplina	CH Total da Disciplina	Crédito	CH Extensão	Hora-Relógio	Hora-Aula
1º SEMESTRE						
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento Pré-Hospitalar I • Combate a Incêndio Urbano • Prevenção e Combate a Incêndios Florestais • Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho • Sistema de Comando de Incidentes • Sistema de Proteção e Defesa Civil • Salvamento em Altura • Salvamento Terrestre I 	Projeto Integrador I - Atividade de Extensão	60	4	60	60	75
Conteúdo	Disciplina	CH Total da Disciplina	Crédito	CH Extensão	Hora-Relógio	Hora-Aula
2º SEMESTRE						
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento Pré-Hospitalar II • Noções de Operações com Produtos Perigosos • Segurança Contra Incêndio e Emergência • Salvamento Terrestre II 	Projeto Integrador II - Atividade de Extensão	120	8	120	120	150
CH TOTAL DO PROJETO INTEGRADOR		180	12	180	180	225

5.8.5 Metodologia das disciplinas curriculares

Os professores devem elaborar propostas metodológicas que articulem o processo de aprendizagem que interajam com a comunidade. Para tanto, devem utilizar-se de metodologias ativas que permitam ao acadêmico aplicar os conhecimentos adquiridos no contexto social onde estão inseridos. Por outro lado, o professor deve adequar os projetos e ações de forma a ter um equilíbrio entre os conhecimentos adquiridos e a aplicação direta em projetos e ações no meio social escolhido.

Como modelo metodológico sugere-se a Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL, sigla em inglês) criada por John Dewey, filósofo e educador americano do século XX. Essa metodologia promove a integração da teoria e da prática, e incentiva a formação de habilidades e competências importantes, como trabalho em equipe, pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação. Também envolve a realização de projetos concretos para desenvolver habilidades e conhecimentos. Isso permite ao acadêmico aplicar o que aprendeu em situações reais e de forma colaborativa, aumentando a motivação e o envolvimento.

A Metodologia, Aprendizagem Baseada em Projetos deve observar os seguintes passos:

- 1) Definição do objetivo do projeto
- 2) Seleção do tema
- 3) Planejamento do projeto
- 4) Pesquisa
- 5) Execução do projeto
- 6) Apresentação do projeto
- 7) Reflexão sobre o processo
- 8) Avaliação

A PBL pode ser adaptada a componentes curriculares de diferentes cargas horárias, desde que sejam definidos projetos ou problemas adequados para o nível e a carga horária componente. Além disso, é importante estabelecer critérios claros de avaliação dos projetos, incluindo aspectos como a qualidade da solução, a participação do estudante, e a apresentação dos resultados.

Todavia, caberá ao professor titular do componente curricular a escolha metodológica mais adequada ao perfil do componente e do objetivo a ser alcançado. Isso se aplica inclusive em relação ao relatório de experiência a ser entregue no final do projeto integrador II, que pode ser manual, artigo, cartilha, panfleto, entre outros.

É fundamental que fique claro, na metodologia dos planos de ensino, a forma como os estudantes aplicarão os objetos de conhecimento teóricos no contexto social no transcorrer do componente curricular.

5.9 Integralização da carga horária total do curso

A carga horária do curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS atende a Instrução Normativa n. 01GAB/REITOR de 23 de maio de 2019 (carga horária mínima exigida) e a IN n. 006/2019 GAB/REITOR 17 de dezembro de 2019.

A carga horária total do curso é de 1.710 horas, está mensurada em hora aula no total de 2.137,5 e horas relógio de 1.710 de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconiza os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

Art. 2º - Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo,

III – Aulas práticas utilizando laboratórios específicos conforme a natureza da disciplina.

Art. 3º - A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. As atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública estão plenamente adequados às Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos estudantes alunos, inclusive as atividades supervisionadas, deverão constar dos Planos de Ensino, bem como serem descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da UNITINS.

Neste contexto, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC. Sinteticamente, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública ora proposto pela UNITINS, foi elaborado de forma a contemplar a concepção e os objetivos do curso e atingir o perfil profissional proposto.

Os objetos de conhecimento conteúdos curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública serão distribuídos em três núcleos de conteúdo.

- I. O núcleo de conteúdos básicos será composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Sistemas e Informática do CBMTO, Direito Penal Militar, legislação Institucional e Ética Profissional; Noções de Direito Constitucional e Administrativo; Didática de Ensino, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, Filosofia dos Direitos Humanos, Política das Relações Étnico-raciais, Afro-

brasileira, Africana e Indígena, Políticas de Educação Ambiental, Inglês para fins acadêmicos, Fundamentos de Gestão Pública e Empreendedorismo Organizacional.

- II. O núcleo de conteúdos profissionais **essenciais** será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e Segurança Pública, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Atendimento Pré-Hospitalar I; Combate a Incêndio Urbano, Salvamento Aquático, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre, Anatomia e Fisiologia Humana, Sistema de Comando de Incidentes - SCI, Prevenção e Combate A Incêndios Florestais, Atendimento Pré-Hospitalar II, Sistema de Proteção e Defesa Civil, Segurança Contra Incêndio e Emergência, Noções de Operações com Produtos Perigosos, Estágio Profissional Supervisionado.
- III. O núcleo de conteúdos profissionais **específicos** deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria. Esse núcleo será constituído por: Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública e Metodologia da Pesquisa Científica, Saúde e Qualidade de vida no trabalho, Noções de Direito Processual Penal Militar.

As disciplinas Eletivas incorporarão um dos núcleos de conteúdos descritos acima.

Os núcleos de componentes curricular conteúdos poderão ser ministrados em diversas formas de organização, observando o interesse do processo pedagógico e a legislação vigente.

Os núcleos de componentes curricular conteúdos poderão ser dispostos, em termos de carga horária e de planos de estudo, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como:

- a. participação em aulas práticas, teóricas, conferências e palestras;
- b. utilização de sistemas computacionais;
- c. consultas à biblioteca;
- d. pesquisas temáticas e bibliográficas;
- e. encontros, congressos, exposições, concursos, seminários, simpósios, fóruns de discussões, etc.

6 COOPERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Atualmente um dos maiores desafios da ciência no Brasil é disseminá-la para além do território nacional. A internacionalização, nesse contexto, torna-se fundamental para o fortalecimento do ensino e divulgação da pesquisa desenvolvida no Brasil em nível global.

Nos últimos anos, o Brasil registrou avanços significativos em relação à internacionalização no Ensino Superior, por meio de iniciativas como: o programa Ciências Sem Fronteiras, o Capes-Print, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e chamadas anuais para mobilidade internacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os programas de bolsas internacionais como Erasmus, Grupo Coimbra, Fundação Carolina, entre outros, também proporcionam a mobilidade internacional de estudantes e docentes.

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), enquanto instituição pública, compreendendo essa necessidade e entendendo que associações em rede e parcerias interinstitucionais fortalecem a universidade como entidade geradora de conhecimento, tem buscado se conectar em nível regional, nacional e internacional. A troca de expertise promovida pelo intercâmbio de alunos e professores é o primeiro passo da universidade para ganhos ainda maiores, ou seja, aqueles provenientes da troca científica, tecnológica e cultural, impulsionada pela vinda de professores e alunos estrangeiros para a Unitins e o Estado do Tocantins e vice-versa. Além disso, a internacionalização no Ensino Superior se insere no contexto de desenvolvimento global, trazendo impactos positivos nas esferas educacionais, sociais, econômicas e culturais das universidades, além de posicioná-las em um cenário mundial.

Nessa perspectiva, a Unitins tem buscado desenvolver Políticas de Internacionalização para a promoção de cooperações internacionais bilaterais com Instituições do exterior, visando a mobilidade acadêmica e o desenvolvimento de pesquisa em parceria; participação em editais de fomento a ações de internacionalização; participação em projetos internacionais de popularização das ciências e projetos internacionais culturais e educativos; e a criação do Plano Institucional de Internacionalização. Tem buscado, também, alinhar a internacionalização “em casa” com políticas linguísticas que promovam o ensino de idiomas estrangeiros para fins acadêmicos a partir da graduação.

Dentro dessa visão, reconhecendo a importância de formar cidadãos conscientes e proativos diante de necessidades globais, a Unitins elege a internacionalização como uma das áreas prioritárias de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de:

- Promover ações visando a presença física internacional na Unitins;

- Estabelecer relações em rede com instituições internacionais para realização de acordos multilaterais;
- Fomentar a mobilidade acadêmica de docentes, discentes e técnicos por meio de editais de fomento do CNPq e Capes, bem como agências internacionais de fomento;
- Apoiar a comunidade acadêmica, sobretudo os docentes, em suas networks internacionais;
- Consolidar indicadores da internacionalização da Unitins.

7 PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica da UNITINS, busca o desafio da formação de um novo profissional capacitado para exercer mais que sua profissão. Um profissional que seja capaz de contextualizar o conhecimento adquirido, utilizando suas competências e habilidades na perspectiva de contribuir positivamente no meio em que vive e em que trabalha. Para tanto, trabalhar os conteúdos de forma fragmentada, cartesiana, disciplinar e individualizada não será suficiente para a formação de um cidadão capaz de contribuir para a transformação do meio em que vive.

A perspectiva interdisciplinar envolve a diversidade das disciplinas, que se complementam, gerando uma nova metodologia, um novo tipo de pessoa, mais humana, democrática e, ao mesmo tempo, mais crítica. As disciplinas se interagem, gerando o sujeito coletivo, que valoriza todo o processo do conhecimento, como ele acontece, não somente pensando em seu resultado.

O conceito de interdisciplinaridade é fundamental na educação contemporânea, porém a sua compreensão implica em um desafio para os professores. Fazenda (2013) assegura que a atitude interdisciplinaridade requer reciprocidade, diálogo, humildade, envolvimento e comprometimento e compromisso.

A interdisciplinaridade pressupõe uma maneira de produção do conhecimento que implica em uma troca de teorias e metodologias, produzindo então novos conceitos, procurando assim atender a natureza múltipla de complexidades fenomenológicas, tratando-se a importância de averiguar a pertinência e a relevância das diversas áreas do conhecimento a serem trabalhados e estimulados no currículo.

Esse desafio interdisciplinar exige colaboração, tempo para planejar, refletir e agir sobre o significado e a repercussão na vida acadêmica do estudante. Muitas vezes, nas instituições, apenas se prepara uma atividade para se desenvolver em conjunto entre as disciplinas, e o objetivo desse trabalho não fica claro para os participantes, prejudicando o resultado, diminuindo o conceito e o benefício da interdisciplinaridade no contexto universitário, que fica somente no plano conceitual.

O planejamento, os conteúdos, as metodologias utilizadas pelos educadores fazem toda diferença na formação do estudante. Nesse sentido, a educação deve ser trabalhada, de forma interdisciplinar, na qual este acadêmico é ativo, capaz de desenvolver seu próprio conhecimento, por meio de ações, atitudes, que vão além das teorias.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico – PPC – da UNITINS propõe a interdisciplinaridade como uma atitude de ousadia necessária e fundamental para formação profissional, humana e social, bem como para a sustentabilidade do ensino superior.

7.1 Metodologia de ensino

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos, à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade em que está inserido. A UNITINS assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena participação produtiva e crítica na sociedade.

Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam por todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”, ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

Nesse sentido, as metodologias sugeridas promovem a formação crítica e a autonomia do aluno em contextos práticos específicos da área de Segurança Pública e aplicação conforme especificidades da cada componente curricular, tais como:

I. Integração de Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais:

- **Sala de Aula Invertida:** com antecipação de materiais teóricos (artigos, vídeos, estudos de caso) para leitura prévia dos alunos, possibilitando que o tempo de aula seja utilizado para atividades práticas, discussões e resolução de problemas específicos da área.
- **Simulação e Cenários Reais:** utilização de estudos de caso dirigidos e simulações que representam situações reais enfrentadas pelos profissionais de Segurança Pública. Esses cenários permitem que os discentes apliquem o conteúdo teórico em práticas controladas e sob supervisão, facilitando a transferência para o ambiente de trabalho.
- **Ambientes Virtuais:** quizzes interativos e softwares específicos de apoio para a área de segurança, como ferramentas de análise de risco e planejamento de operações, incentivando a reflexão crítica e a tomada de decisões.

II Foco na Autonomia e na Investigação Científica

- **Projetos de Pesquisa Aplicada:** incentivo ao desenvolvimento de projetos que envolvam investigação científica em temas relevantes da segurança pública, Esses projetos são realizados com orientação docente, promovendo a prática de pesquisa e análise.
- **Resolução de Problemas em Grupo:** os alunos são organizados em grupos para resolver situações-problema, o que estimula a colaboração, a comunicação e o aprendizado ativo. Essa abordagem permite que eles pratiquem a tomada de decisões e a resolução de conflitos de maneira simulada.

III Desenvolvimento de Competências Socioemocionais e Valores Éticos

- **Reflexões Críticas e Éticas:** são promovidas discussões sobre a ética e os desafios emocionais envolvidos na atuação em segurança pública. Tais reflexões buscam formar profissionais com consciência crítica sobre o impacto de suas ações na sociedade.
- **Educação para a Cidadania e Direitos Humanos:** enfoque em temas como direitos humanos, cidadania e justiça social, integrados ao conteúdo técnico, fortalecendo o compromisso dos discentes com a dignidade e o respeito na atuação profissional.

IV Avaliação Contínua e Variada

- **Processo Avaliativo Multidimensional:** utilização de avaliações contínuas, com variações entre provas teóricas, práticas, simulados, trabalhos em grupo e estudos de caso, que visam proporcionar um entendimento abrangente da aprendizagem do aluno, integrando os aspectos teóricos e práticos de forma balanceada.
- **Feedback Formativo e Constante:** realização de feedbacks regulares, focados em apontar áreas de melhoria e reforçar boas práticas, promovendo o aprimoramento contínuo e a autorreflexão dos alunos.

7.2 Princípios estruturadores

DIVERSIDADE: respeitar os desafios e os dilemas do multiculturalismo, em face das diversidades étnico-culturais.

AUTONOMIA: considerar o olhar do aluno sobre a sua realidade; romper com a cultura de dependência ao professor; e desenvolver atitude reflexiva diante das práticas avaliativas e do estudo.

INVESTIGAÇÃO: possibilitar a capacidade de agir, refletir na ação e sobre a ação; desenvolver uma postura questionadora, sobretudo uma ação educativa inserida em um contexto de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e pedagógicas.

TRABALHO COOPERATIVO: elaborar uma proposta pedagógica que resulte da compreensão e da responsabilidade individual e coletiva.

DIALOGICIDADE: potencializar o diálogo social como estratégia de aproximação dos saberes acadêmicos e populares entre a Universidade e a sociedade.

CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: organizar o currículo de todos os cursos nessa modalidade por meio da vivência de construção do conhecimento, em um processo que se constitui em momentos articulados de ação-reflexão-ação.

Nesse sentido, para atingir os objetivos institucionais propostos no PDI, a IES segue os princípios filosóficos definidos no artigo 2º do seu Estatuto:

- indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- unicidade, gestão democrática participativa, diálogo e cooperação para a administração geral da UNITINS;
- racionalidade de organização para valorização e segurança de seus recursos humanos e materiais;

- formação cidadã, respeito à laicidade, à liberdade, à diversidade e ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, sem discriminações de qualquer natureza;
- valorização da universalidade e relatividade do conhecimento e saberes visando à interdisciplinaridade, à defesa da democratização da educação no que concerne à qualidade, à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e condições para a permanência dos discentes com garantia de padrão de qualidade e socialização de seus benefícios;
- defesa da democracia, estímulo à cultura, à arte, à elaboração e divulgação do conhecimento científico, tecnológico, socioeconômico e político para o desenvolvimento do estado do Tocantins e do país;
- vinculação entre a educação, o trabalho, as práticas sociais, direitos humanos e meio ambiente, bem como, a valorização das experiências formais e não formais, a interação com a sociedade e com outras instituições públicas e privadas visando a cooperação educacional, internacional.

7.3 Coerência do currículo com a proposta pedagógica

A proposta pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública contempla a utilização irrestrita de ferramentas e instrumentos educacionais que possibilitam a construção completa e profunda do conhecimento epistemológico. Para tanto, o curso estimula e capacita seus docentes sobre Metodologias ativas de aprendizagem que pavimentam as estradas a serem percorridas ao longo do curso objetivando o enquadramento do discente nas propostas do Perfil do Egresso.

Desta forma, a construção do currículo do curso previu em suas diretrizes todos os componentes básicos e profissionalizantes que contemplam a formação integral do Tecnólogo dentro das diretrizes educacionais previstas pela UNITINS.

8 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL

As atividades acadêmicas específicas são aquelas que, em articulação com os demais componentes curriculares, integram a formação do estudante aluno. Consideram-se atividades acadêmicas primordiais para a formação dos alunos e integrantes do processo de ensino-aprendizagem o alinhamento entre as disciplinas teóricas e práticas.

As atividades acadêmicas específicas proporcionam um exercício de residência social e profissional, articulando um pensar-refletir crítico, criativo e proativo na construção do conhecimento sobre a realidade social. Os regulamentos que disciplinam os aspectos relativos às atividades acadêmicas específicas, são aprovados pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

8.1 Estágio curricular obrigatório e não-obrigatório

Na Unitins, as atividades práticas e específicas de estágio supervisionado obrigatório são concebidas como elementos primordiais para a formação dos alunos e integrantes do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação. Nos projetos pedagógicos dos cursos da Unitins, estão definidas a relação entre teoria e prática, bem como a forma de realização das práticas e dos estágios. Na Unitins, as práticas pedagógicas caracterizam-se como um espaço de integração teoria-prática curricular, sendo uma forma de aproximação do aluno à realidade social e ao mundo do trabalho.

O estágio é um componente curricular de caráter teórico-prático obrigatório que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão e da cidadania. Além disso, o estágio possibilita a integração do ensino com pesquisa, e ensino com extensão, contribuindo assim para qualificação profissional e pessoal. Na Unitins os estágios curriculares obrigatórios são planejados e supervisionados pelo coletivo dos docentes nos respectivos cursos de graduação.

A política de estágio da Unitins está alicerçada na Lei Federal no 11.788/2008 e na Lei no9394/96 de Diretrizes e Bases – LDB. O Estágio caracteriza-se como um dos grandes desafios acadêmicos, dado às especificidades da área, concernentes a cada curso, sua relação com o mercado de trabalho e às particularidades que o trabalho vem ostentando no mundo contemporâneo.

O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória, caracterizado como atividade adicional à formação, realizado por livre escolha, com aprovação da instituição. Esse estágio tem por objetivo proporcionar e ampliar a formação acadêmico/profissional promovendo a integração social do estudante.

Nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 1º “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

O Estágio poderá ser executado em órgãos da administração pública direta e indireta, nas esferas municipal, estadual e federal; organizações do setor privado; e/ou organizações não governamentais, desde que apresentem as condições adequadas para a formação profissional do acadêmico e para celebração de convênio com a UNITINS.

O Estágio Obrigatório dos diversos cursos de graduação da Unitins está estruturado em etapas, de acordo com cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC), podendo ser oferecido em um ou mais períodos letivos, sempre em estreita observância à legislação vigente e às Diretrizes Curriculares de cada curso. O estágio obrigatório refere-se às disciplinas de estágio curricular supervisionado e disciplinas de práticas da matriz curricular dos respectivos cursos.

8.2 Programas ou projetos de extensão

Com base no princípio e na função social, a UNITINS procura sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de extensão, de acordo com: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988, art. 207); com a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex /2012); Plano Nacional de Educação Lei n. 13.005/2014 (Meta 12; Estratégia 12.7) e com seu estatuto entre outras.

A Pró-Reitoria de Extensão da UNITINS organiza seus Programas de Extensão, seguindo as orientações das áreas temáticas, definidas pelo Forproex, conforme classificação a seguir.

- Comunicação.
- Cultura.
- Direitos Humanos e Justiça.
- Educação.
- Meio Ambiente.
- Saúde.
- Tecnologia e Produção.
- Trabalho.

As ações/atividades extensionistas da Pró-Reitoria de Extensão da UNITINS se concretizam em consonância com o Plano Nacional de Extensão, e seguem as seguintes modalidades de ações estruturais de extensão: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços; produtos acadêmicos.

9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

9.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Os princípios defendidos no Projeto Pedagógico Institucional e pela prática acadêmica, ao que se refere a avaliação do processo ensino/aprendizagem concebida pela Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, resguarda a contextualização da avaliação para estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, através de técnicas e metodologias de intervenção em situações possíveis de atuação.

As avaliações das são efetuadas ao final de cada unidade programática, em número de duas a cada período letivo. A composição das avaliações é expressa em notas e desenvolvida em cada unidade programática.

Para aprovação, o aluno deverá obter média igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média aritmética das avaliações do semestre (A1 e A2), além de no mínimo, 75% de frequência.

9.2 Sistema de autoavaliação do curso

A metodologia utilizada pela Comissão Própria de Avaliação institucional consiste em uma metodologia participativa e democrática, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda a comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada ano, ou, a qualquer momento em função das necessidades identificadas dentro da IES. Os métodos adotados para a Autoavaliação Institucional partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência de informações em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para as fragilidades diagnosticadas.

Passos para a Realização da Avaliação Interna:

1ª Etapa: Preparação:

- Constituição da CPA.
- Elaboração do Plano de Trabalho.
- Sensibilização.

2ª Etapa: Desenvolvimento:

- Realização de seminários, reuniões e debates.
- Sistematização de demandas/ideias/sugestões.
- Definição dos grupos de trabalho e dos instrumentos de coleta de dados.
- Elaboração dos relatórios.
- Apresentação e discussão dos resultados.

3ª Etapa: Consolidação:

- Elaboração, divulgação e análise do relatório parcial.
- Balanço crítico do processo avaliativo.

9.3 Avaliações oficiais do curso

A proposta de avaliação do curso atende a uma exigência formal de caráter acadêmico e se impõe como necessidade política e pedagógica no sentido da contínua busca de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico na direção de novas oportunidades de conhecimento. Para tanto, se constituirá num marco favorável à explicitação da unidade teoria-prática e ao diálogo entre alunos e professores com a finalidade de compreender os processos desenvolvidos na relação pedagógica e os resultados alcançados.

Nesse sentido, a avaliação interna será constante, com momentos específicos para discussão, contemplando a análise global e integrada das diferentes dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso em questão. Para isso, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com atuação autônoma e atribuições de conduzir os processos de Autoavaliação Institucional, sendo responsável pela coordenação do processo de autoavaliação da instituição, desde a elaboração do método, implementação e sistematização dos resultados e elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional. Estas ações são realizadas com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Além disso, serão consideradas nas avaliações externas, os resultados obtidos pelos alunos do curso no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O resultado dessas avaliações periódicas apontará a adequação e pertinência do projeto do curso e para que se preveja as ações acadêmico-administrativas necessárias a serem implementadas.

9.4 Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Autoavaliação Institucional, também denominada avaliação interna, é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói o autoconhecimento de sua realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e de gestão e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica tanto as fragilidades quanto as potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

O processo de autoavaliação, ou avaliação interna, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Unitins. No âmbito da Unitins, a Autoavaliação Institucional da Universidade, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), segue as determinações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituídos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, avaliar as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico.

Essa lei que avalia a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização

de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O processo de autoavaliação institucional, que compreende um autoestudo, abrange cinco Eixos que contemplam as definidas no art. 3º da Lei 10.861/2004 que institui o Sinaes.

Eixos e Dimensões Sinaes

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Dentro de cada um dos eixos relacionados acima, avalia-se 10 dimensões postuladas pelo Sinaes. Estas dimensões são utilizadas como referencial para a análise crítica da qualidade da atuação acadêmica e social da Unitins, com vistas ao cumprimento de sua missão.

As 10 dimensões avaliadas são:

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), avalia o atendimento institucional no que se refere a missão, visão e valores estabelecidos no PDI, assim como o planejamento didático-instrucional e as políticas de ensino de graduação e de pós-graduação.

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, avalia as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, avalia especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade, avalia o processo e nível de eficiência da comunicação das ações institucionais com a comunidade interna e externa.

Dimensão 5: As políticas de pessoal, avalia as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a ser desenvolvidas e a condições objetivas de trabalho.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, avalia especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Dimensão 7: Infraestrutura física, analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a às atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e às finalidades próprias da IES, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, avalia a evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional a partir de seus projetos/processos de autoavaliação institucional, o nível de participação da comunidade acadêmica, além da avaliação externa com a análise e divulgação dos resultados e a elaboração do relatório de autoavaliação, ou seja, busca-se os resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes, avalia as formas como os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e aos programas nos quais a Unitins busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, esta dimensão avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

As Avaliações Internas realizadas pela Universidade Estadual do Tocantins – Unitins tem como objetivos centrais:

- Produzir conhecimento.
- Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES.
- Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências.
- Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo.
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais.

- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos.
- Utilizar os resultados da Avaliação Institucional para a elaboração de metas e ações da Instituição com a finalidade de corrigir falha ou de melhorar o ensino, a pesquisa e a extensão.

- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- Prestar contas à sociedade.
- A composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), tem seus critérios definidos no Art. 7º, da RESOLUÇÃO/CONSUNI/Nº 010, DE 22 DE JUNHO DE 2022.

Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

- Coordenador geral – Servidor efetivo indicado pelo reitor;
- Um representante do corpo Docente;
- Um representante do corpo Técnico-administrativo;
- Um representante do corpo Discente;
- Um representante da Sociedade Civil Organizada;
- Em cada Campus da IES há a composição da CPA seguindo os mesmos moldes citados acima com exceção da figura do coordenador.

9.5 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

A UNITINS possui uma política baseada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, voltada especificamente para o Exame Nacional de desempenho de estudantes – ENADE, cujo objetivo é aferir o desempenho dos estudantes em relação a conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso, ou seja, acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação e suas habilidades para ajustamento às exigências necessárias. Seus resultados permitirão a construção de referenciais que permitam a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei n. 10.861/2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. Será inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A referida política possui um plano contendo ações permanentes que perpassam por todos os cursos desde o ingresso do acadêmico na instituição até a integralização de seu curso e ações específicas para os cursos a serem avaliados conforme o cronograma do INEP. Tal política reafirma a responsabilidade e o compromisso acadêmico e social dessa instituição de educação superior.

10 CORPO DISCENTE

10.1 Atenção aos discentes

A UNITINS entende a necessidade da promoção de políticas de democratização para o ingresso e permanência dos discentes nessa IES, por isso proporciona diferentes formas de acesso aos estudantes das diferentes regiões do Tocantins e do país.

Compõem a política de atendimento aos discentes todos os esforços da Universidade que se empenham para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da educação superior pública, de modo a alcançar o melhor desempenho acadêmico, culminando na assistência estudantil. No sentido de ampliar e consolidar a Política de atendimento ao discente, foi instituído em 2015 no âmbito da Pró-reitoria de Extensão, a Coordenação de Assuntos Estudantis e Registros, atualmente a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Esporte, responsável pela coordenação, planejamento, execução, controle, avaliação e monitoramento das ações e serviços inerentes aos assuntos estudantis, de esportes, bem como das ações relacionadas ao estágio não obrigatório e projetos direcionados aos discentes no âmbito da UNITINS. Tendo suas atribuições especificadas no Art. XVIII do Regimento da Extensão da UNITINS.

Em 2017, iniciou-se um processo de construção da Política de Assistência Estudantil, com a participação dos acadêmicos da UNITINS. Essa Política visa à implementação de ações e serviços, integrados e indissociados do ensino, da pesquisa e da extensão, que impactem na diminuição da evasão, da retenção nos cursos da IES, no enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais, produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, e na promoção da participação, da autonomia, e do respeito às pluralidades e diversidades.

A Universidade desenvolve ações e serviços orientados ao bem-estar, à segurança, à afirmação da cidadania e à autoestima do discente. Busca, entre outros, a retenção do estudante na Universidade, bem como potencializar o seu aprendizado e, enfim, sua formação profissional e humana, proporcionando equidade de oportunidades.

A política de atenção ao discente da UNITINS se efetiva por meio de ações que estimulam a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica. Além disso, têm as atividades de extensão e curricularização, projetos sociais, artísticos, culturais, iniciação

científica, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, representação estudantil, entre outros, como o Núcleo Docente Estruturante, o Projeto de Nivelamento, da inclusão digital, acessibilidade, cultura e apoio pedagógico e psicológico.

A Instituição mantém programas sistemáticos de iniciação científica como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic UNITINS/CNPq, com a concessão de bolsas aos estudantes e disponibilização de recursos pelo governo do estado. A UNITINS conta também com programa de monitoria acadêmica nos cursos presenciais desde 2013 e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária, PIBIEX.

10.2 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Por meio da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da UNITINS é desenvolvido Programa Institucional de Bolsas e Voluntários de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação – PIBIC/PIBITI/PIVIC, com enfoque para o apoio pedagógico e financeiro. A Iniciação Científica é entendida como um instrumento formativo, que possibilita ao estudante de graduação da IES o engajamento na pesquisa e o contato direto com a atividade científica, aprimorando os conhecimentos acadêmicos e as práticas profissionais em suas respectivas áreas de conhecimento. O programa de iniciação científica da UNITINS conta com três modalidades de pesquisa: programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti); Programa Institucional de Voluntário em Iniciação Científica (Pivic).

No ano de 2017, um total de 75 (setenta e cinco) propostas de projetos foram submetidas para dois editais de seleção de bolsistas e voluntários, do ciclo 2017-2018. Dessas, um total de 55 (cinquenta e cinco) projetos foram contemplados dentre as três modalidades vigentes e preenchendo diferentes áreas do conhecimento. Por sua vez, dentre os 55 (cinquenta e cinco) projetos em vigor são disponibilizados um total de 45 (quarenta e cinco) bolsas com recursos do Tesouro Estadual, das quais 43 (quarenta e três) correspondem à modalidade PIBIC e 2 (duas) à modalidade PIBITI. Os programas oferecidos seguem normas estabelecidas na Resolução Normativa n. 017/2006 (CNPq).

A Pró-reitoria de Extensão vem empreendendo diversos esforços para ampliar as condições de permanência na Universidade, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de Extensão no âmbito da UNITINS, e de modo estratégico, estimular discentes e docentes a integração no contexto da Extensão Universitária, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, prioritariamente as populações em situação de vulnerabilidade social. Desenvolvendo ainda cursos de Inglês, Espanhol e Libras por meio da Escola de Línguas, na modalidade presencial

e EAD, que em 2017 ofertou 210 (duas mil e dez) vagas, possibilitando o conhecimento e o aperfeiçoamento em Línguas Estrangeiras e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A temática da formação docente inicial apresenta-se num campo de embate acadêmico pedagógico em constante movimento. É nesse contexto que na UNITINS, por meio da Pró-reitoria de Graduação, surge o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, que foi inicialmente lançado como um programa de formação e depois transformado em política pública de educação. Segundo Saviani (2007), políticas públicas como o Pibid devem ser propostas para articular e socializar experiências, extrapolando os muros das Universidades e rompendo as barreiras interpostas na relação Universidade-escola, sobretudo no tocante a formação docente inicial.

Ao promover a inserção dos estudantes no contexto universitário a UNITINS tem como objetivo aprimorar a formação acadêmica propiciando a convivência e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas. Assim, o PIBID emerge como uma possibilidade de superar as mazelas e sanar as principais lacunas no processo de formação docente inicial havendo maior integração entre teoria e prática, entre Universidade e escola, entre conhecimentos e cotidiano escolar.

A monitoria, também desenvolvida no bojo das ações e serviços da Pró-reitoria de Graduação, consiste em uma atividade discente, por direito, que tem como objetivo auxiliar o professor no monitoramento de grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Nesse programa, o monitor tem a oportunidade de vivenciar, precocemente, o trabalho da docência. Por estar em contato direto com outros acadêmicos, estando também na condição de acadêmico, o estudante-monitor é suscitado a reflexões profundas a respeito do modelo de formação acadêmica e dos processos e ensino e aprendizagem.

Estimulando a vocação acadêmica do aluno monitor, por meio do seu engajamento em práticas docentes, sobretudo de gestão acadêmica, integradas à pesquisa, ensino e extensão, atreladas às disciplinas de licenciaturas e bacharelados.

A UNITINS almeja ofertar aos discentes a oportunidade para pleitearem bolsas de intercâmbio nacional e internacional, além de outros programas de incentivo à docência para os cursos de licenciatura.

10.3 Inclusão e Cidadania

Como caminho para promover a acessibilidade e a inclusão social dos diferentes sujeitos que compõem o corpo discente da Universidade, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, bem como para a promoção da igualdade étnico-racial e de

gênero, da diversidade sexual, das ações afirmativas e da formação para a cidadania, a UNITINS tem empreendido diversas ações.

A UNITINS adota o Sistema especial de reserva de vagas que tem como proposta democratizar o acesso à educação superior pública, destinando 50% das vagas dos cursos de graduação da IES para egressos da rede pública de ensino, cota racial e Sistema de Seleção Unificada – SISU e as demais 50% são destinadas a ampla concorrência.

Compreendido o papel da Universidade, especialmente da que é pública, que é proporcionar a formação acadêmica científica não somente para o mercado de trabalho, mas para a cidadania, para a participação e a transformação social, a UNITINS tem trabalhado para o fortalecimento do movimento estudantil e suas instâncias representativas, com vista à sua autonomia e protagonismo. Deste modo, a IES vem concedendo orientações, fomentando a participação política na Universidade, garantindo espaços de diálogo e deliberação no âmbito da UNITINS, bem como dando aporte estrutural para o funcionamento das instâncias representativas.

A UNITINS também tem desenvolvido ações afirmativas para fomentar o respeito às diversidades de forma articuladas por meio do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos – NEDIH e o Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPE).

Estímulos à Permanência (Programa de Nivelamento e Atendimento Psicopedagógico).

A UNITINS propõe um projeto de nivelamento para auxiliar àqueles alunos ingressantes na IES, esse projeto será coordenado pelo Núcleo de Apoio Psicológico e psicopedagógico ao discente-NAPE que visa atender e diagnosticar evidentes problemas de aprendizagem dos acadêmicos que chegam a IES e que não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizado da turma da qual estão inseridos. O Projeto de Nivelamento tem como objetivo:

- proporcionar um aumento qualitativo no crescimento do aluno em relação ao ensino básico da Língua Portuguesa, Física, Matemática; Inglês e Espanhol;
- desenvolver as habilidades em leitura, interpretação de textos;
- desenvolver as habilidades em operações matemáticas básicas;
- apreciar diversos tipos de texto por meio de um trabalho integrado e interdisciplinar;
- provocar uma modificação de atitude do aluno em relação ao processo de ensino e aprendizagem, isto é, a autoaprendizagem;
- proporcionar interatividade entre docentes e alunos nesse processo de ensino e aprendizagem;
- estimular os alunos a raciocinar em tempos lógicos;
- desenvolver a capacidade de análise de problemas e de sua resolução por meio de estudo de caso;

- proporcionar experiências para a aquisição dos fundamentos essenciais e básicos da língua inglesa e língua espanhola.
- evidenciar o conhecimento da língua inglesa e língua espanhola como oportunidade para o crescimento pessoal e profissional na contemporaneidade, visando o pontapé inicial para participação do programa de Ciências Sem Fronteiras, pois sabemos que, para participar deste programa o aluno deverá possuir certificado em proficiência no idioma do país que pretende ingressar.

Com essa iniciativa vamos proporcionar aos nossos acadêmicos melhores condições aproveitamento no decorrer de sua graduação.

10.4 Assistência Prioritária

No âmbito da assistência prioritária, que visa à redução das desigualdades sociais e à inclusão social na educação superior, a UNITINS desenvolve ações voltadas para viabilizar transporte para a participação nas atividades acadêmicas.

10.5 Promoção e Prevenção

No que toca a qualidade de vida, esporte e cultura, vislumbrando a integração estudantil são realizados os Jogos Internos da UNITINS – JIUNI em duas etapas, sendo a primeira local, e a segunda estadual; a recepção aos calouros tem como intuito proporcionar uma integração entre calouros, comunidade e Universidade. Para recepção dos estudantes, em especial dos/as calouros/as, como proposta de substituição ao trote; o Caipiritins, ação festiva em alusão a cultura junina regional; e a sala de convivência dos/as estudantes, espaço que visa à socialização e acolhida dos/as estudantes, atualmente institucionalizada apenas no Câmpus Palmas. Outras ações e serviços desenvolvidos pela UNITINS para a promoção e prevenção e apoio, para viabilizar a participação de estudantes da IES em eventos acadêmicos, e a disponibilização do laboratório de informática para uso dos estudantes que não tem acesso as tecnologias para o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

A UNITINS desenvolve no âmbito do apoio psicossocial, no câmpus de Palmas, ações e serviços por meio do Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – NAPE, espaço que se articula com a rede de saúde e assistência social, em especial da saúde mental, para garantir maior capilaridade do atendimento às demandas apresentadas pelos/as discentes da IES, além de promover ações diversas para potencializar o desempenho acadêmico.

10.6 Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – NAPE

Integra a Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD, é uma estrutura de caráter permanente, de natureza institucional e multiprofissional, destinado a atender a comunidade acadêmica da Universidade em cada Câmpus. O NAPE tem como finalidades: oferecer serviço

de apoio e orientação psicológica, social e educacional aos discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo da instituição; promover o envolvimento do público alvo nas ações ofertadas pela instituição; contribuir com a permanência dos discentes no ciclo acadêmico e sua autonomia; potencializar o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal do seu público alvo.

O público-alvo do NAPE é constituído pelos: os discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais oferecidos pela UNITINS multicampi; os docentes que apresentarem demandas de ordem pessoal e/ou laborativas, relacionadas ao desempenho de suas atribuições; os servidores do quadro técnico-administrativo da instituição.

O acesso aos serviços do NAPE é realizado a partir das demandas apresentadas por cada público-alvo: os discentes, por indicação dos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica e direção dos câmpus; os docentes, por indicação dos coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica e direção dos Câmpus; os servidores técnico-administrativos, por solicitação das chefias imediatas ou pela Diretoria de Recursos Humanos. Todas as pessoas que compõem o público alvo do NAPE poderão acessar os serviços ofertados: por livre iniciativa ou através de encaminhamentos pelos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica, direção dos Câmpus e também por indicação de outro discente.

São atribuições do NAPE:

- I. realizar acompanhamentos psicossocial e pedagógico a discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, oriundas das demandas relativas ao seu desempenho nesta IES;
- II. promover estudos e pesquisas sobre os processos de ensino-aprendizagem no ensino superior;
- III. emitir parecer e/ou laudo de atendimento para discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, quando solicitados em processo;
- IV. conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação da IES;
- V. contribuir na ambientação de novos discentes quanto ao funcionamento da Universidade e orientar quanto à finalidade do NAPE;
- VI. contribuir para maior adesão dos discentes aos respectivos cursos e à instituição, com vista à prevenção da evasão e melhor desempenho acadêmico;
- VII. promover espaços de discussão sobre os aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos que interferem no processo ensino – aprendizagem;

- VIII. apoio a projetos e articulação de parcerias que visem ações de prevenção às diversas faces da violência, do uso e abuso de álcool e outras drogas, bem como esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- IX. orientar ações de intervenção socioeducativas nas áreas: social, pedagógica ou psicológica nos casos de necessidades educativas especiais;
- X. colaborar nos projetos de capacitação pedagógica aos docentes visando a prática da interdisciplinaridade;
- XI. estimular e colaborar para o desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para a convivência da comunidade acadêmica com a diversidade biopsicossocial e cultural;
- XII. apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.
- XIII. colaborar na recepção, ambientação e orientação de novos docentes quanto ao funcionamento, às práticas didático-pedagógicas e administrativas da instituição;
- XIV. colaborar na orientação dos docentes quanto à compreensão e manejo de questões didático-pedagógicas no contexto educativo dos alunos com deficiência, numa perspectiva inclusiva;
- XV. atender os discentes, acompanhando o seu desempenho no processo ensino-aprendizagem e fazendo, quando necessário, encaminhamentos aos serviços especializados externos;
- XVI. proporcionar aos discentes oportunidades de reflexão acerca de seus percursos de carreira e planejamento do seu futuro profissional;
- XVII. fomentar junto à Diretoria de Recursos Humanos e Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, ações que atendam às demandas dos docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, com a finalidade de sua integração ao ambiente de trabalho, à plena expressão de suas capacidades laborais, qualificação e aperfeiçoamento.

O NAPE deve ser constituído por uma Equipe Executiva, de caráter colegiada, com suas respectivas competências sistematizadas neste regimento. A Equipe Executiva tem o caráter de planejamento e execução das ações pertinentes, devendo ser multiprofissional, composta, no mínimo, por: 1 (um/a) Assistente Social; 1 (um/a) Pedagogo(a); 1 (um/a) Psicólogo(a); 1 (um/a) Assistente Administrativo(a).

A Equipe Executiva do NAPE figura como órgão deliberativo e propositivo às ações do próprio setor, competindo a ela a proposição, aprovação e execução das atividades a que se destina o núcleo.

10.7 Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH)

O Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH) – constitui-se de um programa diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, com caráter permanente e interdisciplinar.

O NEDIH foi institucionalizado em novembro de 2011 na UNITINS e objetiva agregar atividades e estudos voltados à proteção e defesa dos direitos humanos no Estado do Tocantins. Em novembro de 2011 o NEDIH realizou o I Simpósio de Direitos Humanos, que discutiu os direitos humanos da criança e do adolescente, por meio do lançamento de duas atividades de extensão vinculadas ao Núcleo: a Escola de Conselhos e o Observatório Estadual da Criança e do Adolescente (OECA).

O NEDIH tem como objetivos: desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisas entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos; contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; organizar e participar de eventos científicos; apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas.

O NEDIH tem como finalidade: a) desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; b) promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisas, entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos, públicos e privadas, em nível nacional e internacional; c) fomentar a pesquisa em direitos humanos, divulgar a produção científica e a produção bibliográfica produzida pelos seus membros e de interesse institucional; d) contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; e) emitir e apresentar, anualmente, à Pró-Reitoria de Extensão, o relatório das atividades desenvolvidas no período; f) organizar e participar de eventos científicos, atribuindo publicidade institucional aos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo; g) fomentar o debate sobre os direitos humanos na comunidade acadêmica, bem como na sociedade em geral; h) apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.

A relação com a graduação ocorre a partir do Grupo de Estudos em Direitos Humanos (GEDIH), quando na oportunidade a partir das linhas temáticas expostas no núcleo são formados grupos entre os acadêmicos para discutir os direitos humanos e os mesmos terem conhecimento de maneira ampla acerca da importância de se debater esses direitos nos mais variados setores como os idosos, a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, entre outras minorias sociais existentes na sociedade. Além do grupo de estudos, a pesquisa, da mesma forma, está sendo disseminada a partir da criação de um grupo de pesquisa nessa área

para fomentar o interesse dos acadêmicos em pesquisas e, terem o conhecimento “in loco” das vulnerabilidades sociais existentes.

10.8 Organização Estudantil (Espaço para Participação e Convivência Estudantil)

Conforme previsto no Regimento Acadêmico da UNITINS (2020), o art.189 garante a participação do corpo discente junto aos órgãos Colegiados. Sendo assim, a política institucional prevê em seu regimento:

1º A representação estudantil tem por objetivo congregar os acadêmicos e expressar os interesses e anseios do corpo discente bem como promover a cooperação entre o corpo técnico-administrativo, docentes e acadêmicos.

§ 2º A representação estudantil será definida pelos próprios acadêmicos e no respectivo regimento que deverá ser apresentado e aprovado pelo Consuni. (UNITINS, 2020, p. 43).

A UNITINS considera que a educação desenvolve atitudes, princípios e valores que impulsiona o crescimento humano. Dessa forma, valoriza a participação estudantil permeada pelo respeito ao próximo, a solidariedade e a autonomia com responsabilidade. Os espaços de convivência e participação estudantil acontecem nas localidades onde os alunos residem ou estudam, uma vez que a IES tem área de atuação em nível local e regional.

10.9 Ouvidoria

Ouvidoria Geral é órgão responsável pela promoção, integração e defesa dos direitos dos estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa em suas relações com a UNITINS, em suas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas voltadas a excelência e transparência do Serviço Público ofertado pela IES.

10.10 Acompanhamento de egressos

As políticas e as ações de acompanhamento dos egressos na UNITINS se concretizam na forma de avaliações contínuas das condições de oferta dos cursos, pois o objetivo é formar profissionais capazes de se integrarem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a UNITINS procura aprimorar a formação oferecida aos alunos.

Esse programa vai se constituir em uma ferramenta cujo os dados e informações servirão para a autoavaliação da Universidade. Ressaltamos ainda, que é por meio dessa Política de Acompanhamento que a UNITINS vai buscar dados sobre a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, ou seja é por meio dessas informações e dados que a IES tem a oportunidade de acompanhar a trajetória profissional dos seus egressos (dos cursos de graduação e pós-graduação) identificando assim a evolução de sua situação no mercado de trabalho.

O resultado dessas avaliações promovidas junto aos egressos será comparado com as avaliações dos cursos. Ciente do resultado dessas avaliações a UNITINS pretende investir no aprimoramento e na melhoria de seus cursos e de seus egressos, por meio de uma série programas, capacitações, cujo o objetivo é formação de profissionais cada vez

mais qualificados e competentes para o exercício de suas atribuições, bem como a continuidade da relação institucional. Esses estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida irão possibilitar a contínua avaliação dos cursos e da própria IES.

A Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, ciente de sua missão institucional para com a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, estabelece uma política de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação em conformidade com (SINAES).

Em cumprimento de sua responsabilidade social, a UNITINS está sempre buscando conhecer a situação profissional dos egressos, sua inserção no mundo do trabalho e os índices, de empregabilidade associada à sua formação profissional.

Para tanto, esta situação implica na obrigação social da Universidade em ofertar uma educação superior de qualidade, integrada a um processo de indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, e a implementação de políticas que estimulem o desenvolvimento de competências e de habilidades em conhecimentos acadêmicos aprendidos na Universidade durante a graduação, em conformidade com a profissionalização.

Desse modo, a política de acompanhamento do egresso da UNITINS, representa a possibilidade de se ter um *feedback* acerca da formação ofertada. Portanto o objetivo é manter aberto o canal de comunicação, ou seja, fortalecer a relação com os egressos que concluíram seus cursos nessa Instituição. Esse retorno é importante para avaliar a qualidade dos cursos ofertados, para a formulação e implementação de políticas institucionais bem como para conhecer resultados do compromisso da missão da UNITINS com as comunidades locais e regionais do Tocantins.

A Pró-Reitoria de Graduação, responsável pela gestão da política de acompanhamento dos egressos, pretende nesse trabalho em parceria com as demais instâncias, propor constantemente, estratégias de planejamentos, pesquisas e ações que favoreçam os egressos da UNITINS.

10.11 Registros acadêmicos

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de *backup* da base de dados. O sistema RM como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico.

O controle acadêmico é exercido pela Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, que é estruturada pelas atividades de atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros. Por meio das atividades de protocolo e atendimento os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

10.12 Acesso dos alunos a TIC

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e/ou a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica entre outros. São tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações.

No processo de ensino-aprendizagem (EA), é importante destacar a importância do aprender fazendo, do aprender a aprender, do interesse, da experiência e da participação como base para a vida em uma democracia.

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos, à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade em que está inserido. A UNITINS assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena participação produtiva e crítica na sociedade. Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam por todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”, ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e

ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

10.13 Núcleos acadêmicos

10.13.1 DCE – Diretório central dos estudantes

O DCE é a entidade estudantil representante dos alunos de sua IES – Instituição de Ensino Superior seja ela, um Centro Universitário, uma Faculdade ou Universidades.

O DCE tem como funções a orientação do corpo discente para debater e se mobiliar a respeito de desafios e/ou problemas que estejam relacionados com sua Instituição. O DCE é a entidade estudantil que representa todos os câmpus da Instituição.

10.13.2 DA – Diretório Acadêmico

O Diretório Acadêmico é a parte responsável por representar os cursos, em relação aos interesses do seu Câmpus, ou seja, melhorias na estrutura física, limpeza interna e externa, iluminação, acessibilidade, equipamentos de multimídia, informática, articulação quanto à participação dos acadêmicos em eventos fora do domicílio, além de outros assuntos acadêmicos.

10.13.3 CA – Centro Acadêmico

O Centro Acadêmico tem por finalidade representar os acadêmicos especificamente, em relação aos interesses do seu próprio curso, nos assuntos acadêmicos, organização de eventos relacionados ao curso, bem como a articulação nas participações em congressos, seminários fora do domicílio do seu Câmpus.

11 GESTÃO DO CURSO

Atuar como coordenador de curso é ser mais que um simples mediador entre acadêmicos e docentes, é reconhecer as necessidades da área em que atua e tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade escolar, gerir e executar o projeto pedagógico do curso, operar novas tecnologias, avaliar o trabalho dos docentes, estar comprometido com a missão da instituição e estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade do ensino. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente, colaborando no desenvolvimento dos estudantes e no crescimento da instituição em que trabalha. Assim, dentre estas e outras atribuições, o coordenador além de desenvolver as atividades acadêmicas e administrativas do curso, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela instituição, deverá: cuidar da organização das disciplinas, definição de horários, atualização do currículo do curso, de acordo com as

demandas do mercado e necessidades dos acadêmicos, acolher, acompanhar aos acadêmicos, a partir do processo inicial de matrícula, até a efetivação das questões documentais e técnicas, para seu ingresso, monitorar e avaliar o desempenho do curso em termos de qualidade acadêmica, satisfação dos estudantes, identificar as áreas que precisam ser melhoradas e implementar medidas para garantir que o curso esteja sempre atualizado, promover o curso para potenciais estudantes divulgando suas vantagens, gerenciar as atividades do corpo docente, realizar avaliações de desempenho e estar disponível para os estudantes, oferecendo orientação, aconselhamento sobre questões acadêmicas e profissionais, que melhor atendam suas necessidades de carreira.

A gestão do curso é desenvolvida em parceria com o Núcleo Docente Estruturante e com o Colegiado do Curso, onde são discutidas as ações a serem implementadas. Para garantir a implementação dessas ações, assim como o bom funcionamento dos processos pedagógicos e administrativos, a qualidade do ensino e a satisfação dos alunos, a comunicação, colaboração entre os seguintes atores: docentes, tutores e coordenador de Curso, são fatores essenciais para que o trabalho em equipe seja transparente, enriquecedor, motivador, ao mesmo tempo que esta motivação possa entregar resultados eficazes, quanto ao processo de ensino aprendizagem do aluno. Diante disso, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública, conta com uma estrutura, que possibilita essa interação por meio de:

- **planejamento:** os objetivos de aprendizado, o estabelecimento de estratégias de ensino, são definidos em conjunto entre coordenação, professores e tutores, para a escolha de: materiais didáticos, forma de avaliações etc..., a serem utilizadas, em consonância com as normas institucionais;
- **comunicação:** a comunicação acontece regularmente, por meio de encontros presenciais (reuniões), encontros pré-agendados com a coordenação do curso, e-mail e quaisquer outros canais necessários, para que todos estejam alinhados, quanto a fornecer suporte às necessidades dos alunos;
- **acompanhamento junto aos alunos:** a coordenação do curso, professores e tutores, acompanham juntos o progresso dos alunos, seja de forma presencial ou a distância, para identificar dificuldades e propor soluções adequadas, de modo todos os alunos, sejam atendidos de forma rápida e eficaz;
- **Processo de avaliação:** o processo avaliativo em relação ao desempenho dos alunos, assim como do Curso, acontece de forma permanente, a cada reunião do Curso e sempre que necessário, onde são discutidos entre professores, tutores e coordenador, os pontos positivos e negativos identificados e as estratégias de melhoria, visando o aprimoramento do aprendizado. O processo de avaliação do planejamento

execução e controle das atividades do curso e desempenho dos acadêmicos é realizado por meio de registros em atas (reuniões do colegiado do curso/NDE), para acompanhamento e providências, quanto aos alinhamentos necessários.

Para tanto, manter a dinâmica desta estrutura, sem prejuízo das funções de cada agente neste processo é necessário que os papéis estejam definidos de forma clara, para garantir a continuidade das ações do Curso. Os professores atuam em parceria com a coordenação, para atendimento das demandas do Curso em diversas situações e mais especificamente, no âmbito de suas disciplinas.

Responsabilidades:

- O coordenador é responsável pela supervisão geral do Curso, participa com sugestões, junto aos professores e tutores, quanto ao desenvolvimento de conteúdo-material didático acompanha o desempenho dos alunos etc..., visando sempre o atingimento dos objetivos acadêmicos, além de outras atribuições sob sua responsabilidade;

- O professor ministra aulas, trabalha em estreita parceria com a coordenação e tutoria, para garantir que o material didático a ser utilizado e todas as ações sob sua responsabilidade, sejam adequadas as realidades e necessidades dos alunos, assim como garantir o alcance dos objetivos de aprendizagem.

- O suporte individualizado aos acadêmicos, fica sob a coordenação do professor tutor, ajudando-os em seu processo de aprendizado, em relação as demandas gerais da disciplina. Este suporte junto aos acadêmicos é realizado com a colaboração do professor responsável pela disciplina.

A coordenação também organiza encontros, sistemática e periodicamente, com os representantes de turma para acompanhamento das atividades discentes e docentes.

São atribuições do coordenador de curso:

- coordenar as atividades de ensino de graduação;
- estabelecer uma agenda semanal para atendimento dos estudantes de graduação;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento pedagógico dos estudantes de graduação;
- estabelecer uma agenda semanal para atendimento dos docentes;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino-aprendizagem de graduação;
- garantir a organicidade da matriz curricular do curso;

- articular teorias e práticas, principalmente no que diz respeito à integração básico-clínica;
- organizar e manter atualizado banco de dados contendo os programas dos componentes curricular do curso, incluindo semestre/ano de oferta, carga horária teórica, carga horária prática, ementa, programa, referências bibliográficas atualizadas, metodologia de ensino, critérios de avaliação e docente(s) responsável(eis);
- propor, no início de cada semestre letivo, à Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD), o horário de aulas de cada período do curso, articulados com os demais cursos da IES;
- propor ações que visem a melhoria da qualidade do ensino de graduação, incluindo práticas pedagógicas inovadoras;
- orientar o acadêmico na efetivação da matrícula no âmbito do curso, articulado com a secretaria acadêmica;
- exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
- cumprir prazos referentes a recursos e processos acadêmicos;
- propor à Direção Acadêmica convênios para viabilizar estágios curriculares ou extracurriculares do respectivo curso;
- supervisionar e notificar a PROGRAD e o Setor de Recursos Humanos e Departamento de Pessoal a frequência dos docentes integrantes do curso, nas diferentes atividades acadêmicas de responsabilidade dos mesmos;
- apresentar à PROGRAD propostas de projetos de ensino;
- apresentar à Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação proposta de projetos de pesquisa, de extensão e de pós-graduação;
- apresentar à PROGRAD proposta de programas curriculares e extracurriculares que visem o crescimento acadêmico do estudante;
- exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas pelos Órgãos Superiores da UNITINS; e
- representar a UNITINS, por designação da PROGRAD, em eventos internos e externos relacionados à atividade de graduação.

A gestão do Curso é conduzida pela professora Sonia Maria Moreira de Sousa e o corpo docente com formação específica na área e áreas afins, com titulação obtida em pós-graduações: *lato sensu* e *stricto sensu* e regime de trabalho parcial e integral, conforme demonstrado nos apêndices (III, IV, V, VI, VII, VIII).

11.1 Titulação do corpo docente

Titulação	Quantitativo	Percentual
Doutores	13	26%
Mestre	17	34%
Especialista	20	40%
Total	50	100%

11.2 Composição e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O CONAES entende que o NDE é um bom indicador de qualidade de um Curso de Graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico.

Para além do formalismo legal que determinou a criação do NDE (Cf. Regulamento do NDE), o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública entende que este núcleo representa um papel importante no modelo de gestão participativa que se está implementando no curso. Coerente com a missão e os valores institucionais que primam pela formação integral da pessoa, o curso de Tecnologia em Segurança Pública entende que o NDE é, de fato, e não apenas de direito, um órgão comprometido com a qualidade da melhoria do curso e que, portanto, propõe, avalia e direciona as ações educativas que atendam aos princípios norteadores da formação humana.

⇒ O Núcleo Estruturante Docente é composto sempre por uma representatividade significativa do colegiado do curso, primando, em sua constituição, pela titulação acadêmica, que atenda aos requisitos formativos de caráter institucional, pela disponibilidade da carga horária vinculada à instituição, por sua efetiva contribuição e experiência formativa na docência. Todos os requisitos estão igualmente interpretados a partir dos dispositivos legais que instituem o NDE agregados a natureza institucional do Curso de Tecnologia em Segurança Pública.

⇒ O Núcleo Estruturante Docente se reunirá ordinariamente duas vezes por semestre letivo, e extraordinariamente sempre que for convocado pelo coordenador do curso que, como presidente nato, previamente comunicará aos membros do NDE a pauta da reunião. Pode, igualmente, um dos membros solicitar ao coordenador do curso, uma reunião extraordinária do NDE para debater, discutir e propor melhorias no processo de gestão do curso. Uma vez proposta a reunião, caberá ao coordenador do curso, articular com os demais membros o melhor horário para tal encontro. Vale ressaltar que as reuniões serão devidamente registradas em ata. A partir dos pressupostos descritos anteriormente e sendo coerente com o que se

acredita colaborar com a formação integral da pessoa, o atual NDE do Curso Tecnologia em Segurança Pública.

Docentes	Titulação	Regime de Trabalho
Sonia Maria Moreira de Sousa	Mestre	40h
Jeany Castro dos Santos	Doutora	20h
Darlene Teixeira Castro	Doutora	40h
Alessandra Ruita Santos Czapski	Doutora	40h
Kyldes Batista Vicente	Doutora	40h
Nilton Rodrigues dos Santos	Especialista	40h

11.3 Titulação do corpo docente - NDE

Titulação	Quantitativo	Percentual
Doutores	4	66%
Mestre	1	17%
Especialista	1	17%
Total	6	100%

11.4 Composição e funcionamento colegiado de curso

O Colegiado de Curso por sua vez, como órgão deliberativo responsável pela organização didático-pedagógica, além das competências de organização e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes e articulador da formação acadêmica, precisa acompanhar e monitorar, juntamente com a Coordenação, o processo ensino-aprendizagem para que a formação do futuro profissional prevista no PPC ocorra de forma plena.

Colegiado de Curso é composto:

- I. pelo Coordenador de curso;
- II. pelos docentes lotados no respectivo colegiado;
- III. por 1 (um) representante discente, dentre alunos matriculados no Curso, eleito pelos seus pares.

As atribuições dos Colegiados de Cursos serão definidas por meio do Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação e demais normativas correlatas.

12 INFRAESTRUTURA

12.1 Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso

Para a formação do Tecnólogo em Segurança Pública é necessário criar as condições referentes a infraestrutura para operacionalização das atividades de docentes e discentes. Nesse contexto, a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, disponibiliza uma infraestrutura física, administrativa e de programas especiais, necessários e capazes de garantir formação devidamente qualificada para o acesso, gestão e permanência dos discentes do Curso.

12.2 Estrutura geral do câmpus

O Câmpus possui estrutura administrativa composta pela Direção do Câmpus, constituída pelo Diretor; Coordenadores de cursos, Assessor Pedagógico; Coordenador de Estágios; Assessor de Biblioteca; Assessor de Secretaria Acadêmica; colegiados dos cursos de graduação; servidores docentes, técnicos e Assistentes administrativos; auxiliares de serviços gerais além das estruturas complementares/suplementares, caso necessário. Para todos os efeitos a organização administrativa e didático-científica, estará dotada de servidores docentes e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para o funcionamento de seus cursos a UNITINS oferece um prédio com área total de cerca de 9 mil m² distribuídos em três blocos de salas de aula e laboratórios no Câmpus Graciosa, situado na Quadra 109 N, Avenida NS 15, Lt 9, Plano Diretor Norte, 77001-090, Palmas TO.

12.3 Instalações físicas

TIPO	IDENTIFICAÇÃO	QUANT	CAPACIDADE ALUNO	ÁREA TOTAL (m ²)
Predial	Sala de Aula	42	42	2553,60
Predial	Banheiros	6	-	300,00
Predial	Laboratórios	7	-	477,65
Predial	Instalações Administrativas	1	-	59,40
Predial	Sala de Coordenação	2	-	34,2
Predial	Biblioteca	1	-	152,53
Predial	Sala Multimídia/ Auditório	1	66	90,85

Predial	Elevador	3	-	-
Predial	Sala de Convivência	1	-	28,77
Predial	Arquivo Acadêmico	1	-	136,32
Predial	Almoxarifado	1	-	42,29
Predial	Copa	1	-	12,90
Predial	Sala de Reunião	1	-	29,88
Predial	Sala dos Professores	1	-	58,87
Predial	Sala da Reitora	1	-	16,9
Predial	Sala do Nape	1	-	16,90
Predial	Sala Estágio/TCC	1	-	16,90
Predial	Ass.Pedagógica	1	-	17,00
Predial	Sala de Apoio aos Servidores	1	-	17,00
Predial	Secretaria Acadêmica	01	-	45,82
Predial	TI	02	-	34,84
Predial	Xerox	01	--	15,95
Predial	Sala DCE/CA'S	02	-	34,84
Predial	Processamento Técnico	01	-	29,61
Predial	Sala de Estudo Dirigido	01	-	68,23
Predial	Coordenação Geral	01	-	60,18
Predial	Diretoria do Câmpus	01	-	17,10

12.4 Equipamentos

Computadores para acesso ao estudante:	
Local	Quantidade
Direção	De 2 máquinas c/ acesso a internet (uso comum) Mesa grande, 4 arquivos com gavetas e 2 arquivos com portas. Cadeira Diretor e 10 cadeiras 01 notebook

Labin I	25 máquinas c/ acesso a internet com Mesas ou bancadas 20 cadeiras
Biblioteca	6 máquinas c/ acesso a internet Bancadas individuais para 40 alunos pesquisarem; 5 mesas redondas 50 cadeiras; 1 impressora
Computadores para utilização dos professores:	
Local	Quantidade
Sala dos Professores	De 10 a 15 máquinas c/ acesso a internet (uso comum) Mesa grande, 6 arquivos com gavetas e 2 arquivos com portas, 12 cadeiras
Coordenações de curso e Assessoria Pedagógica	4 máquinas c/ acesso a internet, uma para cada Coordenador; 3 mesas 8 cadeiras, 4 arquivos com gavetas e 2 arquivos com portas.
	3 impressoras (uso comum)
Secretaria Acadêmica Adjunta	6 arquivos/ mesas/2 computadores 10 cadeiras, 1 impressoras, scanner, 2 armários com porta.
Outros equipamentos de apoio ao docente:	
Caixa de som	8
Data Show	6
Notebook	20 ou computadores
KIT MÍDIA (TV, CPU, teclado e mouse, telão)	20 – um kit para cada sala

12.5 Biblioteca

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI), formado pelas Bibliotecas dos Câmpus de Palmas, Paraíso, Dianópolis, Araguatins e Augustinópolis, possui como objetivo principal a interação de suas bibliotecas de acordo a política educacional e administrativa da Universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, busca fomentar a colaboração e a produção técnico-científica, cultural, literária e artística, através do desenvolvimento de serviços e produtos de informação. Funcionalmente o SIBUNI vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e, administrativamente, à Direção dos respectivos Câmpus, conforme Estatuto Geral da Universidade Estadual do Tocantins.

O Sistema de Integral de Bibliotecas da UNITINS adapta-se ao papel que a sociedade atual tem reservado às bibliotecas universitárias – ser um centro de informação e disseminação do conhecimento e da cultura – com adoção de modernas tecnologias e informatização de serviços. Possui uma área disponível para estudo onde possibilita ao aluno um ambiente climatizado e confortável para a produção do conhecimento.

12.6 Formação e desenvolvimento de Acervo

A política de desenvolvimento de coleções determina todo o planejamento do acervo, é parte de um processo consecutivo e cotidiano. A política de seleção está voltada a campos específicos do conhecimento, compondo o acervo de títulos e assuntos das áreas dos cursos ofertados. O acervo e os serviços desenvolvidos são orientados pela busca constante em atender às necessidades de informação e pesquisa dos usuários da instituição. A formação de acervo se dá por aquisição por compra, doação ou permuta, de acordo as bibliografias descritas nos Planos de Cursos.

Visando atender as novas diretrizes expressas nos Instrumento de avaliação de cursos utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no que tange sobre a necessidade e importância da utilização de Bibliografias Virtuais, por Instituições de Ensino Superior. Recentemente foi incorporado ao acervo bibliográfico da UNITINS quase 5000 (cinco mil) títulos de e-books, que poderão ser acessados por meio da biblioteca virtual Pearson e conta também com a Minha Biblioteca de qualquer lugar ou tempo, permitindo acesso simultâneo ao mesmo documento eletrônico criando assim instâncias múltiplas de cópias do documento solicitado.

Essa disponibilização online dos livros digitais reflete na democratização do conhecimento e universalização da informação, já que os acadêmicos terão acesso irrestrito a livros digitais completos que podem subsidiar a produção de seus trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, a qualquer hora, dia ou lugar. Outros benefícios desse acervo é a redução de espaços físicos, e diminuição de custos com aquisição, processamento técnico e preservação de acervo.

12.7 Estrutura física

Com unidades divididas entre os Câmpus de Augustinópolis, Araguatins, Dianópolis e Palmas, as Bibliotecas do SIBUNI possuem basicamente estruturas físicas compostas por

salões de estudo climatizados, computadores disponíveis para consulta ao catálogo eletrônico, salas de estudo em grupo, balcão de atendimento, escaninhos, mesas de estudo em grupo, baias para estudos individuais, computadores disponíveis para acesso à Internet, cobertura *wireless*.

A Biblioteca do Câmpus Palmas possui um espaço físico de 193m (cento e noventa e três metros quadrados) divididos em: espaço para leitura, estudo individual e de trabalho em grupo. O espaço conta com sete mesas e 25 cadeiras, quatro baias de estudo individuais, um balcão de atendimento e terminal com acesso à internet, além de dois expositores com obras de acesso livre.

12.7.1 Estrutura Organizacional

Funcionalmente o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI) vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), e possui uma estrutura administrativa formada por coordenador Geral de Bibliotecas, supervisores de bibliotecas; assistentes administrativos; pessoal de apoio. Todos esses com funções administrativas previamente dispostas no Regimento de Interno de Bibliotecas da UNITINS.

12.7.2 Equipe Técnico-Administrativa

A equipe técnico-administrativa da biblioteca é formada por pessoal contratado pela instituição, com formação superior completa ou em andamento. A contratação de pessoal é feita pelo setor de Recursos Humanos, depois de terem passado por processo seletivo, conforme Legislação Trabalhista.

12.8 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável por gerenciar e supervisionar as demandas de contexto acadêmicos administrativos referentes ao ingresso, ao registro e à diplomação do/a discente. Cabe ao setor realizar o processamento dos serviços abertos na Central de Atendimento Integrado, bem como informar à comunidade acadêmica os prazos, fluxos, normas, e o calendário acadêmico.

Além disso, também fornece atualizações e informações gerais sobre os processos de matrícula, serviços existentes, notícias, e demais atividades acadêmicas.

12.9 Registros Acadêmicos

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de backup da base de dados.

O sistema RM como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como

permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico. Organização do Controle Acadêmico.

O controle acadêmico é exercido pela Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, que é estruturada pelas atividades de atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros.

Por meio das atividades de protocolo e atendimento os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf . Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 162, 23 dez. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> . Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, [2005]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> . Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2002.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**, que regulamenta as Leis n 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf> . Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm . Acesso em 20 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm . Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm . Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm . Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Lei 13.146 de 06 julho de 2015. Que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, Seção 1, ano CLI nº - 120-A, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8> . Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm . Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 436/2001.** Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo. Brasília, DF: MEC, 02 de abril de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf> . Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP: 29/2002.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF: MEC, 03 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº: 277/2006.** Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Brasília, DF: MEC, 7 de dezembro de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces277_06.pdf . Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 2 de Julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf . Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº: 17/2020.** Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008,

que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: MEC, 10 de novembro de 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=166341-pcp017-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, nº 90, 12 maio 2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=12/05/2016&pagina=48> . Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos, Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192 . Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: MEC, 5 de janeiro de 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/01/matriz-curricular-nacional-para-acoes-formativas-dos-profissionais-de-area-de-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3. ed. Brasília, DF: MTE, SPPE, 2010.

BRASIL. **Portaria Nº 40, de 12 de dezembro 2007**, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019**, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução n. 175 do Conselho Estadual de Educação – CEE**. Palmas: CEETO, 2013. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/cee-to-cee-to-n-175_604674828f5d8.pdf . Acesso em 05 mar. 2023

BRASIL. Conselho Estadual de Educação – CEE. **Resolução nº 143, de 25 de Outubro de 2022.** Dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, e dá outras providências. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/314297>. Acesso em: 05 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. **Resolução Normativa RN – 017/2006.** Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br> . Acesso em: 20 abr. 2023

GOIÁS. **Decreto nº 2.413, de 02 de outubro de 1984.** Cria, sob a forma de autarquia, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaina e dá outras providências. Goiânia, GO, 02 out. 1984. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/66099/pdf> . Acesso em: 21 jan. 2022.

GOMES, G. da S.; BASNIAK, S. A. S. ; MAGRO, F. C. **Em busca da abordagem sistêmica para entendimento da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins.** In: 9º Congresso Brasileiro de Sistemas, 2013, Palmas. ANAIS 9o Congresso Brasileiro de Sistemas. Palmas: Unitins, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.** Disponível em: POP2022 Municípios.xls (ibge.gov.br) . Acesso em: 20 abr. 2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA/UNITINS/N.001/2023, de 24 de fevereiro de 2023. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/638325492782061313.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2010.** Brasília, DF: INEP, 2010. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf . Acesso em: 01 fev. 2022.

PEREIRA, I. C. A. **Apreensões e apropriação do tempo e espaço na educação a distância da Unitins.** 2007. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2007.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político- pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PYXIS EDUCACIONAL. **Tendências na educação digital:** as previsões do Horizon Report. Disponível em: <https://edupyxis.wordpress.com/2019/05/18/tendencias-na-educacao-digital-as-previsoes-do-horizon-report/Propor> . Acesso em: 27 ago. 05 fev. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **10 características dos empreendedores de sucesso.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empotec>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico crítica:** primeiras aproximações. 9. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.

TOCANTINS. **Lei nº 136, de 21 de fevereiro de 1990.** Institui a Fundação Universidade do Tocantins e dá outras providências. Palmas: Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins. Disponível em:

file:///G:/Unitins/Leis_Unitins/Lei%20136,%20de%2021%20de%20fevereiro%20de%201990-Institui%20a%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20do.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

TOCANTINS. Lei no 3.124, de 14 de julho de 2016. Transforma em autarquia a fundação que especifica, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano II, n. 33, p. 5, 21 fev. 1990. Disponível em:

<https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/DQQ3KEGBQK2T68RJPG5FAOYE1UX8TDWSSJXEGXFAA.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2023.

TOCANTINS. Decreto n. 252, de 21 de fevereiro de 1990. Cria a Universidade do Tocantins – UNITINS. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano XXVIII, n. 4.662, p. 1, 14 de jul. de 2016. Disponível em:

file:///G:/Unitins/Leis_Unitins/DECRETO%20N%C2%BA%20252%201990_Cria%20a%20Universidade%20do%20Tocantins-Unitins.pdf . Acesso em: 02 fev. 2022.

TOCANTINS. Decreto n. 2.021, de 27 de dezembro de 1990. Autoriza o funcionamento da Universidade do Tocantins – UNITINS. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano II, n. 54, 31 dez. 1990.

TOCANTINS. Decreto n. 4.898, de 27 de setembro de 2013. Recredencia a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, e adota outra providência. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano xxv, n. 3.971, 30 set. 2013. Disponível em:

<https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/V0I3HKFO0M3MUWZ5POMRMYS9UVFNRPVTLKRZPQVEK.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2022.

TOCANTINS. **Decreto nº 6.482, de 14 de julho de 2.022.** Recredencia a Fundação Universidade do Tocantins no Ensino a Distancia e dá outras providências. Palmas: Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6482>. Acesso em: 05 mar. 2023.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Saúde. **Resolução CIB - n. 161 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre a Conformação das Novas Regiões de Saúde do Estado do Tocantins e as ações e serviços mínimos a serem ofertados nesses territórios. Palmas,TO: Secretaria de Estado da Saúde, 2012. Disponível em:

<https://central3.to.gov.br/arquivo/244723/#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20%2D%20CIB%20N%C2%BA.,a%20serem%20ofertados%20nesses%20territ%C3%B3rios>. Acesso em: 03 fev. 2022.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Planejamento do SUS. **Descentralização da Saúde no Estado do Tocantins: Um recorte histórico.** Palmas,TO: Secretaria de Estado da Saúde, 2015. 36p. Disponível em:

<https://central.to.gov.br/download/104083> . Acesso em: 03 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei nº 3.124, de 14 de julho de 2016.** Transforma em autarquia a fundação que especifica, e adota outras providências. Disponível em:

<https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/LDAI9RTGFY3G6YGFY3F5TJZAIKW3MRBJLB39H5RICS.PDF> . Acesso em: 02 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021.** Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_131-2021_56556.PDF#:~:text=Page%201-,LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%B0%20131%2C%20DE%2030%20DE%20SETEMBRO%20DE,CBMTO%2C%20e%20adota%20outra%20provid%C3%A2ncia. Acesso em: 02 fev. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Lei nº 1.160, de 19 de junho de 2000.** Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins e adota outras providências. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/TVJ0RB7U9SLLBNGTWQ58XP32IYZX6POBX9QAVOFI.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Resolução/Consuni/nº 033, de 19 de dezembro de 2022.** Aprova a Instrução Normativa 009/2022, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, regulamentada pela PORTARIA MEC No 2.117/2019, nos cursos de graduação presencial da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. Resolução/Consuni/nº 010, de 22 de junho de 2022. Aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação – CPA. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano XXXIV, n. 3.971, 1º jul. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Resolução/Consuni/nº 009, de 24 de Fevereiro de 2023.** Aprova, *ad referendum*, a Instrução Normativa 001/2023, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins, conforme especifica.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-2018-2022.** Palmas: UNITINS, 2018. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/PEN5TAV79ZZJ0CWGNWCMZUIUNKFTEHT3BF4LCIUUY.pdf> . Acesso em: 02 fev. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-2023-2027.** Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/PEN5TAV79ZZJ0CWGNWCMZUIUNKFTEHT3BF4LCIUUY.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Regimento Acadêmico.** Palmas: UNITINS, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Resolução/Consuni



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO/CONSUNI/N.033, de 19 de dezembro de 2022.

Aprova a Instrução Normativa 009/2022, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, regulamentada pela PORTARIA MEC Nº 2.117/2019, nos cursos de graduação presencial da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

A VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, usando das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso XX, do Decreto Estadual nº 5.759/2017, que aprova o Estatuto da Unitins, considerando o disposto no art. 51, incisos I e XVI do Estatuto da Universidade e considerando a aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e pelo Conselho Universitário - CONSUNI, nas reuniões do dia 08 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a Instrução Normativa n.009/2022 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, regulamentada pela PORTARIA MEC Nº 2.117/2019, nos cursos de graduação presencial da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, consubstanciado no processo administrativo n. 2022/20321/1526.

Art. 2º- Instrução Normativa anexa.

Art. 3º- Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SALA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI da Universidade Estadual do Tocantins, em Palmas/TO, aos 19 dias do mês de dezembro de 2022.

Assinatura eletrônica
DARLENE TEIXEIRA CASTRO
Vice-Presidente



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-aii.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D355A

APÊNDICE II – Instrução Normativa



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

ANEXO À RESOLUÇÃO/CONSUNI/N.009/2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.009, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, regulamentada pela PORTARIA MEC Nº 2.117/2019, nos cursos de graduação presencial da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

A VICE-REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o Ato n. 820 – NM, publicado no Diário Oficial do Estado n. 5.667, de 18 de agosto de 2020, e em conformidade com o artigo 10, inciso XV, do Estatuto desta Universidade;

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que, nos termos art. 207, concede às Universidades o gozo de autonomia didático-científica;

CONSIDERANDO a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e as Bases da Educação Nacional e prevê autonomia universitária para dispor, entre outras atribuições, sobre a fixação dos currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

CONSIDERANDO a PORTARIA MEC Nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a oferta de componentes curriculares na modalidade de ensino à distância nos cursos de graduação presencial da Unitins;

RESOLVE:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os componentes curriculares poderão ser ofertados integral ou parcialmente a distância, até o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso, aos quais serão aplicados os mesmos critérios dos componentes curriculares presenciais estabelecidos pelo Regimento Acadêmico da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao curso de Medicina.



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

Art. 2º Considera-se Ensino a Distância a modalidade educacional na qual, em regra, docentes e discentes estão em ambientes distintos e, por isso, a interação e a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorrem por meio das tecnologias de informação e comunicação.

Parágrafo único. As tecnologias de informação e comunicação são recursos didáticos-pedagógicos compostos por diferentes mídias e ferramentas, tais como: ambientes virtuais de aprendizagem, fóruns, blogs, chats, redes sociais, aplicativos educacionais, videoconferências, TV, rádio, softwares, objetos digitais de aprendizagem, materiais disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos.

Art. 3º A carga horária e os componentes curriculares a serem ofertados a distância serão previstos no Projeto Pedagógico do Curso, mediante proposta pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovação pelo Colegiado de Curso.

§ 1º No PPC deverá constar as seguintes informações:

- I – O percentual da carga horária a distância;
- II – Os componentes curriculares que serão ofertados nesta modalidade;
- III – A especificação da forma de integralização da carga horária, se parcial ou integral;
- IV – As metodologias de ensino e os suportes didáticos-pedagógicos de apoio à aprendizagem;
- V – Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação do desempenho acadêmico;
- VI – A infraestrutura tecnológica a ser utilizada para a oferta; e,
- VII – O trabalho docente referente ao processo de ensino e aprendizagem.

§ 2º No PPC do curso deverá ser explicitada as formas e meios de garantir a interação, mediação e articulação entre coordenações de curso, professores, tutores e acadêmicos.

§ 3º O PPC deverá prever encontros presenciais para atividades de tutoria; apresentação de trabalhos acadêmicos, avaliações e demais atividades didáticas-pedagógicas que se fizeram necessárias.

§ 4º As atividades de estágio obrigatório, práticas profissionais, de laboratórios, de campo e outras de mesma natureza deverão ser presenciais.

Art. 4º Caberá ao Núcleo Docente Estruturante e a Coordenação do Curso acompanhar e avaliar periodicamente as atividades curriculares oferecidas na modalidade a distância para o respectivo curso.

Art. 5º A oferta de carga horária na modalidade a distância (integral ou parcial) em cursos presenciais deverá ser amplamente divulgada aos acadêmicos



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

matriculados no período letivo anterior à sua oferta, devendo estar entre as informações os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores e tutores, recursos disponíveis e critérios de avaliação.

Art. 6º A oferta de componente curricular a distância poderá ocorrer da seguinte forma:

- I – No curso, que consiste na oferta exclusiva dentro de um curso;
- II – Multicurso, que consiste na oferta entre cursos de um mesmo Câmpus;
- III – Multicampi, que consiste na oferta entre Câmpus.

Art. 7º A oferta a distância deverá apresentar métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a realização dos objetivos pedagógicos.

Art. 8º O planejamento do componente curricular a distância deverá privilegiar a qualidade dos conteúdos e dos materiais disponíveis, a promoção do uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o estímulo à inserção e interação dos alunos com o ambiente virtual de aprendizagem, além do acompanhamento do processo ensino e aprendizagem.

Art. 9º O Plano de Ensino deverá seguir o modelo institucional, com o detalhamento dos encontros no Plano de Aula, onde deverá constar o uso de diferentes mídias para o desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

- I – Ambiente virtual de aprendizagem e suas ferramentas pedagógicas;
- II – Material textual produzido e curado, que envolve elaboração, pesquisa, seleção e adaptação de materiais;
- III – Videoconferência ou webconferência.

Art. 10 As aulas deverão ser configuradas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional em conformidade com o definido nesta normativa e no manual de oferta de componentes curriculares à distância, alinhado com as informações constantes no PPC do curso.

Art. 11 A avaliação do desempenho acadêmico no componente curricular a distância deverá seguir o Regimento Acadêmico da Unitins, obedecendo ainda aos seguintes critérios:

- I – Todas as atividades avaliativas ficarão disponíveis conforme cronograma do componente curricular;
- II – O discente deverá ter a responsabilidade de cumprir os prazos de entrega, atendendo aos critérios exigidos para as atividades a distância, que serão estabelecidos pelo Professor do componente curricular;
- III – Todas as atividades realizadas a distância deverão, obrigatoriamente, ser encaminhadas por meio do AVA Institucional;



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D355A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

IV – A avaliação deverá ser realizada em diversos momentos e por diferentes meios, tais como atividades avaliativas (exercícios, seminários, fóruns etc) e avaliação (A1 e A2).

Art. 12 O cômputo da frequência se dará com a participação nas atividades realizadas no AVA Institucional (acesso aos textos e vídeos, participação nos fóruns, realização dos exercícios e atividades propostas), e ainda, na realização das atividades avaliativas e encontros presenciais.

Art. 13 O ambiente virtual de aprendizagem deverá ser alimentado por materiais didáticos de produção e curadoria do Professor Titular, divididos em material base, material complementar, atividades complementares e atividades avaliativas, conforme manual de oferta de componentes curriculares à distância.

TÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES PELA OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 14 O corpo docente responsável pelos componentes curriculares à distância será composto por professores titulares e tutores com formação ou comprovação de experiência em ensino a distância.

Art. 15 O professor titular é o docente responsável pelo componente curricular a distância, ao qual caberá:

- I – Conhecer o Projeto Pedagógico do Curso;
- II – Elaborar o Plano de Ensino e Plano de Aula do planejamento pedagógico semestral das atividades pertinentes à disciplina;
- III – Conduzir as aulas da disciplina em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- IV – Cumprir o planejamento das atividades presenciais e a distância da disciplina;
- V – Acompanhar o desempenho dos acadêmicos na disciplina, tendo em vista o planejamento de ações em processo;
- VI – Desenvolver atividades que promovam interatividade e envolvimento dos acadêmicos e dos tutores;
- VII – Supervisionar o desenvolvimento dos acadêmicos inscritos na disciplina;
- VIII – Elaborar e corrigir as avaliações da disciplina;
- IX – Estar em permanente contato com tutores para acompanhamento e orientação das atividades da tutoria relativas à disciplina sob a sua responsabilidade;
- X – Realizar a produção e a curadoria do material didático, que envolve elaboração, pesquisa, seleção e adaptação de materiais em diferentes mídias, para que a disciplina atinja os objetivos pedagógicos propostos;
- XI – Preparar o material didático para disponibilização aos alunos no ambiente virtual de aprendizagem pelo tutor;
- XII – Identificar os melhores tipos de conteúdos digitais para transmitir o conhecimento;



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

- XIII – Segmentar o conteúdo de acordo com o plano de aula;
- XIV – Elaborar recursos de ensino além dos formatos tradicionais, mesclando abordagens teórico-práticas;
- XV – Cumprir o cronograma de trabalho relativo à programação de atividades que compõem o sistema de avaliação da aprendizagem (entrega, correção, lançamento de notas e revisão);
- XVI – Emitir e discutir com o professor tutor relatórios periódicos com o registro da participação do acadêmico, suas principais dúvidas e respectivas orientações e encaminhamentos e registros de informações sobre os tipos e os níveis de dificuldades que os acadêmicos apresentam em relação a tópicos das disciplinas e respectivo material didático;
- XVII – Dominar as ferramentas de informação e comunicação utilizadas pela instituição e conhecer com profundidade o ambiente virtual de aprendizagem e a metodologia de trabalho prevista;
- XVIII – Seguir as orientações do manual de oferta de componentes curriculares à distância;
- XIX – Participar das atividades de capacitação propostas pela Instituição.

Art. 16 O professor tutor é o docente responsável pela configuração/organização do ambiente virtual de aprendizagem, ao qual caberá:

- I – Conhecer o Projeto Pedagógico do Curso, bem como, o Plano de Ensino e Plano de Aula do planejamento pedagógico semestral das atividades pertinentes à disciplina;
- II – Participar das atividades de planejamento do componente curricular e mediação, a fim de que seja realizado um trabalho conjunto, que permita um bom aproveitamento pelo aluno;
- III – Disponibilizar aos alunos o material didático indicado pelo professor titular no ambiente virtual de aprendizagem;
- IV – Disponibilizar cronograma de tutoria, especificando a aula, o tema, a data, o horário e a forma (se presencial ou remota);
- V – Atender às consultas dos acadêmicos, no intuito de sanar dúvidas e fomentar questionamentos/contribuições, relativas ao conteúdo apresentado no ambiente virtual de aprendizagem;
- VI – Orientar, por meio da prática, para a metodologia de educação a distância, enfatizando a necessidade de se adquirir autonomia de aprendizagem;
- VII – Orientar os acadêmicos sobre a importância da utilização de todos os recursos oferecidos para a aprendizagem;
- VIII – Encorajar e auxiliar os acadêmicos na busca de informações adicionais nas mais diversas fontes de informação: bibliotecas virtuais, endereços eletrônicos, bibliotecas e outros;
- IX – Acompanhar a movimentação dos acadêmicos, estimular a sua participação e estabelecer ações de resgate dos ausentes;
- X – Emitir e discutir com o professor titular relatórios periódicos com o registro da participação do acadêmico, suas principais dúvidas e respectivas orientações e encaminhamentos e registros de informações sobre os tipos e os níveis



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

de dificuldades que os acadêmicos apresentam em relação a tópicos das disciplinas e respectivo material didático;

- XI – Conhecer o cronograma de estudo e das avaliações da disciplina;
- XII – Auxiliar o professor titular na oferta de oportunidades de aprendizagem por meio do ambiente virtual de aprendizagem (fórum, chats, construção de páginas da disciplina, formação de grupos de estudo virtuais e outros);
- XIII – Acompanhar e atualizar as informações pertinentes à sua disciplina no ambiente virtual de aprendizagem;
- XIV – Conhecer e usar satisfatoriamente as ferramentas e os recursos tecnológicos básicos para as atividades no ambiente virtual de aprendizagem;
- XV – Manter regularidade de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem;
- XVI – Seguir as orientações do manual de oferta de componentes curriculares à distância;
- XVII – Participar das atividades de capacitação/avaliação de tutores propostas pela Instituição.

Parágrafo único. As atividades de tutoria deverão atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo.

Art. 17 O corpo docente responsável pela condução do componente curricular a distância contará com um professor titular e tutor, a depender da quantidade de acadêmicos matriculados, conforme especificado abaixo:

- I - Até 45 acadêmicos matriculados: 1 Professor titular;
- II - De 46 a 80 acadêmicos matriculados: 1 Professor Titular e 1 Professor Tutor;
- III - de 81 a 120 acadêmicos: 1 Professor Titular e 2 Professores Tutores.

Art. 18 O detalhamento das atribuições dos professores titular e tutor, com suas respectivas cargas horária, se dará da seguinte maneira:

§ 1º Caso o docente desempenhe o papel de professor titular e professor tutor:

- a) Planejamento – 2h;
- b) Elaboração/curadoria do material didático – 2h;
- c) Organização do AVA – 3h;
- d) Encontros presenciais – 2h;
- e) Mediação/atendimento ao acadêmico – 1h.

§ 2º Caso diferentes docentes desempenhem o papel de professor titular e professor tutor:

- I - Professor Titular:
 - a) Planejamento – 2h;
 - b) Elaboração de material didático – 2h;



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D355A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

- c) Encontros presenciais – 2h;
- d) Mediação/atendimento ao acadêmico – 1h.

II - Professor Tutor:

- a) Planejamento – 2h;
- b) Organização do AVA – 3h;
- c) Mediação/Atendimento ao acadêmico – 2h.

Art. 19 A equipe multidisciplinar de cada Câmpus, composta pela Coordenador do Curso, Assessor Pedagógico e Supervisor de Tecnologia da Informação, deverá apoiar os professores e tutores, durante os processos de planejamento, organização e oferta do componente curricular a distância.

Art. 20 O Coordenador de Curso é responsável pela organização administrativa do componente curricular a distância, a qual caberá:

- I – Manter permanente contato com o corpo docente e discente, prestando informações e encaminhando solicitações às instâncias competentes;
- II – Cumprir e fazer cumprir as decisões, bem como as resoluções e as normas emanadas dos órgãos superiores sobre ensino à distância;
- III – Supervisionar o cumprimento do conteúdo programático das disciplinas a distância do curso durante o semestre letivo;
- IV – Acompanhar e contribuir, em conjunto com os demais membros da equipe multidisciplinar o material didático referente aos componentes curriculares à distância;
- V – Avaliar e acompanhar a disponibilização de material didático no ambiente virtual de aprendizagem;
- VI – Manter permanente articulação com professores titulares e tutores, estimulando a interdisciplinaridade curricular;
- VII – Propor à Coordenação Pedagógica a realização de capacitações para professores titulares e tutores;
- VIII – Solicitar ao professor titular e avaliar relatórios periódicos com o registro desempenho acadêmico nas atividades didático-pedagógicas propostas;
- IX – Participar das atividades de capacitação/avaliação sobre ensino a distância propostas pela Instituição.

Art. 21 O Assessor Pedagógico é responsável pela organização didático-pedagógica do componente curricular a distância, a qual caberá:

- I – Manter permanente contato com o corpo docente e demais membros da equipe multidisciplinar, prestando informações sobre o planejamento do processo de ensino e aprendizagem da oferta de componentes curriculares à distância;
- II – Cumprir e fazer cumprir as decisões, bem como as resoluções e as normas emanadas dos órgãos superiores sobre ensino à distância;
- III – Auxiliar o planejamento didático-pedagógico das disciplinas a distância do curso durante o semestre letivo;
- IV – Auxiliar o professor titular na produção e curadoria do material didático no ambiente virtual de aprendizagem;



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D355A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

V – Manter permanente articulação com professores titulares e tutores, para o planejamento de atividades interdisciplinares;

VI – Planejar e acompanhar as capacitações para professores titulares e tutores;

VII – Acompanhar e contribuir, em conjunto com os demais membros da equipe multidisciplinar o material didático referente aos componentes curriculares à distância;

VIII – Avaliar os relatórios periódicos, com o registro desempenho acadêmico nas atividades didático-pedagógicas propostas, emitidos pelos professores titular e tutor;

IX – Emitir e analisar relatórios referentes à oferta de componentes curriculares à distância e propor à equipe multidisciplinar e ao corpo docente ações preventivas e corretivas, se necessário, para construção do perfil do egresso previsto no PPC;

X – Participar das atividades de capacitação/avaliação sobre ensino a distância propostas pela Instituição.

Art. 22 O Supervisor de Tecnologia da Informação é o profissional responsável pela supervisão e pela manutenção dos laboratórios de informática e apoio às atividades acadêmicas a distância, ao qual competirá:

I – Atender usuários do corpo docente, da equipe multidisciplinar e dos discentes, orientando-os na utilização de hardware e software;

II – Receber e orientar os acadêmicos na correta utilização dos equipamentos e dos sistemas de informática;

III – Orientar e acompanhar os acadêmicos na utilização do ambiente virtual de aprendizagem;

IV – Manter permanente contato e articulação com os demais membros da equipe multidisciplinar;

V – Auxiliar o professor titular na escolha das ferramentas adequadas para que sejam atingidos os objetivos didático-pedagógicos do curso;

VI – Auxiliar o corpo docente e os demais membros da equipe multidisciplinar no uso das ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem;

VII – Desenvolver outras atividades relacionadas ao emprego das tecnologias de informação e da comunicação no processo de ensino e aprendizagem;

VIII – Participar das atividades de capacitação/avaliação sobre ensino a distância, propostas pela Coordenação Pedagógica.

Art. 23 O núcleo de ensino a distância da Unitins, composto pela Diretoria de Ensino, Coordenação Pedagógica e Supervisão de Tecnologias da Informação, deverá apoiar os corpos docentes e as equipes multidisciplinares dos Câmpus durante os processos de planejamento, produção e oferta dos componentes curriculares à distância, conforme suas atribuições institucionais.

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 Os casos omissos ou controversos serão dirimidos pela Pró-Reitoria de Graduação, em consonância com as diretrizes da Reitoria da Unitins.



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D355A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

Art. 25 Havendo qualquer conflito entre normas, prevalecerá a critério da especialidade, em conformidade com as regras e normativas das autoridades de saúde competentes.

Art. 26 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS, em Palmas/TO, aos 19 dias do mês de dezembro de 2022.

Assinatura eletrônica
DARLENE TEIXEIRA CASTRO
Vice-reitora



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D355A

APÊNDICE III – Perfil da Coordenação de curso

FORMAÇÃO ACADÊMICA/EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL					
Nome	Área de Formação	Titulação	TEP*	Experiência-Profissional	Regime de Trabalho
Sonia Maria Moreira de Sousa http://lattes.cnpq.br/6608743459618898	Graduada em Administração de Empresas (Unitins).	Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (UFT). Especialização em Gestão Pública e Qualidade (UNITINS).	22 anos	Atuou como Assessora na Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura Municipal de Marabá – PA (4 anos); Na Universidade Estadual do Tocantins Unitins, atuou como web-tutora, professora, nos Cursos de Contábeis e Administração - EAD; Foi Coordenadora de Tutoria, professora e Coordenadora do Curso – Bacharelado em Administração Pública, pela Universidade Aberta do Brasil – UAB; exerceu o cargo de provimento em comissão de Assessor II - AEU-2 e Professor Universitário I, junto a Pró-Reitoria de Graduação – Unitins. Atualmente, exerce o cargo de Coordenador de Curso de Graduação -Tecnologia em Segurança Pública - Portaria/Unitins/nº 440/2022/Gabreitor, de 17 de Agosto de 2022 (18 anos).	40hs

*TEP: Tempo de Experiência Profissional

APÊNDICE IV – Perfil do Corpo Docente

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO

Docente	Área de Formação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1. Alcides do Nascimento Moreira http://lattes.cnpq.br/7975766050201272	Graduação em Licenciatura Plena Em História.	Especialização em Política e Estratégia Nacional; Especialização em Administração Pública; Especialização em Gestão Escolar; Especialização em Especialização em Met. de História e Geografia; Especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas.	Mestrado em Educação.	-
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade http://lattes.cnpq.br/3649758279680402	Graduação em Administração de Empresas.	Especialização em Educação Gestão e Ensino; Aperfeiçoamento em Engenharia da Informação; Especialização em MBA em Gerenciamento de Projetos Governamentais; Especialização em MBA em Coaching Empresarial.	Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento Regional.	-
3. Alessandra Ruita Santos Czapski http://lattes.cnpq.br/1441323064488073	Graduação em Serviço Social.	Especialização em Administração e Planejamento de Projetos Sociais.	Mestrado em Serviço Social	Doutorado em Desenvolvimento Regional.
4. Antônio Marcos de Sousa http://lattes.cnpq.br/5605340515636948	Graduação em Ciências Contábeis	Especialização em Gestão Contábil.	-	-
5. Andrey Viana Gomes http://lattes.cnpq.br/1676762772156005	Graduação em Enfermagem.	Especialização em Atenção ao paciente crítico: Urgência, Emergência e UTI. Especialização em Saúde Mental. Especialização em Saúde Pública.	Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde.	-
6. Benvindo Filho Pinto de Queiroz http://lattes.cnpq.br/8938761382548282	Graduação em Física; Graduação em Gestão de Riscos Coletivos.	Especialização em Docência do Ensino Superior.	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.	-
7. Caetano Finisterre Burjack da Silva http://lattes.cnpq.br/0276686722270504	Graduação em Sistemas Para Internet.	Especialização em Desenvolvimento de Software para Dispositivos Móveis.	-	-
8. Cléber José Borges Sobrinho http://lattes.cnpq.br/2925929082473530	Graduação em Gestão em Emergências.	Especialização em Docência Superior; Especialização em Gestão em Emergências e Desastres; Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública; Especialização em Teologia e Cultura; Especialização em Altos Estudos em	Mestrado em Mestrado em Educação.	Doutorado em Ciências do Ambiente.

		Segurança Pública.		
9. Darlene Teixeira Castro http://lattes.cnpq.br/8766578585291045	Letras e Comunicação Social- Jornalismo	Especialização em Gestão em Novas Tecnologias; Especialização em Metodologia e Linguagens em Educação a Distância.	Mestrado em Ciência da Informação	Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea; Pós-doutorado em Redes Sociais.
10. Erisvaldo de Oliveira Alves http://lattes.cnpq.br/1444539_237263300	Graduação em gestão de emergências e desastres; graduação em ciências econômicas.	Especialização em gestão de emergência e desastres; Especialização em ciências políticas e estratégia brasileira; Especialização em gestão estratégica bombeiro militar.	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.	Doutorado em andamento em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.
11. Fabrinny Pereira Machado http://lattes.cnpq.br/544879528337431	Graduação em Relações Internacionais.	Especialização em Analista em Comércio Exterior.	-	-
12. Daniele Bueno Godinho Ribeiro https://lattes.cnpq.br/132175762532627	Licenciatura em Educação Física.	Especialista em Grupos Especiais e Fisiologia do Exercício.	Mestre em Educação Física.	Doutora em Educação Física.
13. Deuzely dos santos Lacerda https://lattes.cnpq.br/9957888749658582	Graduação em Serviço Social	Especialização em Abordagem Multidisciplinar em Oncologia.	-	-
14. Eduardo José Silva Lima http://lattes.cnpq.br/2713501815300381	Licenciatura em História	-	Mestrado em História	Doutorado em História
15. Elza Gouveia Leite https://lattes.cnpq.br/0507019278897555	Licenciatura em Geografia	Pós-graduação (MBA) em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental – UFT; Pós-graduação em Geografia e Meio Ambiente.	-	-
16 Érica Pollyana Oliveira Nunes. https://lattes.cnpq.br/3938958374016811	Graduação em Serviço Social	Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela residência multiprofissional em saúde.	Mestrado em Serviço Social	-
17.Fred Moreira Nascente http://lattes.cnpq.br/0754847322790011	Graduação em Engenharia de Minas	Especialização em Gestão Pública	-	-
18. Genilson Rosa Severino Nolasco http://lattes.cnpq.br/8365988023872852	Graduação em História; Graduação em Licenciatura em Pedagogia.	-	Mestrado em Antropologia Social e Cultural	Doutorado em Antropologia Social
19. Giovanni Bezerra do Nascimento http://lattes.cnpq.br/8240172525142366	Graduação em Serviço Social.	-	Mestrado em Serviço Social.	-
20. Halyny Mendes Guimarães http://lattes.cnpq.br/0690062349624948	Graduação em Direito	Especialização em Docência do Ensino Superior; Especialização em Direito Público.	Mestrado profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.	-

21. Isadora Ferreira Neves http://lattes.cnpq.br/6778278829147343	Graduação em Direito.	Especialização em Direito Público.	Mestrado em Direito.	Doutorado em Direito.
22. João Paulo Tavares Costa http://lattes.cnpq.br/3366084694078396	Graduação em Engenharia Civil	Especialização-Engenharia de Saneamento Básico e Ambiental	-	-
23. José Ilmar Lira Júnior http://lattes.cnpq.br/4210623251960058	Graduação em Gestão de Segurança Privada	Especialização-Atendimento Pré-Hospitalar Tático.	-	-
24. Jeany Castro dos Santos http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do	Graduação em Sistemas de Informação; Graduação em Matemática; Graduação em Serviço Social;	Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior; Especialização em Elaboração e Gerenciamento de Projetos Públicos.	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.	Doutorado em Desenvolvimento Regional.
25. Julienne da Silva Silveira http://lattes.cnpq.br/9067718320425288	Graduação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas literaturas.	-	Mestrado em Letras	-
26. Juliana Pinto Corgozinho http://lattes.cnpq.br/0951588620745815	Graduação em Psicologia.	Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior; Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde Mental; Especialização em Prevenção e Tratamento de Uso e Abuso.	Mestrado em Ciências do Ambiente	-
27. Kyldes Batista Vicente http://lattes.cnpq.br/1249709305972671	Graduação em Letras.	-	Mestrado em Letras e Linguística.	Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Pós-Doutorado - Grande área: Linguística, Letras e Artes. Pós-Doutorado - Grande área: Ciências Humanas.
28. Luiz Gustavo Santana http://lattes.cnpq.br/3386924630611901	Graduação em Serviço Social; Licenciatura em Ciências Sociais; Graduação em Psicologia; Licenciatura em Psicologia.	Especialização em Gestão de Programas Sociais; Especialização em Gestão e Docência no Ensino Superior; Especialização em Tecnologias Aplicadas à Educação.	Mestrado em Serviço Social.	-
29. Luana Alves Cunha Dias http://lattes.cnpq.br/1077504988465329	Graduação em Serviço Social.	Especialização em Gestão em Serviço Social e Políticas Públicas.	-	-
30. Yuri Anderson Pereira Jurubeba http://lattes.cnpq.br/0195764455809614	Graduação em Direito.	Especialização em Ciências Penais; Especialização em Gestão do Judiciário; Especialização em Criminologia; Especialização em Estado de Direito e Combate à Corrupção.	Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.	Doutorado em Direito.
31. Maiquel Krutzmann http://lattes.cnpq.br/8603103144013237	Graduação em teologia; Graduação em Direito; Graduação em	Especialização em Libras.	-	-

	andamento em Letras/Libras.			
32. Myllena de Souza Medrado http://lattes.cnpq.br/3479154825874678	Graduação em Abi - Letras - Inglês e suas respectivas literaturas.	-	Mestrado em andamento - Programa de Pós Graduação em Letras.	-
33. Marcelo Henrique de Castro http://lattes.cnpq.br/7256218385988738	Graduação em Engenharia Ambiental. Graduação em Engenharia Civil.	-	Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental.	-
34. Lázaro Nogueira da Silva http://lattes.cnpq.br/3422967751307545	Graduação em Gestão de Riscos Coletivos.	Especialização em Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico.	-	-
35. Maria Pilar Basso Teixeira de Medeiros http://lattes.cnpq.br/0996985798217503	Graduação em Fonoaudiologia.	Especialização em Pós-Graduação em Tradução, Interpretação e Docência da Língua Brasileira de Sinais.	Mestrado em Letras/Libras.	-
36. Marco Antônio Marques Belém http://lattes.cnpq.br/5572520688216144	Graduação em Engenharia Civil	Especialização em Gestão em Segurança Pública com Ênfase em Ações de Prevenção e Combate a Incêndios, Salvamentos e Defesa Civil; Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.	-	-
37. Maria Lohana Hexana de Moura Silva Siqueira http://lattes.cnpq.br/9921650180542233	Graduação em Direito.	-	Mestrado em Direito, Estado, Tributação e Desenvolvimento.	-
38. Maria Paula Dantas Carpejani https://lattes.cnpq.br/4937317762973798	Graduação em Direito.	Especialização em Direito Militar.	-	-
39. Nilton Rodrigues dos Santos http://lattes.cnpq.br/0572733855611757	Graduação em Gestão de Segurança Pública - Praça Bombeiro Militar; Graduação em Tecnólogo em Gestão de Emergências.	Especialização em Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Segurança Pública.	-	-
40. Odair Rodrigues de Souza http://lattes.cnpq.br/0017612317458957	Graduação em Ciências Contábeis	-	-	-
41. Paulo beli Moura Stakoviak Junior http://lattes.cnpq.br/4177272982205028	Graduação em Direito	Especialização em Direito do Estado e Gestão do Agronegócio.	Mestrado em Direito Constitucional.	Doutorado em Direito Constitucional.
42. Ricardo Gomes Quintana Gonçalves http://lattes.cnpq.br/9984115633827491	Graduação em Direito.	-	Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	-
43. Rafaela Costa Vidal http://lattes.cnpq.br/6077234339732972	Graduação em História; Curso técnico/profissionalizante em Eventos.	-	Mestrado em História.	-

44. Rosa Maria da Silva Leite http://lattes.cnpq.br/0596700336354427	Graduação em Direito.	Especialização em Direito Empresarial.	-	-
45. Thaysi Castro Coelho Andrade http://lattes.cnpq.br/0587922737666943	Graduação em Engenharia Ambiental.	Especialização em tratamento e disposição final de resíduos sólidos e líquidos.	Mestrado em engenharia ambiental.	Doutorado em biodiversidade e biotecnologia.
46. Tais Bogo Monteiro da Silva http://lattes.cnpq.br/5181106875690687	Graduação em Sistemas de Informação; Graduação em Licenciatura em Pedagogia.	Especialização em Educação, Comunicação e Novas Tecnologias; Especialização em Metodologia e Linguagem em Educação a Distância.	-	-
47. Silvano Florentino Lopes https://lattes.cnpq.br/3110454142547218	Graduação em Gestão De Riscos Coletivos.	Especialização em Segurança Pública, Cidadania e Direitos; Especialização em Atendimento a Tentativas de Suicídio; Especialização em Instrutor Bombeiro Militar; Especialização em Abordagem Técnica a Tentativas de Suicídio; Especialização em Salvamento Aquático; Especialização em Salvamento em Altura; Especialização em Salvamento Veicular e Especialização em Combate a Incêndio Urbano.	-	-
48. Suely Brandão http://lattes.cnpq.br/2986459186484381	Graduação em Administração	Especialista em Gestão Pública e Qualidade.	-	-
49. Thiago Oliveira Sabino de Lima https://lattes.cnpq.br/0885047959308866	Graduação em Enfermagem.	Especialização em Enfermagem em Urgência e Emergência.	Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde.	-
50. Thiago Soccal Olinger http://lattes.cnpq.br/4310841966953625	Graduação em Direito.	Especialização em Direito Penal.	-	-
51. Vinícius Fernandes Barboza http://lattes.cnpq.br/2477497579046874	Graduação em Administração.	Especialização em Gestão Empresarial.	Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.	-
52. Wellington de Souza Moura http://lattes.cnpq.br/9533082347651332	Graduação em Química; Graduação em Gestão em riscos coletivos; Curso técnico/profissionalizante.	Especialização em Gestão em Segurança pública.	Mestrado em Ciências Moleculares.	Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia - Rede Bionorte.
53. Whylasson Lopes Gomes https://lattes.cnpq.br/5079528787087830	Graduação em Música.	Especialização em Defesa Civil.	-	-

APÊNDICE V – Experiência Docente e Profissional

EXPERIÊNCIA DOCENTE	EXPERIÊNCIA
---------------------	-------------

			PROFISSIONAL	
Docente	TDS ¹	Experiência Docência Superior	TEP ²	Experiência profissional
1. Alcides do Nascimento Moreira	21 anos	<p>Professor, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, tem larga experiência na docência do ensino superior como professor responsável pelas disciplinas na modalidade presencial tais como: Antropologia e Sociologia; Currículo no Contexto Escolar; Educação Ambiental; Ética e Educação; Ética Profissional e Filosofia; Filosofia da Educação; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; Fundamentos Sociológico e Filosófico da Educação; Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira; História da Educação; Metodologia Científica;</p> <p>Políticas e Estratégias de Inclusão; Educação, Etnia e Identidade Cultural;</p> <p>Educação das Relações Étnico Raciais; Filosofia e Ética; Relações Humanas na Educação; História Antiga; História Contemporânea; História da América I; História da América II; História da América III; História do Brasil I;</p> <p>História do Brasil II; História do Brasil III; História do Brasil IV; História Medieval; Investigação da Prática Pedagógica IV; Investigação da Prática Pedagógica I; Investigação da Prática Pedagógica II; Investigação da Prática Pedagógica III; Multiculturalismo; Projetos Integrados I (Estágio); Projetos Integrados II (Estágio); Projetos Integrados III (Estágio); Antropologia Cultural; Método da História; Teoria da História I; Teoria da História II;</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.</p>	7 anos	Atuou como Agente de Fiscalização e Arrecadação do Estado do Tocantins; Professor da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins.
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade	5 anos e 11 meses	<p>Professor, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, tem larga experiência na docência do ensino superior como professor responsável pelas disciplinas na modalidade presencial tais como:</p> <p>1- Curso de Bacharelado em Administração (Teoria das Organizações II, Psicologia Aplicada à Administração, Sociologia Aplicada à Administração, Administração de Recursos Humanos II, Computação Aplicada à Administração I, Computação Aplicada à Administração II, Teoria Geral da Administração-TGA, Administração de Vendas, Estágio Curricular Supervisionado);</p> <p>2- Curso de Bacharelado em Direito (Sociologia Geral);</p> <p>3- Curso de Licenciatura em Matemática (Introdução à Ciência da Computação).</p> <p>Professor de cursos Lato Sensu das disciplinas: Fator Humano nas Organizações / Procedimentos para Gerenciar uma Empresa / Gestão</p>	9 anos e 6 meses	Servidor efetivo no cargo de Administrador na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) desde 2008; Foi Diretor Administrativo na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) em 2012; foi Coordenador de Controle Interno, na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), entre 2018 a 2019; Coordenou o Comitê Institucional de Governança e Compliance da UNITINS de 2020 a 2022; Atualmente está na Coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Tem larga experiência, em ações de desenvolvimento, capacitação e treinamento e consultorias nas áreas voltadas para gestão.

		Estratégica de Pessoas / Processo Decisório e Mudança Organizacional / Fonte de Informação Tecnológica, Inteligências Múltiplas e Criatividade / Planejamento e Visões de Negócios.		
3. Alessandra Ruita Santos Czapski	18 anos	Professora pesquisadora do curso de Serviço Social da Unitins; Líder do grupo de pesquisa interdisciplinar em políticas públicas; Integrante da Câmara de graduação da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM); Atua principalmente nos seguintes temas: gênero, políticas sociais, violência doméstica contra a mulher, dependência química, álcool e outras drogas. Integra projetos de extensão e pesquisa da Unitins. É membro do NDE do curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	12 anos	Servidora pública/Unitins, com atuação em: Comissões Técnicas; Conselhos e Consultoria. É editora Assistente da Revista Extensão. Atualmente é Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Tocantins.
4. Andrey Viana Gomes	3 anos e 3 meses	Atualmente é professor auxiliar da disciplina de Anatomia Aplicada ao Atendimento Pré-Hospitalar no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	10 anos	Experiência e atuação com pesquisas em Saúde Pública, Ensino em Saúde, Saúde das População Vulneráveis e Saúde Coletiva. Atuação na área de gestão de políticas públicas no ambiente carcerário, com ênfase em: gestão de Unidade Penal (Diretor de presídio), chefe de cartório penal e coordenador da área técnica de saúde prisional da Polícia Penal, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral as Pessoas privadas de Liberdade.
5. Antônio Marcos de Sousa	1 ano	Atualmente ministra a disciplina de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	16 anos	Atuou no 2º batalhão de bombeiros em araguaina e na 2ª companhia independente do 2º batalhão em Colinas e na parte operacional: atendimento de ocorrências (na linha de frente).
6. Benvindo Filho Pinto de Queiroz	1 ano	Ministrou a disciplina de Combate a Incêndio Urbano, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	19 anos	Tem experiência na área de segurança pública; socorro de urgência e combate a incêndios.
7. Caetano Finisterre Burjack da Silva	6 meses	Atualmente ministra a disciplina de Sistemas e Informática do CBMTO.	15 anos	Experiência como programador: desenvolvimento de softwares utilizados pelo CBMTO em todo o estado.
8. Cléber José Borges Sobrinho		-	23 anos	Atuação profissional com ênfase em planejamento, operações e corregedoria na área de bombeiros.
9. Darlene Teixeira Castro	20 anos	Professora permanente do Programa PROFIAP: Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional UFT e Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da UFT. Integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Membro do NDE do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	12 anos	Servidora Pública/Unitins. Editora assistente da Revista Humanidades e Inovação. Conselheira Membro Titular do Conselho Deliberativo Estadual do Tocantins - CDE Sebrae-TO pela Unitins. Atualmente é Vice Reitora da Universidade Estadual do Tocantins Unitins.
10. Daniele Bueno Godinho Ribeiro	13 anos e 9 meses	Disciplinas ministradas: Basquetebol; Introdução ao Treinamento Esportivo. Anatomia Humana I; Anatomia humana II; Fisiologia Humana	1 ano	Coordenadora de Estágio do curso de Educação Física (Centro Universitário UnirG).

	<p>I; Fisiologia Humana II; Fisiologia do Exercício (UnirG - 2010/1); Fisiologia Humana, Cinesiologia; Neuroanatomia Humana; Anatomia Humana I; Anatomia Humana II; Fisiologia Humana I; Fisiologia Humana II; Fisiologia do Exercício (2010/2); Introdução ao Treinamento Esportivo; Primeiros Socorros. Neuroanatomia Humana; Anatomia Humana II; Fisiologia Humana I; Fisiologia Humana II; Fisiologia do Exercício (2011/1); Introdução ao Treinamento Esportivo; Neuroanatomia Humana; Anatomia Humana II; Fisiologia Humana I; Fisiologia Humana II; Fisiologia do Exercício (2011/2); Introdução ao Treinamento Esportivo; Neuroanatomia Humana; Anatomia Humana II; Fisiologia Humana I; Fisiologia Humana II; Fisiologia do Exercício (2012/1); Introdução ao Treinamento Esportivo; Produção do Conhecimento em Educação Física. Neuroanatomia Humana; Anatomia Humana II; Fisiologia Humana I; Fisiologia Humana II; Fisiologia do Exercício (2012/2); Anatomia do Movimento Humano I; Anatomia do Movimento Humano II. Neuroanatomia Humana; Anatomia Humana II; Fisiologia Humana I; Fisiologia Humana II; Fisiologia do Exercício (2013/1); Anatomia do Movimento Humano II; Fisiologia do Exercício; Monografia de Conclusão de Curso; Introdução ao Treinamento Esportivo, Neuroanatomia Humana; Anatomia Humana II; Fisiologia II; Fisiologia do Exercício; Handebol; Práticas Corporais Marciais; Introdução ao Treinamento Esportivo; Cinesiologia (2014/1); Dança Educacional; Fisiologia do Exercício; Estágio Supervisionado na Infância. Neuroanatomia e Neurofisiologia; Fisiologia I; Fisiologia II (2014/2); Estágio Supervisionado na Infância. Dança Educacional; Introdução ao Treinamento Esportivo; Cinesiologia. Neuroanatomia e Neurofisiologia; Fisiologia I; Fisiologia II (2015/1); Estágio Supervisionado na Infância; Dança Educacional; Neuroanatomia e Neurofisiologia; Fisiologia I; Fisiologia II (2015/2); Estágio Supervisionado na Infância; Dança Educacional; Neuroanatomia e Neurofisiologia; Fisiologia I; Neuroanatomia Funcional (2016/1); Estágio Supervisionado na Infância; Dança Educacional; Neuroanatomia e Neurofisiologia; Fisiologia I; Neuroanatomia Funcional (2016/2); Medidas e Avaliação em Educação Física; - Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil; Anatomia Geral; Fisiologia do Exercício (2017/1-UFT); Neuroanatomia Aplicada ao Movimento; Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); Neuroanatomia Humana, Fisiologia Humana; Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil, Neuroanatomia Aplicada ao Movimento; Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); Pesquisa em Educação Física Escolar II.</p>	
--	--	--

		Neuroanatomia Humana. Educação Especial e Práticas Corporais Inclusivas; Projeto Integrador V (2017/2 a 2019/1 - UFT); Fisiologia Humana; Projeto Integrador IV, Neuroanatomia Humana, Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil; Educação Física e Envelhecimento, Fisiologia Humana Psicologia, Neuroanatomia, Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil; Educação Física e Envelhecimento, Fisiologia Humana, Neuroanatomia, Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil; Fisiologia do Exercício (2022/2 a 2025/1 - UFT).		
11. Eduardo José Silva Lima	10 anos	Disciplinas ministradas: Arqueologia, Tópicos Especiais de História Indígena, Estágio Supervisionado IV, Antropologia Cultural e Projetos integradores 3 e 4 (2015- UFAL); Antropologia Jurídica (2016-UNITINS); Fundamentos da Antropologia, Direitos Humanos e Cidadania (2018- UNITINS); Didática do Ensino Superior, Educação Em Direitos Humanos, Educação, Violência e Políticas Públicas, Escola e Cidadania, Estado, Segurança Pública e Tendências Punitivas, Metodologia Científica, Modernidade Decolonialidade, Patrimônio Cultural, Identidade e Políticas de Salvaguardas, Sistemas Alternativos de Resolução de Conflitos, Sociedade, Atualidades e Intersubjetividade, Tecnologia, Educação e Violência, Violência e Instituições Sociais (2018- UNITINS PÓS GRADUAÇÃO); Política das Relações Étnico-Raciais, Afro-Brasileira, Africana e Indígena (2021-UNITINS); Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil, Fundamentos e Metodologia do Ensino de História (2023- UNITINS); Formação Sócio-Histórica e Política Do Brasil, Educação do Campo, Ciência Política, Fundamentos e Metodologia do Ensino de História (2024-UNITINS); Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil, Fundamentos e Metodologia do Ensino de História (2025-UNITINS).	-	-
12. Erisvaldo de Oliveira Alves	-	-	10 anos	Tem experiência na Área de Defesa e Segurança Pública. Foi Agente Censitário Supervisor; Auxiliar Administrativo. É Oficial Bombeiro Militar.
13. Érica Pollyana Oliveira Nunes	6 anos	Disciplinas ministradas (Unitins): Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II, Processo de Trabalho no Serviço Social I, Estágio Supervisionado em Serviço Social I, Processo de Trabalho no Serviço Social II, Pesquisa Social I, Direitos Humanos e Cidadania-Pesquisa Social II, Assessoria e Consultoria em Serviço Social.	2 anos	Assistente social na saúde da família e comunidade (2016-2018); Assistente Social preceptora na saúde família e mental (2018-2019); Gestora de aprendizagem na residência multiprofissional em saúde da família e comunidade (2019-2024).
14. Elza Goveia Leite	-	-	17 anos	Possue 17 anos de experiência na área da Educação, atuando no Ensino Fundamental e Médio.
15. Fred Moreira Nascente	1 ano	Atualmente é Professor junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública, vinculado as disciplinas de Salvamento em Altura e Salvamento Terrestre.	28 anos	18 anos de experiência como bombeiro militar e 10 anos em consultoria mineral, na área de engenharia de minas.

16. Giovanni Bezerra do Nascimento	10 anos	Atuação docente em Pesquisa Social, Política Social, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Estágio Supervisionado.	5 anos	Atualmente atua na Coordenação do Curso de Serviço Social da Unitins e coordena o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).
17. Genilson Rosa Severino Nolasco	4 anos e 6 meses	Professor voluntário, titular da disciplina Educação escolar indígena e quilombola, nos semestres 2024/01 e 2025/01 (Em andamento). Professor, titular da disciplina Fundamentos da Antropologia no semestre de 2022/01. Professor junto ao curso de Especialização em Gestão Pública e Qualidade no Serviço da Unitins. Ministrou a disciplina Sociedade e organizações na contemporaneidade no semestre 2016/02.	15 anos	Técnico de Nível Superior em Gestão do Patrimônio Cultural (2010 – atual) junto ao Nuta/Unitins; 01 ano: Curador do Nuta/Unitins (2024 – atual).
18. Halyny Mendes Guimarães	6 meses	Ministrou a disciplina de Legislação Institucional e Ética Profissional e Direito Penal Militar, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	13 anos	Atua como Assessora Jurídica do Corpo de Bombeiros Militar.
19. Isadora Ferreira Neves	4 anos	Disciplinas ministradas: Processo Constitucional, Introdução ao Estudo do Direito I, Hermenêutica Jurídica, Direito Internacional Público e Privado, Direitos Humanos, Teoria da Constituição, Teoria Geral do Estado, Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Ciência Política.	-	-
20. João Paulo Tavares Costa	6 meses	Atualmente é Professor junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública, vinculado a disciplina de Sistema de Comando de Incidentes	6 anos	Atuou como Analista de engenharia e Engenheiro responsável pela gestão do suporte técnico especializado em saneamento básico.
21. Julienne da Silva Silveira	1 ano	Entre os anos de 2023 e 2024, atuou como professora convidada no Centro Universitário UNITOP, ministrando a disciplina: Marketing. Em 2023/1, ministrou as disciplinas de Comunicação e Expressão e Fundamentos e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. Em 2023/2, ministrou as disciplinas de Literatura Infantojuvenil e Língua Portuguesa, e no primeiro semestre de 2024, atuou como docente junto as disciplinas de Metodologia Científica, Tecnologia e Educação, e Estratégia de Leitura em Língua Portuguesa.	4 anos	Ingressou na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) em 2019 como assessora na editora/Unitins. Está Vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex), integrando as equipes editoriais da <i>Revista Humanidades e Inovação</i> e da <i>Revista Extensão</i> , ambas da Unitins. Exerce atualmente a função de coordenadora da Escola de Extensão da universidade.
22. José Ilmar Lira Júnior	1 ano	Atualmente é Professor junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública, vinculado a disciplina de Atendimento Pré-Hospitalar I.	15 anos	15 anos atuando no Corpo de Bombeiro Militar.
23. Jeany Castro dos Santos	5 anos	Atuou ministrando as disciplinas de Gestão Social (UFT – 2017/1); Política Social I (2020/2); Política Social II (2021/1 a 2022/2) e Gestão em Serviço Social e Políticas Públicas (2020/1).	10 anos	Atuou como Diretora de Projeto, da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins e atualmente exerce a função de Diretora de Ensino, na Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.
24. Juliana Pinto Corgozinho	1 ano	Ministrou a disciplina Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	18 anos	Gestor de Equipes Multidisciplinares; Perita da Junta Militar Central de Saúde/Atende à Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.

25. Kyldes Batista Vicente	22 anos	Professora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e do Centro Universitário ITOP (Unitop). Realizou estudos de pós-doutoramento em Letras e Linguística (UFG). Integra o projeto Figuras da Ficção, colaborando no Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa, do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.	5 anos	Atualmente é Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. É editora da Revista Humanidades & Inovação (Unitins), da Revista Extensão (Unitins) e da Revista Multidebates (Unitop).
26. Luiz Gustavo Santana	17 anos e 6 meses	Ministrou disciplinas junto a UNITINS nos períodos (2008 – 2011; 2015 – 2016; 2016 – 2018; 2018 – 2018; 2021 – 2022, 2022 – 2023; 2023 atual); Ulbra (2009-atual).	3 anos	Cargo efetivo de Assistente Social I, da Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Bauru (SP).
27. Luana Alves Cunha Dias	-	-	9 anos	Atuou na Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social – EAD; Ampla experiência nas gestão de cursos EAD; Coordenação/supervisão do estágio/Serviço Social, (presencial e a distância); Análise e acompanhamento dos processos administrativos, relacionados ao aproveitamento de disciplinas dos cursos EAD; Atendimento aos acadêmicos, matriculados nos cursos EAD; Análise da situação acadêmica nos sistemas Telepre, RM, Sistema Acadêmico; Coordenação junto aos supervisores acadêmicos, que atuam no âmbito nacional em relação ao acompanhamento do estágio.
28. Maiquel Krutzmann	6 anos	Ministrou a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras - Unitins (2009/10); Universidade Federal do Tocantins - UFT (2012/2013); atuou também na Educação Especial – UFT (2016), Estágio em Educação Especial – UNITOP (2022) e Libras - UNITOP (2022), no Curso de Pedagogia.	15 anos	Atua como intérprete de Libras, desde o ano de 2008, até o presente momento.
29. Marcelo Henrique de Castro	1 ano e 6 meses	Professor junto à Universidade Estadual do Tocantins, responsável pela disciplina de Segurança Contra Incêndio e Emergência do Curso de Tecnologia em Segurança Pública (2022 e 2024/2025). Atou como professor/orientador na disciplina de Estágio Profissional Supervisionado no ano de 2022.	10 anos e 8 meses	Servidor efetivo no Quadro de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO) desde 2014. Foi auxiliar de Coordenação e professor do Curso de Vistoria Técnica do CBMTO no ano de 2023; Foi professor do Curso de Formação de Oficiais do CBMTO no ano de 2024 e 2025.
30. Marco Antônio Marques Belém	6 meses	Ministrou a disciplina de Segurança Aplicada ao Trabalho (Unitins – 2022/2)	8 anos e 6 meses	Possui experiência na área: Agente Administrativo (Prefeitura Municipal de Palmas – 2013); Servidor efetivo na Prefeitura Municipal de Gurupi como Engenheiro Civil, na função de Diretor de Obras, entre 2018 e 2020; Servidor cedido à Prefeitura de Municipal de Palmas como engenheiro civil, na função de Gerente de Articulação Institucional em 2021; Atualmente é Militar, do quadro de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, ocupando a função de Chefe de Ensino e Instrução da Companhia Independente de Busca e Salvamento - CIBS.

31. Maria Pilar Basso Teixeira de Medeiros	9 anos e 6 meses	Atuou na docência do Ensino Superior, como professora da disciplina da Língua Brasileira de Sinais no Curso de Serviço Social em 2019 e em escolas regulares a partir de 2010 a 2019, como intérprete e professora da sala de recursos ensinando alunos surdos.	5 anos	Atuou na UHE - Peixe, como fonoaudióloga, nos anos de 2003 à 2005. Atua nos eventos da instituição/Unitins, como tradutora e intérprete de Libras, desde 2019 até os dias atuais.
32. Maria Paula Dantas Carpejani	-	-	6 anos	Advogada, atuação exclusiva em Direito Militar, com experiência em processos administrativos e judiciais envolvendo militares das Forças Auxiliares e Forças Armadas. Responsável pela gestão do escritório, atendimento aos clientes, elaboração de peças e condução estratégica das demandas.
33. Nilton Rodrigues dos Santos	6 meses	Ministrou a disciplina de Atendimento Pré-Hospitalar I, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	23 anos	Diretor de Ensino do CBMTO - Prof. na área de Atendimento Pré-Hospitalar.
34. Paulo beli Moura Stakoviak Junior	15 anos e 3 meses.	Professor efetivo do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins, responsável por disciplinas como Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito do Agronegócio e Direito do Trabalho.	15 anos e 3 meses.	Advogado. Procurador do Banco da Amazônia.
35. Rafaela Costa Vidal	1 ano	Professora, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, ministrou a disciplina, Política das Relações Étnico-raciais Afrobrasileira, Africana e Indígena, no Curso de Graduação em Pedagogia.	-	-
36. Rosa Maria da Silva Leite	16 anos e 5 meses	Atuou como Professora Assistente Nível I, no Curso de Direito - Unitins (2003); foi Professora substituta do Curso de Direito - UFT (2004 a 2006); Professor – Especialista - Unitins (2005 a 2018); Atualmente é Professor Especialista – Unitins, 2021 a 2023.	14 anos	Foi Servidora Pública no Município de Gurupi-TO (1989); Atuou na Procuradoria Geral do Município de Gurupi-TO (1993 a 1994); foi Diretora do Departamento do Contencioso e Negócios Administrativos (1995 a 1997); foi Procuradora do Município de Gurupi-TO (1997 a 1998); Atuou como Chefe da Seção de Assistência às Comissões – SEASC – Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (1999); foi Gerente Administrativo do Instituto Municipal de Estudos e Pesquisas – IMEP (2003).
37. Silvano Florentino Lopes	1 ano e 6 meses	Professor, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, tem larga experiência na docência do ensino superior como professor responsável pelas disciplinas na modalidade presenciais tais como: Atendimento A Tentativas de Suicídio, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre, Estágio Curricular Supervisionado.	16 anos e 3 meses	Servidor Concursado no Corpo de Bombeiros Militar no Quadro de Oficiais Combatentes desde 2009; Foi Comandante de Companhia Bombeiro Militar entre 2017 e 2018 e entre 2019 e 2023; Foi Comandante de Companhia Independente Bombeiro Militar entre 2023 e 2024; Foi Gerente de Ensino no Corpo de Bombeiro Militar do

				Tocantins em 2016; Foi Comandante da Academia de Formação Bombeiro Militar do Tocantins em 2017 e 2019. Atualmente é Major do Corpo de Bombeiros na Função de Assessor do Comandante-Geral e de Ações de Defesa Civil, Secretário de Estado. Tem larga experiência em gestão de pessoa, de operação, capacitação e treinamento nas áreas voltadas para Salvamento em Altura e Atendimento a Tentativa de Suicídio.
38. Thiago Oliveira Sabino de Lima	15 anos	Atualmente é professor da disciplina de Anatomia Aplicada ao Atendimento Pré-Hospitalar no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. Tem experiência na área de Enfermagem com ênfase na Gestão Pública, Assistência e no Ensino e Pesquisa; e na área de Cidadania e Justiça.	6 anos	É Policial Penal, exercendo o Cargo de Gerente de Políticas e Alternativas Penais do Estado do Tocantins, responsável pelas Centrais de Penais e Alternativas - CEPEMA e Escritório Social. Desenvolve competências como Gestão do Sistema Penitenciário e áreas de inteligência e escolta.
39. Tais Bogo Monteiro da Silva	1 ano	Professora, junto à Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, ministrou a disciplina Tecnodocência no Campus- Palmas (2022/1); Ministrou a disciplina Tecnologias da Informação e Comunicação no Campus-Paraiso (2022/2).	17 anos	Consultora Técnica (Unitins) no período de 2006 a 2009; foi Assessora da Direção do Câmpus Palmas, no período de 2010 a 2020; foi Coordenadora de Tutoria – EAD (2014, 2015 e 2016) e atualmente é Coordenadora Pedagógica – Unitins, desde 2021.
40. Suely Brandão	-	-	7 anos	Possui experiência na área de administração pública e privada, atuando no setor Financeiro, Administrativo e Recursos Humanos na Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social-SETAS-TO/ Coordenação do SINE (1993 a 2005); Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins- DETRAN (2006); Unitins (2007).Tem experiência profissional na UNITINS como: Responsável pelo setor dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios e atualmente assessora na Pró-Reitoria de Extensão. Possui experiência em organização de eventos culturais e acadêmicos.
41. Thaysi Castro Coelho Andrade	6 anos	Professora junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, responsável pelas disciplinas na modalidade presencial tais como: Metodologia científica e pesquisa – 1 semestre / Planejamento e gestão ambiental – 2 semestres / Legislação agrária e ambiental – 2 semestres / Extensão rural – 8 semestres / Sociologia e extensão rural – 1 semestre / Biotecnologia aplicada a agricultura – 1 semestre / Topografia e georreferenciamento – 3 semestres / Silvicultura – 2 semestres / Culturas agroenergéticas – 6 semestres / Projeto integrador – 1 semestre.	5 anos e 6 meses	Atuou na função de Engenheira ambiental – Empresa Vinicius Simonetti Bacelar – EIRELI; Engenheira ambiental – Empresa LC da Luz Construção, limpeza e locação LTDA; Engenheira ambiental – Empresa Litucera limpeza e engenharia LTDA.
42. Thiago Soccal Olinger	1 ano	Atualmente é professor da disciplina de Legislação Institucional e Ética Profissional.	25 anos	Atuou em programa de experiência de trabalho nos Estados Unidos (Walmart). Recepcionista Sênior no Costão do Santinho Resort em Santa Catarina.
43. Vinicius Fernandes	-	-	10 anos e	Atuou como professor no curso Análise e Interpretação do

Barboza			1 mês	Sistema de Gestão da Qualidade da ESMAT (SGQ) baseado na Norma ISO 9001:2015 e Planejamento Estratégico 2015-2020 (4/5 a 11/6/2020); Atuou como professor no curso Disseminando a Estratégia Institucional da Escola Superior da Magistratura Tocantinense ESMAT para o Sexênio 2021-2026.
44. Wellington de Souza Moura	3 anos	Ministrou a disciplina de Química - Serviço social do comércio, SESC; Ministrou as disciplinas: Matemática; Raciocínio Lógico; Química e Física, no Centro de Ensino e concursos, CEC; Ministrou as disciplinas - Química, Física e Matemática; Enfermagem do Trabalho; Estatística; Medicina do trabalho; Química Ambiental, Urgência, Emergência e Atendimento Pré-Hospitalar, no Instituto Específico de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, IEP; Ministrou as disciplinas - Físico-química; Química Analítica; Química Inorgânica, na Fundação UNIRG, UNIRG.	15 anos	Tem experiência na área de Química, com ênfase em Físico Química, Bioquímica, Cálculo, Estatística e Química dos alimentos.
45. Yuri Anderson Pereira Jurubeba	9 anos e 5 meses	Professor na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS desde 2015, atuando nas disciplinas de Direito Processual Penal, Direito Penal, Criminologia, Direitos Humanos e Metodologia Jurídica, tanto na graduação quanto na pós-graduação lato sensu. Também lecionou como professor visitante em cursos de pós-graduação na UFT e ESMAT, além de participação em bancas e orientação de TCCs em diversas instituições.	17 anos	Servidor efetivo no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) desde 2008, com atuação como assessor jurídico de 1ª instância e assessor jurídico de desembargador. Exerceu as funções de chefe de gabinete da Corregedoria e assessor especial da presidência no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Possui experiência em elaboração de relatórios técnicos, pareceres jurídicos, atividades administrativas e consultivas no âmbito do Poder Judiciário e no controle de contas públicas.
46. Whylasson Lopes Gomes	6 meses	Atualmente é professor da disciplina de Sistema de Proteção e Defesa Civil.	18 anos	Lotado na 1ª e 2ª Companhia em Palmas, desenvolvendo atividades no operacional (compondo viaturas como a unidade de resgate e auto bomba tanque. Desempenhou atividades também no hospital Dona Regina no projeto/CBMTO bombeiro amigo do peito que trabalha em parceria com o banco de Leite. Atualmente lotado na defesa civil desde o ano de 2017.

LegendaTDS¹· Tempo de experiência, na docência da educação superior, na área de formação, ou em área afim (anos).TEP²· Tempo/experiência profissional, fora do Magistério Superior (anos).**APÊNDICE VI - Demonstrativo - Regime de Trabalho**

REGIME DE TRABALHO		
Docente	Regime de Trabalho Unitins	Regime de Trabalho Professor - Tutor
1. Alcides do Nascimento Moreira	40hs	-
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade	40hs	-
3. Alessandra Ruita Santos Czapski	40hs	-
4. Antônio Marcos de Sousa	40hs	-
5. Andrey Viana Gomes	40hs	-
6. Benvindo Filho Pinto de Queiroz	40hs	-
7. Caetano Finisterre Burjack da Silva	40hs	-
8. Cléber José Borges Sobrinho	40hs	-
9. Darlene Teixeira Castro	40hs	-
10. Daniele Bueno Godinho Ribeiro	-	7hs
11. Deuzely dos santos Lacerda	40hs	7hs
12. Érica Pollyana Oliveira Nunes	40hs	7hs
13. Elza Gouveia Leite	-	7hs
14. Eduardo José Silva Lima	40hs	-
15. Fabrinny Pereira Machado	40hs	7hs
16. Erisvaldo de Oliveira Alves	40hs	-
17. Fred Moreira Nascente	40hs	-
18. Giovanni Bezerra do Nascimento	40hs	7hs

19. Genilson Rosa Severino Nolasco	40hs	7hs
20. Halyny Mendes Guimarães	40hs	-
21. Isadora Ferreira Neves	40hs	7hs
22. Luiz Gustavo Santana	40hs	7hs
23. Luana Alves Cunha Dias	40hs	7hs
24. Jeany Castro dos Santos	40hs	20hs
25. João Paulo Tavares Costa	40hs	-
26. Julienne da Silva Silveira	40hs	7hs
27. José Ilmar Lira Júnior	40hs	-
28. Juliana Pinto Corgozinho	40hs	-
29. Kyldes Batista Vicente	40hs	-
30. Lázaro Nogueira da Silva	40hs	-
31. Maria Lohana Hexana de Moura Silva Siqueira	40hs	-
32. Maiquel Krutzmann	40hs	7hs
33. Maria Pilar Basso Teixeira de Medeiros	40hs	-
34. Maria Paula Dantas Carpejani	-	7hs
35. Myllena de Souza Medrado	40hs	7hs
36. Marco Antônio Marques Belém	40hs	-
37. Marcelo Henrique de Castro	40hs	-
38. Nilton Rodrigues dos Santos	40hs	-
39. Odair Rodrigues de Souza	40hs	-
40. Paulo Beli Moura Stakoviak Júnior	40hs	-

41. Rafaela Costa Vidal	40hs	7hs
42. Rosa Maria da Silva Leite	40hs	7hs
43. Ricardo Gomes Quintana Gonçalves	-	7hs
44. Silvano Florentino Lopes	40hs	-
45. Suely Brandão	40hs	7hs
46. Tais Bogo Monteiro da Silva	40hs	7hs
47. Thiago Oliveira Sabino de Lima	40hs	-
48. Thiago Soccal Olinger	40hs	-
49. Thaysi Castro Coelho Andrade	40hs	-
50. Vinícius Fernandes Barboza	-	7hs
51. Wellington de Souza Moura	40hs	-
52. Yuri Anderson Pereira Jurubeba	40hs	-
53. Whylasson Lopes Gomes	40hs	-

APÊNDICE VII – Experiência em EAD

EXPERIÊNCIA DOCENTE EM EAD			EXPERIÊNCIA EM EAD - TUTORIA	
Docente	TDE ¹	Exercício da Docência Superior no EAD	TET ²	Qualificação Pedagógica - EAD
1. Alcides do Nascimento Moreira	17 anos	Atuou como professor no EAD, ministrando as disciplinas de Antropologia e Sociologia; Didática; Educação de Jovens e Adultos; Educação e Tecnologia; Filosofia da Educação; Filosofia e Ética; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; Fundamentos Histórico, Sociológico e Filosófico da Educação; Educação, Trabalho e Cidadania; História da Educação; Metodologia do Ensino das Religiões; Multiculturalismo; Organização Política da Educação Brasileira; Pesquisa na Prática Pedagógica I; Pesquisa na Prática Pedagógica II; Projetos Educacionais; Sociologia da Educação. Exerceu também a função de Coordenador Geral da UAB/MEC/UNITINS.	3 anos	Exerceu a função de tutor, acompanhando as disciplinas de Pesquisa na Prática Pedagógica I – PPP-I; Pesquisa na Prática Pedagógica II – PPP-II; Estágio Supervisionado II; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciência; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade	5 anos e 10 meses	Atuou como professor Pesquisador no EAD - Sistema UAB – PNAP ministrando as disciplinas de Administração Estratégica; Elaboração e Gestão de Projetos; Empreendedorismo Governamental; Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Estágio Supervisionado III; Estágio Supervisionado IV; Gestão da Qualidade no Setor Público; Gestão de Operações Logísticas I; Gestão de Operações Logísticas II; Planejamento e Programação na Administração Pública; Seminário Temático I; Seminário Temático II; Seminário Temático III; Seminário Temático IV; Teorias da Administração I; Teorias da Administração II; Teorias da Administração Pública. Foi Coordenado do Curso de Administração Pública – UAB (2012 a 2013).	6 meses	Participou de capacitações sobre Ambiente Virtual de Aprendizagem no EAD. Fundação Universidade do Tocantins, Unitins; Tecnologias e Mídias Aplicadas a EAD/UAB. Fundação Universidade do Tocantins, Unitins; Elaboração e Avaliação de Material Didático p/ EAD. Fundação Universidade do Tocantins, Unitins; Tutoria em EAD. Fundação Universidade do Tocantins, Unitins. Atualmente é professor-tutor no Curso de Tecnologia em Segurança Pública.
3. Alessandra Ruita Santos Czapski	8 anos	Ministrou as disciplinas de Metodologia de Estudos e Pesquisa em Administração; Psicologia Organizacional; Sociologia Organizacional; Ciência Política, junto Curso – Bacharelado em Administração Pública e no Curso de Serviço Social: Estratégias e Técnicas da Ação Profissional; Estágio II; TCC II; Contextos Históricos das Políticas Sociais, dentre outras.	-	-
4. Cléber José Borges Sobrinho	6 meses	Foi professor da disciplina de Sistema de Comando de Incidentes, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	6 anos	Atuou como tutor, pela Universidade Aberta do Brasil – UAB, no curso de Licenciatura em Física (2014 – 2017); Foi tutor de Pós-graduação EaD, na Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, FGF (2014 a 2017).
5. Deuzely dos santos Lacerda	-	-	-	Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e atua no acompanhamento da disciplina Políticas de Educação Ambiental (2025/1).
6. Daniele Bueno Godinho Ribeiro	-	-	1 ano e 6 meses	Atuou como tutora pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (Câmpus Gurupi – 2014), no acompanhamento da disciplina: Diversidade cultural e economia solidária no PROEJA. Atualmente acompanha a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica junto ao Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (Unitins-2024/2/24 a 2025/1).
7. Erisvaldo de Oliveira Alves	6 meses	Ministrou a disciplina de Sistema de Proteção e Defesa Civil, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	-	-
8. Elza Goveia Leite	-	-	-	Atualmente é tutora junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública, no acompanhamento da disciplina de Políticas de Educação Ambiental (2025/1).

9. Érica Pollyana Oliveira Nunes	6 meses	Atua junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública na função de prof. auxiliar, no acompanhamento das disciplinas: Metodologia da Pesquisa Científica I (2024/2) e Metodologia da Pesquisa Científica II (2025/1).	2 anos	Atuou como Tutora no programa PET SAÚDE Interprofissionalidade UFT/UNITINS (2019-2021). Capacitações/EAD: Aperfeiçoamento em Docência em Ensino Superior pela FAVENI (2018).
10. Eduardo José Silva Lima	10 anos	Ministrou as disciplinas de História das Américas (2013/2, 2014/1); História do Brasil Republicano (FGE); Fundamentos e Metodologia da Educação Especial. Atualmente ministra a disciplina de Filosofia dos Direitos Humanos (2025/1).	10 anos	Atuou como tutor nas das disciplinas: História de Pernambuco, História Moderna, Relações Étnico Raciais e Cultura Afro Brasileira e Indígena, Teoria da História (2020/1, 2020/2, 2021/1); Estágio Curricular Obrigatório III, Licenciatura em História, História e Historiografia da Antiguidade Ocidental e Oriental (FGE).
11. Fabrinny Pereira Machado	-	-	6 meses	Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e atua no acompanhamento da disciplina Inglês para fins acadêmicos (2023/1; 2025/1).
12. Giovanni Bezerra do Nascimento	-	-	6 meses	Atualmente é professor-tutor - EAD, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (2023/1; 2025/1). Participou da capacitação - Jornada de Imersão Pedagógica: Ensino Híbrido e as Metodologias Ativas de Aprendizagem; Oficina: Educ@ Conhecendo a Ferramenta: Padronização - para Professores da Unitins; Workshop para Elaboração de Itens.
13. Genilson Rosa Severino Nolasco	-	-	-	Atualmente é professor-tutor, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e atua no acompanhamento da disciplina Política das Relações Étnico - raciais, Afro-brasileira, e Indígena (2025/1).

14. Jeany Castro dos Santos	2 anos e 6 meses	Professora na modalidade Ead, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e Serviço Social, onde atuou nas disciplinas de Metodologia Científica e Política Social I e II e atualmente ministra a disciplina de Didática do Ensino.	1 ano	Experiência na tutoria, no acompanhamento das disciplinas de Metodologia Científica e Modernização da Gestão Pública, no Curso de Gestão Pública – TO Graduado. Capacitações - EAD: - O Educ@ na Prática: Trabalhando as aulas remotas (2h). - Oficina: Educ@ Conhecendo a Ferramenta: Padronização - Para professores da unitins (2h); - Oficina de Elaboração de itens (10h); - Oficina google forms: aplicação em trilhas de aprendizagem (2h).
15. Luiz Gustavo Santana	4 anos	Disciplinas ministradas: UNITINS (ano 2008/1 a 2011/2): Planejamento em Programas e Projetos; Processo de Trabalho: movimentos sociais; Terceiro Setor; Estágio Supervisionado II; Avaliação e Monitoramento de Programas e Projetos Sociais; Planejamento em Programas e Projetos Sociais; Introdução ao Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social; Gestão do Estágio em Serviço Social; Orientação e Supervisão da Prática Profissional I; Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais; Planejamento em Programas e Projetos; Terceiro Setor; Teoria Sociológica Serviço Social e Política Social; Antropologia I; Serviço Social e Realidade Social Brasileira; Serviço Social e Seguridade Social – Saúde; Serviço Social e Seguridade Social - Previdência Social; Gestão em Programas e Projetos; Análise de Indicadores Sociais; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III; Ética Profissional; Trabalho de Conclusão de Curso; Equipe de correção de trabalhos de estágio.	3 anos	Possui experiência como tutor na UNITINS, no período (2008/1 a 2010/2), no acompanhamento das disciplinas: Planejamento em Programas e Projetos; Processo de Trabalho: movimentos sociais; Ética Profissional Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II; Seguridade Social - Saúde; Orientação e Supervisão da Prática Profissional II; Planejamento em Programas e Projetos Sociais. Atuou também no acompanhamento das disciplinas: Estágio em Serviço Social I; Estágio em Serviço Social II; Estágio em Serviço Social IV; Pesquisa em Serviço Social; Práticas Interventivas Supervisionadas; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II (ULBRA 2012).
16. Julienne da Silva Silveira	2 anos	Atuou como professora na modalidade EaD no Centro Universitário Unitop, ministrando as disciplinas de Comunicação e Expressão nos anos de 2023 e 2024. Em 2024/2, professora formadora na disciplina de Leitura e Produção Textual na UAB/Unitins e, em 2025/1, atua como professora formadora na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, também na UAB/Unitins.	4 anos e 6 meses	Desde 2021, exerce a função de professora tutora no Projeto Degraus do Conhecimento/Unitins. Curso de formação pedagógica para EaD promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS com carga horária de 50 horas. Atua como tutora junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública, no acompanhamento das disciplinas: Língua Brasileira de Sinais – Libras (2024/2) e Didática de Ensino (2025/1).
17. Kyldes Batista Vicente	10 anos	Possui experiência no Ensino a Distância como professora na área de	10 anos	Participou de Oficina de Capacitação de Autores e

	<p>Letras, ministrou as disciplinas de Literatura Brasileira I; Literatura Portuguesa I; Teoria da Literatura I; Teoria da Literatura II, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB); atuou também como professora (nível – especialização), ministrando a disciplina de Introdução à EaD.</p>	<p>Leitores. (Carga horária: 20h). CAPES/BIBeAD Brasil; participou de Grupo de Pesquisa - Design de Materiais Instrucionais; treinamento ministrado: Design Instrucional do Sistema EaD/Unitins; participou de Projeto de Pesquisa: A Concepção de Linguagem no Sistema EaD/UNITINS.</p> <p>Produção científica sobre EaD:</p> <p>TOLEDO, R. C. L.; VICENTE, K. B. Caminhos e descaminhos das palavras do tutor na EaD. Revista Multidebates, v. 2, p. 333-341, 2018. B1, ISSN 2594-4568;</p> <p>SILVA, E. P. ; SILVA, G. S. ; ANDRADE, K. S. ; VICENTE, K. B. ; AIRES, M. L. F. G. . Linguagem e Sistema EaD-Unitins: concepções e aproximações. Travessias (UNIOESTE. Online), v. 04, p. 555-564, 2010. A3, ISSN 1982-5935;</p> <p>SILVA, E. P.; VICENTE, K. B.; AIRES, M. L. F. G. Concepção de linguagem na transposição do conhecimento científico para material didático da Ead/Unitins. Texto Livre, v. 3, p. 1-8, 2010. A1, ISSN 1983-3652 (página na Scopus);</p> <p>AIRES, M. L. F. G.; GOMES, G. S.; KLINGER, K. A.; VICENTE, K. B. Análise preliminar da concepção de linguagem utilizada no Sistema EaD-Unitins: Contabilidade Geral I, II e III do Curso de Ciências Contábeis. Revista Educação em Rede, v. 01, p. 02, 2006;</p> <p>VICENTE, K. B.; SILVA, E. P.; AIRES, M. L. F. G. A linguagem sobre o conhecimento científico nos materiais impressos da EaD/UNITINS. In: IV Encontro Virtual de Documentação em Software Livre (EVIDOSOL), 2009, Belo Horizonte-MG (Online). Anais do IV EVIDOSOL, 2009;</p> <p>VICENTE, K. B.; VASCONCELOS, C. T. J.; MACHADO, P. R. A. C.; CENTURION, S. C. C. Língua Espanhola, EAD e Libras. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação);</p> <p>VICENTE, K. B.; SILVA, E. P.; AIRES, M. L. F. G. Análise Gramsciana da EaD-UNITINS. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>Produção de material didático para</p>
--	--	---

			<p>EaD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. SILVA, E. P. ; VICENTE, K. B. . Literatura Infanto-Juvenil. Curitiba: UNITINS-Eadcon, 2010 (Material Didático-EaD); 2. SILVA, E. P. ; VICENTE, K. B. . Literatura Portuguesa II: do Realismo ao Pós-Modernismo. Curitiba: UNITINS-Eadcon, 2010 (Material Didático-EaD); 3. VICENTE, K. B.. Teoria da Literatura: texto narrativo. UNITINS-Eadcon, 2009 (Material Didático-EaD); 4. VICENTE, K. B.. Literatura Brasileira I. UNITINS-Eadcon, 2009 (Material Didático-EaD); 5. VICENTE, K. B.. Literatura Portuguesa I. EADCON/UNITINS, 2008 (Material Didático-EaD); 6. VICENTE, K. B.. História e Revisão Crítica na Ficção de Almeida Faria: duas perspectivas teóricas. www.revistasarara.com: Revista Eletrônica de Literaturas de Língua Portuguesa, 2008 (Dissertação de Metrado); 7. VICENTE, K. B.. Literatura Portuguesa II. Palmas-TO: Editora Educon, 2008 (Material Didático-EaD); 8. VICENTE, K. B.. Teoria da Literatura: texto poético. Palmas-TO: Editora Educon, 2008 (Material Didático-EaD); 9. VICENTE, K. B.. Redação Oficial. Palmas-TO: Curso de Capacitação de Servidor do Quadro Auxiliar do Ministério Público, 2007 (Material Didático); 10. VICENTE, K. B.. Curso de Capacitação de Servidor do Quadro Auxiliar do Ministério Público: Redação Oficial 2007 (Palestra); 11. VICENTE, K. B.; KLINGER, K. A. . Comunicação e Expressão. EDUCON/UNITINS, 2005 (Material Didático-EaD); 12. VICENTE, K. B.; BIAZOTTO, S. L. . Matrizes e Métodos da Linguagem Forense. Palmas-TO: UNITINS, 2005 (Material Didático); 13. VICENTE, K. B.; KLINGER, K. A. .
--	--	--	---

				Comunicação e Expressão. UNITINS/EDUCON, 2005 (Material Didático); VICENTE, K. B.; BIAZOTTO, S. L. . Matrizes e Métodos da Linguagem Forense. UNITINS, 2005 (Material Didático).
18. Luana Alves Cunha Dias	3 anos	Atua como professora auxiliar no curso de Gestão Pública.	3 anos e 6 meses	Exerceu a função de tutor ead no curso Tecnologia em Gestão Pública. Atua junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública na função de tutora no acompanhamento das disciplinas: Metodologia da Pesquisa Científica I (2024/2) e Metodologia da Pesquisa Científica II (2025/1).
19. Maiquel Krutzmann	-	-	-	Participou da Capacitação/EAD: Jornada de Imersão Pedagógica: Ensino Híbrido e as Metodologias Ativas de Aprendizagem -Unitins (2020).
20. Maria Lohana Hexana de Moura Silva Siqueira	-	Atua como professora junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública, ministrando a disciplina de Inglês para fins acadêmicos (Unitins -2025/1).	-	-
21. Marcelo Henrique de Castro	2 meses	Foi professor no EAD do Curso de Vistoria Técnica do CBMTO ano de 2023 acompanhando os módulos Sistemas Contra Incêndio e Emergência – II E Sistemas Contra Incêndio e Emergência – IV.	-	-
22. Maria Pilar Basso Teixeira de Medeiros	1 ano	Atua como professora na disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.		-
23. Myllena de Souza Medrado	-	-	6 meses	Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e atua no acompanhamento da disciplina Inglês para fins acadêmicos (2023/1; 2025/1).
24. Maria Paula Dantas Carpejani	-	-	-	Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e atua no acompanhamento da disciplina: Noções de Direito Processual Penal Militar (2025/1).
25. Nilton Rodrigues dos Santos	-	-	6 meses	Atua como professor tutor, no acompanhamento da disciplina de Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública.
26. Paulo Beli Moura Stakoviak Júnior	3 anos	Ministrou disciplinas de regularização no âmbito do curso de Direito, nos anos de 2017, 2018 e 2019, como Direito Processual Civil e Direito Empresarial. Atua como professor junto ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública, ministrando a disciplina de Noções de Direito Constitucional e Administrativo (Unitins-2025/1).	3 anos.	Participou de vários cursos de formação continuada pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

27. Ricardo Gomes Quintana Gonçalves	-	-	-	Atualmente é professor-tutor, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, atuando no acompanhamento da disciplina: Noções de Direito Processual Penal Militar (2025/1).
28. Rosa Maria da Silva Leite	-	-	6 anos	Professor Especialista/Web Tutor, nos Cursos: Fundamentos e Práticas Judiciárias, acompanhando as disciplinas de Introdução ao Estudo de Direito; Direito Administrativo; Direito Constitucional; Teoria Geral do Processo; Registros Públicos; Juizados Especiais; Práticas Jurídicas; Arbitragem e Mediação; e Direito Eleitoral. Cursos de Administração e Ciências Contábeis, acompanhando as disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito; Direito Comercial e Societário; Direito Trabalhista e Previdenciário; e Direito Tributário. Elaboração de Material didático: Participou da elaboração de apostilas, para os Cursos de EaD da Unitins: Curso de Fundamentos e Práticas Judiciárias - Apostilas: Teoria Geral do Processo; Direito Constitucional; Organização Política e Judiciária do Estado. Cursos de Administração e Ciências Contábeis – Apostilas: Introdução ao Estudo de Direito. Curso de Serviço Social – Apostila de Legislação Social. Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (2023.1); Participou de Oficina de Formação para o Educ@; Oficina de Formação para o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem).
29. Suely Brandão	1 ano e 11 meses	Atuou junto ao Curso de Administração/EAD-Unitins, o período (01/09/2008 a 31/07/2009) e (04/02/2011 a 13/02/2012).	4 anos e 10 meses	Experiência em tutoria na Unitins EAD/eadcom (Curso de Administração), durante os anos de 2008 à 2009. Atuou junto a UAB/Unitins no Curso de Administração Pública tutoria nas disciplinas: Teoria da Administração Pública, Redação Oficial, Ciência Política, Filosofia e Ética, Negociação e Arbitragem, Tecnologia e Inovação, Seminários Temáticos (2014 a 2018).
30. Tais Bogo Monteiro da Silva	1 ano	Professora, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, ministrou as disciplinas - Informática e Sociedade; Metodologia do Ensino e Aprendizagem em Informática.	2 anos	Na função de tutora, atuou junto ao Curso de Licenciatura da Computação (EAD), do sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB em parceria com a Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, no acompanhamento das disciplinas: Avaliação e Desenvolvimento da

				Aprendizagem, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Engenharia de Software I, Redes de Computadores I, Educação e Processos não Escolares, Algoritmos, Estruturas de Dados I. Participou de cursos, treinamentos em EAD (Ambiente Virtual de aprendizagem; O Educ@ na Prática: Trabalhando as Aulas Remotas; Elaboração de Itens. Atua como prof. tutora, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, no acompanhamento da disciplina: Didática de Ensino(2025/1).
31. Vinícius Fernandes Barboza	3 anos	Atuou como professor Auxiliar na disciplina Planejamento Estratégico, Programa TO Graduado (UNITINS – 2023/2); Professor Auxiliar na disciplina Modernização da Gestão Pública – Programa TO Graduado (UNITINS – 2024/1); Professor Coordenador da disciplina Planejamento Estratégico - Programa TO Graduado (UNITINS, 2024/2).	13 anos	Atuou como Tutor Ead no Programa da Rede e-Tec Brasil/SEDUC (outubro de 2014 a Setembro de 2016), disciplina: Gestão Pública; Foi Tutor EaD no Curso Revisão Gramatical e a Nova Ortografia, realizado no período de (30/8 a 30/10/2010 na ESMAT); Tutor a Distância no curso Aperfeiçoamento em Gestão do Judiciário, realizado no período de (2/3/2010 à 11/12/2012); Professor Tutor do Projeto de Interiorização Universitária Tecnológica – TO Graduado, no acompanhamento da disciplina Planejamento Estratégico (2023/1).
32. Wellington de Souza Moura	1ano	Ministrou a disciplina de Noções de Operações com Produtos Perigosos, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	-	-
33. Yuri Anderson Pereira Jurubeba	4 anos	Atuou como professor da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) ministrando disciplinas na modalidade EAD), nas áreas de Direito Processual Penal, Direito Penal, Direitos Humanos e Metodologia Jurídica. Além disso, exerceu a docência em cursos de pós-graduação lato sensu com atividades síncronas e assíncronas em plataforma digital.	2 anos	Possui formação específica em Educação a Distância pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), incluindo curso de Formação de Tutores em Educação a Distância (110h) e curso de Tutoria Moodle. Atuou como orientador e responsável por acompanhamento de TCCs e práticas avaliativas em ambientes virtuais de aprendizagem.

Legenda

TDE¹: Tempo de experiência, na docência da educação a distância, na área de formação, ou em área afim (anos).

TET²: Tempo de experiência em tutoria na área de formação, ou em área afim (anos).

APÊNDICE VIII – Produções do corpo docente

PRODUÇÕES	
Docente	Científica, Artística ou Tecnológica
1. Alcides do Nascimento Moreira	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. LEAL, W. P. ; DOZZA, M. A. ; MOREIRA, Alcides Do Nascimento . FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO DIGITAL: PERSPECTIVA DE QUALIDADE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO. HUMANIDADES & INOVAÇÃO JCR, v. 09, p. 33, 2022.</p> <p>Outras produções bibliográficas</p> <p>2. MOREIRA, Alcides Do Nascimento. Trilhas de Aprofundamento Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Palmas (TO). Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Ciências Sociais aplicadas documento Curricular do território do Tocantins: Etapa Ensino Médio.. Palmas 2022 (Apostila).</p>
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. ANDRADE, A. A. O.; MEDEIROS, A. L. ; SILVA, M. A. R. . Transparência dos atos nas contratações emergenciais pela gestão pública municipal em tempos de pandemia da covid-19: um estudo de caso no município de Palmas - TO. DESAFIOS: REVISTA INTERDISCIPLINAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, v. 11, p. 22-44, 2024.</p> <p>2. ANDRADE, A. A. O.; MEDEIROS, A. L. . Revisão sistemática de literatura com análise bibliométrica sobre governança pública com ênfase em instituições federais de ensino superior.. REVISTA OBSERVATÓRIO, v. 9, p. 1-26, 2023.</p> <p>3. ANDRADE, A. A. O.; BARDAL, D. A. ; MEDEIROS, A. L. . GESTÃO DA COVID-19 NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS: O QUE MOSTRAM OS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA?. HUMANIDADES & INOVAÇÃO JCR, v. 9, p. 79-94, 2022.</p> <p>Capítulo de livro:</p> <p>1. ANDRADE, A. A. O.; MEDEIROS, A. L. (Org.) ; CASTRO, D. T. (Org.) ; ERAMO, E. A. L. (Org.) ; OLIVEIRA, N. M. (Org.) ; SOUSA, S. M. M.S (Org.) . Índice Integrado de Governança e Gestão Pública em Universidade. 1. ed. Palmas - Tocantins: Editora Unitins, 2024. 108p .</p> <p>2. SERPA, S. A. ; CANCADO, A. C. ; PACIFICO FILHO, M. ; LIMA JUNIOR, V. O. ; COSTA, A. C. ; ANDRADE, A. A. O. ; CYRILLO, F. S. ; SILVA, L. P. ; TEIXEIRA, A. R. C. ; VIDAL, R. C. ; POLASTRINI, A. ; COUTO, A. C. F. ; MORAES, K. I. M. ; GARCIA, F. A. M. ; LIMA, L. P. F. ; ASSIS JUNIOR, C. J. . Cooperativismo de crédito no Brasil: Uma visão a partir das 5 regiões e da pandemia de COVID-19. 1. ed. Rio de Janeiro: MC&G Editorial, 2022. 168p .</p>

	<p>Trabalhos técnicos:</p> <p>1. ANDRADE, A. A. O.. Relatório integral do processo de autoavaliação institucional do triênio 2021/2023 realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). 2024.</p> <p>2. ANDRADE, A. A. O.. Segundo relatório parcial do processo de autoavaliação do triênio 2021/2023 realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). 2023.</p>
3. Alessandra Ruita Santos Czapski	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>2. SILVA, R. A. N. ; LIMA, T. O. S. ; CZAPSKI, A. R. S. ; MIRANDA, J. F. B. . The Impact of Burnout on the Hospital Profession. IOSR JOURNAL OF HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCE (ONLINE), v. 29, p. 57-62, 2024.</p> <p>3. CASTRO DOS SANTOS, JEANY ; DE LIMA MARANHÃO, VALQUÍRIA ; DOS REIS SOARES, RAFAELA ; LIMA VIDAL, RIAN ; RUITA SANTOS CZAPSKI, ALESSANDRA . PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR DE ARTIGOS CIENTÍFICOS: A EXPERIÊNCIA DO TO GRADUADO. Capim Dourado: Diálogos em Extensão, v. 7, p. 694-711, 2024.</p> <p>4. CZAPSKI, A. R. S.; COELHO, M. P. P. APRENDIZADO DE MATEMÁTICA EM ALUNOS COM EPILEPSIA. https://doi.org/10.36238/2359-5787.2024.v10n53.258, v. 10, p. 1-15, 2024.</p> <p>5. CZAPSKI, A. R. S.; PARENTE, T. G. ; SANTOS, J. C. ; MIRANDA, J. F. B. . The Role Of Women In The Tocantins Legislature From A Gender Perspective. IOSR Journal of Business and Management, v. 26, p. 39-54, 2024.</p> <p>6. LEITE, R. M. S. ; COELHO, M. P. P. ; LACERDA, D. S. ; CZAPSKI, A. R. S. ; DIAS, L. A. C. ; SILVA, C. A. T. ; CIRQUEIRA, E. C. ; ARIEIRO, A. A. A. ; SANTOS, J. C. ; SILVA, T. E. P. ; MIRANDA, E. M. B. ; MIRANDA, J. F. B. ; CASTRO, D. T. ; SARAIVA, C. V. Active Methodology In Early Childhood Education: A Bibliographic Survey. IOSR JOURNAL OF HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCE (ONLINE), v. 29, p. 13-17, 2024.</p> <p>7. LEITE, R. M. S. ; COELHO, M. P. P. ; CZAPSKI, A. R. S. ; DIAS, L. A. C. ; SILVA, C. A. T. ; CIRQUEIRA, E. C. ; ARIEIRO, A. A. A. ; SANTOS, J. C. ; SILVA, T. E. P. ; MIRANDA, E. M. B. ; MIRANDA, J. F. B. ; CASTRO, D. T. . The Use Of Technologies In Early Childhood Education. IOSR JOURNAL OF HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCE (ONLINE), v. 29, p. 6-12, 2024.</p> <p>8. DOS SANTOS LACERDA, DEUZELY ; CASTRO DOS SANTOS, JEANY ; RUITA SANTOS CZAPSKI, ALESSANDRA ; MARIA DA SILVA LEITE, ROSA ; CASTRO DOS SANTOS SOUSA, JOSIANY ; MARIANA SOARES BARBIERO, KEILA ; MADALENA DOS SANTOS, ANA ; CASTRO DOS SANTOS, JOSEKLEIA . PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO FORMA DE EMPODERAMENTO NO AUTOCUIDADO DO TRABALHADOR DA SAÚDE. REVISTA FISIO&TERAPIA, v. 28, p. 39-40, 2024.</p> <p>9. VICENTE, K. B. ; CASTRO, D. T. ; CZAPSKI, A. R. S. ; CAMPOS, A. R. ; LEITE, L. G. N. . A EXTENSÃO DA UNITINS NO TOCANTINS PROFUNDO. REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, v. 1, p. 40-51, 2024.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>1. RUITA ALESSANDRA SANTOS CZAPSKI; SANTOS, J. C. ; SILVA, M. A. R. ; LEAL, V. A. . REDIMENSIONAMENTO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA POR MEIO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL. 1. ed. , 2024.</p>

	<p>2. CZAPSKI, A. R. S.; SILVA, S. V. ; DUARTE, I. R. C. . A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NOS CONSELHOS TUTELARES. 1. ed. Pará de Minas: virtualbooks, 2024. v. 1. 59p .</p>
<p>4. Darlene Teixeira Castro</p>	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1.VICENTE, K. B. ; CASTRO, D. T. ; Czapski, A. R. S. ; CAMPOS, A. R. ; MIRANDA, J. F. B. ; LEITE, L. G. N. . A EXTENSÃO DA UNITINS NO TOCANTINS PROFUNDO. REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, v. 1, p. 40-51, 2024.</p> <p>2.PEREIRA, B. K. S. ; VIERA, J. F. ; LIMA, L. N. F. ; CASTRO, D. T. ; NASCIMENTO, M. F. ; CONCEICAO, M. S. . RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO SAÚDE NA COMUNIDADE. Revista Extensão, v. 8, p. 100-103, 2024.</p> <p>3.LIMA, L. N. F. ; PEREIRA, C. S. ; CASTRO, D. T. ; SILVA, N. C. P. ; VIEIRA, E. F. ; RIBEIRO, R. S. ; LEAL, J. S. ; CAVALCANTE, T. C. C. . PROJETO ALÉM DA PRÓSTATA: DEDICANDO-SE AO CUIDADO INTEGRAL DA SAÚDE DO HOMEM. Revista Extensão, v. 7, p. 1-16, 2023.</p> <p>4.LIMA, L. N. F. ; SILVA, L. P. ; TRABULSI SOBRINHO, S. A. ; BORGES, R. M. ; VIANA, J. A. ; PEREIRA, C. S. ; CASTRO, D. T. ; NUNES, K. G. S. . PROJETO BEM GESTAR, INTEGRALIZANDO A SAÚDE DA GESTANTE. Revista Extensão, v. 7, p. 24-30, 2023.</p> <p>5.BALESTRA, K. M. P. ; CASTRO, D. T. . ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA MENSURAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. DESAFIOS: REVISTA INTERDISCIPLINAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, v. 10, p. 1-21, 2023.</p> <p>6.NUNES, A. C. S. M. ; CASTRO, D. T. . CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS: PROBLEMAS DE GESTÃO E SEGURANÇA PÚBLICA. DESAFIOS: REVISTA INTERDISCIPLINAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, v. 10, p. 1-18, 2023.</p> <p>7.SILVA PEREIRA, CATILENA ; DE OLIVEIRA FEITOSA, MARCELA ; FORTES NETO, PAULO ; TEIXEIRA CASTRO, DARLENE ; FERREIRA DE LIMA, LÍLIAN NATALIA ; DE SOUZA CATELANI, CELSO ; CUNHA CAVALCANTE, TARCILA CRISTINA ; ROBERTO FURLAN, MARCOS . Projetos pedagógicos de graduação em enfermagem: Análise do gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde. SAÚDE COLETIVA (BARUERI), v. 13, p. 12290-12301, 2023.</p> <p>8.AYRES, M. A. C. ; CASTRO, D. T. ; ANDRADE, A. C. G. . OFFBOARDING: A HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE DESEMBARQUE. Latin American Journal of Business Management, v. 13, p. 121-130, 2022.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>1.AYRES, M. A. C. (Org.) ; CASTRO, D. T. (Org.) ; SANTANA, O. E. (Org.) ; SOUSA, N. G. (Org.) ; SILVA, R. B. (Org.) ; MOREIRA, A. A. S. (Org.) . Coletânea de pesquisas de iniciação científica do curso de Ciências Contábeis. 1. ed. Palmas - To: Editora Unitins, 2024. v. 1. 144p .</p> <p>2.CASTRO, D. T.; PADILHA, G. L. (Org.) ; MOREIRA, A. A. S. (Org.) ; AYRES, M. A. C. (Org.) ; SANTANA, O. E. (Org.) . Contabilidade e Direito Tributário: conceitos gerais. 1. ed. Palmas - TO: Editora Unitins, 2023. v. 1. 134p .</p> <p>3.PEREIRA, C. S. (Org.) ; LIMA, L. N. F. (Org.) ; CASTRO, D. T. (Org.) . Enfermagem e saúde da mulher - Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2023. v. 1. 63p.</p> <p>4.LIMA, L. N. F. (Org.) ; PEREIRA, C. S. (Org.) ; CASTRO, D. T. (Org.) . Enfermagem e saúde da mulher - Volume 2. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2023. v. 2. 84p.</p> <p>5.ANDRADE, A. A. O. (Org.) ; CASTRO, D. T. (Org.) ; MEDEIROS, A. L. (Org.) ; ERASMO, E. A. L. (Org.) ; OLIVEIRA, N. M. (Org.) ; SOUSA, S. M. M. (Org.) . Índice Integrado de Governança e Gestão Pública em Universidade. 1. ed. Palmas - TO: Editora Unitins, 2023. v. 1. 108p .</p> <p>6.FERREIRA RODRIGUES, RAIMUNDO (Org.) ; CASTRO, D. T. (Org.) . Desafios, estratégias e saberes educacionais. 1. ed. Goiânia - GO: Kelps, 2023. v. 1. 232p .</p>

	<p>7.LIMA, L. N. F. ; CASTRO, D. T. ; NOVAES, D. G. ; BORGES, R. M. ; SILVA, D. O. ; NEVES, A. F. ; FEITOSA, M. O. ; SANCHES, L. S. . O perfil sociodemográfico dos casos de Hanseníase na população idosa. Saúde Coletiva, v. 12, p. 12010-12015, 2022.</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1.Leite, Estela Ramos Martins ; Lima Júnior, Francisco Alves ; Andrade, Bruna Rafaella Carvalho ; Araújo, Mayra Sharlenne Moraes ; Queiroz, Patrícia dos Santos Silva ; Fonseca, Igor Rodrigues da ; CASTRO, DARLENE TEIXEIRA ; Lima, Lílian Natália Ferreira de. AMBIENTE DE TRABALHO E SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR. In: Luciana do Socorro Lima da Silva; Francisco Alves Lima Júnior; Karla Vanessa Moraes Lima. (Org.). CUIDANDO DOS CUIDADORES: ABORDAGENS INTEGRATIVAS PARA A SAÚDE MENTAL EM CONTEXTOS PROFISSIONAIS. 1ed.Recife - PE: Editora Omnis Scientia, 2024, v. 1, p. 37-44.</p> <p>2.CASTRO, D. T.; RODRIGUES, RAIMUNDO FERREIRA ; ARAUJO, E. O. S. ; RODRIGUES, H. C. A. . Tecnologias Digitais na Educação: Potencial e Desafios. In: Raimundo Ferreira Rodrigues; Darlene Teixeira Castro. (Org.). Desafios, estratégias e saberes educacionais. 1ed.Goiânia - GO: Kelps, 2023, v. 1, p. 177-190.</p>
5. Deuzely dos Santos Lacerda	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. LEITE, R. M. S. ; COELHO, M. P. P. ; LACERDA, D. S. ; CZAPSKI, A. R. S. ; DIAS, L. A. C. ; SILVA, C. A. T. ; CIRQUEIRA, E. C. ; ARIEIRO, A. A. A. ; SANTOS, J. C. ; SILVA, T. E. P. ; MIRANDA, E. M. B. ; MIRANDA, J. F. B. ; CASTRO, D. T. . The Use Of Technologies In Early Childhood Education. IOSR JOURNAL OF HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCE (ONLINE), v. 13, p. 6-12, 2024.</p> <p>2. LACERDA, D. S.; SANTOS, J. C. ; CZAPSKI, A. R. S. ; LEITE, R. M. S. ; SOUSA, J. C. S. ; BARBIERO, K. M. S. ; SANTOS, A. M. ; SANTOS, J. C. . PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO FORMADE EMPODERAMENTO NOAUTOCUIDADO DO TRABALHADOR DASAÚDE. REVISTA FISIO&TERAPIA, v. 28, p. 1-40, 2024.</p> <p>3. LEITE, R. M. S. ; COELHO, M. P. P. ; LACERDA, D. S. ; CZAPSKI, A. R. S. ; DIAS, L. A. C. ; SILVA, C. A. T. ; CIRQUEIRA, E. C. ; ARIEIRO, A. A. A. ; SANTOS, J. C. ; SILVA, T. E. P. ; MIRANDA, E. M. B. ; MIRANDA, J. F. B. ; CASTRO, D. T. ; SARAIVA, C. V. . Active Methodology In Early Childhood Education: A Bibliographic Survey. IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS), v. 29, p. 13-17, 2024.</p>
6. Daniele Bueno Godinho Ribeiro	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. DE SOUZA, PEDRO VICTOR NOGUEIRA ; Ribeiro, Alexandre Lima de Araújo ; TREVIZAN, LEILA ; Ribeiro, Daniele Bueno Godinho ; Bezerra, Ricardo Flávio de Araújo . INFLUÊNCIA DA OBESIDADE NA RESPOSTA CARDIORRESPIRATÓRIA, VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA E PRESSÃO ARTERIAL DURANTE O EXERCÍCIO FÍSICO. FOCO (FACULDADE NOVO MILÊNIO), v. 16, p. e3286, 2023.</p> <p>2.COSTA, JULIANA N.A. ; RIBEIRO, ALEXANDRE L.A. ; RIBEIRO, DANIELE B.G. ; NERI, SILVIA G.R. ; BARBOSA, DANIEL F. ; AVELAR, BRUNA P. ; SAFONS, MARISETE P. . Balance Exercise Circuit for fall prevention in older adults: a randomized controlled crossover trial. Journal of Frailty, Sarcopenia and Falls, v. 07, p. 60-71, 2022.</p> <p>3.RIBEIRO, D. B. G.; RIBEIRO, A. C. G. ; BORGES, V. B. G. ; RIBEIRO, A ; MARTINS, W. R. . Mental health and community program for people over 60 years. https://doi.org/10.20873/abef.2595-0096v5n194101, v. 5, p. 97-103, 2022.</p> <p>4.FERNANDES, LEANDRO COSTA ; Ribeiro, Daniele Bueno Godinho . A percepção dos professores do curso de Educação Física sobre os impactos da criação do curso no campus da UFT em Miracema do Tocantins. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 44, p. 1-7, 2022.</p>

	<p>5. Ribeiro, Daniele Bueno Godinho; Ribeiro, Alexandre Lima de Araújo ; COSTA, JOYCE RAMOS ; SILVA, LINDOMAR GOMES DA ; SILVA, GLAUBER VICTOR FERREIRA DA ; Souza, Pedro Victor Nogueira de ; MARTINS, WAGNER RODRIGUES . Efeitos de 6 meses de caminhada orientada em mulheres mais velhas: uma análise de domínios selecionados da qualidade de vida / Effects of 6-months of oriented walking in older women: a selected domain analysis of quality of life. Brazilian Journal of Health Review, v. 5, p. 6654-6664, 2022.</p> <p>6. RIBEIRO, DANIELE B.G.; GENTIL, PAULO R.V. ; RESENDE, RENAN A. ; CARREGARO, RODRIGO L. ; FONSECA, SÉRGIO T.D. ; MARTINS, WAGNER R. Effectiveness of multimodal circuit exercises for chronic musculoskeletal pain in older adults: A randomized controlled trial protocol. Journal of Frailty, Sarcopenia and Falls, v. 07, p. 175-182, 2022.</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1. RIBEIRO, D. B. G.; RIBEIRO, A. L. A. ; AGUIAR, D. A. F. ; COSTA, J. R. ; MARTINS, W. R. . Comparação das distâncias previstas e percorridas por pessoas acima de 60 anos no teste de caminhada de seis minutos: Um estudo pós-covid-19. Contribuições das ciências da saúde para o mundo. 1ed. Curitiba: Seven Eventos Acadêmicos e Editora, 2022, v. 1, p. 1-567.</p> <p>Outras produções bibliográficas:</p> <p>1. Silva, Wesley Pereira da ; MACIEL, E. S. ; RIBEIRO, D. B. G. . Caderno de atividades físicas e exercícios físicos. Palmas: UFT, 2024 (livro).</p>
7. Eduardo José Silva Lima	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. LIMA, EDUARDO JOSÉ SILVA. Chegando e ocupando:. REVISTA CRÍTICA HISTÓRICA, v. 14, p. 9-30, 2023.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>1. LIMA, E. J. S.; SILVA, R. B. E. (Org.) . Educação, sociedade e violência: Tocantins sob análise. 1. ed. Palmas: Editora da Universidade Estadual do Tocantins, 2022. v. 1. 349p .</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1. LIMA, E. J. S.. INVISIBILIDADE, SILENCIAMENTOS E CONFLITOS CIDADINOS EM PALMAS-TO. In: Eduardo José Silva Lima; Rodrigo Barbosa da Silva. (Org.) Educação, sociedade e violência: Tocantins sob análise. 1ed. Palmas: Editora da Unitins, 2022, v. 1, p. 277-289.</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos:</p> <p>1. LIMA, E. J. S.. Sobre memórias migrantes: os construtores de Palmas e disputas fundiárias em sua construção. In: XIV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste: oralidades dissidentes, narrativas plurais, 2024, Goiânia. Anais XIV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste: oralidades dissidentes, narrativas plurais, 2024.</p> <p>2. LIMA, E. J. S.. A heterogeneidade temporal em relação a disputas fundiárias na construção da capital do Tocantins. In: Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH), 2024, Ouro Preto. ANAIS DO XII SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2024.</p> <p>3. LIMA, E. J. S.. Lembranças, esquecimentos e os deslocamentos do tempo na construção da cidade de Palmas-TO. In: 32º Simpósio Nacional de História, 2023, São Luis. ANAIS DO 32º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA , 2023.</p> <p>Outras produções bibliográficas:</p> <p>LIMA, E. J. S.. ?Ecoturismo é proposta do Tocantins?: a produção histórica de um território turístico economicamente atraente. Palmas: Editora da Universidade Estadual do Tocantins- UNITINS, 2025 (Capítulo de livro).</p> <p>2. LIMA, E. J. S.; GOMES, G. M. S. ; SOUZA, R. T. . Educação, diversidades e territórios: experiências e desafios contemporâneos. Palmas: Editora da Universidade Estadual</p>

	do Tocantins- UNITINS, 2025 (Organização de livro).
8. Érica Pollyana Oliveira Nunes	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE'. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 10, p. 304, 2024.</p> <p>Capítulos de livros publicados</p> <p>2. NUNES, É. P. O.. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: O DIRECIONAMENTO DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO.. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DIRECIONAMENTO DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO,. 1ed.Palmas: EDUFT, 2023, v. , p. 109-.</p> <p>3. JESUS, M. D. S. ; NUNES, É. P. O. . DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: DEBATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. In: BAGANHA et al. (Org.) As Dimensões das políticas públicas na contemporaneidade. 1ed.Palmas: Unitins, 2022, v. 1, p. 250-270.</p> <p>4. LOIOLA, P. C. C. ; NUNES, É. P. O. . O ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE EM PALMAS/TO. In: BAGANHA et al. (Org.). As Dimensões das políticas públicas na contemporaneidade. 1ed.Palmas: Unitins, 2022, v. 1, p. 212-229.</p> <p>Resumos publicados em anais de congressos:</p> <p>1.NUNES, É. P. O.. A MATERNIDADE NA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO TOCANTINS EM PALMAS-TO: interface com a desigual divisão sexual do trabalho. In: III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência., 2022. ANAIS DO III SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERIDADE E CIÊNCIA. 2022.</p>
9. Giovanni Bezerra do Nascimento	<p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>NASCIMENTO, G. B.; VIEIRA, R. N (Org.) . AS DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE. 00. ed. Palmas-To: Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, 2022.</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1.NASCIMENTO, G. B.; COELHO, I. G. . O/A ASSISTENTE SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOCIOPEDAGÓGICA. In: Ana Paula de Souza Baganha, Ewandelina de Moraes Folha Leite, Giovanni Bezerra do Nascimento, Juraíldes Barreira Nunes, Rodrigo Vieira do Nascimento.. (Org.). AS DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE. 00ed.Palmas-To: Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, 2022, v. , p. 165-177.</p> <p>2.NASCIMENTO, G. B.; SANTOS, R. P. . OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO SERVIÇO SOCIAL. In: na Paula de Souza Baganha, Ewandelina de Moraes Folha Leite, Giovanni Bezerra do Nascimento, Juraíldes Barreira Nunes, Rodrigo Vieira do Nascimento. (Org.). AS DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE. 00ed.Palmas-To: Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, 2022, v. , p. 194-211.</p>
10. Genilson Rosa Severino Nolasco	<p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>1. NOLASCO, G. R. S.; JUNIOR, J. C. de O. P. ; SILVA, C. A. ; SANTOS, E. S. . Ecos da Serra: A arte rupestre na Serra do Lajeado. 1. ed. Palmas: In Print Gráfica e Editora LTDA, 2025. 36p .</p>

	<p>Outras produções bibliográficas:</p> <p>1. ALVES, L. B. ; NOLASCO, G. R. S. . Arqueologia da diáspora africana no Brasil Central: entre lugares, coisas e enquadramentos da memória. Goiânia: Sociedade de Arqueologia Brasileira - Regional Centro-Oeste, 2024 (Capítulo de livro - Prelo).</p> <p>2. SILVA, C. A. ; NOLASCO, G. R. S. . Uma história Akwê: os Xerente e as lutas pela terra de um povo indígena de Goiás a Tocantins (1900-2010). Palmas - TO: Nagô Editora, 2024 (Capítulo de livro - Prelo).</p>
11. Isadora Ferreira Neves	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. SILVA, ALANA NASCIMENTO DA ; NEVES, Isadora Ferreira . AÇÕES AFIRMATIVAS E DIREITO À IGUALDADE DE GÊNERO: A RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES EM CONCURSOS PÚBLICOS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA AFFIRMATIVE ACTIONS AND THE RIGHT TO GENDER EQUALITY: THE RESERVATION OF VACANCIES FOR WOMEN IN PUBLIC COMPETITIONS OF THE BAHIA MILITARY POLICE. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, p. 6425-6451, 2024.</p> <p>2. BOMFIM, ANA PAULA BITENCOURT AIELLO ; NEVES, Isadora Ferreira . DIÁLOGO ENTRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ENFERMAGEM: UM ESTUDO DO ASPECTO JURÍDICO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, p. 1126-1143, 2023.</p> <p>3. DIVINO, ROSINARA MIRANDA DO AMOR ; NEVES, Isadora Ferreira . A DECISÃO DO STF NO HC Nº 154.248/DF: O PROBLEMA DO ATIVISMO JUDICIAL NA EQUIPARAÇÃO DO RACISMO À INJÚRIA RACIAL. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, p. 6469-6482, 2023.</p> <p>4. ALEXANDRE, FLÁVIA SOUZA GARCIA ; NEVES, Isadora Ferreira . O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DOS POSSÍVEIS ABUSOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, p. 6410-6429, 2023.</p> <p>5. LINO, JÚLIA FERNANDA DA SILVA ; NEVES, Isadora Ferreira . COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO DA TRABALHADORA RURAL: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, p. 6371-6391, 2023.</p> <p>6. HONORATO, MICHELLE BORGES ; NEVES, Isadora Ferreira . TITULARIDADE DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO NO BRASIL APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, p. 6691-6711, 2023.</p> <p>7. FARIAS, CAROLAINÉ SOUSA SILVA ; NEVES, Isadora Ferreira . VIOLÊNCIA POLICIAL: LETALIDADE DURANTE A ABORDAGEM DAS POLÍCIAS BRASILEIRAS E O ESTADO DE DIREITO SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, p. 748-768, 2023.</p> <p>8. SOUZA, HELENA KAILANE BOMFIM ; NEVES, Isadora Ferreira . A REGULAMENTAÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL E A REPRESSÃO AO CRIME DE TRÁFICO DE MENORES. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, p. 1347-1370, 2023.</p>

	<p>9. AGUIAR, LEONARDO COUTINHO ; NEVES, Isadora Ferreira . A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO PELOS ATOS PRATICADOS POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS: ANÁLISE DO CASO PINOCHET. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, p. 2516-2542, 2022.</p> <p>10. MARINHO, CASSIANA ARAÚJO GIROTTO ; NEVES, Isadora Ferreira . REGULAMENTAÇÃO DO USO MEDICINAL E CIENTÍFICO DA CANNABIS NO BRASIL. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, p. 1264-1283, 2022.</p> <p>11. TEDESCO, ALOISIO ; NEVES, ISADORA . O PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO E AS PRINCIPAIS MUDANÇAS SUGERIDAS PELA PEC 188/2019. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, p. 2124-2137, 2022.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>1. COPELLI, G. M. (Org.) ; TASSINARI, C. (Org.) ; NEVES, Isadora Ferreira (Org.) . O Estado Social em xeque: democracia e contemporaneidade. 1. ed. Blumenau: Editora Dom Modesto, 2023. v. 3. 162p .</p> <p>2. NEVES, Isadora Ferreira. ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: três perguntas fundamentais para uma distinção. 1. ed. São Paulo: Jus Podivm, 2023. v. 1. 256p .</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1. NEVES, Isadora Ferreira. A JURISDIÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DAS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS POR UM MODELO ESTATAL INCLUSIVO: o estado social como estado contemporâneo?. In: Giancarlo Montagner Copelli; Clarissa Tassinari; Isadora Ferreira Neves. (Org.). O Estado Social em xeque: democracia e contemporaneidade. 1ed. Blumenau: Editora Dom Modesto, 2023, v. 3, p. 146-162.</p>
<p>12. Jeany Castro dos Santos http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do</p>	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. CASTRO DOS SANTOS, JEANY; GOMES PARENTE, TEMIS . DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE O CONTROLE DO CORPO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO EM PALMAS - TO (2006-2020). Capim Dourado: Diálogos em Extensão, v. 6, p. 14-43, 2024.</p> <p>2. SANTOS, J. C.; MOURA, M. A. . RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBIEX: ?DESVENDANDO SILÊNCIOS COMPREENDENDO AS FORMAS SUTIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?. Revista Extensao, v. 9, p. 81-86, 2024.</p> <p>3. CZAPSKI, A. R. S. ; PARENTE, T. G. ; SANTOS, J. C. ; MIRANDA, J. F. B. . The Role Of Women In The Tocantins Legislature From A Gender Perspective. IOSR Journal of Business and Management, v. 26, p. 39-54, 2024.</p> <p>4. LEITE, R. M. S. ; COELHO, M. P. P. ; LACERDA, D. S. ; CZAPSKI, A. R. S. ; DIAS, L. A. C. ; SILVA, C. A. T. ; CIRQUEIRA, E. C. ; ARIEIRO, A. A. A. ; SANTOS, J. C. ; SILVA, T. E. P. ; MIRANDA, E. M. B. ; MIRANDA, J. F. B. ; CASTRO, D. T. . The Use Of Technologies In Early Childhood Education. IOSR Journal Of Humanities And Social Science, v. 29, p. 6-12, 2024.</p> <p>5. LEITE, R. M. S. ; COELHO, M. P. P. ; LACERDA, D. S. ; CZAPSKI, A. R. S. ; DIAS, L. A. C. ; SILVA, C. A. T. ; CIRQUEIRA, E. C. ; ARIEIRO, A. A. A. ; SANTOS, J. C. ; SILVA, T. E. P. ; MIRANDA, E. M. B. ; MIRANDA, J. F. B. ; CASTRO, D. T. . The Use Of Technologies In Early Childhood Education. IOSR Journal Of Humanities And Social Science, v. 29, p. 6-12, 2024.</p> <p>6. CAMPELO, N. N. ; NUNES, J. B. ; SANTOS, J. C. ; LEITE, R. M. S. ; FERREIRA, T. P. S. . DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO RURAL. REVISTA FISIO&TERAPIA, v. 28, p. 38-39, 2024.</p>

	<p>7. LACERDA, D. S. ; SANTOS, J. C. ; CZAPSKI, A. R. S. ; LEITE, R. M. S. ; SOUSA, J. C. S. ; BARBIERO, K. M. S. ; SANTOS, A. M. ; SANTOS, J. C. . PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO FORMADE EMPODERAMENTO NOAUTOCUIDADO DO TRABALHADOR DASAÚDE. REVISTA FISIO&TERAPIA, v. 28, p. 39-78, 2024.</p> <p>8. CASTRO DOS SANTOS, JEANY; MARANHAO2, V. L. ; SOARES3, R. R. ; VIDAL, R. L. ; CZAPSKI, A. R. S. . PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR DE ARTIGOS CIENTÍFICOS: A EXPERIÊNCIA DO TO GRADUADO. https://doi.org/10.20873/v6/DS, v. 7, p. 1-18, 2024.</p> <p>9. CZAPSKI, A. R. S. ; SANTOS, J. C. ; RODRIGUES, W. . CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE GEORGESCU ROUGEN À CRISE SANITÁRIA MUNDIAL DECORRENTE DA COVID 19. Revista Multidebates, v. 6, p. 90-98, 2022.</p> <p>10. SILVA, H. S. ; SANTOS, J. C. . A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DA E DO ASSISTENTE SOCIAL NA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA AO CONSELHO TUTELAR. Revista Multidebates, v. 6, p. 112-126, 2022.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>1. CZAPSKI, A. R. S. ; SANTOS, J. C. ; SILVA, M. A. R. ; LEAL, V. A. . REDIMENSIONAMENTO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA POR MEIO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL. 1. ed. Palmas: Unitins, 2024.</p> <p>2. SANTOS, J. C.. Docência do ensino superior. 1. ed. Palmas: Editora da Unitins, 2024. v. 1. 92p .</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1. SILVA, F. R. ; CANCADO, A. C. ; SANTOS, J. C. . COMPREENSÕES ACERCA DO CONCEITO DE CONTROLE SOCIAL. In: Sérgio Luís Allebrandt. (Org.) GESTÃO E CONTROLE SOCIAL EM TERRITÓRIOS: Elementos Teórico-Conceituais. 1ed.Ijuí: Unijuí, 2023, v. , p. 65-94.</p> <p>2. ANUNCIACAO, E. ; SANTOS, J. C. . REFLEXÕES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL A PARTIR DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA JUDICIÁRIO EM PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS. In: Ana Paula de Souza Baganha, Ewandelina de Moraes Folha Leite, Giovanni Bezerra do Nascimento, Juraildes Barreira Nunes, Rodrigo Vieira do Nascimento. (Org.). REFLEXÕES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL A PARTIR DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA JUDICIÁRIO EM PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS. 1ed.Palmas: Unitins, 2022, v. 1, p. 178-193.</p> <p>3. SANTOS, J. C.; SILVA, R. C. G. . OS REFLEXOS DO SISTEMA PATRIARCAL NA SAÚDE DO HOMEM. In: Ana Paula de Souza Baganha, Ewandelina de Moraes Folha Leite, Giovanni Bezerra do Nascimento, Juraildes Barreira Nunes, Rodrigo Vieira do Nascimento. (Org.). OS REFLEXOS DO SISTEMA PATRIARCAL NA SAÚDE DO HOMEM. 1ed.Palmas: Unitins, 2022, v. 1, p. 270-284.</p>
13. Julienne da Silva Silveira	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. DIAS, A. L. ; SILVEIRA, N. N. C. G. ; SILVEIRA, J. S. . Belle Époque Brasileira: Imigração e Raça. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 9, p. 37-47, 2022.</p> <p>2. AMARAL, B. B. ; SILVEIRA, J. S. ; LEITE, R. Q. S. ; VICENTE, K. B. . O Diálogo entre a Literatura Infantil Fantástica e a Ficção na Obra de Alice no País das Maravilhas. Revista Interação Interdisciplinar, v. 1, p. 214-227, 2022.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>1. VICENTE, K. B.; COSTA, F. V. (Org.) ; DIAS, A. L. (Org.) ; VIDAL, R. C. (Org.) ; SILVEIRA, J. S. (Org.) . VII Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão. 1. ed. Palmas-Tocantins: Unitins, 2023. v. 1. 67p.</p> <p>2. VIII Colóquio interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão da UNITINS (livro eletrônico)/ Organizado por: Kylde Batista Vicente, Fredson Vieira Costa, Andreia Luiza</p>

	<p>Dias, Julienne da Silva Silveira, Márcia Rezende – Palmas TO: Unitins, 2024.</p> <p>3. Colóquio de extensão da Unitins TOGraduado (livro eletrônico)/ Organizado por: Kyldes Batista Vicente, Láisa Giseli Neiva Leite Santo, Andreia Luiza Dias, Julienne da Silva Silveira, Marcela Barreto da Silva Oliveira, Talícia dos Santos Braga, Ana Clara Alves Farias – Palmas TO Unitins, 2024.</p> <p>Capítulos de livros publicados</p> <p>1. DIAS, A. L. ; SILVEIRA, J. S. ; VICENTE, K. B. . O romance A Casa Verde e o multiculturalismo linguístico no início do Brasil República. In: Kyldes Batista Vicente; Roseli Bodnar; Marcia Regina Schwertner. (Org.). Literatura e (outras) artes: entre palavras, imagens e cenas. 1ed.Palmas: Unitins, 2025, v. 1, p. 80-97.</p> <p>2. SILVEIRA, J. S. ; VICENTE, K. B. . A ficção seriada e os efeitos de narração. In: Kyldes Batista Vicente; Roseli Bodnar; Marcia Regina Schwertner. (Org.). Literatura e (outras) artes: entre palavras, imagens e cenas. 1ed.Palmas: Unitins, 2025, v. 1, p. 182-194.</p> <p>Resumos publicados em anais de congressos</p> <p>1. SILVEIRA, J. S. ; VICENTE, K. B. . Uma análise narrativa da adaptação da obra Correio Feminino. In: XVIII Congresso Internacional ABRALIC, 2023, Salvador-BA. Programa e Caderno de Resumos Comunicações e Pôsteres XVIII Congresso Internacional ABRALIC 10 a 14 de julho de 2023. Salvador-BA: ABRALIC, 2023. p. 525-526.</p> <p>2. DIAS, A. L. ; SILVEIRA, J. S. ; VICENTE, K. B. . Contando histórias e amarrando preconceitos. In: SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2022, São Paulo-SP, Angola. Anais do VIII Simelp.</p>
14. Kyldes Batista Vicente	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. OLIVEIRA, T. B. ; GONCALVES, T. R. L. O. ; VICENTE, K. B. . A influência do sistema capitalista no aumento da inserção do menor na criminalidade. Jus Navigandi (Online), v. 1, p. 1-16, 2022. Citações:SCOPUS1 Não classificado, ISSN 1518-4862.</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1. AMORIM, J. C. ; VICENTE, K. B. . A intervenção do assistente social na execução das medidas socioeducativas em meio aberto e a contribuição da educação em direitos humanos. In: Eduardo José Silva Lima; Rodrigo Barbosa e Silva. (Org.). Educação, sociedade e violência: Tocantins sob análise. 1ed.Palmas-TO: Unitins, 2022, v. 1, p. 43-58.</p> <p>2. BODNAR, R. ; VICENTE, K. B. ; ANDRADE, K. S. . Leitura literária: a presença da intertextualidade na contemporaneidade. In: Maria Perla Araújo Morais; Roseli Bodnar (Org.). Olhares contemporâneos sobre a literatura: pluralidade, ficção e crítica literária. 1ed.Campinas-SP: Pontes Editores, 2022, v. , p. 33-48.</p> <p>Trabalhos técnicos:</p> <p>1. VICENTE, K. B.. Parecer para Revista Sítio Novo (e-ISSN: 2594-7036). 2022.</p> <p>2. CAMPOS, A. R. ; CASTRO, D. T. ; CZAPSKI, A. R. S. ; VICENTE, K. B. . Elaboração do PDI - UNITINS- 2023-2027'. 2022.</p>
15. Luana Alves Cunha Dias	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1.CUNHA, L. A.. Active Methodology In Early Childhood Education: A Bibliographic Survey. https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.29-Issue9/Ser-13/C2909131317.pdf, v. 29, p. 13-17-17, 2024.</p>

	2. CUNHA, L. A.. The Use Of Technologies In Early Childhood Education. 2279-0845, v. 29, p. 06-12, 2024.
16. Maria Lohana Hexana de Moura Silva Siqueira	<p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1. SIQUEIRA, M. L. H. M. S.. STALKING NAS ARTES. In: ARMINDO MADOZ ROBINSON; GUSTAVO MENON. (Org.). STALKING RESPONSABILIDADE CIVIL RESPONSABILIDADE PENAL E DIREITO COMPARADO. 1ed.SÃO PAULO: ALMEDINA, 2024, v. , p. 69-88.</p>
17. Luiz Gustavo Santana	<p>Resumos expandidos publicados em anais de congressos:</p> <p>1. CARVALHO, L. B. ; SANTANA, Luiz Gustavo . O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO E O PAPEL DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>2. COSTA, L. R. N. ; SANTANA, Luiz Gustavo . ?ELAS POR ELAS?: EXPERIÊNCIAS DA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE ACOLHIMENTO E ESCUTA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>3. SANTOS, C. P. ; BRAGA, D. S. ; PEREIRA, I. L. D. ; FELIX, I. N. ; SA, M. L. ; SANTOS, C. A. ; SANTANA, Luiz Gustavo . CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DO SERVIDOR PÚBLICO: DIÁLOGOS SOBRE ESSA RELAÇÃO A PARTIR DE UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>4. SOARES, A. P. A. ; CASTRO, G. M. ; OLIVEIRA, M. S. ; BRINGEL, S. C. ; SANTANA, Luiz Gustavo . ARTETERAPIA: INFLUÊNCIAS DA ARTE NA SAÚDE MENTAL. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>5. FREITAS, G. C. ; PEREIRA, I. ; QUEIROZ, S. S. ; SANTANA, Luiz Gustavo . A RELEVÂNCIA DA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DOS ATENDENTES TERAPÊUTICOS E PAIS DE CRIANÇAS NEURODIVERGENTES. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>6. OLIVEIRA, C. B. A. ; MORESCHI, E. V. ; CARVALHO, M. E. S. M. ; VEIGA, N. A. A. ; SANTANA, Luiz Gustavo . PRÁTICAS DE PSICÓLOGAS (OS) NO CAPS: O PAPEL DA PSICOLOGIA NA SAÚDE MENTAL. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>7. RAMALHO, A. M. S. S. ; RESENDE, C. C. S. ; MELO, V. B. ; SANTANA, Luiz Gustavo . TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL: UMA ABORDAGEM BASEADA EM EVIDÊNCIAS PARA PACIENTES COM DESREGULAÇÃO EMOCIONAL. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>8. SOUSA, T. G. F. ; SANTANA, Luiz Gustavo . PSICOLOGIA DA GESTALT E OS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM: INVESTIGAÇÕES INICIAIS. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>9. FREITAS, G. B. B. ; MONTEIRO, G. A. M. ; BRITO, K. K. S. ; SILVA, E. B. ; SANTANA, Luiz Gustavo . ENVELHECIMENTO ATIVO E PSICOLOGIA SOCIAL: UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE FATORES PSICOSSOCIAIS E AMBIENTES AMIGÁVEIS PARA O BEM-ESTAR DE IDOSOS. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>10. SOUZA, C. B. ; ALMEIDA, C. V. H. ; MATAVELI, E. ; SOUSA, K. S. ; GOMES, M. M. S. ; ABREU, A. S. ; AMORIM, V. C. ; SILVA, V. E. S. ; MATEUS, E. R. F. ; SANTANA, Luiz Gustavo . CONTRASTANDO ABORDAGENS: PSICANÁLISE E GESTALT NOS CAMINHOS DA PSICOLOGIA MODERNA. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p>

- 11.SANTOS, A. J. F. ; AIRES, E. F. O. ; PASSOS, L. D. G. ; MEDEIROS, L. S. ; SANTOS, C. A. ; SANTANA, Luiz Gustavo . EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E AUTONOMIA NO ENVELHECIMENTO: APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE (UFT). In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 12.MACHADO, A. B. ; ANDRADE, A. V. G. ; FUGIVARA, C. ; BUZOLIN, J. M. ; DOURADO, L. N. T. ; FONSECA, M. E. S. ; CASTRO, R. L. ; FLORESTA, T. C. ; SANTANA, Luiz Gustavo . ENTRE TEORIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DOS TEMPERAMENTOS E AS TEORIAS DA PERSONALIDADE A PARTIR DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 13.ARAUJO, M. G. ; COIMBRA, I. P. ; PARANHOS, I. S. ; SANTANA, Luiz Gustavo . ESTEREÓTIPOS DE MATERNIDADE NA MÍDIA: EXPECTATIVAS VS REALIDADE. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 14.BARBOSA, A. C. A. ; VIEIRA, I. G. M. ; MOCO, I. T. M. ; BRAGA, S. M. ; SANTANA, Luiz Gustavo . MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA? DIÁLOGOS SOBRE ESTEREÓTIPOS DE GÊNEROS A PARTIR DA PSICOLOGIA. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 15.COSTA, A. C. A. ; MATA, A. O. ; DUARTE, A. S. L. ; SILVA, H. R. F. ; NEIVA, I. A. S. ; PINHEIRO, I. O. A. ; SANTANA, Luiz Gustavo . PSICOLOGIA E INCLUSÃO: O PAPEL DO PROFISSIONAL NAS APAES. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 16.SILVA, A. N. ; SANTOS, F. A. ; SANTOS, G. L. S. ; ANDRADE, M. M. S. R. ; GABRIEL, R. H. ; SANTANA, Luiz Gustavo . 'UM MAIS UM NEM SEMPRE É DOIS': PERSPECTIVAS SOBRE A INSERÇÃO E A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS E PSICÓLOGAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 17.SANTOS, G. L. S. ; ZICA, M. M. ; TEIXEIRA, I. ; SANTANA, Luiz Gustavo . ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: IMPLICAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 18.FERNANDES, A. C. ; CAMPAGNAC, M. V. ; AIRES, M. ; LOHANY, V. ; SANTANA, Luiz Gustavo . BULLYING ESCOLAR E O SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA: DIALOGANDO SOBRE UMA POSSÍVEL RELAÇÃO. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 19.ANDRADE, M. M. S. R. ; ZICA, M. M. ; SOUSA, S. L. ; TEIXEIRA, I. ; SANTANA, Luiz Gustavo . DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO: CAMINHOS PARA UMA PSICOLOGIA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 20.FERRO NETO, A. X. ; OLIVEIRA, F. A. L. ; ALVES, G. C. S. ; SANTANA, Luiz Gustavo . DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PROFISSIONAIS: UMA CARREIRA EQUILIBRADA. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 21.SOARES, S. N. B. ; SOUSA, B. L. P. ; ZAWASKI, D. R. T. M. ; SANTANA, Luiz Gustavo . DIALOGANDO SOBRE O PAPEL DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.
- 22.PORTILHO, C. M. ; SANTANA, D. M. A. ; SANTANA, Luiz Gustavo . EXISTE ALGUMA ALDEIA PARA AS MÃES? A VIVÊNCIA DA MATERNIDADE DE CRIANÇAS ATÍPICAS SOBRE O ENFOQUE DA PSICOLOGIA SOCIAL. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.

	<p>23.LIMA, V. L. S. ; SANTANA, Luiz Gustavo . LUTO E TECNOLOGIAS: O PAPEL DAS FERRAMENTAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA PERDA. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>24.SOUZA, D. C. ; VENDRUSCOLO, D. ; SILVA, E. B. V. E. ; NEVES, M. D. O. ; MAZZOLA, R. M. T. ; SANTANA, Luiz Gustavo . NEURODIVERGÊNCIA E PSICOLOGIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO AMBIENTE EDUCACIONAL E NO MERCADO DE TRABALHO. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>25.MARCIANO, G. S. T. ; OLIVEIRA, J. A. ; MAUES, N. H. O. ; SANTANA, Luiz Gustavo . PROCESSOS GRUPAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO E APRENDIZAGEM NA TERCEIRA IDADE. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>26.DALSASSO, F. W. R. S. ; DALSASSO, P. R. S. ; SANTANA, Luiz Gustavo . A EVOLUÇÃO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO DE UMA PROFISSÃO ABRANGENTE E CRÍTICA. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p> <p>27.FIGUEIREDO, A. C. S. ; MELO, A. C. S. ; BARBOSA, A. J. F. ; SILVA, E. A. M. E. ; SANTANA, Luiz Gustavo . BULLYING E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL. In: XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024, Palmas. Anais da XXIV Jornada de Iniciação Científica (JIC) do Ceulp/Ulbra, 2024.</p>
18. Marco Antônio Marques Belém	<p>Livros publicados:</p> <p>2. BELEM, M. A. M.. GESTAO EM SEGURANCA PUBLICA, PREVENCAO E COMBATE A INCENDIOS, SALVAMENTOS E DEFESA CIVIL. 1. ed. Editora spessotto, 2024.</p>
19. Paulo Beli Moura Stakoviak Júnior	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1.STAKOVIK JÚNIOR, P. B. M.. PRAZOS PRESCRICIONAIS E DECADENCIAIS APLICÁVEIS À CONSTRUÇÃO CIVIL EM AÇÕES OBRIGACIONAIS POR VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO, QUESTÕES DE FIXAÇÃO E COMPETÊNCIA. REVISTA FISIO&TERAPIA, v. 28, p. 16, 2024.</p> <p>2.STAKOVIK JÚNIOR, P. B. M.. REGULAMENTAÇÃO DAS FINTECHS NO BRASIL À LUZ DA LGPD. REVISTA FISIO&TERAPIA, v. 27, p. 100, 2023.</p> <p>3.STAKOVIK JÚNIOR, P. B. M.. Constitucionalização da propriedade rural: tensões entre o direito absoluto e a função social da terra. ALTUS CIÊNCIAS, v. 17, p. 1, 2023.</p> <p>4.STAKOVIK JÚNIOR, P. B. M.. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NOPROCESSO TRABALHISTA E A VEDAÇÃO DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO THE INTERCURRENT PRESCRIPTION IN LABOR PROCEEDINGS AND THE PROHIBITION OF MAGISTRATE-INITIATED ENFORCEMENT PROCEEDINGS. REVISTA FISIO&TERAPIA, v. 26, p. 133, 2023.</p>
20. Rafaela Costa Vidal	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.. KARL MANNHEIM E A CRISE DO CONHECIMENTO. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 9, p. 248, 2022.</p> <p>Textos em jornais de notícias/revistas:</p> <p>1.VIDAL, Rafaela.; PORTELA, Y. . Entenda por que a tese de que não houve golpe no Brasil em 1964 é insustentável a partir dos Atos Institucionais. Jornal Opção, 31 mar 2022.</p> <p>Produções Técnicas:</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.; SABARA, M. T. R. ; LIMA, E. J. ; CONCEICAO, V. K. P. . VI Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão: cultivando saberes populares e</p>

	<p>científicos. 2022; Tema: VI Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão: cultivando saberes populares e científicos. (Site).</p> <p>2. VIDAL, Rafaela.; CONCEICAO, V. K. P. ; COSTA, F. V. ; VICENTE, K. B. . IV Semana de Direitos Humanos: Fome de Justiça. 2022; Tema: IV Semana de Direitos Humanos: Fome de Justiça. (Site).</p> <p>Produção Artística:</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.. Luz, Câmera, Extensão!. 2022. Filme.</p>
21. Thaysi Castro Coelho Andrade	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1.SOUSA, C. K. B. ; ANDRADE, THAYSI CASTRO COELHO . A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) E SEU PAPEL TRANSFORMADOR NO APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES ATENDIDAS. Revista Extensão, v. 8, p. 127-135, 2024.</p> <p>2.ANDRADE, ADRIANO BARREIRA DE ; ANDRADE, THAYSI CASTRO COELHO ; MARTINS, SILVANA NEUMANN ; STROHSCHOEN, ANDREIA APARECIDA GUIMARÃES . Metodologias ativas no ensino de Ciências Contábeis. REVISTA THEMA, v. 21, p. 527-547, 2022.</p> <p>3.ANDRADE, THAYSI CASTRO COELHO; SILVA, M. R. . Parecer sobre a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Programa Pátria Amada Mirim - PAM Interativo. Revista Extensão, v. 6, p. 140-149, 2022.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:</p> <p>1.ANDRADE, THAYSI CASTRO COELHO; SILVA, M. R. ; OLIVEIRA, P. R. R. ; CAMPOS, A. R. ; VICENTE, K .B. . Extensão em rede e Agenda ODS: possibilidades e desafios. 1. ed. Arapiraca: Eduneal, 2025. v. 1. 18p .</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1.ANDRADE, T. C. C.; Siqueira, L. N. ; Souza, D. A. ; SILVA, Fabricia Vieira ; Guarda, P. M. ; GUARDA, E. A. . ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO PRÉ-TRATAMENTO QUÍMICO E FÍSICO SOB A CARACTERIZAÇÃO DAS FRAÇÕES CELULOSE E LIGNINA DE DIFERENTES BIOMASSAS E SEU POTENCIAL PARA PRODUÇÃO DE ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO. In: THAYSI CASTRO COELHO ANDRADE. (Org.). ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO PRÉ-TRATAMENTO QUÍMICO E FÍSICO SOB A CARACTERIZAÇÃO DAS FRAÇÕES CELULOSE E LIGNINA DE DIFERENTES BIOMASSAS E SEU POTENCIAL PARA PRODUÇÃO DE ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO. 01ed.São Paulo: Editora Científica Digital, 2022, v. 01, p. 10-25.</p> <p>Demais tipos de produção técnica:</p> <p>1.ANDRADE, T. C. C.; SOARES, Emerson Azevedo ; MARTINS, Fabrícia Neli Johann ; REIS, Adriana de Souza . Trilha 4 - Resíduos Sólidos. 2022. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila didática).</p> <p>2.ANDRADE, T. C. C.; SOARES, Emerson Azevedo ; MARTINS, Fabrícia Neli Johann ; REIS, Adriana de Souza ; SOARES, L. C. C. P. ; Malfatti, S. M. . Material de apoio pedagógico. 2022. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila didática).</p> <p>3.ANDRADE, T. C. C.; SOARES, Emerson Azevedo ; MARTINS, Fabrícia Neli Johann ; REIS, Adriana de Souza . Trilha 3 - Águas que banham o Tocantins. 2022 (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila didática).</p>
22. Tais Bogo Monteiro da Silva	<p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1.SILVA, T. B. M.; LUSTOSA, L. M. . EXPLORAÇÃO HUMANA E AMBIENTAL NA OBRA REGIONALISTA DE FIDÊNCIO BOGO: Uma análise dos contos 'O Quati' e 'Matadouro' sob a perspectiva da literatura comparada. In: Silva, Rubens Martins da; II. Macêdo, Ysabella Canindé Guerreiro. (Org.). Caminhos históricos, sociais e</p>

	<p>pedagógicos da literatura tocantinens. 183ed.Palmas: Editora Unitins, 2024, v. 1, p. 41-47.</p> <p>Resumos publicados em anais de congressos:</p> <p>1.SILVA, T. B. M.. ?MEMÓRIA DA UNITINS EM PAUTA E PROCESSO?. In: VI COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ?SOCIEDADE E UNIVERSIDADE: CULTIVANDO SABERES POPULARES E CIENTÍFICOS?, 2022, Palmas / TO. VI COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ?SOCIEDADE E UNIVERSIDADE: CULTIVANDO SABERES POPULARES E CIENTÍFICOS?, 2022.</p> <p>2.SILVA, T. B. M.. A PRIMEIRA SEMANA ACADÊMICA DO CÂMPUS PALMAS - UNITINS. In: VI COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ?SOCIEDADE E UNIVERSIDADE: CULTIVANDO SABERES POPULARES E CIENTÍFICOS, 2022, Palmas / TO. VI COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ?SOCIEDADE E UNIVERSIDADE: CULTIVANDO SABERES POPULARES E CIENTÍFICOS?, 2022</p>
23. Vinícius Fernandes Barboza	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. BARBOZA, V. F.; MARQUES, V. P. ; MEDINA, P. . O PAPEL DAS ESCOLAS SUPERIORES DA MAGISTRATURA ESTADUAIS NA CONSTRUÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA, MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E A CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTOS SUSTENTÁVEIS REVISTA DA AJURIS - ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL, v. 1, p. 269-292, 2022.</p>
24. Yuri Anderson Pereira Jurubeba	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. ANDRADE, L. T. S.; JURUBEBA, Y. A. P. A inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio: ADPF 779. <i>Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação</i>, v. 11, p. 2029–2040, 2025.</p> <p>2. ANDRADE, A. S.; JURUBEBA, Y. A. P. O inquérito das fake news e os limites da atuação do STF: segurança jurídica, separação de poderes e liberdade de expressão. <i>Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação</i>, v. 11, p. 1567–1585, 2025.</p> <p>3.RODRIGUES, S. F. O.; JURUBEBA, Y. A. P. Tribunal do júri e a constitucionalidade da execução provisória da pena. <i>Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação</i>, v. 11, p. 2439–2451, 2025.</p> <p>4.JURUBEBA, Y. A. P.; COSTA, M. A. Comentários acerca do novo procedimento de arquivamento de inquéritos policiais. <i>Altus Ciências</i>, v. 22, p. 72–87, 2024.</p> <p>5.DORNELLES, B. S.; JURUBEBA, Y. A. P. Tráfico de drogas e as técnicas processuais de investigação: estudo bibliométrico e revisão sistemática da literatura. <i>Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação</i>, v. 10, p. 1271–1293, 2024.</p> <p>6.RODRIGUES, A. A.; JURUBEBA, Y. A. P. O dilema entre o direito à informação e os direitos da pessoa presa à luz da vedação legal à conduta do <i>perp walk</i>. <i>Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação</i>, v. 10, p. 2031–2055, 2024.</p> <p>7.FLORÊNCIO, L. A. S.; JURUBEBA, Y. A. P. Uma análise dos efeitos da perda dos direitos políticos ao preso em seu processo de ressocialização. <i>Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação</i>, v. 10, p. 1011–1026, 2024.</p> <p>8.JURUBEBA, Y. A. P. A relação entre a ausência de fiscalização quanto às medidas protetivas e o número de feminicídios. <i>Conteúdo Jurídico</i>, v. 1122, p. 752–767, 2022.</p> <p>9.JURUBEBA, Y. A. P. ADPF 779: Tribunal do Júri e a ponderação de princípios constitucionais. <i>Conteúdo Jurídico</i>, v. 1110, p. 332–344, 2022.</p> <p>10.JURUBEBA, Y. A. P. Escravidão contemporânea no Brasil: condenações criminais e a atuação do Ministério Público do Trabalho. <i>Conteúdo Jurídico</i>, v. 1115, p. 163–189,</p>

	<p>2022.</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1. JURUBEBA, Y. A. P.; OLIVEIRA, F. M. F. A aplicação da Resolução 525 do CNJ para a promoção de cotas raciais nos tribunais: uma perspectiva de justiça e igualdade. In: <i>Estado de Direito, Instituições e Profissões Jurídicas</i>, CONPEDI, 2024.</p> <p>2. JURUBEBA, Y. A. P. A pactuação de acordos em prol da efetividade do processo penal. In: <i>Escritos em homenagem ao Des. Marco Villas Boas</i>, ESMAT, 2023.</p> <p>3. JURUBEBA, Y. A. P. Entendendo a democracia na obra de Joseph Schumpeter. In: <i>Temas de Filosofia Constitucional</i>, ESMAT, 2022.</p> <p>Livros publicados:</p> <p>1. JURUBEBA, Y. A. P. <i>Concretização da Audiência de Custódia no Estado do Tocantins</i>. Porto Alegre: Simplíssimo, 2023.</p> <p>Trabalhos apresentados em eventos:</p> <p>1. A aplicação da Resolução 525 do CNJ para a promoção de cotas raciais nos tribunais. CONPEDI, 2024.</p> <p>2. Nemo tenetur se detegere: a imperatividade da interrupção do interrogatório em CPIs. CONPEDI, 2024.</p>
25. Wellington de Souza Moura	<p>Artigos completos publicados em periódicos:</p> <p>1. DIAS, BRUNA LETICIA ; SARMENTO, RENATO ALMEIDA ; VENZON, MADELAINE ; JUMBO, LUIS OSWALDO VITERI ; DOS SANTOS, LUCAS SAMUEL SOARES ; DE SOUZA MOURA, WELLINGTON ; MOURÃO, DALMARCIA DE SOUZA CARLOS ; FERNANDES, PAULO RICARDO DE SENA ; NEITZKE, TAILA RENATA ; OLIVEIRA, JOÃO VICTOR DE ALMEIDA ; DIAS, TIAGO ; DALCIN, MATEUS SUNTI ; OLIVEIRA, EUGENIO E. ; SANTOS, GIL RODRIGUES DOS SANTOS. Morinda citrifolia Essential Oil: A Plant Resistance Biostimulant and a Sustainable Alternative for Controlling Phytopathogens and Insect Pests. <i>BIOLOGY JCR</i>, v. 13, p. 479-490, 2024.</p> <p>2. DAMASCENA, JOSSIMARA F. ; VITERI, LUIS O. ; SOUZA, MATHEUS H. P. ; AGUIAR, RAIMUNDO W. ; CAMARA, MARCOS P. ; MOURA, WELLINGTON S. ; OLIVEIRA, EUGÊNIO E. ; SANTOS, GIL R. . The Preventive and Curative Potential of Morinda citrifolia Essential Oil for Controlling Anthracnose in Cassava Plants: Fungitoxicity, Phytotoxicity and Target Site. <i>Stresses</i>, v. 4, p. 663-675, 2024.</p> <p>3. PIRES, ELLEN CAROLINE FEITOZA ; DA SILVA, FRANCINI PEREIRA ; SCHALLENBERGER, KAROLINE ; HERMANN, BRUNA SARAIVA ; MALLMANN, LARISSA ; MOURA, WELLINGTON SOUZA ; ASCÊNCIO, SERGIO DONIZETI ; BARBOSA, ROBSON DOS SANTOS ; SOARES, ILSAMAR MENDES ; FLECK, JULIANE DEISE ; DE OLIVEIRA, EUGÊNIO EDUARDO ; SMAGGHE, GUY ; RIBEIRO, BERGMANN MORAIS ; AGUIAR, RAIMUNDO WAGNER DE SOUZA. Antiviral Potential of Chiococca alba (L.) Hitchc. Plant Extracts Against Chikungunya and Mayaro Viruses. <i>INTERNATIONAL JOURNAL OF MOLECULAR SCIENCES JCR</i>, v. 25, p. 11397, 2024.</p>

4. DEUSDARÁ, TÚLLIO T. ; FÉLIX, MELLANIE K. C. ; DE S. BRITO, HELIO ; CANGUSSU, EDSON W. S. ; DE S. MOURA, WELLINGTON ; ALBUQUERQUE BENEDITO ; SILVA, MARCOS G. ; DOS SANTOS, GIL R. ; DE MORAIS, PAULA B. ; DA SILVA, ELIZANGELA F. ; CHAVES, YURY O. ; MARIÚBA, LUIS ANDRÉ M. ; NOGUEIRA, PAULO A. ; ASTOLFI-FILHO, SPARTACO ; ASSUNÇÃO, ENEDINA N. ; EPIPHANIO, SABRINA ; MARINHO, CLAUDIO R. F. ; BRANDI, IGOR V. ; VIANA, KELVINSON F. ; OLIVEIRA, EUGENIO E. ; et.al . Using an Aluminum Hydroxide-Chitosan Matrix Increased the Vaccine Potential and Immune Response of Mice against Multi-Drug-Resistant *Acinetobacter baumannii*. *Vaccines* **JCR**, v. 11, p. 669, 2023. Citações:
5. GUILHERME, EDUARDO O. ; GIONGO, MARCOS V. ; ARAUJO, SABRINA H.C. ; FERREIRA, TALITA P.S. ; MORAES, CRISTIANO B. ; MOURA, WELLINGTON S. ; VITERI JUMBO, LUIS O. ; SVACINA, THIAGO ; OLIVEIRA, ANA C.S.S. ; AGUIAR, RAIMUNDO W.A. ; OLIVEIRA, EUGÊNIO E. ; SANTOS, GIL R. . *Jenipapo* *Genipa americana* L., essential oil and *Curvularia lunata* control: Potential mode-of-action; plant immune responses and selectivity against beneficial non-target organisms. *INDUSTRIAL CROPS AND PRODUCTS* **JCR**, v. 199, p. 116708, 2023. Citações:
6. SILVA, L. N. ; MORAIS, B. S. ; MOURA, W. S. . PLANEJAMENTO DA FISCALIZAÇÃO PARA MAXIMIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E EMERGÊNCIA NO ESTADO DO TOCANTINS. *REVISTA FLAMMAE*, v. 9, p. 265, 2023.
7. MANTILLA AFANADOR, JAVIER G. ; ARAUJO, SABRINA H. C. ; TEIXEIRA, MILENA G. ; LOPES, DAYANE T. ; CERCEAU, CRISTIANE I. ; ANDREAZZA, FELIPE ; OLIVEIRA, DAIANA C. ; BERNARDI, DANIEL ; MOURA, WELLINGTON S. ; AGUIAR, RAIMUNDO W. S. ; OLIVEIRA, ANA C. S. S. ; SANTOS, GIL R. ; ALVARENGA, ELSON S. ; OLIVEIRA, EUGENIO E. . Novel Lactone-Based Insecticides and *Drosophila suzukii* Management: Synthesis, Potential Action Mechanisms and Selectivity for Non-Target Parasitoids. *INSECTS* **JCR**, v. 14, p. 697, 2023. Citações:
8. FÉLIX, MELLANIE K.C. ; LEITE, EDUARDO R.T. ; DUTRA, LILIANE R. ; RIBEIRO, MURILO A. ; MOURA, WELLINGTON S. ; FERREIRA, TALITA P.S. ; SANTOS, GIL R. ; CHAPLA, VANESSA M. ; VIEIRA, WILLIE A.S. ; CÂMARA, MARCOS P.S. ; CORRÊA, MARIA JÚLIA M. ; VITERI JUMBO, LUIS O. ; OLIVEIRA, EUGÊNIO E. ; CANGUSSU, ALEX S.R. . Secondary metabolites produced by solid-state fermentation of a neotropical *Aspergillus flavus* strain confer anti-mosquito activity with long shelf-life. *INDUSTRIAL CROPS AND PRODUCTS* **JCR**, v. 180, p. 114743, 2022. Citações:
9. DALCIN, MATEUS S. ; DIAS, BRUNA L. ; VITERI JUMBO, LUIS O. ; OLIVEIRA, ANA C. S. S. ; ARAÚJO, SABRINA H. C. ; MOURA, WELLINGTON S. ; MOURÃO, DALMARCIA S. C. ; FERREIRA, TALITA P. S. ; CAMPOS, FABRICIO S. ; CANGUSSU, ALEX SANDER R. ; ALVES, MARCOS V. G. ; ANDRADE, BRUNO S. ; MANTILLA-AFANADOR, JAVIER G. ; AGUIAR, RAIMUNDO W. A. ; OLIVEIRA, EUGÊNIO E. ; SANTOS, GIL R. . Potential Action Mechanism and Inhibition Efficacy of *Morinda citrifolia* Essential Oil and Octanoic Acid against *Stagonosporopsis cucurbitacearum* Infestations. *MOLECULES* **JCR**, v. 27, p. 5173, 2022. Citações:
10. BORGES, JAQUELINE C. M. ; HADDI, KHALID ; VALBON, WILSON R. ; COSTA, LARA T. M. ; ASCÊNCIO, SÉRGIO D. ; SANTOS, GIL R. ; SOARES, ILSAMAR M. ; BARBOSA, ROBSON S. ; VIANA, KELVINSON F. ; SILVA, EDER A. P. ; MOURA, WELLINGTON S. ; ANDRADE, BRUNO S. ; OLIVEIRA, EUGENIO E. ; AGUIAR, RAIMUNDO W. S. . Methanolic Extracts of *Chiococca alba* in *Aedes aegypti* Biorational Management: Larvicidal and Repellent Potential, and Selectivity against Non-Target Organisms. *PLANTS* **JCR**, v. 11, p. 3298, 2022. Citações:
11. SILVA OLIVEIRA, IRAN JOHNATHAN ; SOARES PEIXOTO, JÉSSICA ; NUNES MACIEL CASTELO BRANCO, INGRIDYARA ; DE SOUZA MOURA, WELLINGTON ; DE ARAUJO CAMINHA, MARCUS ANTONIO ; DE PAULA E SILVA, JAQUELINE ; ALVES TEIXEIRA, MARIA ELIZA ; GOMES DE AZEVEDO

COELHO SANTANA, GABRIELLA . Ansiedade em ratos submetidos à restrição de espaço no Labirinto em Cruz Elevado. REVISTA AMAZÔNIA SCIENCE & HEALTH v. 10, p. 55, 2022.

APÊNDICE IX – MATRIZ I

Matriz curricular I

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Curso: Superior de Tecnologia em Segurança Pública

Grau: Tecnólogo

Turno: integral

Vigência: 2023/2

Duração: 1 (um) ano e 6 (seis) meses a 2 anos

Carga Horária Total: 1.710 horas

MATRIZ CURRICULAR I		MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA						
Disciplina		Carga Horária	Crédito	CH Presencial		CH a Distância	Hora-Relógio	Hora-Aula
				Teórica	Prática			
1º SEMESTRE								
1	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	60	4	50	10	-	60	75
2	Atendimento Pré-Hospitalar I	60	4	30	30	-	60	75
3	Sistema de Comando de Incidentes	30	2	-	-	30	30	37,5
4	Segurança Contra Incêndio e Emergência	90	6	70	20	-	90	112,5
5	Salvamento Aquático	60	4	15	45	-	60	75
6	Salvamento em Altura	90	6	50	40	-	90	112,5

7	Salvamento Terrestre	90	6	40	50	-	90	112,5
8	Anatomia e Fisiologia Humana	90	6	60	30	-	90	112,5
SUBTOTAL		570	-	315	225	30	-	712,5
2º SEMESTRE								
9	Legislação Institucional e Ética Profissional	60	4	60	-	-	60	75
10	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	60	4	30	30	-	60	75
11	Atendimento Pré-Hospitalar II	60	4	30	30	-	60	75
12	Noções de Direito Processual Penal Militar	30	2	30	-	-	30	37,5
13	Sistemas e Informática do CBMTO	60	4	60	-	-	60	75
14	Combate a Incêndio Urbano	90	6	40	50	-	90	112,5
15	Direito Penal Militar	30	2	30	-	-	30	37,5
16	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	-	-	60	60	75
17	Noções de Operações com Produtos Perigosos	60	4	-	-	60	60	75
18	Sistema de Proteção e Defesa Civil	30	2	-	-	30	30	37,5
19	Estágio Profissional Supervisionado	120	8	10	110	-	120	150
SUBTOTAL		660	-	290	220	150	-	825
3º SEMESTRE								
20	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60	4	-	-	60	60	75
21	Didática de Ensino	60	4	-	-	60	60	75
22	Noções de Direito Constitucional e Administrativo	60	4	-	-	60	60	75
23	Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública	60	4	-	-	60	60	75
24	Filosofia dos Direitos Humanos	60	4	-	-	60	60	75
25	Políticas de Educação Ambiental	60	4	-	-	60	60	75
26	Política das Relações Étnico- raciais, Afro-brasileira, e Indígena	60	4	-	-	60	60	75
27	Inglês para fins acadêmicos	60	4	-	-	60	60	75
SUBTOTAL		480	-	-	-	480	-	600
CARGA HORÁRIA TOTAL TEÓRICA								605
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PRÁTICA								445
CARGA HORÁRIA TOTAL PRESENCIAL								1.050
CARGA HORÁRIA EaD								660

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1.710
-------------------------------------	--------------

APRESENTAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES EM HORA-AULA E HORA-RELÓGIO		
MATRIZ CURRICULAR I		
COMPONENTES CURRICULARES	HORA-RELÓGIO	HORA-AULA
CARGA HORÁRIA TOTAL TEÓRICA	605	756,25
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PRÁTICA	445	556,25
CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	660	825
CARGA HORÁRIA TOTAL	1.710	2.137,5

ANEXO

ANEXO 1 – Acordo de Cooperação Técnica



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 13/2021

Processo nº 2021/20321/000310

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS E O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DE SEUS SERVIDORES E DESENVOLVIMENTO DE SUAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS.

O **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO**, inscrito no CNPJ (MF) sob o n. 07.924.551/0001-90, com endereço na Quadra 403 Sul, AV. LO-09 ESQ. AV. NS-05, Palmas -TO, CEP: 77015-560, telefone (63) 3218-2763, neste ato representado pelo Comandante Geral **Carlos Eduardo de Souza Farias**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 00.016-98 SSP/CBMTO, CPF nº 007.406.994-23, nomeado pelo Ato n. 1.231 de 13 de outubro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5946 de 13 de outubro de 2021, e a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS**, doravante denominada **UNITINS**, pessoa jurídica de direito público sob o regime de autarquia especial, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.637.536/0001-85, com sede no município de Palmas/TO e atuação em todo o Estado do Tocantins, situada na quadra 108 SUL, Alameda 12, s/n - Centro, Palmas -TO, CEP 77.020-122, neste ato, representada por seu Reitor **Augusto de Rezende Campos**, brasileiro, casado, portador do RG Civil n. 3433305 – SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob o n. 793.465.701-30, nomeado pelo Ato n. 820 – NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.667, de 18 de agosto de 2020, resolvem firmar o presente Acordo de Cooperação Técnica, com suporte na Lei n. 8.666/1993, e legislação aplicável mediante as cláusulas e condições seguintes:



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente acordo tem como objeto estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e tecnológico, visando a troca de experiências, informações e tecnologias, por meio de Programa e Projeto para oferta de cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização, cursos de aprimoramento, intercâmbio de profissionais, bem como nas atividades de pesquisas e publicações científicas de interesse comum. Além do compartilhamento de infraestrutura física e logística para execução das atividades.

Parágrafo Único. Para cada hipótese específica de cooperação, as instituições deverão preparar, conjuntamente, plano de trabalho que explicita o modo como se dará o intercâmbio previsto no presente objeto, cujo conteúdo constituirá Termo Aditivo a este Instrumento, quando necessário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPES

2.1 - Compete à **UNITINS**:

- a) estabelecer parceria para a troca de experiências nos procedimentos pedagógicos e nas ações educacionais;
- b) desenvolver ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- c) promover a certificação conjunta das atividades educacionais, nas modalidades presencial, semipresencial e/ou a distância;
- d) avaliar as atividades desenvolvidas pelos servidores da UNITINS que atuam como docentes e orientadores em projetos, expedindo documento de avaliação de desempenho, conforme critérios estabelecidos pelo CBMTO;
- e) fornecer as informações e orientações necessárias para o fiel cumprimento deste acordo;
- f) aprovar e autorizar a cooperação de professores e/ou colaboradores do quadro funcional da UNITINS nas atividades educacionais, desde que não haja prejuízo ao sistema acadêmico e institucional;
- g) promover as atividades educacionais conjuntas nas modalidades presencial e/ou à distância, por meio de disponibilização de vagas, elaboração e adaptação de materiais didáticos, bem como da realização de ações de apoio a sua execução.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2.2 - Compete ao **CBMTO**:

- a) avaliar as atividades desenvolvidas pelos servidores do CBMTO que atuam como docentes e orientadores nos seus projetos, expedindo documento de avaliação de desempenho, conforme critérios estabelecidos pelo CBMTO;
- b) fornecer as informações e orientações necessárias para o fiel cumprimento deste acordo;
- c) estabelecer meios de intercâmbio de conhecimento, informações e estudos, sobre temas de interesse comum;
- d) aprovar e autorizar a cooperação de professores e/ou colaboradores do quadro funcional da CBMTO nas atividades educacionais, desde que não haja prejuízo ao sistema institucional.

2.3 - Compete a **AMBAS AS PARTES**:

- a) elaborar o Plano de Trabalho para desenvolvimento das ações conjuntas, os quais serão parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, sob a forma de anexo;
- b) disponibilizar a participação de seus servidores visando a cooperação técnica nos campos científicos, cultural, docente, técnico pedagógico e técnico administrativo, para a execução de programas e projetos ligados a este Acordo, de modo a permitir o intercâmbio entre profissionais, o desenvolvimento e a participação em áreas de interesse mútuo;
- c) disponibilizar estrutura física, pedagógica, tecnológica e equipamento de apoio para execução e acompanhamento das atividades objeto deste acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

3.1 - Para coordenar e supervisionar a execução do presente Acordo, as instituições designarão no Plano de Trabalho, os coordenadores e a equipe técnica responsável pelos projetos a serem desenvolvidos, composto por representantes de seu quadro de pessoal designados pelos partícipes.

3.2 – O Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública serão compostos pelos docentes que compõem o corpo docente do curso, com direito a voz e voto, autorizada a participação e a



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



execução de atividades pedagógicas e administrativas relacionadas à execução do objeto deste Acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E PLANO DE METAS

4.1 - O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado de acordo com o Programa aprovado por ambos partícipes, mediante a aprovação do Plano de Trabalho, que conterà as metas que deverão ser cumpridas em cada projeto.

Parágrafo Único. Os Planos de Trabalho citados nesta cláusula deverão conter no mínimo, informações como:

- I - identificação do objeto e sua descrição completa;
- II - justificativa para celebração do instrumento;
- III - descrição das metas, a serem atingidas;
- IV - definição das etapas ou fases de execução;
- V - identificação da coordenação do projeto;
- V - cronograma de execução;
- VI - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- VII - aprovação dos partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

5.1 - Não há repasses de recursos financeiros entre as partes signatárias deste acordo, devendo cada parte se responsabilizar pelo ônus que lhe couber. Os recursos humanos que participarem desta cooperação estarão sujeitos às normas internas de suas respectivas instituições no que tange à percepção de remuneração, subsídio, pró-labore, subvenção, bolsas, dentre outros.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

6.1 - A Unitins providenciará a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial do Estado, mediante suporte na Lei n. 8.666/1993, e legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

7.1 - Os partícipes compartilharão a propriedade intelectual dos bens e serviços produzidos e/ou desenvolvidos apenas no âmbito deste Acordo, resguardado a UNITINS o direito de uso irrestrito de todo conteúdo, respeitadas eventuais limitações definidas em instrumentos específicos.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente termo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura (publicação), podendo ser prorrogado por termo aditivo, desde que haja a motivação.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS E MODIFICAÇÕES

8.1 - Os casos omissos não previstos neste Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos de comum acordo entre as partes, e quaisquer modificações nas suas disposições deverão ser efetivadas por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

9.1 - O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer dos partícipes a qualquer momento, desde que haja comunicação expressa da parte denunciante, por escrito, e com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre as partes ou por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou, ainda, por superveniência de legislação que torne inexecutável, respondendo os mesmos pelas obrigações então assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 - Aplicam-se à execução do presente Acordo de Cooperação Técnica a Lei n. 2.665, de 18 de dezembro de 2012, bem como a Norma de Planejamento de Conduta de Ensino (NPCE).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Torna-se eleito a Comarca de Palmas – TO para dirimir quaisquer litígios decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionados administrativamente.

E, por estarem assim acordados, firmam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos fins de fato e de direito, na presença das testemunhas que subscrevem o documento.

Palmas-TO, 14 de dezembro de 2021.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



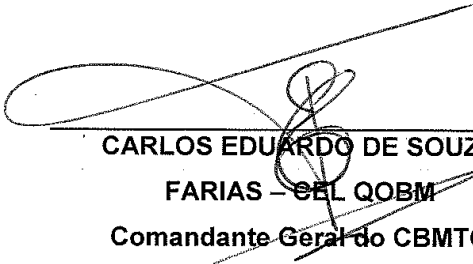
UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO





AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor da Unitins



CARLOS EDUARDO DE SOUZA
FARIAS – CEL. QOBM
Comandante Geral do CBMTO

Testemunhas:

1) Nome:

CPF:

2) Nome:

CPF:



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



ANEXO I
PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Partícipe		C.N.P.J		
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS		07.924.551/0001-90		
Endereço				
Quadra 403 Sul, AV. LO-09 ESQ. AV. NS-05				
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E.A
Palmas	TO	77015-560	(63) 3218-2763	Estadual
Nome do Responsável			CPF	
CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS			007.406.994-23	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
n. 00.016-98 CBMTO	Coronel	Comandante Geral	67201-1	

Órgão/Entidade Partícipe		C.N.P.J		
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS		01.637.536/0001-8		
Endereço				
Quadra 108 SUL, Alameda 12, s/n – Plano Diretor Sul				
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E.A
Palmas	TO	77020-122	(63) 3218-2940	Estadual
Nome do Responsável			CPF	
AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS			793.465.701-30	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
SSP/GO	Professor	Reitor	810167	

2 – NOME DO PROJETO

Acordo de Cooperação Técnica e Intercâmbio Científico, Tecnológico e Cultural, para a realização de atividades voltadas ao Aperfeiçoamento Profissional, que entre



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



si celebram a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO.

3 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e tecnológico, visando a troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta de cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização, cursos de aprimoramento, bem como de atividades de pesquisas e publicações científicas de interesse comum. Além do compartilhamento de infraestrutura física e logística para execução das atividades.

4 – JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Conforme determina a legislação, os servidores concursados do CBMTO devem realizar o Curso de Formação de Praças – CFP, que visa capacitar o discente para a promoção à Graduação de Soldado 2ª Classe, Soldado 1ª Classe e Cabo, conforme Art. 38, I, §1º, I, da Lei n. 2.665, de 18 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.778.

O acordo em questão visa a cooperação técnica e o intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre a UNITINS e o CBMTO, objetivando o aperfeiçoamento e qualificação dos servidores estaduais pertencentes ao quadro do CBMTO.

Nesse sentido, a presente proposta de cooperação e compartilhamento possibilitará a consolidação das linhas de pesquisa e extensão de trabalhos informatizados, com intuito de aprimoramento da oferta de cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização, nas modalidades de ensino presencial, semipresencial e/ou à distância, até porque o servidor público é peça fundamental de uma gestão pública eficiente e de qualidade.

A cooperação entre instituições é um meio para atingir resultados mais amplos, além de conquistar outras perspectivas em projetos de pesquisa científica e extensão universitária. Existem inúmeros benefícios com a cooperação entre instituições como compartilhamento de recursos físicos, que contribuem para o desenvolvimento de pesquisa científica que economizam recursos e estes podem ser utilizados de forma sustentável. Também há compartilhamento de recursos humanos com possibilidade



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



de desenvolvimento de projetos multidisciplinares e inovadores, que atendam a formação de recursos humanos e as demandas da comunidade, bem como contribuir para o desenvolvimento Regional do Estado do Tocantins.

5 – DESCRIÇÃO DO PLANO (METAS)

- I. Promover cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização e cursos de aprimoramento.
- II. Qualificar os servidores do CBMTO em cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização, nas modalidades de ensino presencial, semipresencial e/ou à distância.

6 - ETAPA OU FASE DA EXECUÇÃO

Para execução do presente Acordo de Cooperação, serão elaborados programas de trabalho, que possibilite a execução das atividades citadas no item 5 deste Plano de Trabalho, nos quais serão definidos o objeto, responsabilidades específicas dos participantes, os prazos, execução, a metodologia e os procedimentos necessários a elaboração dos cursos, devidamente detalhado no PPC e outros instrumentos correlatos.

7 – IDENTIFICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO PROJETO

- I. Pelo **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO TOCANTINS**

Comandante Geral - Carlos Eduardo de Souza Farias

Endereço: Quadra 403 Sul, LO-09 com NS-05, Palmas-TO CEP: 77015-560

Telefone: (63) 3218-2763

E-mail: cmtgeral@bombeiros.to.gov.br

- II. Pela **UNITINS**

Pró-Reitora de Graduação – Alessandra Ruita Santos Czapski

Endereço: Quadra 108 SUL, Al. 12, s/n - Centro, Palmas -TO, CEP 77020-122

Telefone: (63) 3218 - 4936

E-mail: alessandra.rs@unitins.br



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES		RESPONSÁVEIS		DURAÇÃO	
AÇÕES	ETAPAS DE EXECUÇÃO			INÍCIO	TÉRMINO
1. Acordo de Cooperação Técnica	-	UNITINS	CBMTO	12/2021	12/2022
2. Edital nº 16 – CBMTO, de 16 de novembro de 2021.	2.1 - Resultado final no concurso Público.	-	CBMTO	11/2021	-
3. Decreto Nº 6.342, de 17 de novembro de 2021.	3.1 – Homologação do resultado final do concurso público.	-	CBMTO	-	11/2021
3. Seleção dos professores	-	UNITINS	CBMTO	01/2022	02/2022
4. Matrícula dos alunos	-	UNITINS	-	01/2022	02/2022
5. Elaboração/implantação do curso	-	UNITINS	CBMTO	02/2022	06/2023
6. Execução do curso	-	UNITINS	CBMTO	02/2022	06/2023

7 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não está previsto o repasso de recursos financeiros. Cada partícipe arcará com o ônus de acordo com as responsabilidades assumidas no Acordo ao qual este Plano de Trabalho é vinculado.

8 – APROVAÇÃO DOS PARTÍCIPES

APROVADO o Plano de Trabalho.

Palmas/TO, 14 de dezembro de 2021.


AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor da UNITINS


**CARLOS EDUARDO DE SOUZA
FARIAS – CEL QOBM**
Comandante Geral do CBMTO